



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PLANO DE

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2008 - 2012

REITOR

Ronaldo Tadêu Pena

VICE-REITORA

Heloisa Maria Murgel Starling

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Mauro Mendes Braga

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Carlos Alberto Pereira Tavares

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

José Nagib Cotrim Árabe

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Jaime Arturo Ramirez

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Motta e Oliveira Rodrigues

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben

PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Elizabeth Spangler Andrade Moreira

DIRETORA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2008 - 2012

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA PRIMEIRA VERSÃO

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

Maria Sueli de Oliveira Pires

Ricardo Valério Fenati

COLABORADORES

Membros da equipe da Reitora Ana Lúcia Almeida Gazzola (gestão 2002-2006)
e da equipe do Reitor Ronaldo Tadêu Pena

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

Bruno Wanderley Reis

João Valdir Alves de Souza

Geraldo Élvio Magalhães

Efigênia Ferreira e Ferreira

André Luiz dos Santos Cabral

REDAÇÃO DA VERSÃO FINAL

Maria Céres Pimenta Spinola Castro

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

REVISÃO DOS ORIGINAIS

Maria Lúcia B. F. de Mello

SECRETARIA DE APOIO DA DIRETORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (DAI)

Patrícia Margareth Sallum

APRESENTAÇÃO

Universidades são estruturas de complexidade crescente, e torna-se cada vez mais imperioso dispor de estratégias capazes de fazer com que elas permaneçam em condições de desempenhar as tarefas ortodoxamente a elas vinculadas e de, simultaneamente, equipá-las para fazer frente aos novos desafios trazidos pela contemporaneidade. Se isso vale para a Instituição Universitária em geral, como evidencia a bibliografia mais recente, é ainda mais oportuno se temos como referência a Universidade Pública brasileira. Constituído ao longo de uma história não poucas vezes heróica, o parque universitário público caracteriza-se, hoje, por uma solidez ímpar, atestada, entre tantos outros fatores, por sua posição progressivamente mais destacada nos indicadores mundiais de produção científica. Apesar do atual crescimento desordenado do sistema privado de Ensino Superior, responsável por quase 75% do total das matrículas de Graduação no País, os cursos de excelência e a massa da pesquisa de ponta encontram-se no sistema público. Entretanto, ainda há muito por fazer e a manutenção da excelência requer uma disposição continuada de atenção.

Ao se propor um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem em vista a reafirmação dos valores que pautam sua ação e o estabelecimento de metas que venham a contribuir para sua permanente qualificação. Fruto de prolongados debates, este PDI cobre a ampla gama de atividades desenvolvidas na Instituição. Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, além dos âmbitos mais administrativos, são, nele, objeto de planejamento cuidadoso. Mas não deve ser esquecido que a Universidade em muito se assemelha a um organismo vivo, sujeito a modificações nem sempre previsíveis, o que obriga qualquer planejamento a acolher uma dose de incerteza. Por outro lado, não devemos pensar o planejamento, sobretudo no domínio do conhecimento, atividade nuclear da Universidade, como uma camisa de força que obstaculize a dinâmica institucional.

Estamos atravessando um momento singular na UFMG. Novos cursos, ampliação de vagas, inovações curriculares, interação mais pronunciada com a sociedade, tudo isso vem

exigindo respostas a questões inéditas. Em tais circunstâncias, é imprescindível que ganhe-
mos uma visibilidade mais plena sobre o que estamos fazendo e que venhamos a dispor de
uma maior capacidade decisória sobre os caminhos a percorrer e os obstáculos evitar. Não
é outra a função do presente PDI. Que ele permita à UFMG caminhar, cada vez mais, na
direção da excelência, da relevância e da inovação, marcas indispensáveis à Universidade
que tanto defendemos.

Ronaldo Tadêu Pena
Reitor da UFMG

NOTA EXPLICATIVA

Um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deve, por definição, congrega os interesses, necessidades, demandas, objetivos, diretrizes e ações de uma Instituição de Ensino Superior. Viabiliza-se, por seu intermédio, a permanente busca de sentido, coesão e fundamentação do desenvolvimento de uma Universidade, no sentido tanto de auxiliá-la no relacionamento com outras Instituições e com a sociedade em geral, quanto de incrementar sua integração interna. O PDI explicita, pois, os grandes rumos a serem seguidos pela instituição, suas trajetórias e decisões, seus limites e possibilidades de ação.

Por tudo isso, o processo de elaboração do PDI da Universidade Federal de Minas Gerais foi cuidadosamente conduzido e envolveu etapas distintas. Seu início deu-se em 2004, quando uma Comissão foi encarregada de elaborar a primeira versão do documento, a ser, posteriormente, disponibilizada para a comunidade universitária. O ponto de partida foi um roteiro proposto pelo Ministério da Educação, modificado em função de debates acerca das adequações que se impunham considerando-se as características específicas da UFMG.

Tão logo concluída, essa versão preliminar foi apresentada ao Conselho Universitário. Na ocasião, foram discutidas as demandas que exigem da Universidade a aprovação do seu PDI, bem como a estrutura proposta para o texto final do documento, sendo também autorizada a divulgação prévia desse texto, pela rede interna da Universidade, e definidos prazos para que as Unidades Acadêmicas e Especiais, os diversos Órgãos da UFMG e outros organismos a ela referenciados – como as associações que congregam professores, servidores técnico-administrativos em Educação e estudantes – pudessem debatê-lo e apresentar sugestões para complementá-lo ou melhorá-lo. Dado o caráter do documento, os organismos mencionados deveriam dar encaminhamento institucional às suas sugestões e propostas.

Recebidas as contribuições, foi constituída Comissão de Sistematização, incumbida de analisar as propostas encaminhadas e de rever a versão preliminar, visando a incorporar ao texto as sugestões consideradas pertinentes. Em março de 2007, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG aprovou o texto do Projeto Pedagógico Institucional e, em maio do mesmo ano, essa Comissão de Sistematização apresentou o resultado do seu trabalho

ao Reitor. Para a redação da versão final, a ser submetida à aprovação dos Conselhos Superiores da Universidade, foi designada nova Comissão, que procedeu, também, à atualização dos dados constantes deste PDI.

Cabe destacar, finalmente, alguns pressupostos, de caráter geral, que orientaram a elaboração do texto aprovado, em 17 de abril de 2008, pelo Conselho Universitário. Trata-se de um planejamento estabelecido para, no prazo de cinco anos, orientar as ações em todas as dimensões da Universidade, na perspectiva de, assegurando-lhe a necessária flexibilidade, não tolher seu dinamismo. Assim, além de balizar a atuação futura da UFMG, este PDI orienta, também, o planejamento interno das Unidades e Órgãos que a compõem.

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto
Diretora de Avaliação Institucional

SUMÁRIO

Apresentação	5
Nota explicativa	7

CAPÍTULO 1 – Perfil Institucional

1	Finalidades	15
2	Missão da UFMG	15
3	Breve Histórico	16
4	Princípios Institucionais	19
5	Áreas de Atuação	20
6	Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	21
6.1	Organização Administrativa	22
7	Inserção Regional, Nacional e Internacional	24
8	Controle Social	28

CAPÍTULO 2 – Planejamento Didático-Pedagógico

1	Projeto Pedagógico Institucional	31
2	Organização Acadêmica	37
2.1	Ensino de Graduação	37
2.1.1	Programa de Bolsas da Graduação	42
2.1.2	Práticas Acadêmico-Profissionais	44

A – Estágios	44
B – Empresas Juniores	45
2.1.3 Avaliação do Ensino de Graduação	46
2.2 Ensino de Pós-Graduação	49
2.2.1 Pós-Graduação na Modalidade <i>stricto sensu</i>	49
2.2.2 Pós-Graduação na Modalidade <i>lato sensu</i>	50
2.2.3 Programa de Bolsas Coordenado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação	50
2.2.4 Avaliação do Ensino de Pós-Graduação	53
2.3 Educação Básica e Profissional	54
2.3.1 Avaliação do Ensino da Educação Básica e Profissional	58
2.4 Pesquisa	59
2.4.1 Produção Científica	59
A – Projeto Genoma Nacional	61
B – Institutos do Milênio	62
2.4.2 Publicações Especializadas	64
2.4.3 Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica coordenados pela Pró-Reitoria de Pesquisa	68
2.5 Extensão	70
2.5.1 Programa de Bolsas Coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão	71
2.6 Formação Acadêmica em Unidades e Centros Especiais	72
2.6.1 Hospital das Clínicas	73
A – Residência Médica	73
2.6.2 Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves	74
2.6.3 Instituto Casa da Glória	75



2.6.4	Hospital Veterinário	75
2.6.5	Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa	76
2.6.6	Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo	76
2.7	Programas Acadêmicos Internacionais	77
2.7.1	Programas de intercâmbio para os Estudantes da UFMG	77
2.7.2	Programa de intercâmbio para Estudantes Nacionais e Estrangeiros	79
2.7.3	Programas de Recepção e Acolhimento ao Estudante Estrangeiro	80
3.	Políticas de Equalização de Oportunidades	81
3.1	Ampliação do Acesso à Universidade	82
3.2	Assistência ao Estudante	84
3.3	Programas de Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais	85

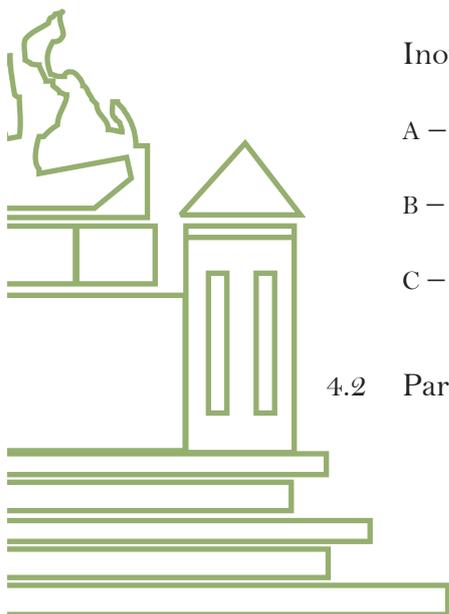
CAPÍTULO 3 – Gestão e Planejamento Institucionais 89

1	Política de Pessoal	90
1.1	Pessoal Docente	91
1.2	Pessoal Técnico-Administrativo em Educação	96
2	Infra-Estrutura Física e Tecnológica, Serviços de Apoio e de Logística	101
2.1	Recursos de Infra-estrutura Física e Instalações Prediais	102
2.1.1	Evolução do Patrimônio Imóvel da Universidade	103
	A – <i>Campus</i> Pampulha	103
	B – <i>Campus</i> Saúde	108
	C – <i>Campus</i> Regional de Montes Claros	109
2.1.2	Crescimento Vegetativo e para o Desenvolvimento Institucional	109

2.1.3	Manutenção Corretiva e Conservação do Espaço Físico	110
2.1.4	Ampliação da Infra-Estrutura Física	110
2.2	Gestão de Serviços de Apoio e Logística	111
2.3	Gestão Ambiental	112
2.4	Recursos de Infra-Estrutura Informacional e de Pesquisa	114
2.4.1	Sistema de Bibliotecas	115
2.4.2	Laboratórios	117
2.4.3	Recursos de Tecnologia da Informação e de Comunicação	119
2.4.4	Recursos Multimídia	123
3	Gestão Orçamentária e Financeira	125
3.1	Captação Institucional	127
3.2	Fundações de Apoio	128

CAPÍTULO 4 – Planejamento e Gestão da Inovação

1	Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT)	133
2	Programa Multidisciplinar de Doutorado em Bioinformática	136
3	Educação a Distância	137
4	Produção, Inovação e Transferência de Tecnologias	140
4.1	Coordenação das Ações de Produção Tecnológica, Inovação, Proteção Intelectual e Empreendedorismo	140
	A – Projetos de Inovação Tecnológica	141
	B – Proteção Intelectual e de Patentes	142
	C – Empreendedorismo	145
4.2	Parque Tecnológico	147



CAPÍTULO 5 – Planejamento e Gestão das Interações Institucionais

1	Cultura	151
1.1.	O Projeto de Ação Cultural da UFMG	154
2	Esportes e Lazer	157
3	Assuntos Estudantis	160
4	Divulgação Científica	161
4.1.	Espaço do Conhecimento	163
4.2.	Centro de Difusão da Ciência (CDC)	166
5	Comunicação Institucional	168
6	Editora UFMG	174
7	Cooperação Institucional	177

CAPÍTULO 6 – Política de Avaliação Institucional

1	Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Institucional	179
1.1	Processos de Acompanhamento e Avaliação	179
2	Avaliação das Atividades de Planejamento e Gestão	185
3	Impactos da Avaliação para a Revisão do PDI	185
	Cronograma de Implementação	187



CAPÍTULO 1 – PERFIL INSTITUCIONAL

1. FINALIDADES

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de julho de 1999, tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação técnico-profissional dos cidadãos, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais e internacionais e constitui-se, também, em veículo de desenvolvimento regional, nacional e internacional.

2. MISSÃO DA UFMG

Visando ao cumprimento integral das suas finalidades estatutárias e ao seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência nacional na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável.

3. BREVE HISTÓRICO¹

No século XVIII, a criação de uma Universidade em Minas Gerais já fazia parte do projeto político dos Inconfidentes. A proposta, entretanto, só veio a se concretizar na terceira década do século XX, no bojo de intensa mobilização intelectual e política que teve no então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sua principal expressão. Nesse contexto, pela Lei Estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais (UMG), pela reunião das quatro Instituições de Ensino Superior existentes, à época, em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, criada em 1892; a Faculdade de Medicina, criada em 1911; a Escola de Engenharia, criada em 1911; e a Escola de Odontologia e Farmácia, cujos cursos foram criados em, respectivamente, 1907 e 1911. O primeiro Reitor da UMG, nomeado em 10 de novembro do mesmo ano, foi Francisco Mendes Pimentel, Diretor da Faculdade de Direito, que foi sede da primeira Reitoria.

Um ano depois, os planos do Governo Estadual para a UMG voltaram-se à necessidade da construção de um complexo universitário, já então denominado Cidade Universitária. Como resultado de uma parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, foram colocados à disposição da UMG 35 quarteirões, com 639 lotes e área equivalente a 500.000 m², nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Contudo, essa localização, em plena zona urbana – e, em especial, de ocupação e valorização iminentes –, foi, à época, muito questionada, por se considerar que tal situação acabaria por implicar uma limitação ao crescimento futuro do espaço físico da Instituição. Em 1937, porém, o Interventor Benedito Valadares destinou, no âmbito de seu plano educacional, nova área para essa Universidade, nas proximidades do Parque Municipal.

Acontecimentos políticos, no entanto, deram outra direção à consolidação do desejado espaço universitário. Em um quadro em que o Governo do Estado Novo era hostilizado pela camada estudantil, a idéia de situar as universidades longe das regiões centrais das cidades tornou-se adequada ao sistema. Assim, em 1942, a Fazenda Dalva, situada na zona suburbana de Belo Horizonte, na região da Pampulha, foi desapropriada e destinada a sede da Cidade Universitária. Tal decisão foi aprovada pela comunidade universitária, por intermédio de Comissão criada para interlocução com o Governo, findo o período do Estado Novo, considerando-se a amplitude, tranqüilidade e topografia da área, sua relativa proximidade ao centro urbano e a facilidade de transportes.

A partir da década de 1960, iniciou-se a real implantação do *Campus* Pampulha. O Plano Diretor para a Cidade Universitária, que definia o sistema viário e o zoneamento das atividades por áreas de conhecimento e serviços, foi concluído em 1957, quando foram iniciadas as

¹ Parte desse histórico está baseada em MORAES, E. R. A. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971, 2 v.; DIAS, F. C. *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

respectivas obras de infra-estrutura e de apoio. Em seqüência, foram projetados e edificados os prédios da Reitoria, do Estádio Universitário – a ser construído pelo Estado –, do Instituto de Pesquisas Radioativas – atualmente sob administração do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), dos Institutos de Mecânica e Eletrotécnica – atual Colégio Técnico –, e de uma Unidade Residencial – hoje, Unidade Administrativa II –, cujo prédio, porém, se manteve inacabado por bom tempo. Prosseguindo em seu processo de expansão e diversificação, a já então denominada Universidade Federal de Minas Gerais incorporou e criou novas Unidades Acadêmicas e cursos: Escola de Enfermagem (1950), Escola de Veterinária (1961), Conservatório Mineiro de Música (1962), Escola de Belas Artes, Escola de Biblioteconomia (1963) – hoje, Escola de Ciência da Informação – e Escola de Educação Física (1969) –, hoje Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Com a aprovação de seu Plano de Reestruturação, em 1967, e o advento da Reforma Universitária, em 1968, a UFMG sofreu profunda alteração orgânica, principalmente no que se refere à estrutura do seu sistema de ensino. O desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia deu origem à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, ao Instituto de Ciências Biológicas e ao Instituto de Ciências Exatas – ambos responsáveis pela implementação dos ciclos básicos, respectivamente, de Ciências Biológicas e de Ciências Exatas –, ao Instituto de Geociências, à Faculdade de Educação e à Faculdade de Letras. O ciclo básico de Ciências Humanas, ministrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, foi instituído apenas em 1973. Ainda em 1968, elaborou-se um plano paisagístico que definiu diretrizes para a implantação definitiva do *Campus*, o qual foi sendo complementado, até o final dos anos 1990, mediante políticas específicas, o qual permitiram a ocupação do amplo terreno da Pampulha. Em 2001, fez-se a transferência da Faculdade de Odontologia para esse *Campus*.

Em 1998, foi instituída uma comissão para elaborar o Plano Diretor da UFMG. Embora esse Plano ainda não tenha sido aprovado pelo Conselho Universitário, os princípios norteadores e as proposições que o compõem balizam, até hoje, as decisões relativas ao espaço físico do *Campus* Pampulha. Nesse mesmo ano, foi instituído um projeto concernente à transferência, para esse *Campus*, das Unidades Acadêmicas localizadas na região central de Belo Horizonte, que visava à integração das diversas áreas do conhecimento, à ampliação do número de vagas e à promoção do desenvolvimento acadêmico dessa Universidade. Tal projeto, denominado *Campus 2000*, possibilitou, em 2004, a transferência da Faculdade de Farmácia para o *Campus* Pampulha, bem como a ampliação, reforma e modernização de algumas Unidades Acadêmicas nele instaladas anteriormente. Ainda em execução, esse projeto direciona-se, atualmente, à transferência, para o *Campus* Pampulha, da Escola de Engenharia e da Faculdade de Ciências Econômicas.

Assim, com a efetiva implantação desse *Campus*, iniciada na década de 1960, nele se encontram, hoje, 14 Unidades Acadêmicas, uma parte da Escola de Engenharia, uma Unidade Especial – a Escola de Educação Básica e Profissional, que abrange o Centro Pedagógico, o Colégio Técnico e o Teatro Universitário –, os prédios da Administração

Central da UFMG, a Praça de Serviços, a Biblioteca Universitária, a Imprensa Universitária, o Centro de Microscopia Eletrônica, os Restaurantes Universitários Setorial I e II, a Estação Ecológica e o Centro de Desenvolvimento da Criança – a “creche da UFMG” –, escola de Educação Infantil, que, a partir de 2007, passou a ser administrada pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Além do *Campus* Pampulha, em sua estrutura física atual a UFMG conta com o *Campus* Saúde, localizado na região central de Belo Horizonte, onde funcionam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e nove unidades prediais que compõem o Hospital das Clínicas, considerado centro de referência e excelência regional e nacional em medicina de alta complexidade. Em diferentes bairros de Belo Horizonte, localizam-se outras Unidades Acadêmicas – a Escola de Arquitetura, parte da Escola de Engenharia, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Direito –, além do Centro Cultural e do Museu de História Natural e Jardim Botânico. Fora da capital, funcionam o Núcleo de Ciências Agrárias, situado no *Campus* Regional de Montes Claros, e duas fazendas – uma experimental, em Igarapé, e outra modelo, em Pedro Leopoldo, ambas vinculadas à Escola de Veterinária. Em Diamantina, estão instalados o Instituto Casa da Glória (antigo Centro de Geologia Eschwege), órgão complementar e a Casa Silvério Lessa do Instituto de Geociências; em Tiradentes, situa-se o complexo histórico-cultural dirigido pela Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que compreende o Museu Casa Padre Toledo e os prédios do Fórum, da Cadeia e do Centro de Estudos.

Essa Universidade permaneceu como Instituição Estadual – UMG – até 17 de dezembro de 1949, quando foi federalizada. Nessa época, já lhe haviam sido integradas a Escola de Arquitetura (1944), a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia (1948). A Universidade Federal de Minas Gerais, cujo nome foi adotado em 1965, por determinação do Governo Federal, é pessoa jurídica de direito público, mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

As 19 Unidades Acadêmicas de Ensino Superior da UFMG abrigam 90 Departamentos, que ministram 49 cursos de Graduação presenciais e seis na modalidade a distância, que implicam 62 opções de curso no Vestibular, e, também, 70 cursos de Especialização, 38 programas de Residência Médica, 67 programas e 120 cursos de Mestrado e Doutorado. No campo da pesquisa, presentemente, atuam nessa Universidade 645 grupos, formalmente cadastrados no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dando cumprimento a essas atividades, atuam 3.623 pesquisadores, dos quais 1.879 são Doutores ou Livre-Docentes. Com base nos dados de 2006, a UFMG mantém 23.517 alunos regularmente matriculados nos seus cursos de Graduação, mais de 6.000 alunos na Pós-Graduação *stricto sensu* e 1.632 estudantes na Educação Básica e Profissional. Com a oferta de 595 cursos de extensão, o desenvolvimento de 79 programas e 364 projetos não-vinculados a programas, além de inúmeros eventos e prestações de serviços, essa Universidade beneficia, anualmente, um público aproximado de dois milhões e meio de pessoas.

No Concurso Vestibular para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFMG, em 2007, foram oferecidas 4.674 vagas para os diversos cursos de Licenciatura e Bacharelado, distribuídas entre o turno diurno – 3.714 vagas, ou seja, 79% do total disponibilizado – e o turno noturno – 960 vagas, ou seja, os 21% restantes. Para ingresso nos cursos de Pós-Graduação dessa Universidade, ao longo de 2006, foram oferecidas, aproximadamente, 3.500 vagas, distribuídas entre os cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado. Em 2007, para ingresso nos cursos de Educação Básica e Profissional, foram abertas 448 vagas. Os cursos de Licenciatura na modalidade a distância começaram a funcionar, também em 2007, com a oferta de um total de 500 vagas.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa sua trajetória desde a fundação, a UFMG tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação expressiva em Comitês de Assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em Comitês Editoriais de revistas científicas e em diversas Comissões de Normas Técnicas.

Como Instituição de Ensino Superior integrante do Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro, a UFMG é a maior Universidade Pública do Estado de Minas Gerais e destaca-se não apenas pela abrangência de sua atuação, mas também pelos mais elevados índices de produção intelectual, características que justificam sua posição de referência e de liderança, tanto regional quanto nacional. Estatísticas recentes atestam a importância da produção científica dessa Universidade. Segundo levantamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre as 11 Instituições de Ensino Superior do País cuja produção mais cresceu no período 1996-2006, o índice de crescimento da UFMG foi de 258%, superior ao das cinco que a antecedem nesse *ranking*. Pesquisa feita no *Web of Science*, considerando as Instituições Universitárias brasileiras que mais publicam artigos científicos de impacto, indica que a produção científica da UFMG ocupa a quinta posição, com média de citação por artigo de 2,61. Levantamento internacional recente, que avaliou o número de artigos publicados e indexados e a *performance* acadêmica *per capita* de todas as Universidades atualmente existentes, situa a UFMG entre as 500 maiores do mundo.

4. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

A gestão responsável de uma Instituição de Ensino Superior pública como a UFMG deve, primeiramente, preservar os patamares de solidez e de qualidade atingidos ao longo de décadas de investimentos de toda ordem, dado seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro. Essa Universidade tem atuado, sempre, no sentido de defender esse patrimônio de maneira lúcida e transparente, sem corporativismo, mas em nome do interesse público e do futuro do País. Para tanto, continuamente, busca orientar-se pelos seguintes princípios:

- Defesa de um Sistema de Educação Superior sólido, diversificado, dotado de padrões crescentes de qualidade, atendidos os requisitos de infra-estrutura e recursos humanos, capazes de manter tal sistema nas melhores condições de funcionamento possíveis.
- Estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes de legitimidade institucional.
- Gratuidade do ensino, entendida como não-cobrança de anuidade ou mensalidade nos cursos regulares de Educação Básica e Profissional, de Graduação, de Mestrado e de Doutorado.
- Afirmação do caráter público e da identidade acadêmica da Instituição.
- Defesa permanente da autonomia universitária.
- Interação continuada com a sociedade.
- Integração e interação com os demais níveis e graus de ensino.
- Consolidação crescente de programas voltados à inserção nacional e internacional.
- Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à busca de sociedades não-discriminatórias, mais igualitárias e mais justas.
- Gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Instituição.
- Aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, que priorize a estrutura colegiada e o permanente diálogo com todas as instâncias constitutivas da comunidade universitária.
- Respeito à diversidade das forças que constituem a Instituição, fonte de sua maior riqueza, em que se incluem tanto os segmentos docente, discente e de funcionários técnico-administrativos, quanto os diferentes perfis de atuação individual e de campos disciplinares.

5. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A UFMG desenvolve programas e projetos de ensino, nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento. Ocupa-se, também, da oferta de cursos de Educação Básica e Profissional – na Escola de Educação Básica e Profissional, no *Campus* Pampulha, e no Núcleo de Ciências Agrárias, no *Campus* Regional de Montes Claros. Além de se constituírem um campo de experimentação para a formação no Ensino Superior, esses sistemas de Educação Básica e Profissional da UFMG compõem um *locus* de produção teórica e metodológica sobre questões referentes a esses níveis de ensino, inclusive de propostas de integração entre ambos.

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Compõem a UFMG os seguintes órgãos, distribuídos de acordo com suas respectivas esferas de competência:

Deliberação Superior

- Conselho Universitário²
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Fiscalização

- Conselho de Curadores

Administração Superior

- Reitoria e seus órgãos auxiliares
- Conselho de Diretores

Ensino, Pesquisa e Extensão

- Unidades Acadêmicas
- Unidades Especiais
- Órgãos Suplementares

Consulta

- Conselho de Integração Comunitária³

Ao Conselho Universitário incumbe formular a política geral da Instituição nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. É integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, pelos Diretores-Gerais das Unidades Especiais não-vinculadas a Unidades Acadêmicas, por representantes docentes, discentes e servidores técnico-administrativos nos termos do Estatuto da UFMG, bem como por representação do Conselho de Integração Comunitária.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão técnico de supervisão e de deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão, compete exercer, entre outras, as seguintes funções: estabelecer as diretrizes do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade; submeter ao Conselho Universitário proposta de criação de Câmaras Acadêmicas; manifestar-se sobre criação, desmembramento, fusão e extinção, pelo Conselho Universitário, de Unidades Acadêmicas, Unidades Especiais, Departamentos ou estruturas equivalentes; estabelecer as condições para criação e atribuição de atividades acadêmicas curriculares; fixar número de vagas; aprovar o currículo, o projeto de funcionamento e o regulamento de cursos de Graduação,

² O Conselho Universitário tem a Auditoria Geral como órgão de assessoramento.

³ Órgão definido estatutariamente, mas ainda não-instalado na UFMG.

Mestrado e Doutorado, bem como de cursos sequenciais que conduzam a diploma e outros; e determinar a localização dos Colegiados de Curso, por proposta das respectivas Câmaras, observado o disposto no Estatuto da UFMG. Esse Conselho é integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores que presidem as Câmaras Acadêmicas – de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão – e por representantes docentes e discentes nos termos do Estatuto da UFMG.

Aos Colegiados de Curso incumbe a coordenação didática de cada curso de Graduação e de Pós-Graduação. Compete-lhes, entre outras funções: orientar e coordenar as atividades do curso e propor ao Departamento, ou estrutura equivalente, a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem; referendar os programas das atividades acadêmicas curriculares que compõem o curso, nos termos do art. 49 do Estatuto da UFMG; decidir das questões referentes a matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso. A composição do Colegiado de Curso é estabelecida no respectivo regulamento, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A juízo desse Conselho, poderão ser criados Colegiados Especiais, sujeitos à aprovação pelo Conselho Universitário.

6.1 Organização Administrativa

A Administração do ensino, da pesquisa e da extensão na UFMG é regulamentada por normas estatutárias e regimentais, bem como por resoluções baixadas pelos órgãos competentes.

A Reitoria, órgão de Administração Geral, supervisiona e controla a execução das atividades administrativas da Universidade e, para esse fim, compete-lhe estabelecer as medidas regulamentares cabíveis. É integrada pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelas Pró-Reitorias, pela Procuradoria Jurídica e por Assessorias.

Nos termos do Estatuto da UFMG, o Reitor e o Vice-Reitor, com mandato de quatro anos, são nomeados pelo Presidente da República, que os escolhe em lista tríplice de docentes, organizada em reunião conjunta do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Curador. O processo de consulta à comunidade universitária para escolha do Reitor e do Vice-Reitor, que precede a elaboração dessa lista tríplice, é estatutário e regulamentado pelo Conselho Universitário. Podem concorrer à lista tríplice os docentes da UFMG, desde que membros da carreira de Magistério Superior e em efetivo exercício, respeitada a legislação vigente. Os Pró-Reitores, o Procurador-Geral e os Assessores são de livre escolha do Reitor.

Entre as atribuições do Reitor, incluem-se: representar a UFMG em juízo e fora dele; administrar, superintender e fiscalizar as atividades da Instituição; presidir reuniões de

órgãos colegiados dessa Universidade; nomear os Diretores e Vice-Diretores das Unidades Acadêmicas, empossando-os em sessão pública; nomear e empossar os dirigentes de órgãos e repartições da área administrativa e de Órgãos Suplementares; praticar, por proposta fundamentada pelos órgãos competentes, os atos relativos a admissão, vida funcional e exoneração ou demissão dos servidores docentes e técnico-administrativos da Instituição; apresentar, anualmente, ao Conselho Universitário, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral da UFMG, o plano de trabalho, o orçamento, o relatório e a prestação de contas de sua gestão; conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos.

O Conselho de Diretores é órgão de assessoria executiva da Administração Superior da UFMG, competindo-lhe traçar normas operacionais para matérias aprovadas pelo Conselho Universitário, decidir daquelas que lhe forem delegadas por esse órgão e assessorar nas de competência do Reitor. Integram esse Conselho o Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores das Unidades Acadêmicas, os Diretores-Gerais das Unidades Especiais e representantes do corpo discente, nos termos do art. 78 do Estatuto da UFMG, e do corpo técnico-administrativo, nos termos do art. 84 do mesmo documento.

As Unidades Acadêmicas, estabelecimentos de ensino que possuem sede e estruturas administrativas próprias, realizam atividades de pesquisa e de extensão e oferecem cursos superiores que resultam na concessão de diplomas de Graduação e de Pós-Graduação. As Unidades Acadêmicas podem se organizar de forma a contemplar estruturas de nível hierárquico a elas inferior, sendo a estrutura departamental uma das suas formas possíveis de organização. Essas Unidades são administradas pela Congregação e pela Diretoria. A Congregação, cuja competência é supervisionar a política de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Unidade Acadêmica, é integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e por representantes dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo, nos termos do Estatuto. Ao Diretor compete atuar como principal autoridade administrativa da Unidade Acadêmica, supervisionando as atividades didático-científicas e dirigindo os serviços administrativos, em que se incluem pessoal, finanças e patrimônio.

O art. 38 do Estatuto da UFMG, que permite formas diversificadas de organização das Unidades Acadêmicas, complementa, no § 1º, que “uma das formas possíveis de organização das Unidades é a estrutura departamental”. Às Câmaras Departamentais cabe, sob a presidência dos respectivos Chefes, entre outras atribuições, planejar e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos, bem como avaliar os planos de trabalho dos docentes a eles vinculados e atribuir-lhes encargos; estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do Departamento e propor aos Colegiados de Curso os créditos correspondentes; propor a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações do regime de trabalho desses; manifestar-se sobre o desempenho de docentes e de servidores técnico-administrativos, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão. No âmbito dos Departamentos, atuam, ainda, as Assembléias Departamentais, a que compete o exercício de funções consultivas em relação às Câmaras Departamentais.

A Faculdade de Letras, uma das Unidades Acadêmicas da UFMG trabalha, desde 2003, com um modelo distinto de administração, que extinguiu os Departamentos, substituindo-os por quatro Câmaras: a de Recursos Humanos, a de Ensino, a de Pesquisa e a de Extensão. Até o momento, tal modelo mantém-se restrito a essa Unidade.

As Unidades Especiais promovem atividades de ensino, pesquisa e de extensão, mas não oferecem cursos que resultem na concessão de diplomas de Graduação. As atividades de Educação Básica, por exemplo, são desenvolvidas na Escola de Educação Básica e Profissional – integrada pelo Centro Pedagógico, pelo Colégio Técnico e pelo Teatro Universitário – e em outros cursos referentes ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e à Educação Profissional. Essa Unidade Especial é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Diretor, a Diretoria, a Coordenadoria Pedagógica da Educação Básica e a Coordenadoria Pedagógica da Educação Profissional.

A Universidade dispõe, ainda, de Órgãos Suplementares, vinculados à Reitoria, e de Órgãos Complementares, vinculados às Unidades Acadêmicas. Sem lotação própria de pessoal docente, os Órgãos Suplementares e Complementares colaboram para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Seu funcionamento é disciplinado por regimentos próprios, aprovados, respectivamente, pelo Conselho Universitário e pelas Congregações das respectivas Unidades Acadêmicas.

7. INSERÇÃO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

A UFMG é uma Instituição de Ensino Superior pública historicamente comprometida com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País. Para consolidar tal missão, essa Universidade procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais em andamento ou em fase de planejamento.

Partindo da compreensão de que a Educação Superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFMG constrói formas efetivas de cooperação institucional – bi e multilaterais – nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas de maior impacto acadêmico e social, com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão, pela comunidade universitária, de que a expansão do Ensino Superior público, gratuito e de qualidade constitui um instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar situações de desigualdade social que se verificam tanto intra-regional e inter-regionalmente quanto em cenários internacionais.

A inserção da UFMG no Estado e no País operacionaliza-se de forma variada. Em primeiro lugar, pela participação na titulação e qualificação de docentes de outras Instituições de Ensino Superior públicas, comunitárias e privadas, em atendimento a demandas individuais ou com vistas ao desenvolvimento de parcerias interinstitucionais. Nessa perspectiva, podem-se citar, por exemplo, projetos de cooperação 1) regional, como as estabelecidas com a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como com a Universidade Estadual de Montes Claros; 2) inter-regional, como as parcerias da UFMG com Instituições de Ensino Superior de outros Estados, que já resultaram, por exemplo, na titulação de, aproximadamente, uma centena de Mestres e Doutores da Região Amazônica; e 3) internacional, como a participação da UFMG em Programas de Estudante/Convênio de Graduação e de Pós-Graduação. Além desses projetos, merecem destaque os diversos programas de mobilidade discente em vigor na Universidade. Entre 2002 e 2005, por exemplo, a mobilidade de alunos da UFMG para o exterior cresceu significativamente, em termos tanto de novos programas criados quanto de número de estudantes intercambistas. Foi, também, bastante significativo o crescimento do número de alunos estrangeiros participantes em programas de intercâmbio na UFMG, em que se devem considerar, de modo especial, aqueles que permaneceram na Instituição por até dois semestres.

Em segundo lugar, pela proposição de projetos de cooperação que não se esgotam nessas finalidades, mas se estendem, em muitos casos, à formação de núcleos de ensino, pesquisa e extensão voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a qualidade e a relevância social das produções acadêmico-científicas, tecnológicas e culturais.

Em terceiro lugar, pelo desenvolvimento de projetos especiais voltados à integração de seus docentes e estudantes – particularmente dos que, geralmente no último ano do curso, já estão fazendo estágio –, mediante programas de extensão e pesquisa promovidos em Instituições da rede pública e em Organizações Não-Governamentais, sediadas no País e no exterior. Um desses projetos de maior impacto social e regional compreende um conjunto de atividades que se realizam, sob a responsabilidade dessa Universidade, no Hospital das Clínicas, unidade hospitalar de referência nacional integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece assistência ambulatorial, clínica e cirúrgica à população em geral, nas mais diversas áreas de especialidade. Para assegurar o cumprimento da sua missão acadêmica, aliada à sua missão social, em que se incluem consultas e demais procedimentos disponibilizados para milhares de pacientes/mês, oriundos de diferentes regiões do Estado e do País, em sua maioria, carentes, esse Hospital dispõe de nove Unidades de Atendimento. Essas Unidades ocupam uma área construída de 50.000 m² e contam com uma equipe de, aproximadamente, 2.500 funcionários especializados, 250 residentes, 400 docentes de várias áreas da Saúde, 2.000 acadêmicos e, ainda, um grupo de voluntários que apóiam as várias atividades nelas desenvolvidas.

Ainda na área da Saúde, é preciso destacar o Internato Rural e o Programa Saúde da Família. O primeiro objetiva ampliar a formação dos futuros profissionais da Saúde

por inserção deles no trabalho de campo, sobretudo em regiões periféricas do interior do Estado. Assim, sob a orientação de professores e a supervisão de profissionais da área, os estudantes de Medicina, quase em fase de conclusão do curso, prestam atendimento a amplos contingentes populacionais que, de outra forma, não teriam acesso à atenção médica. O segundo visa à formação de equipes multiprofissionais, em parceria com os Setores Públicos de Saúde da União, do Estado e dos municípios. Além de se dedicarem ao atendimento direto à população, essas equipes atuam, também, no sentido de mudar paradigmas no trato da saúde, priorizando o atendimento domiciliar, o cuidado preventivo da saúde, a formação continuada dos profissionais de saúde e a valorização de recursos do meio sociocultural em que vivem os pacientes, entre outros procedimentos.

Concomitantemente a essas ações na área da Saúde, outra das prioridades da UFMG consiste na interiorização das suas atividades, o que se dá tanto pelo fortalecimento dos seus espaços de atuação situados no interior do Estado – o *Campus* Regional de Montes Claros; o Instituto Casa da Glória, em Diamantina; a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, em Tiradentes – quanto pela proposição de programas e projetos de extensão universitária, ou de ação cultural, muitos deles de amplo alcance – entre outros, o Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, o Projeto Manuelzão e o Festival de Inverno.

Nessa perspectiva de interiorização, merece atenção especial o *Campus* Regional de Montes Claros. Situado em uma região de transição geográfica, econômica e sociocultural, considerando-se o contexto nacional, esse *Campus* Regional identifica, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como sua missão primordial, “realizar ensino, pesquisa e extensão de qualidade, formando recursos humanos capazes de exercer a cidadania e de promover o desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro”. Funcionando, atualmente, nesse *Campus*, como Unidade Especial, o Núcleo de Ciências Agrárias está em processo de transformação em Unidade Acadêmica, o que deverá fortalecer as condições de oferta, em Montes Claros, de novos cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

Outro instrumento importante, nesse processo de interiorização, é o credenciamento da UFMG para a oferta de ensino a distância. A partir da sua participação no Projeto Veredas (2002-2005), pelo qual foram titulados por diversas Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais, em nível de Graduação – Licenciatura Plena –, 14.700 professores das redes públicas de diversos municípios desse Estado, essa Universidade tem contribuído para que as exigências legais quanto à formação de docentes da educação básica possam ser atendidas. Além disso, construiu ampla experiência pedagógica, que lhe está permitindo investir no ensino a distância, mediante a oferta de novos cursos, sempre buscando manter o mesmo padrão de qualidade que tem caracterizado sua atuação no ensino presencial. No âmbito do Programa Pró-Licenciatura (Prolicenciatura), patrocinado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), a UFMG já está oferecendo dois cursos de Licenciatura na modalidade a distância – a Licenciatura em Química e a Licenciatura em

Ciências Biológicas –, em quatro pólos: Araçuaí, Governador Valadares, Montes Claros e Teófilo Otoni. Pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), foram contemplados, no Vestibular da UFMG de 2008, outros seis pólos, ou seja, Conselheiro Lafaiete, Buritis, Campos Gerais, Corinto, Formiga e Uberaba. Paralelamente, essa Universidade vem coordenando nova oferta do Projeto Veredas, pela Rede Veredas, composta por 14 Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais. Na mesma linha, deve-se destacar o Telessaúde, programa de atendimento a distância do Hospital das Clínicas, que, desde 2001, tem feito investimentos em várias áreas – por exemplo, o Projeto BH-Telemed, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e o Telecardiologia, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, ambos já em funcionamento.

Seja na constituição de redes colaborativas, seja na realização de projetos de ensino e pesquisa bilaterais ou consorciados, a UFMG tem fomentado um diálogo produtivo e desenvolvido projetos de impacto no cenário nacional. Pela própria dimensão dessa Instituição, suas ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão estendem-se, hoje, pelo País afora, por intermédio de programas de cooperação acadêmica com Instituições e Órgãos de Ensino e Pesquisa de outros Estados, numa iniciativa fortemente induzida e apoiada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) e, ainda, pelos Fóruns Universitários de Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

A par dessa inserção regional e nacional, a UFMG tem tido presença marcante em importantes redes e consórcios internacionais interuniversitários. A cooperação acadêmica e científica multilateral tornou-se uma nova necessidade não somente no estabelecimento de parcerias de qualidade geradoras de conhecimento e na formação de grupos temáticos, que envolvem vários países e continentes, mas também como força política na defesa da educação como bem público e na luta contra uma globalização predatória e geradora de crescentes desigualdades. Entre os consórcios de que a UFMG tem participado ativamente, destacam-se o Grupo Montevideú, que tem como foco central o Mercosul e engloba instituições do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile; o Grupo Tordesilhas, de que participam Instituições da Espanha, Portugal e Brasil; o Grupo Columbus, composto por Universidades européias e latino-americanas; a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP); o Portal *Universia*, que estabelece interação, via redes de *website*, para acesso a informações e serviços destinados à comunidade universitária; o Conselho Universitário Iberoamericano (CUIB); e a Rede de Universidades Euro-latinoamericanas, cujo encontro bianual ocorreu na UFMG, em julho de 2003, com a participação de mais de 150 Reitores e professores dessas Universidades. Muitas das atividades desses consórcios têm produzido excelentes resultados, criando condições para novas formas de cooperação, como no caso da Associação de Universidades do Grupo Montevideú, que impulsiona a parceria com os países da América do Sul, mediante ações e pesquisas conjuntas, que se realizam no interior de Núcleos Disciplinares e Comitês Acadêmicos, e por meio de intercâmbios concretizados no âmbito do Programa Escala, de mobilidade docente e discente. A propósito, deve-se

destacar, ainda, que, em setembro de 2007, a UFMG sediou a realização do Congresso de Reitores Latinoamericanos e Caribenhos, uma iniciativa associada da Universidade com o Iesalc/Unesco, que contou com a participação de mais de 130 Reitores e Vice-Reitores de 29 países da América Latina e do Caribe.

A colaboração científica, cada vez mais ativa, com Centros de Pesquisa e Universidades de excelência internacional tem como meta o aprofundamento e a consolidação institucional da internacionalização, que, traduzida na proposta de uma UFMG expandida, é uma via para a inserção afirmativa dessa Instituição no movimento internacional de circulação de idéias e de experiências relativas ao conhecimento científico e à educação. Nos próximos anos, essa proposta deverá reverter-se em novas parcerias e colaborações construídas em torno de quatro eixos de atuação – a saber, América do Norte, Europa, África e América Latina. Nestes dois últimos continentes, em especial nos países africanos de Língua Portuguesa, serão objetos de ações prioritárias.

Voltada, precipuamente, à formação de qualidade dos seus alunos, em todos os níveis, a UFMG atua de forma comprometida com o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico e social do Estado, da Região e do País. Agregada a essa missão acadêmica, essa Universidade assume as responsabilidades de 1) desenhar soluções para os problemas socioeconômicos de Minas Gerais, do Brasil e de países cooperantes; e 2) qualificar e oferecer educação permanente aos indivíduos e às comunidades das diferentes localidades que abrigam os inúmeros projetos e programas extramurais.

Essas ações interinstitucionais possibilitam à UFMG manter-se de portas abertas para a sociedade, numa enriquecedora troca de experiências, construindo uma rede de ações e intervenções transformadoras em áreas temáticas distintas, definidas segundo prioridades sociais regionais e nacionais.

8. CONTROLE SOCIAL

O controle social é uma prática que, gradativamente, vem sendo adotada pela sociedade brasileira, em todos os setores, sobretudo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Por controle social entende-se a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados. Essa prática, desenvolvida em vários níveis – por exemplo, o Orçamento Participativo ou os Conselhos Municipais de Saúde –, procura fortalecer, de modo geral, a participação do cidadão em todas as áreas sob a tutela do Estado.

Algumas áreas de atuação da UFMG têm experimentado, com sucesso, a participação da sociedade, de maneira efetiva, com possibilidade de contar não somente com a opinião da população mas também com interferências positivas desta em suas ações. Podem-se citar, como exemplos, o Conselho de Saúde do Hospital das Clínicas e o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. Ambos iniciaram essa experiência por força de lei – mais precisamente, da

Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde – e, atualmente, é impossível prescindir de tal participação. Em outras áreas, essa presença tem ocorrido por determinação da própria UFMG, quando se faz necessário avaliar a população diretamente beneficiada, o que ocorre no caso de atividades desenvolvidas em comunidades – entre outras, o Internato Rural e alguns Programas de Extensão.

A UFMG entende que, um primeiro passo para a prática do controle social em uma Instituição pública consiste em possibilitar à sociedade conhecer as atividades que realiza, seu nível de abrangência e de relevância e os resultados obtidos. Entende-se, portanto, a visibilidade pública como fundamental na prática do controle social. O pressuposto considerado pela Instituição é o de que tudo aquilo que se passa intramuros é de interesse da sociedade e, por isso, deve ser compartilhado socialmente, para dar sentido à missão e aos valores por ela defendidos.

Nesse sentido, a UFMG tem intensificado ações visando a dar transparência à sua atuação. Assim, a partir de 2002, investiu em melhorias no seu Portal, pela *Internet*, que resultaram no aumento do patamar de 90 mil visitas/mês, nesse ano, para um milhão de visitas/mês em 2007; no lançamento da revista *UFMG Diversa*, cuja primeira edição foi dada a público em agosto de 2002; no estabelecimento de uma programação efetiva e de qualidade na TV UFMG, núcleo de produção que veicula seus programas pelo Canal Universitário de Belo Horizonte – TV a cabo NET/canal 12 e WAY/canal 14; na instalação da rádio UFMG Educativa, 104.5 FM, 24 horas no ar; na implantação da Mostra das Profissões; no lançamento do projeto Quem Sabe, Catálogo de Especialistas e Especialidades da UFMG, que contém informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo corpo docente da Instituição.

A participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados das políticas públicas, no entanto, requer a constituição de órgãos colegiados deliberativos, representativos da sociedade, de caráter permanente. Estes podem ser constituídos por Conselhos, que se constituem espaços públicos de articulação entre instituições públicas e sociedade. Desse modo, a UFMG poderá continuar percorrendo o caminho já iniciado, praticando a política já estabelecida e vislumbrando sempre que o controle social é um instrumento para que ela possa agir de modo interativo, equilibrando forças e interesses. Esse seria um novo padrão de relacionamento, pelo qual a sociedade contribuiria para a solução de seus dilemas e decisões, considerando, principalmente, que a UFMG é uma Instituição da e para a sociedade.



CAPÍTULO 2 - PLANEJAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

As diretrizes que orientam o Planejamento Didático-Pedagógico da UFMG foram estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta Instituição em 29 de março de 2007. Neste capítulo, acrescentam-se objetivos, metas e ações concernentes à execução dessas diretrizes.

1. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A Universidade é uma Instituição sabidamente complexa e envolve uma ampla gama de atividades, cujo volume não cessa de crescer. Transformações internas ao campo do conhecimento, repercussões decorrentes das mudanças sociais e esforços visando a uma maior aproximação entre a Instituição Universitária e a sociedade são, entre outros, fatores que evidenciam estarmos diante de um cenário inédito. Exige-se, diante disso, que os responsáveis pela administração institucional dediquem uma atenção constante à busca de um equilíbrio que, mantendo a identidade já quase milenar da Universidade, permita a ela, igualmente, responder aos novos desafios colocados pelas sociedades contemporâneas.

O desenvolvimento do conhecimento, atividade que singulariza a Universidade, deve ser pensado a partir de dois eixos distintos e complementares. De um lado, trata-se de construir e implementar, em todos os níveis, políticas capazes de favorecer as condições que permitam a efetiva produção de conhecimento nas áreas as mais diversas. De outro, trata-se de formar quadros capazes de reter, transmitir e produzir conhecimento. Entretanto deve-se ter em vista que, em última análise, a atividade universitária desemboca numa formação apurada de pessoal, apto a atuar de forma academicamente inovadora e socialmente comprometida com os valores do permanente desenvolvimento social e humano.

É em vista dessa meta de natureza ética que devem ser pensadas as instâncias formativas com que conta a Universidade. Ensino, pesquisa e extensão, ao lado da dinâmica interna a cada uma dessas dimensões, devem, de forma concertada, proporcionar a formação consistente, seja do ponto

de vista acadêmico, seja do ponto de vista social, que cumpre esperar de Instituição Pública de Ensino Superior.

A partir desses princípios, deve ser conduzida a ação pedagógica na Universidade Federal de Minas Gerais. No âmbito da Graduação, cada um dos nossos cursos deve ancorar-se numa proposta conceitual que indique seu histórico, sua contextualização e o perfil profissional que é visado para o formando. Cada currículo, devidamente discutido nos Conselhos Superiores da Universidade, deve conter uma dimensão mais universal ou básica e o componente mais propriamente profissionalizante. Entretanto, sem a criação de recursos e mecanismos que promovam atividades inter e multidisciplinares, tão demandadas pelas profissões típicas de sociedades complexas e desenvolvidas, os currículos sofreriam um rápido processo de defasagem. É tendo isso em vista que eles devem ser compostos a partir de política curricular institucional, consubstanciada no princípio da flexibilização curricular, conforme disposto na Manifestação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 19 de abril de 2001. É cada vez mais evidente, e isso é demonstrado à sociedade no mundo contemporâneo, que a competência específica, não importa em qual área, já não pode ser adquirida se a formação se restringe ao que ortodoxamente pertence à área em vista. Serão formados melhores médicos se, além dos conhecimentos inerentes à formação médica mais específica, acrescentarmos aqueles provenientes de áreas complementares, suscetíveis de uma permanente revisão. Assim oxigenados, os currículos serão capazes de abrigar as mudanças exigidas pelo campo de formação do estudante.

A essa preocupação com uma formação sempre mais qualificada do ponto de vista acadêmico, soma-se uma outra: a criação das condições que permitam ao aluno uma crescente interação com os processos sociais de uma forma mais geral. Essa dupla orientação na formação deve se desdobrar na construção de conteúdos, habilidades, competências e atitudes, por meio de recursos pedagógicos que vão da aula teórica ao seminário, da aula prática, no laboratório ou no campo, ao estágio, da monografia à diversidade de situações geradoras de créditos, como a participação em projetos de pesquisa, extensão, iniciação científica e frequência a congressos e colóquios. Deve merecer especial atenção o acesso crescente dos estudantes a bolsas decorrentes de programas especiais de formação discente. Na medida em que tais valores estejam consubstanciados numa política da Instituição, deve ser possível, a propósito de cada currículo praticado, observar sua pertinência em relação aos princípios gerais. Por compreender ações intencionais de formação e a construção, organização e realização das atividades de todos os envolvidos, o Projeto Pedagógico deve extrapolar a perspectiva curricular, incorporando as dimensões acadêmicas, de política institucional e da sociedade no seu conjunto.

No domínio dos programas de Pós-Graduação, seja no Mestrado, seja no Doutorado, devem estar presentes os mesmos valores que indissociam a formação acadêmica da atenção à relevância social. Graduações qualificadas – essa é a dinâmica do conhecimento – desembocam necessariamente em programas de Pós-Graduação igualmente qualificados. Esses mesmos programas, robustecidos, retornam sobre a Graduação, gerando um círculo virtuoso. Na medida em que estão mais próximos da linha móvel que assinala a fronteira do conhecimento, os programas de Pós-Graduação acham-se diante do desafio de formar pesquisadores com alta competência na área específica e com sensibilidade para a detecção das

aproximações que o objeto de investigação demanda. Assim, ao lado de programas mais ortodoxamente disciplinares, a UFMG deve incentivar a formação de programas multidisciplinares. Por outro lado, deve desenvolver, a propósito da formação do Pós-Graduando, não importa em qual área, uma atitude de escuta atenta ao que, de um ponto de vista mais tradicional, estaria fora do seu campo de interesse. Nos diversos programas, respeitada a especificidade de cada um, a Universidade deve estabelecer mecanismos de aproximação crítica com a agenda social, entendida de forma ampla. A dimensão da pesquisa, condição inseparável da qualificação de uma Universidade é, de forma muito evidente, uma presença nuclear na Pós-Graduação. Entretanto os programas de iniciação científica, entendidos na dupla via da inclusão do graduando numa pesquisa mais específica ou como recurso na formação mais geral do estudante, devem estar disponíveis nos períodos iniciais da Graduação e se constituem em instâncias de aquisição de créditos.

Tanto na Pós-Graduação como na Graduação, os laços que atam a Universidade com a sociedade devem estar presentes na formação. As ações de extensão, indicações da relevância social presente na formação dos estudantes, devem converter-se em objetos de pesquisa e em temas disciplinares que sejam trabalhados em sala de aula, seja na Graduação, seja na Pós-Graduação. O componente da extensão é parte inseparável da formação do estudante. Entendida como produção efetiva de conhecimento e como intervenção mais imediata na realidade que cerca a Universidade, as atividades de extensão indicam o tipo de interação com a sociedade que a UFMG acredita como apropriada a uma Instituição Pública de Ensino Superior. Seja no que diz respeito às políticas públicas, seja no que diz respeito à construção de um espaço privilegiado de interdisciplinaridade, seja na aproximação do ensino com os desafios postos por problemas mais complexos de intervenção social a partir de recursos de conhecimento, a extensão deve constituir-se em um instrumento singular e insubstituível na formação do estudante da UFMG. Nela estará alocado, com recursos próprios da Instituição, um amplo número de bolsas discentes.

A atuação de cada uma dessas instâncias, que, juntas, integram e conferem identidade ao Projeto Pedagógico da UFMG, deve ser objeto de constantes avaliações. A cultura da avaliação, já em curso há bastante tempo entre nós, deve ser atribuída crescente importância, atestada, de forma inequívoca, em cada Plano de Desenvolvimento Institucional.

Longe de entender a ação pedagógica como sendo de menor relevância ou como um aspecto secundário na sua atuação, a UFMG considera que a formação qualificada e responsável de pessoal, professores, pesquisadores e profissionais nas mais diversas áreas e instâncias – no ensino de Graduação e de Pós-Graduação, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação Profissional e nos programas especiais de formação – constitui uma tarefa intransferível da Universidade Pública Brasileira e condição da viabilidade de uma sociedade justa e inclusiva.

Nesse sentido, a UFMG não se furtará a discriminar diretrizes pedagógicas mais específicas, capazes de traduzir no cotidiano os princípios a seguir, norteadores da Instituição.

- I. *A elaboração e implementação de propostas curriculares comprometidas com a inserção regional e nacional.*
- II. *A flexibilidade curricular, embasada na ampliação do conceito de atividade acadêmica e no entendimento do conceito de percurso para fins de integralização curricular.*
- III. *A consistência e qualidade dos projetos acadêmicos, propiciando aos alunos liberdade de acesso ao conhecimento, autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, atuação ética e formação em sintonia com as necessidades regionais e nacionais.*
- IV. *A inserção internacional de alunos de Graduação e Pós-Graduação.*
- V. *A revitalização permanente dos currículos acadêmicos, ancorados em avanços conceituais e metodológicos.*
- VI. *O estímulo ao desenvolvimento de projetos e programas inter, multi e transdisciplinares.*
- VII. *A integração permanente e efetiva entre os níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão.*
- VIII. *A construção de uma política de acesso e oportunidades que garanta níveis de equidade sempre mais satisfatórios.*
- IX. *A condução de processos avaliativos realimentadores do projeto acadêmico institucional, como vetor indispensável à consecução de níveis crescentemente qualificados de funcionamento dos cursos e programas, bem como à prestação de contas à sociedade por parte da Instituição.*
- X. *O compromisso com o avanço qualitativo dos projetos pedagógicos, em particular com o aprofundamento das questões conceituais e experimentais que dizem respeito à educação básica e profissional.*
- XI. *A implementação de programas em educação a distância como instrumento de disseminação de uma formação superior qualificada.*

Tais diretrizes buscam traduzir no cotidiano da Instituição o seu ideário fundamental. Certamente que se trata de um processo sempre em vias de construção, seja em virtude dos obstáculos que se apresentam, seja em virtude das eventuais colisões entre as forças constitutivas da vida acadêmica num cenário, como é o dessa Universidade, caracterizado pela aposta permanente na controvérsia democratizada e academicamente qualificada. Essa proposta inovadora modifica profundamente os paradigmas da formação universitária em vigor e, para se tornar realidade em toda a Instituição, demanda alguns anos para ser implantada. Enfrenta as dificuldades próprias de uma proposta que acarreta grandes mudanças na cultura institucional da Universidade, com alteração de rotinas e procedimentos. Sua implementação começou a se fazer ao mesmo tempo que se reduziram

acentuadamente os quadros de pessoal da UFMG e aumentou expressivamente a oferta de vagas e cursos, especialmente na Pós-Graduação. Existe, contudo, determinação institucional para superar as dificuldades e alcançar os objetivos que consubstanciam o programa de flexibilização curricular, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tais objetivos constituem o cerne do Projeto Pedagógico da UFMG.

Tendo em vista o conteúdo desse Projeto cabe ainda destacar a urgência de que a qualidade da formação profissional oferecida pela UFMG, em todos os seus cursos de Graduação, adquira relevância não só pela sua qualidade, como também pela expressão quantitativa das vagas oferecidas e das áreas de formação em que atua, pelo número de cursos existentes e pela quantidade de profissionais formados que proporciona à sociedade. A preocupação com esses aspectos, expressão de uma necessária relação entre qualidade e quantidade, torna-se cada vez mais importante num cenário em que o crescimento da oferta de vagas e de cursos superiores, no âmbito da educação privada, tem sido bastante abrangente. Para a UFMG, tanto no plano social quanto no mundo do trabalho, essa articulação em que a quantidade é entendida, como afirmou Prado Júnior, como uma “qualidade da qualidade”, torna imperativa a expansão de cursos e de vagas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Objetivo

- Aperfeiçoar, de modo permanente, a política de formação discente, mediante a avaliação do perfil acadêmico e profissional do formando de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, bem como do perfil da demanda de formação nas diversas instâncias da sociedade.

Metas

- Expandir as matrículas, na Graduação e Pós-Graduação, em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.
- Efetivar plenamente, na UFMG, o projeto pedagógico de flexibilização curricular.
- Ampliar as possibilidades de participação do estudante da UFMG em ações que contribuam para sua formação com relevância acadêmica e social.
- Intensificar as relações de cada curso oferecido pela UFMG com a respectiva área do conhecimento e de atuação profissional, com o objetivo de introduzir práticas mais adequadas à formação discente.
- Superar, de modo criativo e articulado, as dificuldades que se interponham à efetivação, na UFMG, do projeto pedagógico de flexibilização curricular.

Ações

- Oferecer ao aluno da UFMG uma formação profissional inter e transdisciplinar.
- Propiciar ao aluno da UFMG uma visão integrada de ensino, pesquisa e extensão.
- Desenvolver no aluno da UFMG um conjunto de habilidades que lhe permita atuar de forma pró-ativa, crítica, reflexiva e criativa.
- Estimular e apoiar a participação efetiva do aluno da UFMG em eventos de divulgação de produção acadêmica e científica.
- Desenvolver estudos sobre as possibilidades de intensificar, na UFMG, o envolvimento dos servidores técnico-administrativos em Educação na formação discente.
- Articular o oferecimento, na UFMG, de grupos de atividades acadêmicas interdisciplinares, que possam ser disponibilizadas, em diversos cursos, como trajetórias de formação.
- Implantar cursos e expandir a oferta de vagas em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.

2. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

2.1 Ensino de Graduação

A UFMG oferece, atualmente, 49 cursos de Graduação presencial e seis na modalidade a distância,¹ que se distribuem pelas diversas áreas do conhecimento – Ciências Biológicas e Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. As vagas são oferecidas para seleção num Vestibular anual, mas com entrada semestral para a maioria dos cursos. Os prazos mínimo e máximo de integralização, especificamente estipulados para cada curso/habilitação/modalidade, acham-se fixados nos respectivos regulamentos, em consonância com os termos do Estatuto da UFMG e das Normas Gerais do Ensino de Graduação.

No decorrer dos processos avaliativos conduzidos pelo Ministério da Educação, os cursos de Graduação da UFMG têm obtido bons resultados. Na Tabela 1, apresenta-se a evolução dos conceitos obtidos no Exame Nacional de Cursos (ENC), que esteve em vigor de 1999 a 2003.

TABELA 1 - Conceitos obtidos pelos cursos da UFMG submetidos ao Exame Nacional de Cursos, 1999-2003

Conceitos	Conceitos obtidos				
	1999	2000	2001	2002	2003
A	10	12	14	18	20
B	4	5	3	2	2
C	-	-	-	1	4
D	-	-	-	-	-
E	-	-	1	1	-
Cursos avaliados	14	17	18	22	26

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Como se pode observar nessa tabela, a maioria absoluta dos cursos da UFMG obteve conceito A. A atribuição do conceito E, em 2001 e 2002, deve-se à adesão de alunos do curso de Comunicação Social a um boicote nacional a esse Exame nesses dois anos. De modo similar, quando se consideram os resultados da Avaliação das Condições de Ensino, realizada na vigência do ENC, a grande maioria dos cursos desta Universidade avaliados obteve os conceitos mais elevados ao longo do período, nos três itens considerados – organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações –, como descrito na Tabela 2.

¹ Dois cursos na modalidade a distância foram oferecidos em Concurso Vestibular específico, por força de Convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (Seemg).

TABELA 2 - Conceitos obtidos pelos cursos da UFMG na Avaliação das Condições de Ensino, 1999-2004

Dimensões de Avaliação das Condições de Ensino*						
Organização didático-pedagógica						
Conceitos	1999	2000	2002	2003	2004	Total
Muito Bom	3	1	1	5	3	13
Bom	1	2	1	1	-	5
Regular	-	1	-	1	-	2
Insuficiente	-	-	-	-	-	-
Corpo docente						
	1999	2000	2002	2003	2004	Total
Muito Bom	3	2	-	4	3	12
Bom	1	2	2	3	-	8
Regular	-	-	-	-	-	-
Insuficiente	-	-	-	-	-	-
Instalações						
	1999	2000	2002	2003	2004	Total
Muito Bom	3	1	1	5	2	12
Bom	1	1	1	2	1	6
Regular	-	2	-	-	-	2
Insuficiente	-	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/INEP/DEAES

*Em 2001, não houve avaliação das Condições de Ensino de Cursos da UFMG.

Os resultados disponíveis do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) de 2004, 2005 e 2006 reafirmam, com base em outra metodologia, o desempenho já observado no ENC, como mostra na Tabela 3.

TABELA 3 - Conceitos obtidos pelos cursos da UFMG no Enade, 2004-2006

Conceitos	Cursos			Percentual		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
5	8	14	8	80	82	72
4	2	3	3	20	18	27
3	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-
1	-	-	-	-	-	-
Sem conceito*	1	1	2	-	-	-
Cursos avaliados	11	18	13	-	-	-

* A não-atribuição de conceitos deve-se ao fato de que: em 2004, apenas os alunos ingressantes no curso de Nutrição foram submetidos ao Enade; em 2005, foi pequeno o número de alunos do curso de Engenharia de Minas que integraram a amostra desse Exame; o mesmo ocorreu, em 2006, também com o curso de Comunicação Social – habilitações Relações Públicas e Radialismo.

Em 19 de abril de 2001, o CEPE aprovou as Diretrizes para os Currículos de Graduação da UFMG, que foram definidas com base no documento “Flexibilização Curricular – Pré-Proposta da Câmara de Graduação”, elaborado e submetido a debate pela comunidade acadêmica da Universidade, no final de 1997, como resultado de quatro anos de discussões sobre a questão, inicialmente, na Câmara de Graduação e, a seguir, nas Unidades Acadêmicas, Departamentos e, principalmente, Colegiados de Curso. Em várias ocasiões, o tema foi assunto de conferências, apresentações, debates e mesas-redondas – em especial, nas quatro Semanas da Graduação realizadas entre 1997 e 2000. Em dezembro de 1998, o CEPE aprovou a Resolução nº 01/98, que permitiu o início da implementação da proposta de flexibilização horizontal, referente à incorporação de atividades curriculares de iniciação científica e participação em eventos, entre outras, como geradoras de créditos. A formulação das Diretrizes Curriculares para a Graduação servirá de base para a edição de novas normas acadêmicas, por esse mesmo Conselho, após a aprovação do novo Regimento da UFMG.

Nas Diretrizes para os Currículos de Graduação, considera-se que, para se assegurar ao egresso autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, atuação ética e sintonia com as necessidades do País, o currículo deve ser concebido como um sistema articulado – isto é, além da transmissão de conteúdos e da produção do conhecimento, ele deve incluir o desenvolvimento, por parte do aluno, de habilidades básicas, específicas e globais, bem como de atitudes formativas, de análise crítica e de percepção mais global da sua atuação futura como profissional e como membro da sociedade, de maneira a configurar-se como o conjunto de atividades acadêmicas que possibilitam a integralização de um curso. Desse modo, atividade acadêmica curricular é toda aquela considerada relevante para que o estudante adquira, durante a integralização do seu curso, o saber e as habilidades necessárias à sua formação. O aproveitamento de uma atividade acadêmica para

integralização curricular, contudo, deve estar condicionado à autorização prévia do colegiado de curso e a um processo de avaliação.

Nessa perspectiva, as premissas básicas para a estruturação de um currículo são:

1. Funcionar como um fluxo articulado de aquisição de saber, em um período delimitado de tempo, tendo como base a flexibilidade, a diversidade e o dinamismo do conhecimento, da ciência e da prática profissional.
2. Oferecer alternativas de trajetórias – ou seja, ele deve caracterizar o respectivo curso como um percurso.
3. Oferecer ao aluno orientação e, ao mesmo tempo, liberdade para, ele próprio, definir seu percurso acadêmico.
4. Oferecer condições de acesso simultâneo a conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas na sua área profissional e em, pelo menos, uma área complementar.
5. Possibilitar o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

A estrutura do currículo deve contemplar, necessariamente, um núcleo de formação específica, uma formação complementar e um conjunto de atividades livres. Esses três elementos não devem ser condicionados ao período letivo ou ao seqüenciamento do curso.

O núcleo de formação específica deve se constituir da essência dos saberes característicos de uma área de atuação profissional, incluir não somente o domínio típico do curso mas também o de campos de saberes próximos e se estruturar a partir de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias e optativas, com vistas a contemplar a diversidade do conhecimento a que o aluno deve ter acesso.

A formação complementar deve propiciar uma adequação do núcleo de formação específica a outro campo de saber que o complete e credencie para a obtenção de um certificado. A estruturação dessa formação baseia-se na possibilidade de o aluno complementar sua formação específica e adquirir competência em áreas afins, podendo ser implementada de duas maneiras:

1. formação complementar preestabelecida; e
2. formação complementar aberta.

A formação complementar preestabelecida implica a possibilidade de obtenção de um certificado e, para tanto, deve o aluno cumprir um número de créditos predeterminado pelo respectivo Colegiado de Curso, órgão responsável pela elaboração de alternativas para a definição do elenco de atividades acadêmicas que lhe assegurem uma formação complementar em alguma área de conhecimento conexo. O conjunto de créditos oriundos desse elenco deve se constituir, preferencialmente, de atividades acadêmicas curriculares de cursos existentes que a UFMG já oferece.

A formação complementar aberta, a ser construída a partir de proposição do aluno e sob a orientação de um docente, condiciona-se à autorização do Colegiado de Curso. Nesse caso, é imprescindível preservar-se uma conexão conceitual com a linha básica de atuação do curso de opção do aluno.

O conjunto de atividades livres oferece ao aluno a possibilidade de ampliar sua formação, em qualquer campo do conhecimento com base, estritamente, em seu interesse individual. Essa modalidade visa a atender às aspirações individuais por algum tipo de conhecimento particular. Além disso, por propiciar maior versatilidade à formação discente, pode responder a um anseio de fundamentação acadêmica do aluno e, desse modo, atender a demandas da sociedade. Nesse caso, o aluno poderá obter créditos em quaisquer atividades acadêmicas curriculares da UFMG.

Apesar de o currículo de cada curso dever oferecer esses três blocos – considerados como flexibilização vertical –, é possível facultar ao aluno a opção por cursar, ou não, a formação complementar. Neste último caso, essa formação pode ser substituída por atividades do núcleo de formação específica. Toda proposta curricular deve, ainda, contemplar um plano de avaliação sistemática do curso, adicional aos instrumentos de avaliação já existentes na UFMG.

Para a completa implementação das diretrizes preestabelecidas, o CEPE considerou importante, ainda, a reorientação de algumas práticas vigentes na Universidade. Entre elas, destacam-se: a redefinição do perfil de atuação dos Colegiados de Curso que, além do seu papel gerencial, devem tornar-se responsáveis pela articulação, estímulo e orientação acadêmica; a institucionalização da orientação acadêmica, tendo em vista o papel fundamental que essa atividade assume na estrutura curricular, no sentido de articular as possibilidades oferecidas pela UFMG frente às aspirações de formação do aluno; a implementação de novo sistema de gestão e acompanhamento, a fim de que a oferta e a vinculação de vagas garantam a execução da multiplicidade dos percursos curriculares existentes.

Com relação à implementação da flexibilização vertical, quase 40% dos cursos oferecidos pela UFMG – ou seja, 18 deles – já apresentavam, em 2007, novos currículos, com graus de flexibilidade variáveis; outros 17 cursos introduziram modificações nos seus currículos, de maneira a permitir que seus alunos possam obter créditos em atividades acadêmicas diversas de disciplinas – iniciação à pesquisa, projetos de extensão, iniciação à docência, participação em eventos, entre outros. Há, ainda, 14 cursos que não introduziram essas modificações nas suas estruturas curriculares.

No que concerne à organização acadêmica da Graduação, um ponto a ser ressaltado se refere à criação e disponibilização, a docentes e discentes, de instrumentos facilitadores da relação pedagógica. Nesse particular, destacam-se, especialmente, recursos como a possibilidade de utilização do *Moodle* e a implantação gradativa da Caderneta Eletrônica para uso dos docentes.

2.1.1 Programa de bolsas da Graduação

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) administra um Programa de Bolsas Acadêmicas que tem contemplado, a cada ano, mais de 700 estudantes, o que corresponde a cerca de 4% do alunado de Graduação da UFMG. Em 2006, esse Programa de Bolsas foi amplamente revisto e reformulado. A Monitoria, uma exigência estabelecida no Regimento Geral da Universidade há mais de duas décadas, sofreu alterações visando à sua adequação aos preceitos regimentais. Nessa oportunidade, foram também criados outros dois Programas de Bolsas: o Pronoturno, especialmente destinado a estudantes do turno noturno, e o Programa Especial de Graduação (PEG), que tem por objetivo apoiar os Colegiados de Curso. Ao mesmo tempo, foram extintos outros programas, cuja concepção se aproximava mais do das bolsas administradas pela Pró-Reitoria de Pesquisa que dos disponibilizados pela Graduação. Em consequência dessas alterações, o número de bolsas administradas, anualmente, pela Prograd sofreu uma elevação de cerca de 40%. O valor mensal das bolsas assim concedidas é o mesmo em todos esses Programas e equivalente ao das bolsas de iniciação científica.

O Programa de Bolsas Acadêmicas administrado pela Prograd e vigente a partir de 2006 compreende os tipos que se seguem.

1. Monitoria – Tem por propósito iniciar o estudante nas atividades de docência no Ensino Superior, bem como apoiar os professores nas suas tarefas didáticas. Cada Unidade Acadêmica dispõe de uma cota de bolsas, estabelecida a partir da consideração do número de estudantes a que ela atende e da natureza das atividades didáticas nela realizadas.
2. Programa Especial de Graduação (PEG) – Objetiva apoiar os Colegiados de Curso em ações referentes à modernização dos seus projetos acadêmicos curriculares, bem como na adoção de novas metodologias de ensino, inclusive no que diz respeito à produção de material didático.
3. Pronoturno – Destina-se a possibilitar dedicação integral aos estudos a estudantes do turno noturno que mais se destacam por sua competência. Sua concepção guarda similaridade com o Programa de Educação Tutorial (PET), gerenciado pela Secretaria do Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC). Condiçionadas ao cumprimento de um conjunto de requisitos acadêmicos, tais bolsas são garantidas aos estudantes desde os períodos iniciais do curso e no transcorrer dos demais períodos letivos. Nesse caso, os bolsistas cumprem um período de treinamento, que envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão.
4. Programa de Educação Tutorial (PET) – Consiste em um tradicional programa do MEC, originalmente coordenado pela Capes e, atualmente, sob a responsabilidade da SESu. Sua criação, nos anos 1950, decorreu de iniciativa da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Considerado como importante estratégia para a formação de lideranças acadêmicas, esse Programa deverá ter sua atuação ampliada na UFMG, em acréscimo aos nove grupos PET em funcionamento atualmente.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

ENSINO DE GRADUAÇÃO

Objetivo

- Alcançar patamares superiores de qualidade nos cursos de Graduação da UFMG.

Metas

- Implantar, efetivamente, o projeto pedagógico de flexibilização curricular nos cursos de graduação da UFMG.
- Proporcionar aos Colegiados de Curso infra-estrutura adequada ao perfil de atuação demandado pelo projeto pedagógico de flexibilização curricular da UFMG.
- Implementar um sistema de gestão e de acompanhamento adequado ao projeto pedagógico de flexibilização curricular da UFMG.
- Expandir as matrículas em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.
- Garantir a qualidade das instalações físicas e laboratoriais dos cursos de Graduação da UFMG, especialmente daqueles criados ou expandidos a partir do planejamento feito para o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Ações

- Reestruturar o sistema de matrículas, com vistas a adequá-lo ao projeto pedagógico de flexibilização curricular da UFMG.
- Elaborar conjuntos temáticos para a definição de propostas de formação complementar e transdisciplinar a serem oferecidas a vários cursos da UFMG.
- Institucionalizar a orientação acadêmica nos cursos de Graduação da UFMG.
- Estabelecer rotinas vinculadas aos procedimentos necessários à implementação do projeto pedagógico de flexibilização curricular da UFMG.
- Estimular e articular a proposição de oferta de cursos e de expansão do número de vagas em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e para criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.
- Aperfeiçoar, na UFMG, os processos acadêmicos de gestão, mediante incentivo a um uso mais intensivo das tecnologias da informação.
- Elaborar e desenvolver o projeto pedagógico e o plano curricular dos cursos a serem implantados, na UFMG, de acordo com o planejamento elaborado para o Reuni.

2.1.2 Práticas acadêmico-profissionais

A) Estágios

A partir do levantamento da legislação e das normas jurídicas relativas aos estágios, bem como das diretrizes curriculares, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), com suas respectivas alterações, estabeleceu-se uma política para a realização dessas atividades nos cursos de Graduação da UFMG. Com esse objetivo buscou-se, também, conhecer a realidade dos estágios já praticados, nesse nível, na Universidade, além de desenvolver uma pesquisa sobre sua demanda potencial existente nos cursos da Instituição. Foram, ainda, aplicados questionários e realizadas reuniões com os Coordenadores de Colegiados de Curso.

Em junho de 2006, o CEPE/UFMG aprovou a Resolução nº 06, de 22 de junho de 2006, que dispõe sobre os Estágios Acadêmicos de estudantes matriculados em cursos de Graduação e da Educação Básica e Profissional. Nos termos dessa Resolução, o Estágio Curricular – obrigatório ou não – configura-se como vivência profissional complementar que se deve realizar sob a responsabilidade de um Professor Orientador; incluir um plano de trabalho por ele aprovado; constar no sistema de registro de atividades acadêmicas da UFMG; e incluir a obrigatoriedade de Relatório Final avaliado pelo Supervisor do Campo de Estágio e pelo Orientador responsável. Tal atividade deve constar da proposta pedagógica do curso em que se insere, com a respectiva especificação do número de créditos e da instância responsável pelo seu acompanhamento, e implicar uma jornada semanal compatível com seu projeto curricular. O estágio realizado com fins de enriquecimento curricular poderá, a critério do Colegiado de Curso envolvido, contar créditos ou apenas constar do histórico escolar do estudante.

Para a realização do estágio curricular, impõe-se a celebração de instrumentos jurídicos específicos, devidamente regulamentados em Portarias do Reitor. O início de tal atividade é precedido de Termo de Compromisso, assinado entre o aluno e o campo de estágio, com a interveniência da UFMG, de modo a se configurar a inexistência de vínculo empregatício entre as partes. É facultado aos Colegiados de Curso, ou às instâncias universitárias responsáveis pelo acompanhamento do estágio, estabelecer normas específicas, quando couber.

Nos cursos técnicos de Nível Médio, os estágios supervisionados são desenvolvidos de acordo com o disposto na Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e são orientados e supervisionados por professores do Coltec/UFMG, por meio de encontros regulares e visitas aos locais de estágio. Além disso, devem ter duração de, no mínimo, 800 horas, de acordo com a modalidade de cada curso, e serem realizados em instituições que tenham condições de proporcionar experiência prática na área de formação. A validação desses estágios depende de relatório a ser apresentado pelos alunos e fica a cargo do Setor de Estágios do referido Colégio.

B) Empresas juniores

A empresa júnior caracteriza-se como associação civil, sem fins lucrativos, constituída e gerida exclusivamente por estudantes de determinada Faculdade, Escola ou Curso, e que tem como objetivo principal levar os estudantes a aplicar e a aprimorar conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, mediante prestação de serviços à sociedade, o que lhes propicia maior contato com o mercado e a realidade social.

Todas as empresas juniores atualmente existentes na UFMG são plenamente geridas pelos alunos do curso em que cada uma delas se insere e, obrigatoriamente, devem ter registro em cartório – CNPJ –, emitir nota fiscal e possuir Estatuto próprio. A primeira delas – e também a pioneira em Belo Horizonte –, a UFMG Consultoria Júnior, foi criada em 1992, por estudantes dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, todos três sediados na Faculdade de Ciências Econômicas.

Presentemente, há na UFMG 15 empresas juniores registradas, 11 das quais estão filiadas ao Núcleo UFMG Júnior, que é organizado em três coordenadorias: Comunicação, *Marketing* e Memória; Integração, Apoio e Intercâmbio; e Coordenação Geral. As empresas filiadas revezam-se na coordenação do Núcleo, sendo que o mandato de dirigente é de um ano.

Por estarem instaladas em faculdades e escolas e contarem com a orientação de professores, as empresas juniores objetivam, também, melhorar as práticas vigentes no mercado e seus principais clientes são micro e pequenas empresas. Nem todas elas, porém, são vinculadas ao Núcleo UFMG Júnior, entidade que visa a agregar e a estimular a existência dessas empresas na Instituição.

Articulado ao Movimento Empresa Júnior, com sede em diferentes países, e atuando como base de apoio e incentivo ao crescimento de empresas juniores, o Núcleo UFMG Júnior teve início em 1999, mas só foi formalizado em 2005, quando se estabeleceu o Estatuto dessa Entidade. Contudo, embora esse Núcleo ainda não seja reconhecido oficialmente pela UFMG e a filiação a ele não seja obrigatória, é por meio desta que as empresas juniores passam a seguir critérios valorizados pelo mercado.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p align="center">PRÁTICAS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO</p> <p align="center">Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturar e estimular a realização de práticas acadêmico-profissionais na UFMG. <p align="center">Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constituir centrais de estágios nas Unidades Acadêmicas da UFMG em que elas se fizerem necessárias. • Desenvolver um sistema informatizado de Banco de Oportunidades acessível a alunos da UFMG e a empresas. • Criar e consolidar, na UFMG, estruturas adequadas à realização de práticas acadêmico-profissionais. <p align="center">Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o funcionamento das estruturas de práticas acadêmico-profissionais na UFMG. • Implementar as medidas de aperfeiçoamento resultantes da avaliação promovida na UFMG.

2.1.3 Avaliação do ensino de Graduação

Por ser a Graduação o principal esteio da formação de profissionais qualificados e pesquisadores, bem como a primeira instância pela qual a Universidade presta serviços à comunidade, é fundamental que se institua, na UFMG, procedimentos permanentes de avaliação do desenvolvimento dessas atividades. Desse modo, com uma periodicidade predeterminada, é possível não só se diagnosticarem dificuldades, mas também se constatarem sucessos relativos tanto à realização de tarefas acadêmicas quanto à aproximação das relações entre as instituições universitárias e a sociedade.

Preocupada com a qualidade do ensino que oferece, a UFMG vem buscando estratégias que lhe possibilitem implementar um programa de avaliação dos seus cursos de Graduação, visando a uma mudança de patamar – ou seja, a contribuir para a revisão e o aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sociopolítico da Instituição, pela promoção de uma permanente melhoria da qualidade e da pertinência das atividades nela desenvolvidas.

Quando, em 1994, o MEC lançou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), a UFMG aderiu a ele plenamente, constituindo, na Prograd, uma Comissão de Avaliação, que deu, então, início ao processo de avaliação dos seus cursos de Graduação. Considerada uma ação importante da política institucional da UFMG, essa avaliação foi regulamentada pela Resolução nº 02/97, do CEPE, que criou a Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação (CPA) e assegurou a destinação de recursos orçamentários para a execução de suas atividades. Assim, a Universidade assumiu o compromisso de dar andamento ao processo de avaliação dos cursos de Graduação que oferece, independentemente de qualquer garantia de destinação de recursos do MEC,

e, no final dos anos 1990, implementou processos relativos à avaliação interna e externa de tais cursos.

A aprovação da Lei nº 10.861 de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), implicou a introdução de mudanças nesse processo. Em face da obrigatoriedade de as IES manterem uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), a UFMG procedeu a uma revisão na estrutura de avaliação da Graduação e, em 7 de dezembro de 2006, o CEPE aprovou a Resolução nº 05/2006, em que regulamentou o funcionamento da nova CPA e extinguiu a Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação. O setor responsável por essa avaliação no âmbito específico da Graduação foi, contudo, mantido na Prograd.

A UFMG considera que instrumentos de avaliação são fundamentais para viabilizar a análise da situação de cada um de seus cursos de Graduação e para subsidiar as decisões concernentes à gestão deles, objetivando uma melhoria continuada da qualidade do ensino neles praticado. Por essa via, a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem nos seus cursos de Graduação, bem como a avaliação da qualidade final desses cursos, mediante a avaliação de desempenho dos estudantes em cada um deles, como o realizado pelo Enade, é muito valorizada pela UFMG. Nesse sentido, o esforço da Instituição visa a atingir um uso intenso e frutífero dos resultados assim obtidos, pela adesão dos gestores acadêmicos – como Coordenadores de Colegiados de Curso, Chefes de Departamento e Diretores de Unidade Acadêmica, a fim de que medidas de aprimoramento na concepção, na estrutura e nos currículos dos cursos, bem como na sua execução e gestão, sejam implementadas com certa agilidade.

A partir de 1996, a avaliação, pelos alunos de Graduação da UFMG, tanto das disciplinas cursadas durante um dado semestre quanto dos docentes que as ministraram, foi implantada nessa Universidade. Desde então, ao final de cada semestre letivo, os estudantes preenchem um questionário sobre cada uma das disciplinas em que estiveram matriculados e sobre o docente responsável por elas. Atualmente, esse preenchimento é voluntário e feito pela *Internet*, quando da realização do processo de matrícula para o semestre seguinte, e sua explicitação depende apenas da decisão do aluno de acesso à página da avaliação. A cada semestre, os formandos de cada curso podem responder, também, a um questionário, que lhes dá oportunidade de avaliar o curso que estão por concluir. As respostas a esse questionário constituem uma importante fonte de informações para a reorientação desses cursos.

Quanto ao Enade, a UFMG vem acompanhando com interesse e atenção o desenrolar dos ciclos de avaliação. Em várias oportunidades, inclusive, a Prograd já promoveu a discussão do tema na Câmara de Graduação e com os Coordenadores de Colegiados de Curso, procurando, assim, extrair indicações de resultados do primeiro ciclo para a produção de ações, com vistas à melhoria dos cursos de Graduação da UFMG. Esses Colegiados também têm sido motivados não só a proceder a uma análise detalhada de tais resultados, mas também a divulgá-la para os membros do corpo docente dos respectivos cursos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

AValiação DO ENSINO DA GRADUAÇÃO

Objetivo

- Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação da qualidade do ensino de Graduação na UFMG, nas modalidades presencial e a distância.

Metas

- Implementar estratégias e instrumentos permanentes de avaliação da qualidade do ensino de Graduação da UFMG.
- Estabelecer, a partir da análise das avaliações realizadas, processos ágeis de gestão, com vistas ao aprimoramento dos cursos de Graduação da UFMG.
- Intensificar, na UFMG, o aproveitamento das informações contidas nos resultados dos processos da avaliação de ensino e aprendizagem e nos resultados da avaliação de disciplinas feitas pelos estudantes.

Ações

- Aprimorar os instrumentos de medida da qualidade final dos cursos de Graduação ofertados pela UFMG.
- Aperfeiçoar, na UFMG, o sistema de avaliação, com vistas a disponibilizar, em curto período de tempo, os resultados das avaliações discentes das disciplinas da Graduação para a comunidade.
- Formular e implementar política voltada para suprir as necessidades de formação didático-pedagógica dos docentes da UFMG.
- Propor e implementar medidas de aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de Graduação da UFMG, a partir dos resultados das avaliações divulgados e analisados, em cada um desses cursos.
- Avaliar, sistemática e criticamente, os méritos e fragilidades observados nos processos avaliativos dos cursos de Graduação da UFMG, com vistas ao aprofundamento dos primeiros e à proposição de correções das segundas.
- Adotar, na UFMG, procedimentos de avaliação dos resultados do Enade e das respostas dadas pelos estudantes aos questionários sobre disciplinas e docentes, a serem desenvolvidos, conjuntamente, pelas Congregações das Unidades Acadêmicas, pelas Câmaras Departamentais e pelos Colegiados de Curso.
- Promover ações que proporcionem maior interação entre Colegiados de Cursos de Graduação e docentes, com o objetivo de ampliar a compreensão dos projetos pedagógicos por parte destes últimos.
- Promover ações a fim de garantir maior coerência entre os objetivos de cada curso de Graduação da UFMG, a prática pedagógica neles presentes e os conteúdos trabalhados em cada um deles.
- Promover encontros periódicos entre a Prograd e os Coordenadores de Cursos de Graduação, em que estes possam ser orientados e motivados para a realização das análises necessárias e para a discussão das medidas a serem adotadas.

2.2 Ensino de Pós-Graduação

Os programas² e cursos de Pós-Graduação da UFMG, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação, investem na qualificação de pessoal para o exercício de atividades de ensino e pesquisa, bem como para o mercado de trabalho. Os cursos de Pós-Graduação são oferecidos nos níveis de Mestrado e Doutorado – que conferem graus e expedem diplomas de, respectivamente, Mestre e Doutor – e de Especialização – que expedem certificados de Especialista.

2.2.1 Pós-Graduação na modalidade *stricto sensu*

O sistema de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG, constituído de 66 programas e de 121 cursos, que abrangem as nove áreas do conhecimento, mantém-se de forma consolidada no cenário nacional. Desse total de programas, 55 compreendem os dois níveis – o de Mestrado e o de Doutorado; um funciona apenas em nível de Doutorado; e 10 vêm atuando somente em nível de Mestrado, embora alguns deles, já bastante consolidados, se encontrem em fase de elaboração de projetos para a criação do nível de Doutorado. Para atender à demanda de um total de 6.000 alunos de Mestrado e Doutorado, esses programas e cursos contam com o envolvimento de um corpo docente que compreende, aproximadamente, 1.200 Doutores/pesquisadores.

As estruturas curriculares, bem como o número de horas/créditos necessários para a integralização de cada uma delas, variam de acordo com a proposta didático-pedagógica definida no regulamento de cada curso/programa, atendidos os termos do Regimento Geral e das Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG. Além do cumprimento de todos os requisitos regimentais, normativos e regulamentares, para a obtenção dos diplomas de Mestre ou de Doutor, o aluno deve elaborar uma dissertação, no primeiro caso, ou uma tese, no segundo, a ser aprovada por Banca Examinadora, em sessão pública de defesa.

Nos anos iniciais deste século, verificou-se, na UFMG, uma significativa acentuação no crescimento dos cursos de Doutorado e das titulações obtidas em cursos de Mestrado e Doutorado, o que evidencia o investimento dessa Universidade na consolidação do seu sistema de Pós-Graduação. Os dados relacionados na Tabela 4 dão uma idéia mais precisa do grau de consolidação desse sistema: no triênio 2004–2006, 61% dos programas – de que participavam cerca de 70% dos docentes neles envolvidos e dos alunos neles matriculados – foram avaliados, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com conceitos entre 5, 6 e 7.

² A terminologia “Programa” é adotada para cursos que oferecem, simultaneamente, os níveis de Mestrado e Doutorado.

TABELA 4 - Pós-Graduação *stricto sensu* em 2006

Conceitos da Capes*	Número de programas	Percentual de programas	Número médio de docentes	Número médio de vagas	Número médio de matrículas
7	4	6	160	355	986
6	9	14	273	232	658
5	27	41	555	1.022	2.795
4	16	24	442	530	1.438
3	10	15	68	149	348
Total	66	100	1.498	2.288	6.225

* Triênio 2004-2006

Como foi ressaltado a respeito da organização acadêmica da Graduação, também nesse caso, a UFMG cria e disponibiliza aos docentes e discentes instrumentos facilitadores da relação pedagógica. Nesse particular, destacam-se, em especial, recursos como o *Moodle* e a implantação gradativa da Caderneta Eletrônica.

2.2.2 Ensino de Pós-Graduação na modalidade *lato sensu*

Esse ensino corresponde aos cursos de Especialização, que, em sua maioria, mantêm oferta anual regular. Para obter o certificado de Especialista, além da integralização de, no mínimo, 24 créditos, o aluno deve comprovar, nos termos do regulamento de cada curso, aprovação em monografia elaborada individualmente. A UFMG ofertou, em 2006, 70 cursos de Especialização, que, abrangendo todas as áreas do conhecimento, atenderam a um total de 6.200 alunos. Esses cursos são propostos, regulamentados e oferecidos por Programas de Pós-Graduação ou por Departamentos de Unidades Acadêmicas, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (Prpg) dessa Universidade.

2.2.3 Programa de Bolsas coordenado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação

A PRPG responsabiliza-se pelo gerenciamento e/ou acompanhamento dos Programas de Bolsas de Pós-Graduação financiados pela Capes, mediante contrato do Programa de Fomento à Pós Graduação (PROF), e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). A concessão dessas bolsas tem-se concentrado, prioritariamente, nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Engenharias. Na Tabela 5, mostra-se a distribuição de bolsas das agências de fomento para a UFMG, no período 2002-2006.

TABELA 5 - Evolução das bolsas concedidas à UFMG
por agências de fomento, período 2002-2006

Ano	Capes		CNPq		Fapemig		Total	
	M	D	M	D	M	D	M	D
2002	464	224	274	313	128	49	866	586
2003	549	275	297	344	65	45	911	664
2004	554	303	304	357	24	38	882	698
2005	540	308	324	408	122	147	986	863
2006	545	308	319	408	124	155	988	871

Fonte: PRPG/UFMG

Verifica-se, nessa Tabela, um aumento gradual das bolsas concedidas pela Capes e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assim como a recuperação do volume das bolsas da Fapemig, no patamar do ano inicial da série. A relação entre alunos matriculados e bolsistas, no período retratado, por sua vez, manteve-se constante, sendo da ordem de 35% no Doutorado e de 27% no Mestrado.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Objetivo

- Alcançar patamares superiores de qualidade nos cursos de Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades *stricto e lato sensu*.

Metas

- Contribuir para diminuição da assimetria do sistema de Pós-Graduação no País e em Minas Gerais.
- Melhorar os indicadores de inserção internacional dos programas de Pós-Graduação da UFMG.
- Priorizar o estágio pós-doutoral no exterior para docentes da UFMG que se titularem no Brasil.
- Incrementar a produção intelectual qualificada dos programas de Pós-Graduação da UFMG.
- Assegurar proporção adequada de bolsas de estudo para os alunos da Pós-Graduação da UFMG, observando, inclusive, os parâmetros estabelecidos no planejamento elaborado para o Reuni.
- Ampliar a admissão, na Pós-Graduação da UFMG, de alunos provenientes de outros países.
- Intensificar intercâmbios internacionais de docentes e de discentes da Pós-Graduação da UFMG.
- Expandir, na UFMG, as matrículas em áreas que possam contribuir para a implementação do projeto pedagógico institucional, inclusive das propostas formuladas no planejamento elaborado para o Reuni.
- Garantir a oferta continuada, na UFMG, dos cursos de Especialização que apresentam demanda relevante, têm potencial para gerar impacto social e são avaliados por melhores indicadores de qualidade.
- Estabelecer parâmetros que favoreçam, no âmbito da UFMG, a articulação entre a oferta e qualidade dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação, nas modalidades *stricto e lato sensu*.

Ações

- Implantar, na UFMG, laboratórios multiusuários e interdisciplinares, a fim de favorecer as atividades docentes e discentes de cursos de Pós-Graduação, nas modalidades *stricto e lato sensu*.
- Substituir equipamentos obsoletos de grande porte e ampliar, na UFMG, a proporção de equipamentos de ponta, para atendimento às necessidades dos cursos de Pós-Graduação, nas modalidades *stricto e lato sensu*.
- Ampliar o acervo das bibliotecas da UFMG, para atendimento às necessidades dos cursos de Pós-Graduação, nas modalidades *stricto e lato sensu*.
- Adequar os laboratórios da UFMG à dimensão do corpo docente permanente envolvido com cursos de Pós-Graduação, nas modalidades *stricto e lato sensu*.

(continua)

- Aprimorar, onde se fizer necessário, os espaços, a fim de melhorar a infra-estrutura para o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*.
- Restaurar, onde se fizer necessário, a infra-estrutura dos espaços físicos, a fim de ampliar o desenvolvimento da pesquisa em cursos de Pós-Graduação.
- Adequar, na UFMG, a dimensão e a qualidade dos espaços físicos à capacidade instalada para a pesquisa em cursos de Pós-Graduação.
- Destinar recursos adequados para a manutenção, na UFMG, dos programas de Pós-Graduação já consolidados e garantir o apoio necessário à consolidação de novos cursos de Mestrado e de Doutorado.
- Definir uma política de expansão do número de bolsas de estudo para os programas de Pós-Graduação da UFMG, na modalidade *stricto sensu*, que delas necessitem, com vistas a garantir a participação de alunos de todas as áreas do conhecimento nos estágios discentes previstos no planejamento elaborado para o Reuni.
- Adequar o projeto pedagógico dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, na modalidade *stricto sensu*, de modo a favorecer a participação discente em intercâmbios institucionais. Incrementar, na UFMG, a submissão de propostas de participação a programas de cooperação acadêmica internacional.
- Estimular e articular, na UFMG, a proposição de oferta de cursos e de ampliação de vagas em áreas do conhecimento inovadoras, a fim de atender a demandas sociais relevantes e de criar oportunidades adequadas de inclusão social.
- Implantar novos cursos de Pós-Graduação, e expandir o número de vagas nos já oferecidos pela UFMG, com vistas a garantir o cumprimento das metas propostas no planejamento elaborado para o Reuni.
- Aperfeiçoar os processos acadêmicos de gestão já praticados na UFMG, pelo uso mais intensivo de tecnologias da informação mais avançadas.
- Implementar medidas que possam garantir a adequada produtividade dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, na modalidade *lato sensu*, no que tange à relação entre número de matrículas e número de alunos que os concluem devidamente.

(conclusão)

2.2.4 Avaliação do ensino de Pós-Graduação

Criado em 1976, o sistema de avaliação da Pós-Graduação no Brasil, realizado pela Capes, já passou por reformulações promovidas em diferentes momentos. Tais reformulações decorreram da necessidade de ajustamento do modelo adotado não só aos novos estágios de desenvolvimento alcançados pelo sistema brasileiro de Pós-Graduação, mas também à expansão e contínuo aumento da heterogeneidade e complexidade desse sistema.

A par dessa avaliação de caráter externo, a PRPG vem promovendo, de maneira continuada, processos de avaliação interna de seus cursos. A primeira foi realizada nos anos 1981 e 1982 e seguida por outra, ocorrida em 1986. Entre 1987 e 1989 e, também, ao longo dos anos 2005 e 2006, realizaram-se, na UFMG, novos processos de avaliação interna. O caráter sistemático que esses procedimentos vêm adquirindo tem trazido contribuições importantes para o aperfeiçoamento dessa área na Universidade.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

AValiação DA PÓS-GRADUAÇÃO

Objetivo

- Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação da qualidade dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*.

Metas

- Implementar estratégias e instrumentos permanentes de avaliação da qualidade dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*.
- Intensificar o aproveitamento das informações contidas nos resultados das avaliações externas dos programas de Pós-Graduação da UFMG, na modalidade *stricto sensu*.

Ações

- Aperfeiçoar os procedimentos destinados a disponibilizar, em curto espaço de tempo, os resultados das avaliações dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, na modalidade *stricto sensu*.
- Promover encontros periódicos entre a PRPG e os Coordenadores de cursos de Pós-Graduação, na modalidade *stricto sensu*, em que estes possam ser orientados e motivados para a realização das análises necessárias e para a discussão das medidas a serem adotadas.

2.3 Educação Básica e Profissional

A oferta do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio e Profissional na UFMG faz-se em conformidade com a legislação pertinente. As atividades de Educação Básica são desenvolvidas na Escola de Educação Básica e Profissional, Unidade Especial que substituiu o antigo Centro Pedagógico – que abrangia a Escola Fundamental (EF) e o Colégio Técnico (Coltec) – e é integrada, atualmente, pelo Centro Pedagógico (CP), pelo Colégio Técnico (Coltec), pelo Teatro Universitário (TU) e, ainda, por outros cursos da Educação Básica e Profissional.

Além de atender a parte da demanda por escolarização nesse nível e modalidade de ensino, a Educação Básica e Profissional desenvolvida na UFMG tem por objetivos: constituir um campo de experimentação, com vistas à formação de professores para atuarem nessa área de ensino; ser um local de produção teórica e metodológica referente a esse nível e modalidade de ensino; possibilitar efetiva interação entre as Unidades Acadêmicas da UFMG e o sistema de Educação Básica e Profissional, a fim de contribuir para o aprimoramento e transformação desse sistema.

A atuação da UFMG nesse nível de ensino teve início em 1948, quando se criou o Ginásio de Aplicação – posteriormente denominado Colégio de Aplicação –, vinculado à Faculdade de Filosofia e voltado para a formação precípua de docentes para trabalharem na área que, hoje, corresponde à do Ensino Fundamental. Algum tempo depois, em 1952, foi fundado o Teatro Universitário, destinado à formação de atores em Nível Médio, e, em 1967, foi a vez do Colégio Técnico, criado em decorrência de convênio firmado entre o Brasil e o Reino

Unido e destinado à formação de técnicos em Nível Médio. A esse Colégio agregou-se o Colégio Agrícola do Núcleo de Ciências Agrárias de Montes Claros, que foi incorporado à UFMG em 1968. Sob a denominação de Centro Pedagógico, em 1986, foram integrados o Colégio de Aplicação – com o nome de Escola Fundamental – e o Colégio Técnico, responsáveis pela oferta de cursos nos níveis Fundamental, Médio e Técnico.³

A constituição da Escola de Educação Básica e Profissional, pela Resolução nº 05/2007, de 3 de maio de 2007, resultou de longo e cuidadoso debate sobre a matéria, em que se buscou, ao longo de uma década, equacionar questionamentos formulados em relação à pertinência da oferta desse nível e modalidade de ensino na Universidade, especialmente no que concerne à integração entre ele e a Educação Superior. Caracterizada como Unidade Especial, essa Escola é constituída por um Conselho Diretor, uma Diretoria, uma Coordenadoria Pedagógica da Educação Básica e uma Coordenadoria Pedagógica da Educação Profissional. O Conselho Diretor é composto por um Diretor-Geral e por um Vice-Diretor, pelo Diretor da Faculdade de Educação, pelos Diretores das Escolas que oferecem esse nível e modalidade de ensino, pelos Coordenadores das Coordenadorias Pedagógicas supramencionadas e por representantes de professores, de servidores técnico-administrativos em Educação e de alunos a ela vinculados.

Presentemente, o Centro Pedagógico dessa Unidade Especial oferece 90 vagas anuais no Ensino fundamental, ocupadas por meio de sorteio entre todas as crianças que a ela se inscrevem. Nesse caso, as turmas constituídas são agrupadas em três ciclos, de acordo com a faixa etária e os objetivos didático-pedagógicos: 1º ciclo (1ª e 2ª séries); 2º ciclo (3ª, 4ª e 5ª séries); 3º ciclo (6ª, 7ª e 8ª séries).

O Coltec estrutura-se em cursos que visam a formar alunos com conhecimentos científicos e técnicos que lhes possibilitem atuar nos setores de Eletrônica, Instrumentação, Patologia Clínica e Química. Essa formação acadêmico-profissional faz-se mediante atividades tanto didáticas quanto de pesquisa e de extensão, desenvolvidas durante os três anos de duração dos cursos. Concluído esse período, os alunos cumprem um estágio supervisionado, com uma carga de 800 horas, em empresas e/ou laboratórios de pesquisa. Além dessa Educação Profissional de Nível Médio, oferecida concomitantemente com o Ensino Médio, o Coltec oferece o Ensino Médio. Nesse caso, são 108 vagas anuais oferecidas em Concurso Público, realizado anualmente, divididas em proporções iguais para atendimento a três grupos de candidatos: os que fizeram todo o Ensino Fundamental em escola pública; os que o fizeram parte em escola pública e parte em escola particular; e, finalmente, os que o fizeram totalmente em escola particular. A cada ano, esse Colégio reserva, também, 90 vagas para os alunos que concluíram o curso no Centro Pedagógico da UFMG. Desse modo, totaliza-se a entrada no Coltec, por ano, de 198 estudantes para as três séries do Ensino Médio e, concomitantemente, para os cursos técnicos de Nível Médio. No caso de o número de concluintes do Centro Pedagógico ser menor que o total a eles reservado, as vagas restantes são somadas às 108 oferecidas em Concurso Público.

³ Informações extraídas de PEIXOTO, M. C. L. *et al. Educação Básica e Profissional na UFMG; diagnóstico e perspectivas.* Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1999.

No *Campus* Regional de Montes Claros, a UFMG ofereceu, até 2007, 40 vagas anuais para o Curso Técnico em Agropecuária, criado para atender a uma demanda específica dos produtores rurais da região norte de Minas Gerais – ou seja, oferecer um ensino técnico de qualidade de que essa região era carente. O Conselho Universitário da UFMG, pela Decisão nº 04/98, criou o curso de Graduação em Agronomia em Montes Claros e, ao mesmo tempo, autorizou o cancelamento da oferta das disciplinas do Ensino Médio, o que sinaliza a perspectiva de suspensão, no futuro, da oferta do mencionado Curso Técnico. Em 2007, o Núcleo de Ciências Agrárias solicitou à Câmara de Graduação da UFMG autorização para deixar de oferecer esse curso. O Parecer dessa Câmara foi favorável ao cancelamento da oferta das disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária já em 2008, e, igualmente, o CEPE se manifestou a favor de tal procedimento. O processo encontra-se, agora, em análise pela Comissão de Legislação do Conselho Universitário.

O Curso de Formação de Atores é oferecido pelo Teatro Universitário, com a oferta de 20 vagas anuais, mediante Concurso Público, para a formação técnica de atores em Nível Médio e está voltado, também, para o fomento à pesquisa e à extensão relacionadas às Artes Cênicas e à montagem de espetáculos.

A UFMG oferece, ainda, dois programas de Educação de Jovens e Adultos – um voltado ao Ensino Fundamental e outro, ao Ensino Médio. O primeiro é o Programa de Educação Fundamental (Proef), que atende, em 2007, a 392 alunos matriculados e se estrutura em dois segmentos – um para as séries iniciais e outro para as séries finais desse nível de ensino. Desse total de vagas, 28 estão sendo destinadas, em caráter excepcional, à área de Alfabetização e Letramento, para atendimento aos trabalhadores do Projeto *Campus 2000*. O segundo é o Programa de Ensino Médio de Jovens e Adultos (Pemja), que oferece 90 vagas anuais, disponíveis para os estudantes que já concluíram o Ensino Fundamental e conta, atualmente, com 160 alunos matriculados. Em ambos os casos, o ingresso é aberto e dispensa processo seletivo.

A distribuição das matrículas e de concluintes concernente a esses seis cursos, no período 2003-2006, está relacionada na Tabela 6.

TABELA 6 - Matrículas e conclusões nos cursos da Educação Básica e Profissional da UFMG; 2003-2006.

Tipos de cursos	2003	2004	2005	2006
Ensino Fundamental				
Matrículas	667	681	681	669
Conclusões	57	83	72	72
Técnico e Médio concomitantes				
Matrículas	537	520	504	508
Conclusões	145	147	116	254
Teatro Nível Médio				
Matrículas	50	52	52	55
Conclusões	12	12	13	17
Técnico Agrícola				
Matrículas	42	42	43	41
Conclusões	10	14	19	12
Programa de Educação Fundamental				
Matrículas	119	177	271	235
Conclusões	34	29	49	40
Programa de Ensino Médio de Jovens e Adultos				
Matrículas	217	150	150	150
Conclusões	86	58	35	62

Fonte: Seções de Ensino da Escola de Educação Básica e Profissional

Na Tabela 7, comparam-se as médias obtidas pelos alunos egressos do Coltec no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2006 com os resultados verificados, no mesmo Exame, no País, no Estado de Minas Gerais e no Município de Belo Horizonte.⁴

TABELA 7 - Enem - médias, com correção de participação no Exame de 2006

Média na Prova Objetiva	Brasil	Minas Gerais	Belo Horizonte	Coltec/ UFMG
	50,90	52,86	62,21	58,44
Média Total (Prova Objetiva e Redação)	55,80	56,41	61,64	57,89

Fonte: MEC/INEP - Resultados do Enem

⁴ Os resultados anteriores do Enem não estão disponíveis por escola.

Os dados da Tabela 7 mostram que, ao contrário do que se verifica no País e no Estado, a média total do Coltec e de Belo Horizonte foi menor na Prova Objetiva e, ainda, que as médias desse Município, na mesma Prova, foram superiores às do Estado e do País em quase quatro pontos percentuais. As diferenças observadas entre as médias obtidas na Prova Objetiva pelos alunos do Coltec, de um lado, e as do Brasil e de Minas Gerais, de outro, são elevadas – da ordem, respectivamente, de oito e seis pontos percentuais –, mas reduzem-se bastante – 1,5 e 2,0 cada uma – quando se consideram, também, as notas da Prova de Redação. Considerando-se a pontuação do Município, verifica-se, contudo, a possibilidade de que o Coltec venha a melhorar ainda mais seu desempenho nesse Exame.

2.3.1 Avaliação do ensino da Educação Básica e Profissional

A avaliação do ensino na Educação Básica e Profissional é de competência da Câmara de Graduação e do Setor de Avaliação da Prograd, e é feita a partir de subsídios elaborados e fornecidos pelo Colegiado Especial da Educação Básica e Profissional, nos termos da Resolução nº 09/2003, do CEPE.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">AVALIAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL</p> <p style="text-align: center;">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a Educação Básica e Profissional da UFMG referência para esse nível da Educação em Minas Gerais. • Alcançar patamares superiores de qualidade nos cursos de Educação Básica e Profissional da UFMG. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover, no âmbito da UFMG, a integração entre a formação de professores para a Educação Básica e Profissional e os cursos desse nível de ensino. • Recompôr o quadro de pessoal docente da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG. • Aprimorar a qualidade do ensino oferecido pelos cursos de Educação Básica e Profissional da UFMG. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar, na UFMG, o Colegiado Especial da Educação Básica e Profissional. • Integrar a educação básica e profissional às atividades específicas de formação de professores na UFMG. • Desenvolver estratégias destinadas a aprimorar a qualidade do ensino oferecido pelos cursos de Educação Básica e Profissional, de modo que ela possa se refletir de modo destacado nos processos avaliativos de que participar.

2.4 Pesquisa

Se não é verdade que todo conhecimento é produzido na Universidade, é incontestável, porém, que nela todo conhecimento encontra abrigo e passa por uma reflexão crítica. Essa reflexão pode e deve se dar nas atividades de ensino, mas é nas atividades de pesquisa que ela se renova e encontra fontes de realimentação e de inovação do pensamento, dos modos de conceber e de fazer ciência. Como uma das Universidades brasileiras mais reconhecidas nos campos do ensino e da pesquisa, a UFMG procura investir, permanentemente, na progressiva participação na produção científica brasileira, em todos os domínios do conhecimento.

Hoje, a UFMG abriga 645 Grupos de Pesquisa consolidados, que atuam nas diversas áreas do conhecimento: Ciências Agrárias (6%); Ciências Biológicas (15%); Ciências Exatas e da Terra (19%); Ciências Humanas (12%); Ciências Sociais Aplicadas (10%); Engenharias (10%); Linguística, Letras e Artes (10%); e Ciências da Saúde (18%). Esses Grupos de Pesquisa congregam 3.623 pesquisadores, dos quais 1.879 são Doutores e desenvolvem projetos em 1.981 linhas de pesquisa. Cerca de 10% dos projetos de pesquisa em execução nessa Universidade envolvem parceria com empresas e instituições públicas, em que se visa, principalmente, a busca de soluções para problemas sociais e dos diversos setores produtivos do Estado de Minas Gerais. Todos os 504 pesquisadores da UFMG que recebem Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq – ou seja, cerca de 30% do total de Doutores em atuação nessa Universidade – participam desses Grupos de Pesquisa.

É importante ressaltar que toda essa atividade de pesquisa se desenvolve em observância dos padrões éticos, que devem governar as ações investigativas destinadas a produzir conhecimento e que se debruçam sobre o mundo natural ou intervêm na vida social. Assim, na perspectiva da bioética, a UFMG implantou e consolidou, nos últimos anos, o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), a que compete avaliar todos os projetos de pesquisa cuja fonte primária de informação é o ser humano – individual ou coletivamente, direta ou indiretamente – em se incluem suas partes e todo material biológico ou dado já armazenado. Além do COEP, essa Universidade também já implantou o Comitê de Ética em Experimentação Animal (Cetea), que estabelece normas gerais para a utilização de animais em experimentações, e fiscaliza, mediante protocolo para aprovação de projetos, as ações de investigação específicas a tal modalidade de pesquisa. Ainda que vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq), o COEP, também associado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, órgão consultivo do Conselho Nacional de Saúde, é autônomo em suas decisões. Cada um desses Comitês é constituído por profissionais de diversas áreas e por, pelo menos, um representante da comunidade externa à UFMG.

2.4.1 Produção científica

Não são de pouca monta as transformações decorrentes da aceleração histórica que vem singularizando esse início de milênio. Entre seus traços mais marcantes, ressalta, com

nitidez, o reconhecimento do papel representado pelo conhecimento no cenário globalizado das sociedades contemporâneas. Certamente, a nova riqueza das nações está – e sempre estará – associada à capacidade de cada uma delas poder produzir, diversificar e consumir conhecimento. Essa é uma das razões por que se deve insistir na posse produtiva de conhecimento como requisito indispensável de cidadania – tanto num sentido clássico, referente aos indivíduos, como num sentido mais amplo, por referência às nações – nas sociedades contemporâneas.

As figuras da dominação entre povos diversos, que ainda teimam em marcar a história moderna, estão fortemente associadas, hoje, ao domínio do conhecimento. As duras condições internacionais e as reiteradas restrições protecionistas, em que insistem os países mais ricos, não permitem que se alimentem quaisquer ilusões. Uma maioria consolidada no concerto das nações depende, de forma muito significativa, de um forte e constante investimento no que é, presentemente, o maior dos bens – um parque produtor de conhecimento, capaz de nutrir um permanente desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Sem uma contínua política pública voltada ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, não haverá soberania nem desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, a UFMG acha-se diante de uma oportunidade singular. Mais do que em qualquer outro momento histórico, essa Universidade dispõe de boas condições para as transformações que, no seu âmbito, se vêm fazendo necessárias. De um lado, ela se vê dotada de um corpo respeitável de pesquisadores, de um parque universitário robusto e de uma capacidade instalada em termos de pesquisa bastante consolidada; de outro lado, deve ser registrado que, nesse instante, há uma clara e – por que não dizer? – inédita disposição, por parte do Governo, de ouvir as Universidades. O espaço de debates em torno da proposta de reestruturação da Educação Superior no País tem propiciado o reconhecimento da complexidade – seja da questão universitária, seja das próprias responsabilidades – da Instituição. Na Universidade Pública, concentra-se uma ampla maioria das pesquisas feitas no Brasil – e a UFMG responde por uma boa parte dessa produção –, por ser nela que se forma a competência científico-tecnológica instalada. A reconhecida liderança acadêmico-científica exercida pela UFMG e o seu produtivo desempenho nessa área, nos cenários local, regional e nacional, asseguram-lhe excelentes perspectivas futuras, mas conferem-lhe, também, uma série de responsabilidades e desafios nunca, anteriormente, experimentados. Para vencê-los, impõem-se-lhe não só implementar novos instrumentos e parcerias institucionais, mas também canalizar investimentos crescentes para sua infra-estrutura de pesquisa, bem como apoiar e promover programas de qualificação permanente do seu corpo de pesquisadores e do seu pessoal técnico. Para tanto, torna-se indispensável o apoio de políticas públicas inovadoras, capazes de construir uma agenda de trabalhos profícua e fortemente indutora do desenvolvimento nacional e regional, na busca de patamares muito mais significativos que os experimentados atualmente.

Como demonstram vários indicadores, além de abrigar uma parte expressiva das pesquisas produzidas no Estado de Minas Gerais e no País, a UFMG é co-responsável pela

formação da competência científico-tecnológica instalada no Brasil, sedia programas muito bem qualificados de Pós-Graduação e constitui-se como referência indiscutível nas mais diversas áreas da Graduação. Essa Universidade vem sendo pressionada pela retração substantiva das fontes de financiamento, pela corrosão salarial, pela inexistência de planos de carreira adequados, pela redução do quadro efetivo de professores e de servidores técnico-administrativos, pela perda de recursos humanos altamente qualificados, pela necessidade de assegurar crescentes níveis de excelência, e de responder, eficazmente, às novas demandas da sociedade. O que a leva a exigir, dos segmentos que a constituem, esforços excepcionais e continuados na condução da sua própria gestão e no estabelecimento de uma agenda estratégica para seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Parece legítimo, portanto, a Instituição esperar que os patamares já atingidos se consolidem e se ampliem. Ou seja, a UFMG deseja e precisa crescer, a fim de manter e aperfeiçoar seu perfil de desempenho institucional. Urge, pois, que ela se empenhe em formar, de modo especial em áreas estratégicas, um número crescente de profissionais capazes de alavancar e sustentar a produção de conhecimento no País, objetivando, com isso, assegurar níveis crescentes de competitividade no cenário internacional.

Além de apoiar e incentivar as metas de produção acadêmico-científicas perseguidas pelos seus 3.623 pesquisadores, vinculados aos seus 645 grupos de pesquisa, e pelos mais de 900 bolsistas de Iniciação Científica, a UFMG tem implementado ações e projetos inovadores no campo da pesquisa de ponta, como a seguir se expõe.

A) Projeto Genoma Nacional

Em dezembro de 2001, a ciência brasileira comemorou um grande feito – a expansão das fronteiras de excelência de seus pesquisadores no campo da Genômica. A conclusão do seqüenciamento do genoma da bactéria *Chromobacterium violaceum*, empreendido por 25 laboratórios distribuídos pelo Brasil, significou a consolidação, em escala nacional, da competência de seus cientistas em Bioquímica e Biologia Molecular, áreas estratégicas, cujo papel nas Ciências da Vida será fundamental no século XXI. Desses 25 laboratórios, três localizam-se no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, a qual se constitui, por isso, entre as demais Universidades contempladas pelo Projeto Genoma Nacional, a que abriga maior número de grupos, o que comprova o nível de excelência da Instituição nessa área específica. No estágio atual de desenvolvimento do Projeto, há registro de um número considerável de publicações em revistas de alto impacto internacional. Do ponto de vista operacional, porém, um entrave sério – a demanda por pessoal técnico especializado para operar equipamentos de grande porte – tem obstruído o desenvolvimento das ações desse Projeto.

B) Institutos do Milênio

O estabelecimento de uma base científica de qualidade no País que se deu, ao longo das últimas décadas, fora da área de influência da Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), pode ser creditado, em grande parte, a programas como o Finep-Institucional, o PADCT, o Recope e o Pronex. Isso significa que, apesar da descontinuidade dos programas individuais, alguns grupos, ao qualificar seus projetos nos diferentes editais, tiveram acesso a um financiamento continuado.

O estabelecimento do programa Institutos do Milênio pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) tornou-se possível graças aos resultados alcançados nos programas acima mencionados. Esses Institutos têm objetivos ambiciosos, pois o que se pretende alcançar com eles é um novo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico em áreas estratégicas para o País, com foco em inovação e desenvolvimento social. Esse conceito pressupõe redes estáveis e a realização de projetos de longo prazo, que não podem sobreviver à interrupção de financiamento. Se ocorrer, tal interrupção vai levar à perda de credibilidade junto aos parceiros, ao distanciamento do estágio de desenvolvimento alcançado e do enorme esforço na formação da rede, com conseqüente perda do investimento de décadas na formação de uma base científica de classe mundial no tema específico do Instituto. Para assegurar o compromisso de continuidade das redes e garantir projetos oriundos dos programas citados, a UFMG conta, hoje, com dois Institutos do Milênio – um voltado para o desenvolvimento das nanociências e nanotecnologias; o outro voltado para a gestão responsável de recursos hídricos no setor de mineração.

- Nanociências – uma visão do futuro

Em 2002, constituiu-se o Instituto do Milênio de Nanociências, sob a coordenação do Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas (ICEx), que compreende 66 pesquisadores de diversas Instituições do País, a maioria deles da própria UFMG. Atualmente, pela qualidade das pesquisas que tem conduzido, esse grupo da UFMG é reconhecido, no Brasil, como o mais capacitado para a síntese e aplicação de nanotubos de carbono.

Presentemente, a nanotecnologia é um dos principais temas das atividades de tecnologia e inovação tecnológica em todos os países industrializados. Os investimentos nessa área têm sido crescentes e, em 2002, atingiram, em todo o Planeta, um valor de cinco bilhões de dólares. Estima-se que, até 2015, o mercado mundial para materiais, produtos e processos industriais baseados nessa tecnologia será de um trilhão de dólares. Essa vultosa produção estará distribuída por, praticamente, todos os setores da economia, porque a nanotecnologia vai afetar, em todas as áreas, um grande número de produtos e processos industriais, além de criar novas atividades de serviços.

Hoje, no Brasil, há uma produção significativa nos temas de manipulação de nanoobjetos, nanoeletrônica, nanomagnetismo, nanoquímica e nanobiotecnologia, em que se incluem os nanofármacos, a nanocatálise e os nanocompósitos – sejam eles poliméricos ou de outras

famílias de materiais. E já foram criados produtos como a “língua eletrônica”, o nanodosímetro de radiação UV, o fotodetector de radiação ionizante, as nanoestruturas de memória *Flash*, as vacinas gênicas, os fármacos de liberação controlada e os circuitos integrados à base de silício.

Outra área de pesquisa de destaque, nesse âmbito, é a de nanotubos de carbono. A rede “Nanotubos de carbono: ciência e aplicações” é coordenada por um professor da UFMG e composta por 41 pesquisadores das áreas de Física e Química de 14 Instituições de oito diferentes Estados – alguns deles envolvidos com projetos para aplicações biomédicas. Dos 19 pesquisadores de Minas Gerais que compõem essa rede, apenas cinco não são da UFMG. A grande maioria desses pesquisadores – que recebeu recursos no valor de 4 milhões de reais por quatro anos – já tem trabalhos sobre nanotubos de carbono publicados em periódicos internacionais, e os demais estão efetivamente envolvidos em pesquisas sobre essa temática.

Merece destaque, na área de inovação, a participação da UFMG na constituição das redes nacional e regional em nanobiotecnologia. Da rede nacional, que conta com financiamento do CNPq, fazem parte docentes da Faculdade de Farmácia, do ICB, da Faculdade de Odontologia, e do Departamento de Química do ICEX. Da rede regional, financiada pela Fapemig, participam docentes da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Farmácia, do ICB e do Departamento de Química do ICEX. As pesquisas dessas duas redes concentram-se nas vacinas gênicas e em dispositivos de liberação controlada, que utilizam ciclodextrinas, lipossomas e polímeros biodegradáveis.

- Água – uma visão mineral

No âmbito do outro Instituto do Milênio, com sede na Escola de Engenharia da UFMG, os subprojetos abordam a água consumida nas mineradoras como fio condutor de um processo que visa ao desenvolvimento científico, à inovação, à integração Universidade/ Empresa/ Sociedade e ao desenvolvimento regional. A rede de competências envolvida nesses subprojetos abrange Universidades e Centros de Pesquisa do Brasil e do exterior – América do Sul, Austrália, Europa e Estados Unidos –, empresas de mineração, Secretarias de Estado da Ciência e Tecnologia, Agências e Instituições ligadas à gestão de recursos hídricos, meio ambiente e mineração.

Esse Instituto atua em três frentes:

- Cooperação entre os atores científicos nos níveis nacional e internacional.
- Projetos com as grandes empresas em que a questão ambiental, por sua especificidade, representa uma oportunidade de mudança de cultura no que concerne à compra de tecnologia no exterior – característica do setor – para um modelo de cooperação Universidade/ Empresa voltado à inovação.

- Acordos de cooperação com Instituições Públicas que implementam uma dinâmica de atendimento às demandas das pequenas empresas e de regiões mais carentes, por meio de projetos de desenvolvimento.

Nesse campo, os principais resultados obtidos até o momento compreendem:

- A redução do consumo de água e de energia em operações de grande porte, como fator determinante da competitividade das empresas.
- O desenvolvimento de novos equipamentos e processos para o tratamento de efluentes.
- A implantação de projetos-piloto para aumento e conservação do suprimento de água em áreas carentes – entre outras, a do Médio Jequitinhonha.
- O estabelecimento de uma rede de competências de classe mundial e de infra-estrutura laboratorial.

2.4.2 Publicações especializadas

A UFMG, por intermédio de seus vários órgãos e instâncias, estimula, apóia e valoriza o diálogo entre os pares no seio da comunidade científica nacional e internacional, por concebê-lo como condição primeira para o acesso ao saber e para o avanço nas questões afetas ao conhecimento. Um dos grandes paradoxos da época atual diz respeito ao enorme volume de conhecimento disponível que se debate com os entraves de sua apropriação. Se, em outros tempos, a riqueza de uma nação estava associada aos meios materiais de que ela dispunha e para cuja produção o conhecimento contava pouco, hoje, informação tratada, organizada e sistematizada representa, diretamente, riqueza. E, à medida que a capacidade de manutenção e desenvolvimento das complexas sociedades contemporâneas depende mais e mais dos capitais simbólicos, consolidados nas ciências e nas tecnologias, entendidas em sentido amplo, a indigência do conhecimento é a nova face da miséria das nações. Assim sendo, é preciso rever a dinâmica da produção, organização e disseminação do saber, de modo que se estabeleçam valores capazes de converter a informação e o conhecimento em instrumentos de emancipação humana.

Periódicos científicos

Desde o século XVII, quando foi inventado com a finalidade de tornar mais ágil o processo de comunicação entre pesquisadores, o periódico científico tem-se mantido, de modo geral, como o mais importante veículo de disseminação da Ciência entre pares. O advento das tecnologias de informação eletrônica abriu novas perspectivas para a comunicação científica, e o periódico vem, progressivamente, migrando para o meio digital. Assim, a forma do veículo modifica-se, mas a necessidade de preservar a essência do processo de comunicação – a validação do conhecimento –, de que a revista científica é um componente essencial, é percebida e mantém-se no ambiente virtual. Esse momento de transição exige criatividade

e flexibilidade de todos os envolvidos na questão da comunicação científica e, também, na tomada de decisões por parte dos responsáveis pela eficácia dos meios de disseminação da Ciência – em particular, os periódicos científicos.

Na UFMG, há preocupação não apenas com a manutenção do número significativo das revistas publicadas, mas também com a busca de excelência desses veículos. Com esses objetivos, a PRPq elaborou um diagnóstico das revistas científicas produzidas nas Unidades Acadêmicas, visando a melhor compreender as questões envolvidas na produção de tais publicações, como subsídio para embasar propostas de apoio a elas. Nesse estudo, os periódicos foram considerados sob duas perspectivas:

- Como veículo de comunicação científica, isto é, como parte da atividade de produção do conhecimento. Nesse sentido, foram analisadas questões relativas aos indicadores intrínsecos que influenciam a qualidade do periódico.
- Como empreendimento, ou seja, como parte do financiamento da pesquisa. Sob esse ângulo, foram analisadas questões ligadas ao processo de gestão.

Em 2002, a PRPq encaminhou aos Diretores das Unidades Acadêmicas da UFMG um questionário sobre as revistas por elas publicadas, ao qual apenas duas dessas Unidades não responderam. Em 2003, realizaram-se entrevistas e aplicou-se o mesmo questionário aos editores de 26 periódicos, para complementação dos dados obtidos.⁵ Na mesma época, fez-se, também, o exame documental de tais revistas, para verificação da normalização bibliográfica e da transparência do processo de avaliação de artigos, bem como uma consulta ao Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN/Ibict), para se averiguar a presença desses periódicos em coleções de bibliotecas brasileiras.

Para a análise dos dados, utilizaram-se como parâmetros os critérios aplicados por organismos que tratam revistas científicas com objetivos diversos – o CNPq (Brasil, s/d), o Scielo (2003) e o Institute for Scientific Information (ISI) (Testa, 2003).⁶ Na mesma análise, foi utilizado, também, um estudo realizado pela Editora UFMG e divulgado em 1992,⁷ que analisou as 28 revistas que, à época, eram publicadas por Unidades Acadêmicas e órgãos dessa Universidade. Comprovou-se, então, que 12 dessas revistas estavam presentes em ambos os estudos, o que permitiu a avaliação de alguns aspectos da evolução de tais publicações. Na Tabela 8, apresenta-se a configuração dos periódicos que compuseram a amostra, como se apresentavam quando da realização da pesquisa.

⁵ Apenas os editores de quatro revistas não foram entrevistados: *O Eixo e a Roda*, *Revista de Estudos da Linguagem*, *Revista do Centro de Estudos Portugueses e Aletria*.

⁶ SCIELO BRASIL. Critérios SciELO Brasil: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO Brasil. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/criteria/SciElo_Brasil_pt.html>. Acesso em: 14 jul. 2003; TESTA, J. *The ISI® database: the journal selection process*. Thomson/ISI, 2002. Disponível em <<http://www.isinet.com/is/hot/essays/selectionofmaterialforcoverage/199701.html>>. Acesso em: 18 mar. 2003; BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Programa de apoio às publicações científicas do CNPq*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.cnpq.br/bolsas_auxilios/modalidades/aed.html>. Acesso em: 14 jul. 2003.

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relatório de pesquisa sobre os periódicos técnico-científicos e culturais da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

TABELA 8 - ISSN, indexadores, classificação Capes e abrangência das revistas da UFMG, dados de 2003⁸

Revistas	ISSN	Indexadores	Classificação Capes	Abrangência segundo editores
<i>Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia</i>	0102-0935	ISI, AGRIS, BIOSIS, CAB, CAS, MEDLARS, Referatvnyi Zhurnal, Bibliografia Brasileira de Medicina Veterinária e Zootecnia, LILACS	A	Internacional
<i>Arquivos em Odontologia</i>	1516-0939	BIOSIS, PERIODICA, Bibliografia Brasileira de Odontologia, Oral Research Abstracts, LILACS	B Nacional	Nacional
<i>Cadernos de Psicologia</i>	0102-3071		B	Nacional
<i>Caligrama</i>	0103-2178			
<i>Casos Clínicos em Psiquiatria</i>				Nacional
<i>Contabilidade Vista & Revista</i>	0103-734X			Nacional
<i>Educação em Revista</i>	0102-4698	Bibliografia Brasileira de Educação	A	Internacional
<i>Ensaio</i>	1415-2150		C Nacional	Nacional
<i>Geonomos</i>	0104-4486		B	Institucional
<i>Geraes</i>	0102-40		A Local	Institucional
<i>Kriterion</i>	0100-512X	Philosopher's Index, MLA International Bibliography, Répertoire Bibliographique de la Philosophie		Internacional
<i>Licere</i>	1516-2168	SIBRADID	C	Nacional
<i>Lundiana</i>	1676-6180	Aquatic Sciences and Fisheries Abstracts, CAB, Index to American Botanical Literature, Kew Records, BIOSIS, Zoological Records		Internacional

(continua)

⁸ CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. *Revistas Científicas na UFMG*. Belo Horizonte, 2003. Não publicado.

Revistas	ISSN	Indexadores	Classificação Capes	Abrangência segundo editores
<i>Memorandum</i>	1676-1669	PsycInf		Internacional
<i>Música Hoje</i>	0104-5423			Internacional
<i>Nova Economia</i>	0103-6351	International Bibliography of the Social Sciences, EconPapers/RePec, (EconLit)	B Nacional	Nacional
<i>Per Musi</i>	1517-7599	RILM Abstracts International, Associação Brasileira de Música		Nacional
<i>Perspectivas em Ciência da Informação</i>	1413-9936	INFOBILA, Information Science Abstracts, International Bibliography of Book Reviews of Scholarly Literature, Internationale Bibliographie der Rezensionen Wissenschaftlicher Literatur, LISA, Library Literature, PASCAL, LICI	A Nacional	Nacional
<i>REME – Revista Mineira de Enfermagem</i>	1415-2762	BDENF/ SURENF/ BIREME	C	Nacional
<i>Revista Brasileira de Lingüística Aplicada</i>	1676-0786			Nacional
<i>Revista da Faculdade de Direito</i>	0304-2340			Internacional
<i>Revista de Geografia & Ensino</i>	0103-3174			Institucional/ Nacional
<i>Revista Médica de Minas Gerais</i>	0103-880X	LILACS		Interinstitucional/ Regional
<i>Teoria & Sociedade</i>	1518-4471		Nacional	Nacional
<i>Trabalho & Educação</i>	1516-9537		B Nacional	Nacional
<i>Vária História</i>	0104-8775			Internacional

(conclusão)

Considera-se que esse estudo pode proporcionar um roteiro para editores que queiram aperfeiçoar suas revistas e atende também àqueles que cogitam alcançar um padrão de publicação típico da revista tradicional, que, até o presente, constitui o formato aceito pela comunidade científica e pelas agências financiadoras de pesquisa. Ao mesmo tempo, diversos fatores parecem apontar para a necessidade de se repensar o papel do periódico científico como veículo de comunicação. Dois deles são decisivos: as restrições dos investimentos em pesquisa e o desenvolvimento da tecnologia eletrônica de redes. É bastante clara a influência do primeiro na produção e distribuição dos periódicos, em razão dos riscos que pode implicar para a qualidade e a sobrevivência das publicações. O desenvolvimento da tecnologia, por sua vez, abre possibilidades para se eliminar o engessamento da revista na sua periodicidade e para a criação de novas formas de comunicação científica, o que, também, torna possível aliviar os problemas de custeio.

Entre as iniciativas institucionais a salientar nessa área, merecem destaque as aplicações de recursos do Fundo Fundep de Apoio Acadêmico⁹. Em 2002, foram destinados recursos para possibilitar a publicação de trabalhos de docentes em periódicos indexados internacionalmente e, em 2003, para apoio à edição e publicação de periódicos de impacto nacional.

2.4.3 Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica coordenados pela Pró-Reitoria de Pesquisa

Os programas institucionais de bolsas de iniciação científica têm por objetivo introduzir o aluno na produção do conhecimento e na convivência cotidiana com os procedimentos científicos, com sua organização, técnicas e métodos. Pelo seu caráter institucional, possibilitam um modo de gestão da pesquisa que amplia e revitaliza a produção científica não apenas em áreas já consolidadas, mas também naquelas em que essas atividades estão, ainda, em processo de estruturação.

Os objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), do CNPq, são:

- Estimular pesquisadores produtivos a engajar estudantes de Graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação de pesquisa na Instituição.
- Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de Graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa, objetivando, em especial, iniciar o jovem universitário no domínio do método científico.
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado ou por grupo de pesquisa experiente, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- Preparar clientela qualificada para os programas de Pós-Graduação e aprimorar o processo formativo de profissionais para o setor produtivo.

⁹ Este fundo está mencionado, de forma mais detalhada, no Capítulo 3 – Gestão e Planejamento Institucionais.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Probic) da Fapemig, por sua vez, visa a:

- Despertar e desenvolver o interesse de estudantes de Graduação por atividades de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e especialidades.
- Propiciar formação científica e tecnológica aos estudantes de Graduação.
- Facilitar a interação de professores e pesquisadores com estudantes que buscam a carreira de pesquisador.

O Pibic manteve, no período 2002-2006, uma quota anual de 522 bolsas administradas pela PRPq. A mesma regularidade caracteriza o Probic, que distribuiu cerca de 310 bolsas por ano.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">PESQUISA</p> <p style="text-align: center;">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none">• Intensificar a produção científica e tecnológica da UFMG, bem como ressaltar seu papel de Instituição produtora de conhecimento.• Melhorar, nacional e internacionalmente, a visibilidade da produção científica e tecnológica da UFMG. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none">• Aumentar o volume de trabalhos publicados por pesquisadores da UFMG em revistas indexadas internacionalmente.• Otimizar a captação de recursos destinados às atividades de pesquisa na UFMG.• Ampliar a infra-estrutura multiusuária de pesquisa, para permitir o acesso dos docentes da UFMG a equipamentos de pesquisa mais sofisticados.• Aumentar o intercâmbio entre a UFMG e Universidades e Centros de Pesquisa nacionais e internacionais.• Intensificar, nacional e internacionalmente, a divulgação dos produtos da atividade acadêmica da UFMG. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver, na UFMG, uma infra-estrutura de apoio às atividades de redação e de tradução de trabalhos científicos, com vistas a aumentar o número de publicações em periódicos de maior impacto.• Coordenar a formação de redes de pesquisa não só na UFMG mas também de redes inter-relacionadas com outras Instituições, a fim de otimizar a captação de recursos.• Intermediar contatos entre agências financiadoras, empresas e pesquisadores, para auxiliar na elaboração de propostas de financiamento de projetos de pesquisa.• Desenvolver instrumentos de avaliação a fim de possibilitar maior equilíbrio na distribuição das bolsas de Iniciação Científica entre as diversas áreas do conhecimento.

2.5 Extensão

A Extensão Universitária consiste numa ação política, cujo compromisso deliberado é o estreitamento de vínculos com a sociedade. Essa forma de atuar tem por finalidade aprofundar as ações de democratização do saber científico, artístico e tecnológico, levando o conhecimento acadêmico ao encontro dos anseios da comunidade e, ao mesmo tempo, aprendendo com ela, a fim de produzir novos conhecimentos. Nesse sentido, ela constrói-se com base em ações indutoras do desenvolvimento social, nos diferentes âmbitos e espaços, e assume papel de importância destacada na luta contra as diferentes facetas da exclusão social e da degradação ambiental.

A Extensão também é responsável pela promoção de um permanente diálogo com a comunidade interna à Instituição e, para isso, conta com uma ampla participação dos diferentes órgãos institucionais. Com esses objetivos articula projetos, programas, cursos e eventos, que promovem relações interdisciplinares e inter-profissionais. Na UFMG, a Extensão articula o ensino e a pesquisa em oito áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, saúde, tecnologia, meio ambiente e trabalho.

As ações de Extensão organizam-se em linhas programáticas, que se estruturam em programas, ou núcleos, de projetos interdisciplinares e se classificam pelas áreas temáticas acima referidas. Na UFMG, todas as ações de Extensão são supervisionadas pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e coordenadas ou gerenciadas pelos Centros de Extensão, que se vinculam às Unidades Acadêmicas. Os diversos programas e projetos oriundos dessas Unidades de outros setores da UFMG são registrados na Proex, sendo relacionados e permanentemente atualizados no Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX/ Brasil).

A Extensão, na UFMG, compreende as seguintes linhas programáticas:

- Programa de Bolsas – Tem por objetivo ampliar os espaços de aprendizagem e os contatos dos alunos com os diversos segmentos sociais e com os problemas práticos de seus campos profissionais.
- Programa de Apoio a Projetos – Destina-se à concessão de apoio financeiro complementar, para viabilizar a realização de programas/projetos/atividades de Extensão, cuja forma de apresentação, bem como itens financiados, é estabelecida em regulamento próprio.
- Programa de Apoio a Publicações de Manuais e Cartilhas - Visa a fomentar a disseminação de saberes e inovações advindos do trabalho da comunidade universitária numa linguagem acessível à comunidade não-acadêmica. Na área de Extensão, as cartilhas ou manuais fazem parte de um projeto que contempla a produção, a divulgação e a disseminação de conhecimentos, que envolvem, na sua distribuição, atividades voltadas à interação entre a Universidade e a Comunidade.

Os cursos de Extensão, em sua expressiva maioria, propostos e realizados pelas Unidades Acadêmicas, têm carga horária mínima de oito horas e caracterizam-se como de Iniciação,

Atualização ou Qualificação Profissional. São concebidos como um conjunto articulado de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presenciais ou a distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal. Podem incluir oficinas, *workshops*, laboratórios e treinamentos. Algumas atividades originadas da prestação de serviços podem ser oferecidas como cursos, desde que se enquadrem no perfil anteriormente descrito.

Em 2006, nas várias Unidades da UFMG foram oferecidos 595 cursos de extensão, que envolveram 28.819 concluintes. Além disso, foram realizados: 563 eventos, com público estimado em mais de 120.000 pessoas; 79 programas e 364 projetos não-vinculados a programas, que envolveram um público estimado em dois milhões e meio de pessoas. A prestação de serviços atingiu o montante de 588 atividades, com público estimado superior a um milhão e 700 mil participantes. No total, o público beneficiado pelas ações de extensão promovidas pela UFMG foi superior a quatro milhões de pessoas.

Os cursos de Aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 horas, buscam atender a demandas acadêmico-profissionais específicas do mercado de trabalho. A supervisão da oferta dessa modalidade de curso está a cargo da Pró-Reitoria de Extensão. Em 2005, foram oferecidos 15 cursos, que abrangeram 459 alunos, em diversas áreas do conhecimento – 50% na área da saúde, mais especificamente em Odontologia. Em 2006, ofereceram-se 25 cursos, que envolveram um total de 3.872 alunos – 56% deles, mais uma vez, na área da Saúde, principalmente em Odontologia e em Enfermagem.

2.5.1 Programa de Bolsas coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivo apoiar, por meio da concessão de bolsas, o desenvolvimento de programas e/ou de projetos de extensão de Unidades, órgãos ou setores que têm potencial para implementar experiências acadêmicas, de forma qualitativa e de acordo com a política da UFMG para essa área. A Câmara de Extensão divulga, anualmente, edital específico, estabelecendo as datas para recepção e análise, bem como o roteiro para elaboração dos projetos. São proponentes, nesse caso, professores ou servidores técnico-administrativos em Educação que fazem parte do quadro permanente da UFMG. Depois de recebidos, tais programas e projetos são submetidos à aprovação das Câmaras Departamentais e encaminhados por intermédio dos Cenex das Unidades.

Em 2006, foram concedidas 346 bolsas a alunos matriculados nos cursos regulares da UFMG. A seleção dos alunos bolsistas é feita com base em edital divulgado pelos próprios Coordenadores dos programas e projetos. Nesse mesmo ano, a UFMG concedeu outras 78 bolsas, denominadas institucionais, por serem vinculadas a atividades realizadas em espaços específicos – Museu de História Natural e Jardim Botânico, Observatório da Serra Piedade, Estação Ecológica, Museu de Ciências Morfológicas, Rádio UFMG Educativa e TV UFMG. Nesse caso, o total de alunos beneficiados foi de 849.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

EXTENSÃO

Objetivos

- Aproximar a UFMG da sociedade em geral, numa perspectiva transdisciplinar apoiada no compromisso com o saber, o fazer e o criar, em constante diálogo com os saberes científicos e não-científicos.
- Estimular a interlocução da UFMG com diferentes atores sociais, com vistas à difusão e à disseminação do conhecimento e da informação, a fim de torná-los mais acessíveis à sociedade em geral.

Metas

- Identificar, criar e disseminar metodologias participativas e colaborativas que favoreçam o diálogo entre categorias de pesquisa, com o objetivo de ampliar a produção do conhecimento na UFMG.
- Priorizar, na UFMG, práticas voltadas às necessidades sociais emergentes.
- Consolidar o Sistema de Informação da Extensão Universitária, a fim de fortalecer seu reconhecimento no conjunto das atividades acadêmicas da UFMG.
- Intensificar, na UFMG, a criação de programas de extensão interinstitucionais voltados ao intercâmbio e à solidariedade na produção do conhecimento.

Ações

- Estimular a criação e o uso de tecnologias de ensino, com vistas à melhoria da qualidade da Saúde e da Educação nos diferentes níveis e modalidades.
- Incentivar o registro das ações de extensão na UFMG, a fim de consolidar o Sistema de Informação da Extensão Universitária.
- Participar de espaços privilegiados de discussão, elaboração e execução de políticas públicas associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político do País, com vistas a contribuir para a produção, a indução e a implementação de políticas, bem como para a acumulação de conhecimentos e a formação de profissionais.
- Intensificar relações transformadoras entre a UFMG e a sociedade, numa perspectiva de democratização do conhecimento, preservando, porém, sempre, a autonomia das comunidades em que as intervenções são realizadas.
- Atuar, em conjunto com o Sistema Público de Ensino, na construção e na difusão de valores de uma cidadania plena, e fortalecer a Educação Básica.

2.6 Formação acadêmica em Unidades e Centros Especiais

A UFMG dispõe de um conjunto de Unidades e Centros Especiais que abrigam formação e atividades acadêmicas – o Hospital das Clínicas, o Hospital Risoleta Tolentino Neves, a Casa da Glória, o Hospital Veterinário e as duas fazendas situadas, uma em Igarapé e outra em Pedro Leopoldo.

2.6.1 Hospital das Clínicas

O Hospital das Clínicas (HC) é um hospital universitário, público e geral, em que se realizam atividades de ensino, pesquisa e assistência e é, também, referência no sistema municipal e estadual de Saúde no atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Resultando do agrupamento de algumas clínicas ao redor da Faculdade de Medicina da UFMG, esse complexo hospitalar, inaugurado em 21 de agosto de 1928, recebeu o nome de Hospital das Clínicas em 1955. Situado no *Campus* Saúde, é formado por um edifício central e sete prédios anexos, destinados ao atendimento ambulatorial.

Como Unidade Especial da UFMG, além de possibilitar a realização de atividades de pesquisa e de assistência em várias áreas da saúde, o HC constitui-se campo de ensino para os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Nutrição e Fonoaudiologia. Para coordenar essas atividades, em agosto de 1997 foi criada a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, que passou a se encarregar pelo planejamento e acompanhamento dessas atividades acadêmicas. Dirigida por um docente da UFMG, nomeado pelo Diretor Geral do HC, tal Diretoria tem por competência zelar pela excelência das atividades acadêmicas produzidas nesse Hospital e, também, promover eventos científicos de interesse nessa área, bem como cuidar da capacitação de recursos humanos ligados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina/ UFMG.

O Hospital das Clínicas é integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e atende a uma clientela universalizada – 95% dos pacientes provêm do SUS e os demais 5% são atendidos por outros convênios ou são particulares. Desse conjunto, cerca de 40% é proveniente do interior do Estado de Minas Gerais. As características dessa clientela tornam as oportunidades de formação disponibilizadas pelo HC bastante diversificadas, tanto em termos das patologias quanto em termos das condições socioeconômicas, o que contribui, de forma relevante, para o enriquecimento dos conteúdos ministrados nos cursos supramencionados.

A) Residência Médica

Os programas de Residência Médica do HC/ UFMG originaram-se na Faculdade de Medicina, onde funcionam como prolongamento das atividades dos Internos. Na década de 1960, compreendiam as áreas de Cirurgia Médica, Pediatria, Clínica Geral, Ginecologia/ Obstetrícia e Oftalmologia, alcançando 10 especialidades. No final da década de 1970, esses programas foram formalizados como curso de Especialização, ligados à Proex. A partir de 1976, quando o Hospital das Clínicas se tornou Órgão Suplementar da UFMG, os mesmos foram vinculados a esse Hospital.

Em 1977, para responder por todos esses programas, criou-se a Coordenação de Residência Médica e Estágios do HC (Coreme/ HC). Como responsável pelo cumprimento dos programas de Residência Médica na UFMG, à Coreme atribuiu-se a organização dos Concursos de Seleção dos candidatos, que se realizam em duas etapas: a primeira

é constituída de provas de conhecimento geral de Medicina e a segunda, de análise de currículo e entrevista. Essa Coordenação é responsável, também, pelo encaminhamento dos profissionais da Medicina aos estágios no HC. Em parceria com a Associação de Médicos Residentes do Hospital das Clínicas (Amerehc),¹⁰ trabalha pela manutenção e melhoria da qualidade da Residência Médica da UFMG.

São oferecidos, ao todo, 38 programas, desenvolvidos nas áreas clínica, cirúrgica e propedêutica – todos reconhecidos pelo Ministério da Saúde e credenciados pelo MEC –, que atendem a recém-graduados, matriculando, em média, 312 Residentes por ano. Dependendo da especialidade, esses programas têm duração mínima de dois anos e máxima de quatro anos. Os Residentes contam com uma Unidade Residencial, também subordinada à Coreme, estrutura aparelhada para oferecer que oferece condições satisfatórias de estudo, alimentação, descanso, segurança, limpeza e conservação dos quartos.

2.6.2 Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves

Localizado no eixo norte de Belo Horizonte, o Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves (HRTN) situa-se no extremo oposto à região hospitalar do HC, possibilitando a regionalização do atendimento à Saúde e atuando sobre uma população de referência, que compreende, aproximadamente, 1.100 pessoas. Mediante Convênio firmado, em 2006, entre a Secretaria de Estado da Saúde, a UFMG, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) e a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), essa Universidade assumiu a gestão do HRTN. Essa iniciativa possibilitou à UFMG constituir um novo pólo educacional na área da Saúde, pautado num modelo de gestão que prioriza a educação permanente e une a produção do conhecimento ao SUS.

Para essa decisão, a UFMG levou em conta que o HRTN constitui um campo privilegiado para a ampliação e qualificação das atividades de ensino e pesquisa, especialmente as relacionadas à assistência de urgência e às emergências traumatológica e não-traumatológica em adultos e crianças. Em função dessas características, esse Hospital viabiliza a inserção de residentes, alunos e docentes de diversas Unidades Acadêmicas, produzindo um modelo de ensino assentado em novas bases conceituais e metodológicas. Essas bases estão em curso na UFMG, de acordo com os projetos de reformulação curricular do Programa de Incentivo a Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina (Promed) e do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), subsidiados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação.

A inserção dos acadêmicos no cotidiano do HRTN foi gradual e planejada em conjunto com as Unidades Acadêmicas dos cursos de Medicina, Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia, e com as coordenações das Linhas de Cuidado do Hospital – em especial, a Linha

¹⁰ A Associação dos Médicos Residentes do Hospital das Clínicas (Amerehc) da UFMG tem por finalidade trabalhar para a manutenção e a melhoria da qualidade da Residência Médica do HC, bem como zelar pelo respeito aos direitos dos Médicos Residentes. Articulada com Associação Mineira de Médicos Residentes e a Associação Nacional de Médicos Residentes, a Amerehc promove debates, congressos, palestras, intercâmbio de experiências entre seus associados e outros eventos.

de Ensino e Pesquisa –, para a construção do modelo de ensino vinculado ao modelo assistencial. Além de favorecer esse lado educacional, a gestão desse Hospital permite à UFMG trabalhar sua vocação social mediante uma atuação resolutiva no sistema de saúde da capital e do Estado, bem como contribuir, em parceria com outras instituições, para a construção de uma sociedade melhor e para o efetivo acesso ao exercício dos direitos fundamentais.

2.6.3 Instituto Casa da Glória

O Instituto Casa da Glória é um Órgão Complementar do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG. Idealizado, em 1969, como um centro de pesquisa em Geologia por um grupo de pesquisadores alemães, funcionou durante 10 anos como Instituto Eschwege. Incorporado à UFMG em março de 1979, passou a funcionar nas dependências da Casa da Glória, adquirida para essa finalidade pelo MEC. Além de sediar a oferta de cursos na área de Geologia, a infra-estrutura desse Instituto é ocupada por grupos em atividades didáticas ou de pesquisa na região da Serra do Espinhaço e, atualmente, a Casa Silvério Lessa funciona como um alojamento complementar para as atividades da Casa da Glória.

Nele, funciona a Biblioteca Professor Reinhardt Pflug, importante repositório de documentos relacionados à região do Vale do Jequitinhonha e às Geociências em geral. Essa biblioteca abriga razoável acervo de publicações, mapas e fotos aéreas da região do Rio Jequitinhonha, em diferentes épocas e escalas de resolução. Nesse conjunto, destacam-se aquelas em escala de, aproximadamente, 1:25.000 – serviços Cruzeiro do Sul, datados das décadas de 1950 e 1960, e DNPM/ CPRM, de 1979 – e de 1:60.000 – serviço USAF, da década de 1960 –, além de faixas localizadas em escala de 1:40.000. O acervo de mapas é estimado em, aproximadamente, 750 documentos cartográficos.

Nesse total, incluem-se mapas topográficos das principais folhas 1:100.000 constituintes da região e ampliações 1:250.000 das áreas correspondentes às folhas de Diamantina e Presidente Kubitschek, assim como mapas geológicos em diferentes escalas e nos níveis local, regional ou nacional. Dada a importância dessas obras para as atividades de pesquisa dos geocientistas, a Biblioteca Professor Reinhardt Pflug tem sido utilizada, esporadicamente, por órgãos de desenvolvimento local e regional e por órgãos judiciais com vistas ao esclarecimento de litígios que envolvem pedidos de pesquisa ou de localização de limites de áreas. Nesse sentido, a consulta é aberta ao público; o empréstimo de livros e documentos, porém, só pode ser efetuado por alunos de Mestrado e Doutorado, com autorização dos respectivos Orientadores.

2.6.4 Hospital Veterinário

O Hospital Veterinário é Órgão Complementar da Escola de Veterinária da UFMG e, nele, desenvolvem-se atividades de ensino, pesquisa e extensão dessa Unidade Acadêmica. Dispõe de instalações próprias, anexas à Escola de Veterinária e comuns ao Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinárias, localizadas no *Campus* Pampulha da UFMG.

O Hospital Veterinário tem por finalidades:

- Apoiar os programas de ensino de Graduação e Pós-Graduação da Escola de Veterinária e de outras Unidades Acadêmicas da UFMG.
- Apoiar os programas de pesquisa da Escola de Veterinária e de outras Unidades Acadêmicas da UFMG.
- Apoiar e executar programas de Extensão junto às comunidades urbana e rural, mediante a oferta de assistência médico-cirúrgica, bem como de consultoria agropecuária e de Saúde Pública.
- Apoiar os programas de educação continuada e de aprimoramento discente, pela oferta de cursos de Atualização e Aperfeiçoamento e, ainda, pela concessão de estágios pré-profissionais e profissionais.
- Garantir a oferta do ensino médico da Medicina Veterinária.
- Garantir a realização da Especialização em Residência Médico-Veterinária.
- Apoiar os programas de desenvolvimento institucional.

2.6.5 Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa

Situada a menos de 50 km de Belo Horizonte, a Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa (FEHB), com uma área de 246 ha, é Órgão Complementar da Escola de Veterinária. Produz cerca de 40 toneladas de rações por dia e desenvolve atividades de avicultura, cunicultura, piscicultura, suinocultura, bovinocultura de leite e corte e apicultura. Dispõe de alojamento para 40 alunos.

Possui infra-estrutura para hospedagem e alimentação da comunidade acadêmica e dos funcionários dos diversos setores da UFMG. Nessa fazenda, não só se realizam pesquisas aplicadas, aulas práticas, estágios e cursos de Extensão, como também são ministradas aulas práticas de Clínica, Cirurgia, Medicina Veterinária Preventiva, Tecnologia de Alimentos, Fisiopatologia da Reprodução e Zootecnia.

Cabe à FEHB dar suporte às atividades regulares de ensino; criar condições e promover estágios, cursos e atividades de qualificação e requalificação para alunos, profissionais, criadores e outros interessados da comunidade. Ela deve, ainda, servir de base para a produção e conservação de conhecimento e transferência de tecnologia.

2.6.6 Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo

A Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo, com área de 560 ha, também é Órgão Complementar da Escola de Veterinária, está situada a pequena distância de Belo Horizonte e funciona, desde 1993, em convênio com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Sua produção concentra-se em bovinocultura de leite, eqüinocultura e caprinocultura.

Tem capacidade física para alojar até 70 alunos e infra-estrutura para hospedagem e alimentação da comunidade acadêmica e dos funcionários dos diversos setores da UFMG. Nessa fazenda desenvolvem-se pesquisas aplicadas, aulas práticas, estágios e cursos de extensão, assim como são ministradas aulas práticas de Clínica, Cirurgia, Medicina Veterinária Preventiva, Tecnologia de Alimentos, Fisiopatologia da Reprodução e Zootecnia.

Atualmente, essa fazenda encontra-se em fase final de regularização fundiária, e está em curso proposta de sua transformação em Centro de Demonstração da Produção Sustentável da UFMG. Essa mudança tem por objetivo unificar ações dessa Universidade e do Poder Público, tanto local quanto estadual, bem como incorporar a participação da iniciativa privada, a fim de se recuperar, preservar e disponibilizar o acervo histórico desse Órgão e, também, de se criarem unidades demonstrativas de avanços tecnológicos. Aberta à comunidade e associando lazer a aprendizado, a diretriz principal dessa fazenda baseia-se no conceito de produção sustentável, com foco na preservação ambiental e no uso racional da terra.

2.7 Programas acadêmicos internacionais

Ciente da importância que a experiência internacional desempenha na formação acadêmica de um estudante, a UFMG, por intermédio da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), oferece programas acadêmicos que têm alcançado expressivos resultados no que concerne ao fluxo de intercâmbio de alunos dos níveis de Graduação e Pós-Graduação, que, por essa via, têm oportunidade de vivenciar sistemas educacionais distintos e uma outra ótica de formação universitária, além de poderem interagir com estudantes de culturas diversas. O intercambista passa um a dois períodos letivos numa instituição estrangeira e as atividades desenvolvidas por ele no exterior, desde que aprovadas pelo Colegiado do seu curso, podem ser incorporadas ao seu histórico escolar. O intercâmbio de alunos é amparado pela Resolução nº 05/1998, do CEPE.

2.7.1 Programas de intercâmbio para os estudantes da UFMG

Podem se candidatar ao processo seletivo, gerenciado pela DRI e conduzido por professores indicados pelos Coordenadores de Cursos, os alunos que, regularmente matriculados na UFMG, estejam, no semestre da seleção, fazendo disciplinas do seu curso de opção. Além disso, os interessados devem: ter completado pelo menos 50% dos créditos do seu curso até o início do intercâmbio; ter de cursar ainda, após o retorno do intercâmbio, no mínimo, um semestre acadêmico na UFMG antes de concluir a integralização do total de créditos do seu curso de opção; ter média de Rendimento Semestral Global (RSG)¹¹ igual ou superior a 3 em todos os semestres já cursados até a data de inscrição à seleção; comprovar proficiência na língua oficial da Instituição estrangeira onde se realizará o intercâmbio.

¹¹ O RSG, conceito de rendimento utilizado na UFMG, resulta da média ponderada do desempenho acadêmico do aluno em cada uma das atividades curriculares em que se matriculou no semestre e é expresso em uma escala que varia de zero a cinco. Assim, quanto maior o valor do RSG, melhor é o desempenho do aluno.

Essa Universidade tem participado ativamente de programas bilaterais de Graduação-sanduíche, que oferecem apoio financeiro ao estudante brasileiro – o que inclui passagem aérea, bolsas mensais e seguro saúde –, por intermédio de projeto internacional, coordenado por pesquisador brasileiro – entre outros, os programas Capes/ Fipse, com os Estados Unidos; Capes/ Unibril, com a Alemanha e Capes/ Brafitec, com a França. No âmbito desses programas, a UFMG recebe, em regime de reciprocidade, alunos das Universidades parceiras.

A mobilidade dos alunos de Graduação da UFMG para o exterior, apesar de ainda reduzida, tem sido crescente. Assim, passou-se de 156 estudantes, no período 2002-2004, para 341 alunos entre 2004-2006. Há expectativa de um expressivo aumento desse número de intercambistas, considerando-se o trabalho de incentivo que vem sendo desenvolvido pela DRI junto às Unidades Acadêmicas, bem como a importância que os estudantes têm atribuído, de forma crescente, à experiência internacional. Está-se prevendo, por isso, um crescimento em torno de 30%. Outro fator de estímulo, nesse contexto, tem sido o incremento, no âmbito do Grupo Montevideo, das parcerias com instituições portuguesas e argentinas. Nesse caso, 41 cursos de Graduação da UFMG já manifestaram sua adesão ao Programa Escala, voltado à mobilidade estudantil desse grupo, adesão que ainda pode ser ampliada futuramente, o que, por via de consequência, pode implicar um maior número de estudantes em mobilidade. Até o final de 2006, só por intermédio do Programa Escala, essa Universidade contabilizou 43 alunos de Graduação em outros países.

No que concerne aos alunos de Pós-Graduação, as oportunidades oferecidas vinculam-se, normalmente, às bolsas oferecidas por agências de fomento brasileiras ou estrangeiras, que, em sua expressiva maioria, concedem ao pós-graduando bolsas para a realização de programas de Mestrado e de Doutorado, na modalidade sanduíche, a título de formação acadêmico-científica complementar.

Essas bolsas podem estar vinculadas a:

- Programas de cooperação bilateral – entre outros, o Capes/ Probal, com a Alemanha; Capes/ Secyt, com a Argentina; o Capes/ Mecd, com a Espanha; o Capes/ Cofecub, com a França; o Grices, com Portugal; o Capes/ Fipse e o Capes/ UTEXAS, com os Estados Unidos;
- Cotas institucionais, como as do Programa de Desenvolvimento de Estágios no Exterior (PDEE)/ Capes.
- Ofertas de “balcão”, em que o pós-graduando pleiteia a bolsa diretamente a uma agência de fomento.

Nas duas primeiras modalidades, a UFMG promove a coordenação e o acompanhamento institucional do estudante, por meio da PRPG e da DRI.

2.7.2 Programa de intercâmbio para estudantes nacionais e estrangeiros

Norteadas pelo princípio da reciprocidade e da qualidade, a UFMG recebe alunos de Graduação vinculados a Universidades brasileiras e de diversos países, mediante Convênios de Cooperação Acadêmica, buscando sempre garantir equilíbrio entre o número de estudantes recebidos e o de enviados. A Resolução nº 08/2005, do CEPE, estabelece a categoria de “aluno intercambista” de Graduação e de Pós-Graduação, proveniente de outras Instituições de Ensino Superior, tanto do Brasil quanto do exterior, desde que conveniadas com a UFMG. Por essa Resolução, o intercambista estrangeiro tem garantidos os mesmos direitos que os alunos da Universidade em que fazem intercâmbio. Na UFMG, isso significa: facilidades de acesso à Moradia Estudantil; refeições com descontos; acesso às bibliotecas universitárias, bem como a centros de pesquisa e de computação; procedimentos específicos de matrícula e acompanhamento por um Professor Tutor, designado pelo Colegiado de Curso. A mencionada Resolução normatiza, ainda, os procedimentos para a aceitação, acolhimento e presença do aluno intercambista nacional e estrangeiro na UFMG. Em decorrência das determinações dessa Resolução, foi elaborado um sistema especial de matrícula para o intercambista estrangeiro, denominado Matrícula de Aluno Externo, que suprimiu a condição de ele ser considerado aluno matriculado em disciplina isolada e o equiparou ao aluno regular da Universidade.

No período 2002-2006, a UFMG recebeu 978 alunos estrangeiros de Graduação e de Pós-Graduação, entre intercambistas e estudantes que visavam obter o curso integral. Como resultado da priorização do intercâmbio discente internacional, o aumento no número de programas, apenas entre 2004-2006, foi de, aproximadamente, 60%. Em virtude da política de estreitamento de laços com os países de língua portuguesa e com a América Latina, espera-se, para 2007, um crescimento de, pelo menos, 30% no número de programas de intercâmbio.

Em 2003, a DRI tornou-se a instância responsável, na UFMG, pela coordenação institucional do Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e pelo Curso de Português para Estrangeiros, oferecido aos alunos desse convênio. No período 2004-2006, ingressaram 40 alunos na Graduação. No mesmo período, no Programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), ingressaram 21 estudantes. A DRI apóia, ainda, as ações da Universidade para o auxílio a refugiados políticos, oriundos, principalmente, de países africanos, mantendo, também, programas de seleção e concessão de bolsas a alunos africanos de língua portuguesa – Bolsa Promisaes –, em parceria com o MEC e a FUMP. A UFMG abriga, atualmente, 18 refugiados, que recebem Bolsa de Manutenção pela FUMP.

Essa Universidade tem participado ainda, ativamente, de programas bilaterais de Graduação-sanduiche, que oferecem apoio financeiro ao estudante brasileiro – ou seja, passagem aérea, bolsas mensais e seguro saúde –, por intermédio de projeto internacional, coordenado por pesquisador brasileiro – o Capes/ Fipse, com os Estados Unidos; o Capes/ Unibras,

com a Alemanha; o Capes/ Brafitec, com a França e outros. No âmbito desses programas, a UFMG recebe, também, em regime de reciprocidade, alunos de Graduação das Universidades parceiras.

2.7.3 Programas de recepção e acolhimento ao estudante estrangeiro

Visando a atender ao critério de reciprocidade nas parcerias internacionais, a DRI desenvolve os seguintes programas de apoio a estudantes estrangeiros:

- Atendimento receptivo de estudantes recém-chegados à UFMG, mediante a organização da Semana do Estudante Estrangeiro, ocasião em que eles são apresentados a instâncias acadêmicas, instalações e serviços da Universidade.
- Elaboração constante e atualizada de material específico – pasta institucional, Catálogo Trilíngüe da UFMG, Guia do Estudante Estrangeiro e outros –, que contém informações sobre as condições de estudos e de permanência na UFMG, em Belo Horizonte e no País.
- Encaminhamento a programas de moradia estudantil, pelo gerenciamento de vagas na Moradia Universitária para atender à demanda de reciprocidade nas parcerias internacionais, e pelo Programa Sem Fronteiras, que hospeda o estudante estrangeiro em casas de famílias mineiras.
- Gerenciamento do Programa Intensivo de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira, que objetiva oferecer ao aluno estrangeiro melhores condições e adaptabilidade ao contexto lingüístico e cultural brasileiro.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p align="center">PROGRAMAS ACADÊMICOS INTERNACIONAIS</p> <p align="center">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a inserção internacional de alunos da UFMG, de forma comprometida com as finalidades de uma Instituição Federal de Ensino Superior e com as novas demandas da sociedade. • Proporcionar aos alunos da UFMG a interação com outras culturas e oportunidades para desenvolver o respeito pela diversidade. <p align="center">Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e implementar, na UFMG, ações que visem à instauração do equilíbrio de condições entre alunos de Instituições de Ensino e Pesquisa brasileiras e estrangeiras. • Incentivar e apoiar, na UFMG, a criação de redes e parcerias interinstitucionais de âmbito internacional, com base nos princípios da reciprocidade e do equilíbrio e com vistas à promoção da participação ativa dos discentes. • Oferecer ao aluno da UFMG a oportunidade de vivenciar uma experiência internacional, a fim de contribuir para sua formação pessoal, acadêmica e profissional. <p align="center">Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar os mecanismos de inserção da UFMG em programas e projetos de cooperação internacional. • Propor projetos inovadores de cooperação internacional, apoiados e financiados por agências de fomento nacionais e estrangeiras, e a eles aderir. • Estimular e apoiar a participação de discentes da UFMG em projetos internacionais de intercâmbio acadêmico. • Desenvolver, na UFMG, programas voltados para a mobilidade estudantil, a serem gerenciados pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI), e que envolvam, ativamente, os Colegiados de Curso e os professores.

3. POLÍTICAS DE EQUALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES

A busca por sociedades mais igualitárias e mais justas é uma exigência a que países como o Brasil, cujos indicadores de desigualdade são muito acentuados, precisam atender. Se o combate às condições geradoras de injustiça deve estar presente nas ações conduzidas pelas instâncias governamentais, é também verdade que cabe a quaisquer Instituições públicas, guardadas suas especificidades, disponibilizar instrumentos que possam colaborar para a construção de novas condições sociais, mais inclusivas e mais democráticas.

Instituições de Ensino públicas, como as Universidades Federais, acham-se singularmente desafiadas a isso, porque, por seus compromissos sociais, são chamadas a agir em consonância com valores propiciadores de justiça social. E, além disso, porque essas Instituições são responsáveis pela produção e pela disseminação do conhecimento, bem público indispensável à construção da cidadania nas sociedades contemporâneas. O debate sobre a temática da

inclusão social vem ganhando importância crescente nas Universidades, graças à ampliação dos espaços democráticos na sociedade brasileira e à presença, na cena política, da diversidade das forças que compõem a sociedade. A UFMG, motivada pelo duplo princípio da qualidade acadêmica e da relevância social, entende como indispensável que as Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, promovam estudos e ações que possam colaborar para a formulação de políticas públicas mais abrangentes a propósito do tema da democratização do acesso e da permanência no sistema de ensino.

3.1 Ampliação do acesso à Universidade

Por decisão do Conselho Universitário, em 2003, a UFMG adotou como política prioritária a ampliação da oferta de cursos e vagas no turno noturno, sem desconsiderar as possibilidades de utilização de mecanismos alternativos com o mesmo fim. Essa decisão foi tomada com amparo em estudos realizados por uma Comissão de Professores instituída pela Reitoria, com base nos dados dos últimos Concursos Vestibulares dessa Instituição. Esse estudo não apenas tem orientado os Conselhos Superiores da UFMG nas deliberações afetas ao tema da equalização do acesso aos seus cursos de Graduação, como também tem motivado discussão nas Unidades Acadêmicas pautadas pela responsabilidade e pela cautela peculiares à Instituição, na busca de outras soluções para o problema. Em consequência, considerando-se o montante existente em 2003, houve uma ampliação da oferta de vagas da ordem de 6% e têm-se envidado esforços com o objetivo de estender ainda mais essa disponibilidade.

A UFMG conta, desde 1971, com o Programa de Isenção da Taxa de Inscrição ao Vestibular (PITV), desenvolvido mediante parceria entre a Comissão Permanente do Vestibular (Copeve) e a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP). Esse Programa destina-se ao atendimento a candidatos que, em decorrência de sua condição socioeconômica, podem ser impedidos de concorrer ao Vestibular dessa Universidade, caso tenham de arcar com o pagamento da Taxa de Inscrição regularmente cobrada. Para concorrer a esse Programa, o estudante deve comprovar: a) ter concluído o Ensino Médio ou estar cursando o último ano desse Nível de Ensino em escola pública ou com bolsa integral na rede particular de ensino; b) não estar matriculado em curso de Graduação na UFMG, mesmo com matrícula trancada; c) não ser portador de Diploma de Curso Superior; d) não ter pago valor mensal, referente a mensalidade e material didático, superior a R\$ 80,00 (oitenta reais) para fazer curso pré-vestibular. Desenvolvido há mais de 30 anos, esse Programa já beneficiou mais de 140 mil estudantes. No período 2003-2006, foi deferida uma média de 18.000 pedidos de isenção, o que possibilitou a participação de um percentual significativo de candidatos isentos no Vestibular da UFMG.

Outra iniciativa institucional que visa ao ingresso de alunos mais carentes socialmente é oferecida pela Universidade na distribuição das vagas anuais do Colégio Técnico, que são divididas, em proporções iguais, entre alunos que fizeram o Ensino Fundamental totalmente em escola pública, ou parte em escola pública e parte em escola particular, ou,

ainda, totalmente em escola particular. Conforme parâmetros definidos em Edital público, o Programa de Isenção da Taxa de Inscrição passou a ser aplicada também, a partir de 2004, nesse Processo Seletivo.

Tendo em vista a acentuada demanda por parte de alunos das escolas de Ensino Médio da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por informações sobre os cursos da UFMG, bem como a impossibilidade de atender individualmente às escolas, a Prograd, em conjunto com a Copeve e o Programa UFMG Jovem, vem realizando anualmente, desde 2004, uma Mostra de Profissões. Essa Mostra tem por objetivo democratizar as informações sobre os cursos de Graduação oferecidos pela UFMG, a fim de dar oportunidade a todos os estudantes do Ensino Médio para conhecerem esses cursos e sua infra-estrutura, de maneira a lhes disponibilizar melhores condições para a escolha da sua futura profissão.

Muito embora venha desenvolvendo esse conjunto de ações que visam à ampliação do acesso ao Nível Superior, sobretudo no que concerne à equalização de oportunidades de ingresso na Universidade para estudantes de todas as camadas sociais, a atuação da UFMG ainda pode ser caracterizada como tímida. O que fica ainda mais claramente exposto, quando se considera a diversidade de instrumentos existentes para aqueles que já são seus alunos, como se verá no item a seguir, em que se trata da assistência aos estudantes.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">AMPLIAÇÃO DO ACESSO</p> <p style="text-align: center;">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none">• Ampliar as condições de acesso aos cursos de Graduação da UFMG a estudantes de condição socioeconômica precária.• Aumentar o número de vagas ofertadas em cursos de Graduação da UFMG, em especial no turno noturno.• Otimizar a infra-estrutura dos cursos de Graduação da UFMG, bem como o pessoal técnico-administrativo e docente lotado nas Unidades Acadêmicas responsáveis pela oferta desses cursos. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none">• Rever a natureza dos exames de seleção para os cursos da UFMG.• Reduzir a seletividade social dos mecanismos de seleção vigentes na UFMG. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar estudos permanentes visando à equalização das oportunidades de acesso aos cursos de Graduação da UFMG.• Promover debates sobre os mecanismos de seleção vigentes na UFMG.• Estimular a adoção de medidas destinadas a reduzir a seletividade social no acesso à UFMG.

3.2 Assistência aos Estudantes

Na década de 1930, criou-se a Caixa de Pensões da Associação Universitária Mineira, uma sociedade formada por alunos da UFMG, que prestava assistência a estudantes que dela necessitassem. Em maio de 1932, após a instalação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), essa Associação encerrou suas atividades. Formulou-se, então, uma proposta de criação, no DCE, de uma Seção de Assistência aos Universitários, com patrimônio de doações, subvenções e matrículas gratuitas. Em agosto de 1936, essa proposta foi integralmente aceita pelo Conselho Universitário, que, no mesmo ato, aprovou os estatutos da assistência a ser oferecida e a nova denominação da entidade: Assistência aos Universitários Mendes Pimentel (AUMP). Em 1973, ela passou a chamar-se Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP). Desde então, tornou-se entidade de interesse público, sendo seus objetivos, direcionados ao atendimento a estudantes da UFMG, definidos e orientados pela Lei Municipal nº 2.012, de 23 de novembro de 1971, por lei estadual, publicada no *Minas Gerais* em 4 de novembro de 1971, e pelo Decreto Presidencial nº 36.871, de 25 de janeiro de 1982, publicado no *Diário Oficial da União*, em 26 de janeiro de 1982.

A FUMP mantém vínculo com a UFMG por inserção no art. 13 – em que se estabelecem as finalidades dessa Fundação – e no art. 82 – em que se definem as fontes de recursos para manutenção dos programas por ela geridos – do Estatuto da Universidade. Constituída sob a forma de Fundação, com personalidade jurídica de direito privado, a FUMP possui patrimônio próprio e é a responsável pela assistência social aos estudantes da UFMG nas áreas financeira, cultural, residencial e de saúde física e mental, priorizando os de condição socioeconômica mais carente. No entanto alunos regularmente matriculados nessa Universidade, e cuja situação financeira é melhor, também podem usufruir do convênio de saúde, ter acesso a livros com descontos e se candidatar a estágios mediados pela FUMP.

Para a identificação dos estudantes que podem receber algum tipo de assistência e para a prestação das formas de assistência pretendidas, a FUMP dispõe de uma equipe técnica composta por assistentes sociais, psicólogos, médicos e dentistas e coloca à disposição dos estudantes diversos benefícios – em especial, moradia, assistência à saúde física e mental, alimentação subsidiada, orientação social, oportunidades de estágio em outras instituições e empresas, facilidades para aquisição de livros didáticos. Entre as fontes de recursos financeiros para a manutenção de seus programas, a FUMP conta com a Contribuição ao Fundo de Bolsas, recolhida pelos alunos por ocasião da matrícula regular aos cursos da UFMG, da qual se isentam aqueles que comprovam não ter condição financeira para arcar com essa despesa semestral. Em decorrência das ações pioneiras dessa fundação, que se destaca no conjunto das Universidades Públicas brasileiras, a UFMG oferece condições a seus alunos mais carentes de concluir um curso de Nível Superior e, desse modo, contribui, também, para o alcance de elevados índices de conclusão em seus cursos de Graduação.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES

Objetivos

- Proporcionar assistência aos estudantes de condição socioeconômica precária, a fim de lhes garantir os meios e as condições materiais necessários à sua permanência na UFMG.
- Aperfeiçoar e ampliar os programas de assistência estudantil praticados na UFMG.

Metas

- Criar condições para a ampliação do atendimento a alunos de condição socioeconômica precária, a fim de lhes garantir a permanência na UFMG, em condições favoráveis ao bom desempenho acadêmico.
- Aperfeiçoar os mecanismos de acolhimento dos alunos, para que todos se sintam como sujeitos-agentes do contexto acadêmico.
- Diligenciar para que todos os alunos da UFMG que participam de atividades acadêmicas nas quais há risco de contágio tenham cobertura de vacinação adequada.

Ações

- Adequar o Estatuto da FUMP às características atuais do sistema de assistência aos estudantes mais carentes da UFMG.
- Articular os vários programas geridos pela FUMP, com vistas a elaborar um projeto integrado de assistência aos estudantes mais carentes da UFMG.
- Implementar, na UFMG, um sistema de comunicação eficiente, para garantir que os alunos da Instituição, em especial os mais carentes, possam usufruir dos benefícios a que têm direito.
- Ampliar e aperfeiçoar, na UFMG, o sistema de concessão de bolsas a estudantes carentes.

3.3 Programas de atendimento a portadores de necessidades especiais

Desde sua criação, a UFMG vem-se destacando pela busca da excelência no ensino, na pesquisa e na extensão e investindo na concepção de interação entre Universidade e Sociedade, sempre preocupada com o acesso e a permanência de diversos segmentos no processo de ensino e aprendizagem. Com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos já existentes, têm sido implementadas políticas de inclusão social – entre elas o apoio à inserção e à manutenção, na Instituição, de pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), com vistas a lhes assegurar uma equalização de oportunidades.

Uma das ações nesse sentido é realizada já no Concurso Vestibular. Nessa oportunidade, as PNE têm asseguradas condições adequadas para a realização das provas e em local apropriado, com acesso a elevadores e banheiros adequados, bem como com mobiliário devidamente adaptado às condições de cada um, conforme solicitação prévia que lhes é facultada. Além disso, para os que lêem e escrevem em braille, as provas são impressas nessa linguagem e, ainda, no setor de aplicação de provas reservado a esses candidatos, há um supervisor especializado, para esclarecer dúvidas quanto à impressão em braille dos Cadernos de Prova.

Para os deficientes visuais que não dominam essa linguagem, designam-se aplicadores de provas para fazer a leitura das questões, de acordo com instruções específicas da Comissão Elaboradora de cada prova. Se necessário, esses mesmos candidatos podem solicitar serviços de transcrição das respostas às questões de provas, a serem, então, ditadas por eles. Finalmente, conforme necessidades comprovadas, o tempo regular de realização das provas pode, inclusive, ser ampliado.

A UFMG conta, também, com um Centro de Apoio aos Deficientes Visuais, localizado na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), no *Campus* Pampulha. Esse Centro desenvolve, entre outras, as seguintes atividades:

- Faz gravações da transcrição de textos da bibliografia de disciplinas cursadas e de demais textos de interesse desses alunos em fitas e CDs.
- Disponibiliza auxílio para digitação e leitura de textos.
- Fornece suporte técnico para o uso de computadores.
- Promove empréstimo de fitas, com transcrições de textos, para ex-alunos.
- Disponibiliza auxílio para a realização de matrícula.

Para atendimento a seu público específico, o Centro dispõe de seis aparelhos do tipo *walkman*, sete computadores, um *scanner*, uma impressora de jato de tinta, uma máquina Perkins de escrita em braille, uma mesa de som com 10 canais, *deck* para gravação, mini-gravadores e *software* do sistema Dosvox, dicionários eletrônicos e coleção de CDs com as obras de Freud.

Atenta à crescente demanda da sociedade, a partir de 2002, a UFMG passou a sistematizar melhor suas ações de atendimento às PNE. Para tanto, foi instituída Comissão para propor normas institucionais referentes à promoção de inclusão desse público. Com base na Constituição Federal e em leis e decretos homologados, com o objetivo de regulamentar essa inclusão, foi elaborado, então, um conjunto de propostas.

Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão Permanente de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais (CPAPNE), composta por representantes dos docentes, dos servidores docentes e técnico-administrativos e dos discentes da UFMG, com o objetivo de assegurar a essas pessoas condições adequadas de acessibilidade e de permanência nos espaços da Universidade. Feito um levantamento para identificação das demandas mais prementes, essa Comissão tomou sua iniciativa inicial de maior impacto com a eliminação das barreiras arquitetônicas do *Campus* Pampulha, que começou nas áreas de uso comum – os restaurantes, a Praça de Serviços, as vias de acesso e as áreas de estacionamento. Para tanto, fez-se um mapeamento das áreas que demandam intervenção e, a partir dele, o Departamento de Planejamento Físico e Obras (DPFO), com o apoio da Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), tem implementado várias medidas para atender a necessidades específicas dessa parcela da comunidade universitária. Do ponto de vista da estrutura física, a maioria dos edifícios

da Universidade, principalmente os prédios projetados e construídos em período mais recente, já se acha adequadamente adaptada e equipada para facilitar o acesso e o deslocamento das PNE.

A CPAPNE criou, também, um Centro de Produção de Material Didático e vem promovendo treinamento e orientação para docentes e funcionários. Além disso, tem buscado estabelecer vínculos com Instituições Governamentais e Não-Governamentais que trabalhem nessa área. Entre suas atribuições, constam, ainda, a criação de um grupo de estudos e pesquisas sobre o tema e a institucionalização do atendimento ao PNE, ambos contando com o envolvimento da comunidade. Em conjunto com a Prograd, vão ser promovidas, igualmente, adaptações curriculares que visem ao atendimento de estudantes PNE, bem como serão incentivados cursos de Licenciatura voltados à formação de professores para lidar especificamente com a inclusão.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">ASSISTÊNCIA A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS</p> <p style="text-align: center;">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none">• Criar, na UFMG, mecanismos que garantam a plena acessibilidade a portadores de necessidades especiais.• Assegurar a aplicação, na UFMG, das políticas públicas voltadas a portadores de necessidades especiais.• Democratizar, na UFMG, o acesso à informação, à leitura e à cultura a portadores de necessidades especiais. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none">• Ampliar e implementar, na UFMG, medidas que permitam consolidar e expandir o atendimento e a permanência de portadores de necessidades especiais.• Ampliar o acesso de portadores de necessidades especiais à rede de informações e aos espaços virtuais da UFMG.• Adequar instalações, equipamentos e espaços físicos da UFMG aos parâmetros de atuação próprios a uma Universidade aberta e diversa.• Criar condições de acessibilidade física a todos os prédios dos <i>campi</i> da UFMG.• Estruturar e implementar um projeto de capacitação de docentes para atuar no ensino para portadores de necessidades especiais. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Adequar a infra-estrutura física da Universidade às necessidades de mobilidade de portadores de necessidades especiais.• Manter canais permanentes de comunicação com a comunidade universitária sobre questões ligadas ao atendimento de portadores de necessidades especiais.• Propor e implementar novas medidas e instrumentos de acesso a portadores de necessidades especiais.• Desenvolver estudos e propor iniciativas voltadas ao acesso de estudantes portadores de deficiências auditivas.



CAPÍTULO 3 – GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

O caráter público da Universidade Federal de Minas Gerais é duplamente marcado – de um lado, ela resulta de um ato do Poder Público, que a criou e a mantém com recursos originados da contribuição dos cidadãos; de outro, esse caráter público ganha relevância pelo conjunto de serviços que são próprios à Instituição e que ela é capaz de prestar à coletividade. Lugar de investigação e ensino, responsável, simultaneamente, pelo avanço do conhecimento nas ciências, nas tecnologias, nas artes e na cultura e pela formação de recursos humanos crescentemente qualificados em diversas áreas, tanto na Graduação como na Pós-Graduação, a UFMG, como Universidade Pública de projeção nacional e Instituição de padrão internacional, é, assim, patrimônio essencial e estratégico para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, ela tem a responsabilidade de contribuir, nesse processo, com as tarefas que lhe são específicas, e de buscar a superação dos desafios deste tempo. Há 80 anos, essa Universidade baliza sua atuação por esses princípios, sempre renovados. Ao mesmo tempo, reforça continuamente seus laços sociais por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ela desenvolve em parceria com diversas organizações públicas e privadas. Assim, a UFMG deve cuidar para que, no processo de implementação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, o planejamento e a avaliação da sua Administração Central se façam de forma integrada com o das suas Unidades Acadêmicas e demais Órgãos.

Para assegurar o cumprimento integral da sua missão institucional e das suas finalidades estatutárias, a UFMG procura nortear suas metas e ações, no plano da gestão e do planejamento institucional, pelos objetivos postulados a seguir:

- Promover o avanço estratégico da Instituição, provendo a ela condições crescentes de pessoal e de infra-estrutura física, tecnológica e operacional, que gerem impactos positivos na qualidade dos programas acadêmicos oferecidos em todos os níveis e modalidades.
- Desenvolver uma política de recursos humanos associada às metas institucionais, promovendo e apoiando programas de permanente valorização, qualificação e capacitação do seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos em Educação, focados na

motivação e nas boas condições de trabalho, de modo a oferecer às comunidades, tanto interna quanto externa, atendimento acadêmico, técnico e administrativo pautado por padrões de ética e qualidade.

- Consolidar seus *campi*, dotando-os de uma infra-estrutura moderna e adequada, incentivando a cultura de preservação e valorização ambiental, bem como a manutenção e expansão qualificada e permanente do seu acervo e do seu patrimônio imóvel.
- Fomentar e aperfeiçoar permanentemente os processos e procedimentos de avaliação, tanto internos quanto externos, das atividades docentes, técnicas e administrativas, para assegurar o cumprimento satisfatório da missão acadêmica universitária.
- Promover, no decorrer da implementação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a plena integração entre avaliação e planejamento no âmbito da Instituição.
- Promover a proposição de planos de desenvolvimento institucional no âmbito das Unidades Acadêmicas e dos Órgãos Universitários, ressalvadas sua diversidade e suas especificidades.
- Assegurar meios e instrumentos que permitam desenvolver na Instituição uma gestão democrática nas áreas acadêmicas e de pessoal, no patrimônio, nos espaços físicos e no orçamento, bem como no que se refere à política de assistência ao estudante e ao papel e formas de atuação das suas Fundações de Apoio.

1. POLÍTICA DE PESSOAL

No exercício da sua autonomia administrativa, a UFMG dispõe sobre o pessoal docente e técnico-administrativo em Educação, respeitada a legislação específica, estabelecendo direitos e deveres, normas de seleção, admissão, avaliação, promoção, licenciamento, substituição, afastamento, exoneração e demissão, e promovendo programas de estímulo à melhoria do desempenho funcional. O estabelecimento da política de pessoal compete ao Conselho Universitário. No exercício da autonomia didática, esse Conselho estabelece critérios e normas adequados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas a serem observadas pelos corpos docente e técnico-administrativo.

A supervisão da execução da política de pessoal docente assim estabelecida é incumbência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), com assessoria da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), órgão ligado à Pró-Reitoria de Recursos Humanos (Prorh). A gestão dos recursos de pessoal – docentes e técnico-administrativos em Educação – fica a cargo da Prorh, com assessoria da CPPD, no caso do segmento docente. Integram também a Prorh, o Departamento de Recursos Humanos (DRH), o Serviço de Apoio à Saúde do Trabalhador (SAST) e o Departamento de Administração de Pessoal (DAP).

1.1 Pessoal docente

O corpo docente da Universidade compreende os Docentes das Carreiras de Magistério, os Professores Visitantes e Professores Substitutos. Nos termos do Regimento Geral da UFMG, são atribuições dos docentes as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração universitária constantes dos planos de trabalho e dos programas elaborados pelos Departamentos ou de atos emanados de órgãos competentes. O quadro de professores, proposto pela UFMG ao Ministério da Educação, compreende os cargos e empregos da Carreira de Magistério Superior e do 1º e 2º Graus. As normas e procedimentos referentes ao provimento das vagas de magistério por Concurso Público, em consonância com a legislação pertinente, encontram-se discriminados no Regimento Geral da UFMG, em Resolução específica do Conselho Universitário e nos editais de cada um dos Concursos propostos.

Enquadrados no Regime Jurídico Único (RJU) da União, os docentes da Carreira do Magistério Superior são alocados em cinco classes: Titular, Associado, Adjunto, Assistente e Auxiliar. À exceção da primeira dessas classes, cada uma das demais abrange quatro níveis funcionais. A progressão funcional faz-se, nesse caso, com base em critérios de titulação, de produção e de tempo. São três os regimes de trabalho docente que a UFMG disponibiliza nas vagas de magistério liberadas para Concurso: o de 20 horas semanais (T-20), o de 40 horas semanais (T-40) e o de 40 horas semanais com Dedicção Exclusiva (DE). Atendendo a disposição federal, o regime de trabalho em tempo integral sem Dedicção Exclusiva (T-40) só é concedido em casos excepcionais e após a aprovação dos Órgãos Colegiados Superiores.

No âmbito da política de pessoal, a UFMG investe permanentemente em programas de qualificação e de aperfeiçoamento do seu corpo docente, pelos quais atingiu, ao final de 2006, índices de titulação bastante elevados. A evolução desses dados está espelhada na Tabela 9.

TABELA 9 - Evolução da titulação dos docentes da UFMG*, 2002-2006

Ano	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2002	140	190	626	1.469	2.425
2003	106	158	572	1.513	2.349
2004	89	136	516	1.569	2.310
2005	87	135	469	1.675	2.388
2006	84	117	431	1.842	2.474
2002-2006	- 66%	- 62%	- 68%	25%	1%

*Docentes em efetivo exercício

A análise dos dados da Tabela 9 permite constatar que, na UFMG, há uma concentração bem maior de docentes com o título de Doutor, que, somados aos que têm o título de Mestre apresentam tendência crescente de aumento no período, variando de 85%, em 2002, a 90%, em 2006. Essa série histórica mostra, ainda, que essa expressiva qualificação se vem fazendo apesar do decréscimo verificado no total de docentes, que atingiu, com a ligeira elevação ocorrida em 2006, acréscimo de apenas 1%. Esse núcleo de professores qualificados é o responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e pelas orientações de dissertações e de teses mais bem qualificadas. Esse percentual situa a UFMG bem à frente do patamar de Mestres e Doutores exigidos das Universidades pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o que a situa entre as IES brasileiras com os maiores percentuais de titulação em nível de Pós-Graduação. Quanto ao regime de trabalho, observa-se que, em 2006, 85% dos docentes dessa Instituição atuavam em regime de Dedicção Exclusiva (DE); 5%, no de 40 horas sem DE (T-40); e 10%, no de 20 horas (T-20).

Relativamente à atuação dos docentes na Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, o quadro compõe-se de professores integrantes da Carreira de Magistério Superior e da Carreira de 1º e 2º Graus. O exercício de docentes nesses dois níveis de ensino, em sua maioria em regime de Dedicção Exclusiva (DE), acha-se regulamentado pela Resolução nº 06/82, de 30 de abril de 1982, do Conselho Universitário. Essa Resolução prevê que a admissão, a lotação e a avaliação de professores da Carreira de Magistério Superior com exercício em escolas de Educação Básica e Profissional se façam em Departamentos das Unidades Acadêmicas, conforme área de conhecimento afim. A Resolução nº 05, aprovada pelo Conselho Universitário em 3 de maio de 2007, aprovou o Regimento da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG. Por esse Regimento, compete ao Conselho Diretor, entre outras atribuições, a aprovação de critérios para avaliação de desempenho e progressão do pessoal docente e técnico-administrativo em Educação lotado nessa Escola; avaliar e manifestar-se sobre os planos de trabalho e relatórios anuais dos docentes que nela atuam; propor a admissão, a dispensa e modificações no regime de trabalho de todo o pessoal docente e técnico-administrativo em Educação nela lotado; e manifestar-se sobre relatórios de desempenho de todo esse pessoal.

A análise da Tabela 10, que contém dados relativos à titulação dos docentes da Carreira de 1º e 2º Graus da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, mostra uma maior concentração de docentes portadores do título de Mestre, bem como uma distribuição das demais titulações equilibrada ao longo do período. Verifica-se, também, uma relativa estabilidade no conjunto dos que têm o Mestrado, enquanto, entre os Doutores, houve queda acentuada, seguida de pequena recuperação.

TABELA 10 - Titulação dos docentes da Carreira de 1º e 2º Graus, em exercício na Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, 2004-2006

Ano	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
2004	18	30	14	10	72
2005	7	32	12	7	58
2006	10	36	11	11	68
2004-2006	-56%	20%	-27%	10%	-6%

Por motivos diversos, a UFMG e suas Unidades Acadêmicas, em particular, têm enfrentado impactos de perdas docentes não-repostas automaticamente, grande parte delas motivadas por aposentadoria. Nesse cenário extremamente desfavorável, essa Universidade, ao longo das duas últimas décadas, vem desenvolvendo contínuas políticas acadêmicas para a atribuição de vagas docentes aos Departamentos.

Desde 1984, na UFMG as vagas decorrentes de perdas não permanecem vinculadas aos Departamentos, pois passam a integrar o conjunto de cargos vagos. A partir dessa data, a alocação de vagas aos Departamentos depende de solicitação departamental, avaliada pela CPPD à luz dos Relatórios Departamentais, gerados com base na atuação docente. Nessa avaliação, cuja aprovação compete ao CEPE, são considerados os indicadores acadêmicos de cada Departamento envolvido no processo, as necessidades de expansão da própria Universidade, em todos os níveis e modalidades de ensino e pesquisa, bem como nas diversas áreas do conhecimento, em especial no turno noturno. Isso tem sido feito considerando-se, ainda, o número, sempre restrito, de autorizações para provimento de vagas disponibilizado pelo Governo Federal. Tal situação, contudo, começou a alterar-se, em 2007, em decorrência da introdução, em todas as IFES brasileiras, do conceito de Professor equivalente e a constituição dos bancos de professor equivalente das IFES.

Atendendo à incumbência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a CPPD/ UFMG está elaborando uma proposta de diretrizes para a discussão e implantação de uma política de atribuição de vagas docentes na Instituição. Nessa proposta estão sendo consideradas questões que, há alguns anos, vêm afetando negativamente a política de pessoal docente da UFMG e escapam à esfera de competência dessa CPPD. A versão preliminar tem como diretrizes: a promoção de ajustes nos parâmetros quantitativos tradicionais adotados pela Instituição; a introdução de novos parâmetros quantitativos e qualitativos no processo de avaliação do desempenho departamental; a incorporação de projetos de expansão e desenvolvimento dos Departamentos, ou Órgãos que se caracterizem como equivalentes ao processo de avaliação.

Para atingir as metas definidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG, esse documento propõe a expansão de vagas em 20% e a priorização da inserção de docentes em projetos inovadores e significativamente relevantes do ponto de vista das atividades-fim da Instituição e naqueles que proponham metas de expansão e de melhoria das atividades dos Departamentos. Assim sendo, 80% das vagas existentes seriam destinadas à reposição das perdas docentes, proposta cuja concretização se fará com base em uma análise que conjuga os parâmetros tradicionais e os novos, de forma equilibrada.

Analisando a Tabela 11, pode-se visualizar não só a evolução do quadro de docentes da UFMG, mas também os efeitos da política de qualificação vigente na Instituição. Nessa Tabela, os professores que se aposentaram ou se exoneraram em um dado ano foram incluídos no cômputo total de docentes desse ano, uma vez que eles mantiveram atividades acadêmicas – orientações, publicações, desenvolvimento de projetos e outras –, que, por isso, são contabilizadas nos indicadores acadêmicos anuais da Instituição. Isso resulta em diferenças em relação aos totais constantes da Tabela 9.

TABELA 11 - Evolução do perfil do corpo docente da UFMG, 1990-2006

VARIÁVEIS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total de docentes	2.849	2.775	2.549	3.470	2.445	2.439	2.454	2.490	2.449
Doutores (%)	25	27	30	32	34	37	40	43	47
Mestres (%)	33	34	35	36	36	36	35	34	33
Em qualificação (%)	20	19	21	21	23	21	20	20	19
Em Dedicção Exclusiva (%)	71	72	75	73	75	76	78	79	80
Índice de publicação do Tipo I	0,5	0,6	0,6	0,8	0,9	0,9	0,9	1,2	1,3
CDSM 1	8,5	9,1	9,8	10,6	10,4	10,1	10,8	9,5	10,2
CDSM 2	7,9	7,3	7,7	8,4	8,1	8,1	7,9	7,9	8,7
Índice de participação em eventos	1,2	1,2	1,6	1,6	1,9	2,0	1,9	2,3	2,3
Índice global de orientações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índice de orientações M e D	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

(conclusão)

VARIÁVEIS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total de docentes	2.413	2.411	2.396	2.429	2.374	2.337	2.320	2.474
Doutores (%)	50	55	58	61	66	70	72	74
Mestres (%)	32	30	28	26	23	21	19	17
Em qualificação (%)	18	14	14	15	12	10	8	*
Em Dedicção Exclusiva (%)	80	80	81	81	82	83	84	86
Índice de publicação do Tipo I	1,5	1,3	1,3	1,7	1,6	1,9	2,2	*
CDSM 1	10,4	10,2	10,3	10,6	10,6	10,4	10,2	*
CDSM 2	9,2	9,1	9,0	9,2	9,3	9,7	9,7	*
Índice de participação em eventos	2,3	4,3	4,2	3,4	3,8	4,0	1,5	*
Índice global de orientações	-	-	4,6	4,7	5,1	4,9	5,6	*
Índice de orientações M e D	-	-	1,9	2,0	2,0	2,2	2,4	*

Fonte: Relatórios Anuais de Atividades dos Departamentos das Unidades Acadêmicas da UFMG

* Dados ainda não-disponíveis

Legenda:

CDSM1 = Carga Didática Semanal Média, considerados apenas os docentes em sala de aula, sem se levar em conta os afastados.

CDSM2 = Carga Didática Semanal Média, considerados todos os docentes lotados em cada Departamento.

Índices = Número de publicações, de orientações e de participação em eventos, por docente.

M e D = Mestrado e Doutorado.

Publicação do Tipo I: Artigos publicados em periódicos nacionais e em periódicos estrangeiros; teses/dissertações de docentes defendidas no ano; livros e capítulos de livro; edição/organização de livros/coletâneas; tradução de livros/capítulos de livro e trabalhos completos publicados em Anais de eventos.

Observa-se como dado mais significativo, na análise da Tabela 11, a forte redução do quadro docente da UFMG, ocorrida no início dos anos 1990, e a acentuada tendência de nova redução no início do século XXI. Essas tendências podem ser explicadas em função das mudanças ocorridas nas regras do sistema previdenciário, em 1998 e 2004, e da política governamental relativa à concessão de autorização para o provimento de vagas de magistério nas IFES. Na UFMG, especificamente, houve uma diminuição de 16,3% no número de docentes da Carreira de Magistério Superior nesse período.

Em contrapartida, destaca-se o fato de a UFMG possuir, em 2006, 90% de seus professores com titulação pós-graduada formal – quando, em 1990, os que se enquadravam nessa situação constituíam 58% –, sendo mais da metade deles em nível de Doutorado. Esse é o resultado positivo da política de incentivo à titulação docente adotada pela UFMG a partir do início dos anos 1980.

A maioria dos docentes titulados da Instituição atua, hoje, em regime de trabalho de 40 horas com Dedicção Exclusiva, o que pode ser uma das causas que explica o crescimento de todos os indicadores acadêmicos médios registrados na UFMG, entre 1990 e 2003. Destaque-se que esse desempenho acadêmico positivo fez-se acompanhar, também, do crescimento dos encargos didáticos docentes, tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação *stricto sensu*, o que tem exigido, por parte da Instituição, empenho no sentido de redimensionar sua política docente.

O planejamento elaborado na UFMG para o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) resultará em impacto significativo sobre a política de pessoal docente. Para a realização desse planejamento deverão ser feitas novas contratações, o que vai, por sua vez, implicar a introdução de novos critérios para a alocação de vagas, bem como a modificação dos procedimentos avaliativos em vigor, atualmente, na Instituição.

1.2 Pessoal técnico-administrativo em Educação

O pessoal técnico-administrativo em Educação da UFMG, constituído por servidores integrantes das carreiras de Nível Superior, Médio e de Apoio, tem por atividades as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais, assim como as inerentes ao exercício de Direção, Chefia, Coordenação, Assessoramento e Assistência na própria Instituição. A Tabela 12 mostra a distribuição desse pessoal por nível de carreira.

TABELA 12 - Dados evolutivos do pessoal técnico-administrativo em Educação por nível de carreira, 1998-2006

Nível	Ano								
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Superior	759	732	714	738	760	757	928	930	943
Médio	3.089	2.956	2.983	2.906	2.931	2.981	3.091	3.082	3.063
Apoio	506	493	504	453	438	422	415	406	387
Total	4.354	4.181	4.201	4.097	4.129	4.160	4.434	4.418	4.393

Em 2004, a autorização para a realização de Concurso Público para a carreira, o que não ocorreu por um longo período, explica o início do incremento verificado na série histórica e que vai se manter até 2006, quando o total de servidores técnico-administrativos em Educação da UFMG praticamente retorna ao montante existente em 1998. A partir

de 2005, esses servidores foram posicionados nas classes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), e sua nova distribuição está relacionada na Tabela 13.

TABELA 13 - Distribuição dos servidores técnico-administrativos em Educação por classe do PCCTAE, 2005-2006

Classe	2005		2006	
	Número de Servidores	%	Número de Servidores	%
A	81	2	75	2
B	325	7	312	7
C	994	23	992	23
D	2.088	47	2.071	47
E	930	21	943	21
Total	4.418	100	4.393	100

Na Tabela 14, apresenta-se a série histórica do período 1999-2006, relativa à formação dos servidores técnico-administrativos em Educação.

TABELA 14 - Dados evolutivos da formação de servidores técnico-administrativos em Educação, 1999-2006

Nível de Instrução	Ano							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fundamental incompleto	678	662	635	584	528	513	290	277
Fundamental	623	497	483	472	455	437	249	241
Médio	1.814	1.788	1.752	1.829	1.941	2.015	2.065	2.070
Superior	1.107	1.088	1.077	1.097	1.086	1.302	1.108	1.129
Especialização	115	116	116	116	117	125	494	483
Mestrado	27	27	29	27	29	34	132	125
Doutorado	5	5	5	4	4	8	31	26

Os dados dessa Tabela evidenciam substantivas alterações nos níveis de instrução dos servidores técnico-administrativos em Educação da UFMG no decorrer dos oito anos considerados. De um lado, o volume de servidores que tinham Ensino Fundamental, completo ou incompleto, diminuiu uma vez e meia em relação ao existente em 1999. De outro lado, o número de servidores com formação de Nível Superior aumentou bastante, destacando-se, de modo especial, as titulações na Pós-Graduação, cujo crescimento foi de três a quatro vezes superior em relação ao ano inicial da série.

Tendo em vista a redistribuição dos servidores pelas classes do PCCTAE, a sua composição segundo o nível de educação formal se apresenta agora como mostrado na Tabela 15.

TABELA 15 - Distribuição dos servidores técnico-administrativos em Educação da UFMG por nível e grau de instrução, 2005-2006

Formação	Apoio		Intermediário		Superior		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Alfabetizado	17	14	20	16	-	-	37	30
Fundamental incompleto	114	111	176	166	-	-	290	277
Fundamental	72	70	177	171	-	-	249	241
Médio / Pós-técnico	178	173	1.882	1.893	9	8	2.069	2.074
Graduação	18	15	647	638	448	479	1.113	1.134
Seqüencial	2	2	1	1	-	-	3	3
Especialização	4	14	154	151	336	330	494	483
Mestrado	1	-	22	22	109	103	132	125
Doutorado	-	-	3	3	28	23	31	26
Total	406	387	3.082	3.063	930	943	4.418	4.393

A Prorh conta com a assessoria da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, constituída em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Em 28 de setembro de 2006, o Conselho Universitário aprovou o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFMG (PDIC), conforme estabelece a lei supracitada. Estão em andamento os trabalhos das Comissões previstas nessa lei, para posterior aprovação pelos Colegiados Superiores da Instituição.

A Prorh tem envidado constantes esforços na definição e no aperfeiçoamento das políticas, diretrizes e ações voltadas para a gestão de pessoal técnico-administrativo em Educação da UFMG. Para tanto, desenvolve, permanentemente, programas de qualificação dos servidores, de forma a contribuir para seu desenvolvimento profissional, técnico e pessoal. E entende ser necessário superar a contradição resultante do fato de a Instituição voltar-se ao desenvolvimento de pessoas e não atender, de forma adequada e oportuna, à formação dos seus trabalhadores. Por essa razão, a prioridade institucional na gestão de recursos humanos vem-se constituindo no desenvolvimento de programas que incluem a qualificação dos seus servidores, o atendimento à saúde do trabalhador e a melhoria da qualidade de vida no trabalho, além da implantação de sistemas de avaliação de desempenho. Por meio dessas ações, a Prorh procura conscientizar os servidores de seus papéis na missão institucional de produção e disseminação do conhecimento. Dessa forma, vem buscando consolidar práticas já vivenciadas na Instituição e agregar novas ações à construção de uma política consistente de recursos humanos.

Nessa perspectiva, situa-se o Programa Integrado de Desenvolvimento (Progrid), que articula e reorienta ações já praticadas e a elas acrescenta novos procedimentos, sob o foco

de uma política de gestão de recursos humanos. Seu objetivo é a capacitação do servidor da UFMG, a fim de torná-lo um profissional mais qualificado e, também, um ser humano mais completo. Por intermédio desse Programa, pretende-se contribuir não apenas para o crescimento pessoal e profissional das pessoas que a Instituição abriga, mas também para o desenvolvimento da Universidade e das suas relações com a comunidade externa. O Progrid engloba vários subprogramas, entre os quais se destacam:

- **Treinamento:** capacitação para o trabalho, que envolve a oferta de cursos e outras atividades de capacitação caracterizadas por uma correlação direta com o setor de trabalho do servidor.
- **Desenvolvimento:** capacitação para a vida, com base em cursos de desenvolvimento pessoal e de educação formal – Programa de Educação de Jovens e Adultos (Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio); Bolsa Pré-Vestibular, uma oportunidade aos servidores da UFMG que ainda não fizeram o Terceiro Grau de atingir esse objetivo; Bolsa Ensino Superior, que financia o curso de Graduação de servidores selecionados mediante sorteio.
- **Programa Qualidade de Vida:** desenvolvimento de projetos voltados a aspectos relacionados à satisfação do indivíduo no trabalho, que buscam atender a servidores e a seus dependentes. Envolve diferentes projetos, como o Escola de Iniciação em Futebol, o Projeto Guanabara, o Ginástica no Centro Esportivo Universitário e o Tai-Chi-Chuan. Inclui, ainda, o Porta – Programa de Proteção e orientação ao Trabalhador Adolescente, destinado aos adolescentes contratados mediante convênio com a Cruz Vermelha Brasileira, que visa à inserção social de adolescentes em situação de carência social e apresenta interface com outros programas de gestão de pessoas desenvolvidos na UFMG.

Os programas de treinamento, ou de capacitação induzida, são conduzidos pela própria Prorh e por diversas Unidades Acadêmicas, com vistas a atender às demandas específicas de cada uma delas. A Tabela 16 mostra o número de servidores que participaram de cursos de treinamento conduzidos pela Prorh.

TABELA 16 - Número de servidores que participaram de programas de treinamento conduzidos pela Prorh, 2000-2006¹

Ano	Servidores em treinamento
2000	1.799
2001	1.189
2002	1.266
2003	814
2004	1.182
2005	981
2006	977

¹ Deixou-se de considerar os treinamentos realizados por meio de programas desenvolvidos nas Unidades Acadêmicas, por falta de consistência observada nos dados.

Os dados evolutivos constantes da Tabela 17 comprovam o apoio da UFMG a programas de ingresso/titulação de seus servidores em cursos superiores.

TABELA 17 - Número de servidores contemplados com Bolsa Pré-Vestibular e Bolsa de Ensino Superior, 2003-2006

Ano	Bolsa Pré-Vestibular	Bolsa Ensino Superior		
		Instituição Privada	Instituição Pública	Total
2003	100	10	9	19*
2004	86	30	3	33
2005	43	40	8	48
2006	56	48	20	68
Total	285	128	40	168

* Dados apenas do segundo semestre

Também em relação ao quadro de pessoal técnico-administrativo em Educação, o planejamento elaborado pela UFMG para o Reuni causará impacto significativo. Em consequência dessa proposta, devem ser feitas novas contratações, o que implicará a necessidade de se criarem novas funções e o estabelecimento de um quadro de servidores de formação mais diversificada.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
POLÍTICA DE PESSOAL
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o desenvolvimento técnico e pessoal dos servidores da UFMG, promovendo as potencialidades do quadro de pessoal da Instituição em todas as suas dimensões. • Aperfeiçoar as políticas de gestão, capacitação, dimensionamento e avaliação de recursos humanos voltadas aos quadros docente e técnico-administrativo em Educação da UFMG.
Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar a concessão de vagas de pessoal como instrumento propulsor, ou incentivador, do processo de democratização do acesso à UFMG pela expansão de vagas em cursos noturnos. • Reavaliar os parâmetros tradicionais de alocação de vagas de pessoal na UFMG e implantar novos critérios para tanto, considerando-se, especialmente, as propostas contidas no planejamento elaborado para o Reuni. • Implementar e aperfeiçoar os programas de dimensionamento de necessidades, capacitação, aperfeiçoamento e avaliação do desempenho dos servidores da UFMG, com especial atenção às propostas contidas no planejamento elaborado para o Reuni. • Recompôr os quadros de pessoal da UFMG em atendimento às necessidades tanto de reposição de docentes e de servidores técnico-administrativos em Educação quanto de expansão qualificada das atividades acadêmicas da Instituição. • Promover a melhoria contínua dos indicadores de qualidade do desempenho acadêmico e institucional.

(continua)

Ações

- Intensificar, no âmbito da UFMG, esforços no sentido de se promoverem programas de qualificação de pessoal, inclusive com provisão de incentivos à participação do quadro de pessoal em projetos de gestão e capacitação.
- Realizar diagnósticos permanentes do quadro de pessoal em todas as Unidades Acadêmicas e Departamentos da UFMG, buscando-se, de forma mais intensa, sua integração à vida institucional.
- Submeter proposta de redimensionamento da política docente da UFMG à apreciação do CEPE, para decisão final.
- Concluir mapeamento da capacidade instalada do pessoal da UFMG, com especial atenção às demandas decorrentes do planejamento elaborado para o Reuni.
- Prover, por meio de Concursos Públicos, as vagas remanescentes na UFMG e aquelas a serem alocadas em decorrência do planejamento elaborado para o Reuni.
- Oferecer oportunidades para obtenção do Ensino Fundamental, do Ensino Médio ou, ainda, de Curso Superior por membros do corpo técnico-administrativo em Educação.
- Reformular o Serviço de Assistência ao Trabalhador (SAST) e promover o desenvolvimento, na UFMG, de programas de promoção da saúde e de prevenção de doenças ocupacionais, bem como de prevenção de acidentes do trabalho e de readaptação de trabalhadores após gozo de licença médica.
- Promover e adotar nova sistemática de apresentação e análise de relatórios anuais de atividades dos Órgãos, Unidades Acadêmicas e Departamentos da UFMG, com ênfase no planejamento de ações futuras e na reposição e incremento do quadro de pessoal da Instituição.
- Possibilitar o acesso dos servidores técnico-administrativos em Educação às atividades de pesquisa em desenvolvimento na UFMG.
- Disponibilizar, atualizar e divulgar o Banco de Talentos para o ensino, a pesquisa e a extensão elaborado pela Prorh, com vistas a ampliar as perspectivas de inserção do pessoal da UFMG nessas atividades, bem como nas diversas áreas multidisciplinares atuantes na Instituição.

(conclusão)

2. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, SERVIÇOS DE APOIO E DE LOGÍSTICA

Diante de demandas crescentes da sociedade, a UFMG busca realizar investimentos em projetos para a expansão qualitativa e quantitativa da Instituição, com vistas a manter e a aperfeiçoar seu perfil de desempenho. Essa Universidade, importante conexão da rede de IFES existentes no território brasileiro e fruto do trabalho de tantas gerações, é, hoje, um patrimônio inegociável do Estado de Minas Gerais e do País. Para se manter em patamares de excelência e qualidade acadêmica, ela depende de fortes e constantes investimentos nos seus maiores bens: pessoal qualificado para o ensino e a pesquisa de qualidade e um parque universitário capaz de nutrir um permanente desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. A sustentação desse parque universitário nos padrões desejáveis decorre de levantamentos de áreas verdes e construídas, bem como de condições das estruturas físicas e instalações, e da proposição de medidas para revitalização e melhoria. A par disso, faz-se necessário manter

ampla estrutura de serviços de apoio e logística para que tal parque funcione a contento, o que demanda constantes atualizações, normatizações e investimentos.

2.1 Recursos de infra-estrutura física e instalações prediais

Na Cidade Universitária – hoje denominada de *Campus* Pampulha –, onde se concentra uma das maiores áreas verdes de Belo Horizonte, localizam-se os prédios da Administração Central da UFMG e a maior parte das suas Unidades Acadêmicas. Com um fluxo diário superior a 45.000 pessoas, esse *Campus* conta com uma boa infra-estrutura de restaurantes, bancos, lojas e outros serviços destinados a proporcionar maior comodidade à população que ali estuda ou trabalha e, circunstancialmente, frequenta. Nele, estão localizados a Reitoria – sede da Administração Central; a Unidade Administrativa II – em que se situam a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), o SAST, o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), o Comitê de Ética em Experimentação Animal (Cetea) e o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT); a Unidade Administrativa III – sede do Departamento de Administração de Pessoal (DAP), do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), da Comissão Permanente de Vestibular (Copeve), e do Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED); o Departamento de Serviços Gerais (DSG); o Departamento de Manutenção e Operação da Infra-Estrutura (DMAI); o Departamento de Planejamento Físico e Projetos (DPFP); o Departamento de Obras (DO); a Imprensa Universitária; a Praça de Serviços; o Hospital Veterinário; a Biblioteca Universitária (BU); o Restaurante Setorial I e o Restaurante Setorial II; o Centro de Microscopia; a Escola de Belas Artes (EBA); a Escola de Ciência da Informação (ECI); a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO); parte da Escola de Engenharia (EE); a Faculdade de Farmácia (FAFAR); a Escola de Música (EM), a Escola de Veterinária (EV); a Faculdade de Educação (FAE); a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich); a Faculdade de Letras (FALE); a Faculdade de Odontologia (FO); o Instituto de Ciências Biológicas (ICB); o Instituto de Ciências Exatas (ICEEx); o Instituto de Geociências (IGC); a Escola de Educação Básica e Profissional (EEBP) e o Centro Esportivo Universitário (CEU). Localizam-se, ainda, nesse *Campus*, a Unidade Municipal de Educação Infantil – a UMEI Alaíde Lisboa, creche conveniada com a Prefeitura de Belo Horizonte e a Estação Ecológica.

Fora do *Campus* Pampulha, mas nem por isso afastado do seu espírito, está o *Campus* Saúde, localizado na região central e no coração da área médica e hospitalar de Belo Horizonte, em que estão instalados a Escola de Enfermagem (ENF); a Faculdade de Medicina (FM) e o complexo do Hospital das Clínicas (HC). Em outras regiões de Belo Horizonte, encontram-se, ainda, a Escola de Arquitetura (EA) e a outra parte da Escola de Engenharia; a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE); a Faculdade de Direito (Direito); o Centro Cultural (CCult) da UFMG; o Conservatório UFMG e o Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB). Em outras localidades do Estado de Minas Gerais, estão instalados o Instituto Casa da Glória e a casa Silvério Lessa, em Diamantina; a Fazenda Experimental,

em Igarapé; a Fazenda Modelo, em Pedro Leopoldo; o Observatório Astronômico da Serra da Piedade, em Caeté; o complexo histórico-cultural composto pelo Museu Casa do Padre Toledo, pelo Fórum, pela Casa de Cadeia e o Centro de Estudos de Cultura de Tiradentes, em Tiradentes. Em Montes Claros, finalmente, situa-se o *Campus* Regional de Montes Claros, onde funciona o Instituto de Ciências Agrárias (ICA).

Hoje, a UFMG ocupa uma área de, aproximadamente, 8,8 milhões de m² e possui área construída equivalente a 605.734,00 m². Na Tabela 18, encontram-se relacionados dados quantitativos específicos sobre as áreas ocupadas e construídas da UFMG nos seus *campi* e Unidades isoladas.

TABELA 18 - Estrutura física da UFMG, em metros quadrados

Utilização	<i>Campus</i> Pampulha	<i>Campus</i> Saúde	Unidades isoladas	Total
Área do terreno	3.340.000	60.000	5.375.949	8.775.949
Prédios administrativos				
Área de ocupação	10.920	-	1.023	11.943
Área construída	30.984	-	2.092	33.076
Prédios escolares/Laboratórios				
Área de ocupação	138.413	17.381	65.978	221.772
Área construída	331.866	94.835	112.649	539.350
Prédios de serviços				
Área de ocupação	22.254	2.339	2.509	27.104
Área construída	26.104	3.144	4.060	33.308
Total				
Área de ocupação	171.587	19.720	69.510	260.817
Área construída	388.954	97.979	118.801	605.734

Fonte: Departamento de Planejamento Físico e Projetos, março/2007

2.1.1 Evolução do patrimônio imóvel da UFMG

Muito embora projetos arquitetônicos das várias Unidades e Órgãos existentes hoje, na UFMG, tenham sido elaborados na década de 1940, foi só na década de 1960 que o projeto de Cidade Universitária começou a concretizar-se, com a construção do prédio da Reitoria.

A) *Campus* Pampulha

A partir da Reforma Universitária de 1968, a implantação do *Campus* Pampulha tornou-se imperativa. Assim como as outras grandes Universidades brasileiras, a UFMG viveu, nesse momento, profunda transformação em seu perfil organizacional e em seu papel institucional – ou seja, de Universidade voltada, prioritariamente, à formação profissional

para Universidade de ensino e pesquisa. Sustentada, internamente, por grupos de jovens pesquisadores, esse novo modelo foi-se impondo pouco a pouco. A implantação, no *Campus* Pampulha, dos novos ICEx, ICB e IGC propiciou a aglutinação de grupos de pesquisadores para o desenvolvimento de áreas de conhecimento até então ausentes e para a consolidação da pesquisa básica, que se encontrava dispersa nas unidades profissionais.

Ao longo das últimas décadas, a UFMG vem trabalhando para consolidar o *Campus* Pampulha, por entender que o compartilhamento do espaço físico é elemento facilitador de projetos interdisciplinares, sejam eles de ensino, pesquisa ou extensão. Tal proximidade física é, também, essencial ao desenvolvimento de novos estudos transdisciplinares.

Além de conter essa dimensão integradora, com todos os benefícios acadêmicos e culturais dela decorrentes, a transferência das Unidades Acadêmicas dispersas pela capital para o *Campus* Pampulha constitui elemento gerador de maior eficiência. Desse modo, vem-se tornando possível ampliar o número de alunos de Graduação e de Pós-Graduação, pela utilização de estruturas mais modernas e adequadas, bem como pela otimização dos recursos de infra-estrutura. Esses efeitos, extremamente positivos, progridem na razão direta da implantação desse *Campus*.

- **Projeto *Campus* 2000**

O processo de transferência das Unidades Acadêmicas para o *Campus* Pampulha, em curso a partir dos anos 1960, teve notável aceleração a partir de 1998, quando a UFMG lançou o Projeto *Campus* 2000, voltado à consolidação do *Campus* Pampulha, mediante a adequação da capacidade física instalada ao projeto acadêmico da Instituição. Assim compreendido, o *Campus* 2000 configura-se como parte essencial do Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFMG para a primeira década do século XXI.

A proposição desse Projeto rompeu com a tradição da UFMG de, após longos estudos e desgastantes disputas entre as Unidades Acadêmicas interessadas, definir que obra seria prioritária para, então, dar início à sua construção; e somente após a conclusão dessa é que se passava a priorizar uma nova obra, empreendendo os esforços necessários para realizá-la. Com o *Campus* 2000, substituiu-se essa estratégia “de fila indiana” das construções pelo desenvolvimento simultâneo de sete obras.

A estratégia de planejamento do *Campus* 2000 fundou-se, ainda, no entendimento de que a UFMG deveria buscar realizar esse Projeto contando com recursos advindos da alienação de seu patrimônio, constituído dos lotes urbanos localizados no Bairro Santo Agostinho e dos prédios onde estão instaladas Unidades que serão transferidas para o *Campus* – a Escola de Engenharia e a Faculdade de Ciências Econômicas. Tal alienação incluiu, também, os prédios da Faculdade de Farmácia e da Faculdade de Odontologia, o prédio onde funciona o curso do Teatro Universitário – o antigo “Coleginho” da Fafich – e dois andares do Edifício Acaiaca, localizado na Avenida Afonso Pena, 867, no Centro de Belo Horizonte.

A alienação dos lotes restantes no Bairro Santo Agostinho fez-se segundo os moldes estabelecidos em lei e já experimentados pela UFMG em outras ocasiões. A novidade, nesse caso, consistiu na possibilidade de participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente financiador de eventuais compradores. Para tanto, a UFMG credenciou o Projeto *Campus 2000* no MEC e no BNDES, para participar do Programa de Ampliação e Modernização das Instituições de Ensino Superior. Nesse Programa, o BNDES financia o comprador de imóveis de Universidades Federais e os recursos são aplicados, sob controle do mesmo Banco, exclusivamente em construções nos respectivos *campi* universitários.

Quanto à alienação dos prédios públicos, desde o início optou-se por negociações que envolvessem a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), dadas as características do empreendimento que a UFMG pretendia fazer. Considerando-se, porém, que parte dos imóveis se manteria, por algum tempo, ocupada com as atividades das Unidades a serem, posteriormente, transferidas para o *Campus* Pampulha, o adquirente dos mesmos precisaria pagar pela compra e, depois, esperar que fossem construídos os novos prédios e para eles transferidas as respectivas Unidades Acadêmicas, para, só então, receber os imóveis adquiridos. Além disso, os prédios a serem comprados, mesmo que muito bem construídos, não contavam, na época, em suas instalações, com determinados equipamentos – garagens e escadas isoladas com portas corta-fogo, entre outros –, exigidos por normas construtivas estabelecidas em época mais recente, o que tornaria mais difícil negociá-los no mercado imobiliário.

- **Situação Atual do Desenvolvimento do Projeto *Campus 2000***

Financiamentos acertados com o BNDES possibilitaram, inicialmente, a venda de dois conjuntos de lotes localizados no Bairro Santo Agostinho. Três outras alienações foram realizadas sem que os respectivos licitantes vencedores utilizassem o financiamento disponibilizado por esse Banco. Os recursos advindos dessas cinco negociações foram usados pela UFMG em novas construções no *Campus* Pampulha, das quais já foram inaugurados o prédio da Faculdade de Farmácia e a ampliação das instalações da Faculdade de Educação, do Instituto de Geociências e do Departamento de Química do ICEX, bem como a ampliação da EEFFTO para abrigar o Departamento de Fisioterapia e o Departamento de Terapia Ocupacional.

As outras duas obras que integram o Projeto *Campus 2000* – a da Escola de Engenharia e a da Faculdade de Ciências Econômicas – encontram-se em andamento, esta última com previsão de inauguração ainda em 2007. Os recursos que viabilizaram essas obras envolveram longas e complexas negociações descritas a seguir.

Desde abril de 2000, a UFMG vinha negociando com a PBH e o BNDES a alienação dos imóveis supramencionados, cujos recursos deveriam ser usados na construção dos prédios da EE e da FACE no *Campus* Pampulha. O financiamento para a Prefeitura chegou a ser

aprovado pela Diretoria do BNDES em 21 de julho de 2003, como noticiado no *site* <http://www.bndes.gov.br/noticias/not657.asp>. A liberação dos respectivos recursos pelo Banco, entretanto, ficou contingenciada pelo limite de endividamento dos municípios, regido pela Resolução nº 3.049, do Conselho Monetário Nacional. Esse cenário impossibilitava a finalização da negociação com a PBH e, em decorrência, o cronograma de execução dos prédios que concluiriam as metas do Projeto *Campus 2000* ficou comprometido.

À vista disso, a Reitoria da UFMG levou a questão ao conhecimento da Presidência da República, que, entendendo a importância do Projeto para essa Universidade e para a cidade de Belo Horizonte, determinou ao Ministério da Fazenda que buscasse uma fórmula para resolver o impasse. Dessa determinação resultou uma proposta de solução alternativa – a alienação dos imóveis no âmbito do Governo Federal. Assim, o ato de passar esses imóveis diretamente ao uso da União tornou desnecessária a liberação de limites de endividamento pelo Conselho Monetário Nacional. Após avaliação pela Gerência Regional de Minas Gerais da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, ao conjunto foi atribuído o valor de R\$ 48.366.388,65 (quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil e trezentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

O espaço fiscal, no âmbito do orçamento da UFMG, para a operação, foi distribuído em R\$ 15.696.060,00 (quinze milhões, seiscentos e noventa e seis mil e sessenta reais) em 2004, e o restante em 2005. O roteiro da operação foi dividido em operação patrimonial e operação orçamentária, executadas em paralelo. Na operação patrimonial, o Ministro da Educação e o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão propuseram a edição de Medida Provisória autorizando o Poder Executivo a transferir, para o patrimônio da União, os imóveis pertencentes à UFMG.

Uma vez editada a Medida Provisória nº 222, de 4 de outubro de 2004, convertida na Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e autorizado pelo Congresso Nacional o crédito adicional ao Orçamento da UFMG de 2004, foi editado Decreto de transferência dos seguintes imóveis: prédio da Faculdade de Farmácia, situado na Avenida Olegário Maciel, 2.360; prédio da Faculdade de Odontologia, localizado na Rua Conde de Linhares, 141; e Lotes 9 e 10 da Quadra 5, na Rua Josafá Belo. Dessa forma, foram entregues pela UFMG ao Patrimônio da União, e ainda estão por ser transferidos o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, o prédio da Escola de Engenharia e os dois andares do Edifício Acaiaca.

No orçamento da UFMG para 2005, foi incluída, pelo Ministério da Educação, a dotação restante de R\$ 32.670.325,65 (trinta e dois milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos). São esses recursos orçamentários extras – de 2004 e de 2005 – que estão viabilizando o andamento das obras da Escola de Engenharia e da Faculdade de Ciências Econômicas.

- **Situação Orçamentária do Projeto *Campus 2000***

Na Tabela 19, estão detalhadas a situação orçamentária e os gastos efetivados de todas as obras do Projeto *Campus 2000*.

TABELA 19 - Situação orçamentária do Projeto *Campus 2000*

Recursos (R\$)	
Lotes da Quadra 24	9.522.000,00
Lotes da Quadra 9	9.265.110,00
Lotes 8, 9, 19, 26 e 27 da Quadra 32	2.557.360,00
Lote 2 da Quadra 18B	900.950,00
Licitação da área da Praça de Serviços	4.100.000,00
Doação da Copeve	1.004.084,11
Adiantamento de aluguel da Fundep	700.000,00
SESU 1	2.160.000,00
FDI 2004	2.052.344,88
Recurso próprio	1.769.709,21
Escola de Engenharia/PCA	491.351,87
Transferência de imóveis para a União	48.366.388,00
Descentralização do MEC para a Escola de Engenharia	2.007.704,00
Emenda da Bancada Mineira para a Escola de Engenharia	400.000,00
Recurso da União	5.278.511,00
Outras fontes da União	1.057.137,23
Emenda da Bancada Mineira para Projetos	790.303,00
Recurso destinado pelo MEC à FACE	6.000.000,00
Recurso Finep para FACE (a liberar R\$ 524.587,48)	505.127,52
Total recebido até 30 de agosto de 2007	98.928.080,82
Total de rendimentos até 30 de agosto de 2007	13.355.037,47
Total	112.283.118,29
Gastos * (R\$)	
Faculdade de Educação	6.588.076,94
Faculdade de Farmácia	19.466.863,05
Departamento de Química	6.575.518,69
Departamento de Fisioterapia	3.993.205,95
Instituto de Geociências	3.760.813,33
Faculdade de Ciências Econômicas	21.302.522,47
Escola de Engenharia	44.771.437,96
Escola de Engenharia/PCA	2.947.921,42
Projetos	8.069.493,37
Desinstalação/instalação da Faculdade de Farmácia e do IGC	535.646,17
Área externa	6.841.406,00
Total	124.852.905,35

Fonte: PROPLAN/UFMG

*Gastos até 30 de abril de 2007, corrigidos pelo Índice da Construção Civil para Belo Horizonte (ICC-BH), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

• Metas do Projeto *Campus 2000*

- Transferir Unidades Acadêmicas instaladas em prédios inadequados localizados na região centro-sul de Belo Horizonte.
- Ampliar prédios, no *Campus Pampulha*, que já se apresentam acanhados em relação ao crescimento dos projetos acadêmicos.
- Dotar o *Campus Pampulha* de infra-estrutura compatível com o crescimento da Instituição.
- Concluir as negociações relativas à receita do Projeto *Campus 2000*.
- Implementar as ações necessárias à alienação de imóveis da UFMG localizados na região central de Belo Horizonte e, quando for o caso, negociar ou ajuizar ações para desocupação.

B) *Campus Saúde*

O *Campus Saúde*, localizado em área central de Belo Horizonte, abriga a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e o Complexo do Hospital das Clínicas. Nas duas Unidades Acadêmicas são oferecidos quatro cursos de Graduação: Medicina, Fonoaudiologia, Enfermagem e Nutrição, além de 10 programas de Pós-Graduação e de vários cursos de Extensão. Esse *Campus* mantém infra-estrutura compatível com suas necessidades de funcionamento independentemente do *Campus Pampulha*.

O Hospital das Clínicas (HC), considerado centro de referência e excelência, está ligado, internamente, a sete ambulatórios. Externamente, integra-se à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de projetos institucionais, entre os quais se destacam: o BHTelemed, que interliga 14 Unidades de Saúde em consultoria a distância; o Gestão pela Qualidade na Saúde (Gesqualis), destinado a implementar um processo de melhoria contínua da assistência prestada aos usuários do HC; o Programa de Humanização, que prevê ações para a humanização no atendimento ao usuário dos Serviços do HC, em relação às condições de trabalho do profissional de saúde e ao atendimento da Instituição em suas necessidades básicas administrativas, físicas e humanas; e o Projeto Hospitais Sentinela, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), voltado a ampliar e sistematizar a vigilância de produtos utilizados em serviços de saúde.

O *Campus Saúde* sedia, ainda, o Núcleo de Minas Gerais do Programa Nacional de Telessaúde, voltado ao aprimoramento e capacitação de profissionais do serviço e o Minas Telecárdio, serviço de teleconsulta pelo qual clínicos de municípios a ele conectados podem obter uma segunda opinião de cardiologistas das cidades-pólo, utilizando a *Internet* como meio para comunicar exames. Esses programas beneficiam diversos municípios mineiros, a maioria dos quais com menos de 10 mil habitantes, e envolvem 70% dos profissionais do Programa Saúde da Família (PSF/SUS).

C) *Campus* Regional de Montes Claros

O *Campus* Regional de Montes Claros foi instituído pelo Conselho Universitário em 1976, pouco tempo depois de a UFMG ter incorporado o Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde, criado, em 1964, para formar Técnicos em Agropecuária. Pouco antes, em 1975, havia sido criado o Núcleo de Tecnologia em Ciências Agrárias (NTCA), visando implantar Cursos Superiores de Curta Duração em Bovinocultura e em Administração Rural, que foram oferecidos até 1981. Em 1987, o NTCA foi incluído no Estatuto da UFMG como uma Unidade Especial, com o nome de Núcleo de Ciências Agrárias (NCA), e, em 2008, tornou-se Unidade Acadêmica, e passou a chamar-se Instituto de Ciências Agrárias (ICA).

O *Campus* Regional de Montes Claros dispõe de PDI próprio, em que se estabelece ser sua missão institucional a de “realizar ensino, pesquisa e extensão de qualidade, formando recursos humanos capazes de exercer a cidadania e de promover o desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro”. Elaborado para o período de 2004 a 2008, esse PDI contém uma proposta de expansão dos cursos oferecidos e explicita ações a serem realizadas no curto prazo – um ano –, no médio prazo – dois anos – e no longo prazo – quatro anos ou mais –, especificadas a partir de diagnóstico de suas potencialidades e problemas. A atuação do *Campus* Regional da UFMG em Montes Claros, nas áreas de Ciências Agrárias e Ambientais, está vinculada à atenção ao extrativismo vegetal e ao fomento a uma agricultura de baixo impacto sobre o meio ambiente, de forma a promover o desenvolvimento sustentável da região.

Depois de oferecer, por vários anos, cursos de Especialização em Nutrição Animal, em Bovinocultura e em Irrigação, o ICA expandiu sua atuação para o Ensino Superior e a Pós-Graduação, com a criação, em 1998, do curso de Graduação em Agronomia e, em 2005, do de Graduação em Zootecnia e do Mestrado em Ciências Agrárias. Resultados positivos dos estudos promovidos pela primeira turma do curso de Mestrado em Ciências Agrárias já se apresentam, envolvendo propostas para a melhoria do processo produtivo na agricultura do semi-árido².

2.1.2 Crescimento vegetativo e para o desenvolvimento institucional

Paralelamente à execução do programa de transferência das Unidades Acadêmicas para o *Campus* Pampulha e de consolidação dos demais *campi*, a UFMG apresenta dois tipos de crescimento. O primeiro, identificado como vegetativo, absorve as pequenas intervenções e adequações necessárias ao espaço físico, para possibilitar uma resposta satisfatória às alterações que ocorrem com o passar dos anos. Enquadram-se, nesse caso, as adequações espaciais para recebimento de novos equipamentos, as reformas internas para melhorar as condições de trabalho e as ampliações de espaço com vistas ao crescimento continuado do ensino, da pesquisa e da extensão. Essas intervenções fazem parte do cotidiano da Instituição e acontecem, com maior intensidade, nos espaços em que as condições tecnológicas são preponderantes.

² Boletim UFMG, n. 1568, de 12 de março de 2007.

O segundo tipo de crescimento – o que se faz para o desenvolvimento institucional – ocorre no momento em que é fundamental proporcionar uma mudança de patamar à Universidade. Esse é um crescimento renovador, que agrega, por sua relevância, incremento à produção acadêmica e abrange, também, o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao estimular o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo e ao incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, permite, de maneira inegável, a consecução dos objetivos institucionais. Nesse caso, enquadram-se a criação do Centro de Microscopia, do Biotério de Pequenos Animais, do prédio para a instalação das Coleções Taxonômicas e do espaço para produção de novas mídias, todos eles fundamentais para promover, no âmbito das diversas áreas de conhecimento, o desenvolvimento que a UFMG, como Instituição de Ensino Superior, tem o dever de buscar.

2.1.3 Manutenção corretiva e conservação do espaço físico

A UFMG precisa manter permanente zelo pelo espaço do seu considerável patrimônio físico. Para isso, são indispensáveis dois tipos de intervenção. O primeiro – denominado manutenção corretiva – envolve os problemas cotidianos das edificações em uso – por exemplo, troca de lâmpadas, interruptores e disjuntores, mudança de fiação em curto-circuito, revisões hidrossanitárias decorrentes de entupimentos e vazamentos, substituição de peças e metais sanitários, revisões em esquadrias e vidros.

O segundo – a manutenção de conservação –, de caráter preventivo, abrange desgastes e problemas decorrentes do tempo de uso das edificações. Alguns prédios da UFMG têm de 30 a 50 anos de uso intenso e, por esse motivo, apresentam problemas agravados, caso em que se faz necessário proceder à identificação do estado de conservação e elaborar propostas de melhoria – entre outras, substituição de telhados, recuperações estruturais, revisões em redes internas e externas de abastecimento e distribuição, revitalização de pinturas e esquadrias, modernização de elevadores. Por força das inúmeras pequenas e médias adaptações e modificações realizadas ao longo dos anos no conjunto de prédios, impõe-se fazer não só um inventário da área construída, mas também a catalogação do patrimônio verde da Universidade, de forma a reavaliá-lo e a permitir um melhor planejamento de plantio e substituição de espécies.

2.1.4 Ampliação da infra-estrutura física

As propostas formuladas pela UFMG, considerando seu planejamento de reestruturação e expansão, no âmbito do Reuni, exigem, além da conclusão das obras do Projeto *Campus 2000*, a realização de um conjunto de obras de infra-estrutura, para as quais a Universidade tem alocado, nesse Programa, o montante de R\$ 72.830.312,93 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta mil e trezentos e doze reais e noventa e três centavos). De início, serão construídos dois Centros de Atividades Didáticas, cada um com quatro pavimentos e espaços variados – ao todo, 75 salas de aula e três grandes auditórios –, destinados a atividades didáticas.

Algumas Unidades Acadêmicas terão, também, sua área construída expandida, bem como deverá ser promovida uma readequação de espaços em quase todo o conjunto dessas Unidades, e a construção um terceiro Centro de Atividades Didáticas. Além disso, serão executadas obras de infra-estrutura comum. A definição das características e o dimensionamento deste segundo conjunto de obras dependem, ainda, de estudos em andamento.

Esse processo de expansão implicará, ainda, a execução de um conjunto de obras destinadas à melhoria da infra-estrutura física do *Campus* Pampulha. Essas obras compreendem o atendimento das demandas apresentadas pelo sistema viário, que envolvem propostas para o trânsito, o transporte coletivo e, também, soluções para o estacionamento de veículos. Um plano global de gerenciamento de resíduos deve, igualmente, ser executado, em que se incluem um interceptor de esgotos e novas redes de efluentes não-domésticos, bem como a realização de obras destinadas à drenagem pluvial desse *Campus*.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA</p> <p style="text-align: center;">Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotar os <i>campi</i> da UFMG de infra-estrutura adequada à realização das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir o Projeto <i>Campus</i> 2000. • Executar as obras de infra-estrutura física necessárias à realização do planejamento elaborado para o Reuni. • Executar as demais obras que se fizerem necessárias à realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMG. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir a transferência da Escola de Engenharia para o <i>Campus</i> Pampulha. • Transferir a Faculdade de Ciências Econômicas para o <i>Campus</i> Pampulha. • Projetar e construir as edificações necessárias à expansão do ensino de Graduação e de Pós-Graduação, de acordo com o dimensionamento estabelecido para o Reuni. • Realizar as obras destinadas à melhoria da infra-estrutura física do <i>Campus</i> Pampulha.

2.2 Gestão de serviços de apoio e logística

Tendo em vista a complexidade de atividades que sustentam o ensino, a pesquisa e a extensão e considerando a quantidade de prédios, área construída e área urbanizada de seus *campi*, a UFMG demanda uma gestão de serviços de apoio e logística. Essa gestão inclui compras e importação de bens; serviços de correio, malote e reprografia; controle e manutenção de frota; serviços de limpeza e conservação; serviços de portaria e de vigilância; contratação

e fiscalização da exploração de restaurantes e cantinas, bem como de outras concessões e permissões remuneradas de uso; aquisição, gerenciamento e controle de estoque de bens de consumo e de bens móveis permanentes, entre outros procedimentos.

A gestão dessa gama de serviços necessita ser revista, atualizada e modernizada, para que seja feita a normatização e padronização de procedimentos das atividades de sua abrangência, de modo que a UFMG possa atingir seus objetivos com o menor uso de recursos materiais e pessoais. Esse instrumento beneficiará as atividades-fim da Instituição na realização de suas metas, além de funcionar como um elemento facilitador das ações de gestão e de fiscalização, que vão permitir a avaliação, de forma isonômica, das rotinas repetitivas nas diversas áreas; maior intercâmbio da mão-de-obra treinada; redução do custo da capacitação de executores e multiplicadores.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">GESTÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E LOGÍSTICA</p> <p style="text-align: center;">Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none">• Modernizar a gestão dos serviços de apoio e logística, de modo a adequá-los à complexidade inerente ao funcionamento da UFMG. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none">• Dotar a UFMG de estrutura gerencial adequada à realização das atividades previstas no planejamento elaborado para o Reuni.• Normatizar e padronizar, na UFMG, os procedimentos utilizados nos serviços de apoio e logística.• Capacitar o pessoal da UFMG, com vistas à melhoria da gestão dos serviços de apoio e logística. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Implantar estruturas e equipes de pessoal, nos diversos setores da UFMG, para atuar em condições de produzir os resultados demandados pelo planejamento elaborado para o Reuni.• Desenvolver projetos de treinamento, na UFMG, para capacitar as equipes de pessoal envolvidas nas diferentes etapas do planejamento elaborado para o Reuni.• Avaliar as rotinas e procedimentos das diversas áreas que compõem os serviços de apoio e logística na UFMG.• Realizar descarte de documentos da UFMG, observando-se a legislação em vigor.• Disseminar, na UFMG, a política de gerenciamento de arquivos.

2.3 Gestão ambiental

Os órgãos de controle ambiental vêm exigindo da sociedade a execução de uma política correta no tratamento da questão ambiental. A gestão ambiental envolve o gerenciamento de resíduos – esgoto sanitário e águas pluviais; resíduos sólidos urbanos; efluentes e resíduos químicos, radioativos e infecto-contagiosos; resíduos de áreas verdes, lixo tecnológico, lâmpadas queimadas; efluentes atmosféricos, ruídos, poluição visual e outros. As grandes

instituições públicas e privadas têm sido as primeiras de que se cobra a implantação dessa política.

Por ser a UFMG uma Instituição de ensino e pesquisa, manuseia-se, nela, uma gama muito grande de produtos, do que resulta uma ampla diversidade de materiais residuais, muitos deles perigosos. O gerenciamento desses resíduos e efluentes – comuns, químicos, infectantes e radioativos, entre outros – é extremamente complexo, devido ao regime empírico de geração, que é função não só das múltiplas e variadas atividades acadêmicas desenvolvidas, mas também das demandas das diferentes pesquisas em desenvolvimento e dos inúmeros serviços prestados pela Instituição. No caso das pesquisas, essa geração faz-se normalmente em quantidades reduzidas, mas, num espectro muito diversificado de resíduos e efluentes, estes são produzidos de forma intermitente e com frequência variada.

Os anexos aos Certificados de Licença Ambiental nº 370/02, nº 696/04 e nº 697/04, emitidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, contêm condicionantes a serem cumpridas pela UFMG, com vistas à aprovação de Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) para todas as Unidades responsáveis pela geração de resíduos diversos – respectivamente, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Ciências Econômicas e Escola de Engenharia. Entre outras exigências, incluem-se a aprovação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) para todas as Unidades do *Campus* Pampulha; a outorga, por meio do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), dos poços artesianos utilizados para abastecimento do *Campus*; e a implementação do Programa de Educação Ambiental na Bacia da Pampulha. Em vista disso, a UFMG instituiu, em 2004, o Programa de Gestão de Resíduos, de acordo com a legislação relativa às exigências ambientais e de Saúde Pública, visando a contribuir para a política da Instituição nessa área.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

GESTÃO AMBIENTAL

Objetivo

- Executar uma política correta no tratamento da questão ambiental na UFMG.

Metas

- Aprovar e implementar, na UFMG, os Planos de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde e de Resíduos Químicos Aproveitáveis.
- Aprovar e implementar, na UFMG, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais, destinado à elaboração e à implementação dos planos globais de coleta seletiva e do descarte de lâmpadas fluorescentes e de outros materiais caracterizados como especiais.

Ações

- Diagnosticar necessidades e propor alternativas para o descarte dos resíduos químicos da UFMG, objetivando resolver o problema dos passivos químicos e da geração e descarte de efluentes não-domésticos.
- Desenvolver, na UFMG, programas de acompanhamento e monitoramento permanente da qualidade dos esgotos encaminhados à rede pública.
- Avaliar e elaborar propostas para destinação dos resíduos de áreas verdes gerados na UFMG.
- Elaborar Programa de Educação Ambiental destinado à conscientização, tanto da população quanto das autoridades, no que respeita à necessidade de limpeza e revitalização do Córrego do Engenho Nogueira.
- Elaborar Programa de Educação Ambiental destinado ao treinamento de pessoal e à formação de multiplicadores para implementação da coleta seletiva nas Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFMG.
- Elaborar planos de comunicação e mobilização social, que se alinhem aos programas de educação ambiental apoiados pela UFMG.
- Apoiar e estimular as ações do Projeto Manuelzão, sobretudo com relação à sua “Meta 2010”, voltada à revitalização do conjunto da Bacia do Rio das Velhas.
- Implementar, na UFMG, a coleta seletiva de resíduos recicláveis.
- Buscar alternativas de parcerias e de financiamentos para a implementação de equipamentos destinados à execução dos programas e projetos de gestão ambiental propostos na UFMG.

2.4 Recursos de infra-estrutura informacional e de pesquisa

Comprometida com uma política institucional voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico regional e nacional, a UFMG dispõe de boas condições materiais e tecnológicas para atender às demandas do cotidiano das atividades acadêmicas, preocupando-se, ainda, com as transformações que se fazem necessárias. Novas estratégias de ação e parcerias estabelecidas em novas bases são exigências do cenário contemporâneo. Torna-se imperioso, porém, multiplicar os canais de interação entre o conhecimento produzido e sua apropriação social, o que obriga as diversas instâncias e dirigentes institucionais, bem como toda a

comunidade universitária, a rever, permanentemente, suas necessidades e seus compromissos. Nesse contexto, insere-se, também, a necessidade de se dotar a Instituição de recursos tecnológicos, materiais e humanos, que assegurem a existência de um sistema racional de guarda de documentos administrativos e acadêmicos. Tal sistema deve ser adequado não só ao atendimento da legislação em vigor mas também à acessibilidade dos documentos pelos interessados.

2.4.1 Sistema de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB/UFMG) é composto por uma Biblioteca Universitária e 27 bibliotecas setoriais. Estas últimas subordinam-se, tecnicamente, à direção do sistema e, administrativamente, às respectivas Unidades Acadêmicas e Especiais e Órgãos Suplementares e têm como objetivo geral o provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMG.

O quadro de pessoal do SB/UFMG é composto por 105 bibliotecários, além do pessoal de apoio, num total de 293, em que se incluem funcionários administrativos e estagiários da Cruz Vermelha, e de outros convênios. Atualmente, o acervo patrimoniado é de 747.933 exemplares, nas diversas áreas do conhecimento. Desse acervo, fazem parte as coleções especiais, com destaque para a *Coleção de Escritores Mineiros* e a *Coleção de Obras Raras*, que reúne livros, periódicos, mapas, correspondências e fotografias do século XVI ao século XX. Outra obra de relevância dessas coleções especiais é a *Patrologia*, de Migne, que abrange textos de Filosofia Patrística editados em latim e grego, perfazendo um total de 382 volumes, sendo 221 da Patrologia Latina e 161 da Grega.

Os usuários do SB/UFMG compreendem a comunidade interna – alunos do Ensino Fundamental, Médio e Técnico, bem como da Graduação e da Pós-Graduação, professores, alunos de intercâmbio e funcionários – e o público externo, estudantes de outras Instituições, pesquisadores e visitantes em geral. A média anual de empréstimo domiciliar é de 500.000 exemplares para mais de 70.000 usuários.

Esse Sistema é composto por bibliotecas de pequeno, médio e grande porte. As 10 maiores delas são as da Fafich, da FALE, da Direito, da FAE, da FACE, da FM, da EE, da EA, do Centro Pedagógico e da Biblioteca Universitária, cujos acervos variam de 21.000 a 101.000 exemplares e provêm atendimento ao público de, no mínimo, 65 horas semanais, com fluxo de 1.000 a 3.000 usuários/dia.

A Biblioteca Universitária, além de abrigar as coleções especiais, reúne os acervos específicos dos cursos de Graduação do ICEX e do ICB. Seu prédio disponibiliza, ainda, espaços reservados a estudo individual e de grupos. A *Coleção dos Escritores Mineiros* ocupa um espaço moderno, em que se apresentam, em exposição permanente, mobiliário que pertenceu a cada um dos escritores que a compõem, bem como a biblioteca particular e a coleção bibliográfica de cada um deles.

Duas bibliotecas setoriais estão localizadas em cidades do interior de Minas Gerais – uma, no Instituto de Ciências Agrárias, em Montes Claros, cidade-pólo do Norte de Minas Gerais, região integrada por 60 municípios; e a outra, na Casa da Glória, em Diamantina, cidade patrimônio histórico mundial, que contém acervo relevante em Cartografia e coleções de minerais e rochas.

A UFMG está implantando a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFMG), cujo objetivo é o de disponibilizar, para as comunidades interna e externa, a produção científica oriunda dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Instituição. Inclui registros correspondentes a textos completos e a partes de textos, devidamente autorizados pelos autores, ou a referências e resumos de teses e dissertações, digitalizados em formato *pdf*, a fim de proporcionar rapidez e facilidade de busca e acesso virtuais. A implantação da BDTD/UFMG está sendo feita a partir de um projeto piloto, que envolve a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e em Linguística, a Biblioteca Universitária e o Laboratório de Computação Científica (LCC), conforme orientações decorrentes de convênio específico com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que, por sua vez, se articula com a Virgínia Technology University, nos Estados Unidos.

Trabalhando com um dos mais modernos *softwares* para gerenciamento de bibliotecas do País, o SB/UFMG está totalmente automatizado e seu acervo é protegido por dispositivos de segurança que incluem portões eletrônicos e câmeras de monitoramento interno. Entre os serviços prestados por esse Sistema, destacam-se: acesso, recuperação da informação e controle de empréstimos, via terminais locais e *web*; acesso a informações externas – bases de dados, CD-ROMs, índices e *abstracts*, localização e acesso físico a documentos não-disponíveis na UFMG, via Comutação Bibliográfica (Comut); empréstimos entre bibliotecas de todo o País; treinamento de usuários; orientação para a normalização de trabalhos técnico-científicos e visitas orientadas; intercâmbio de publicações; acesso ao Portal de Periódicos da Capes, de que a UFMG é *Help Desk* da Região Sudeste, disponibilizando suporte e orientação de uso das bases de dados abrigadas pelo Portal; atendimento a portadores de deficiência visual, por meio de gravação e leitura de documentos; campanha permanente de conscientização para o uso responsável de bibliotecas; disseminação da produção artística da UFMG, mediante exposições temporárias na Biblioteca Central.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p>SISTEMA DE BIBLIOTECAS</p> <p>Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atingir patamares de qualidade mais elevados nos serviços próprios ao Sistema de Bibliotecas da UFMG. <p>Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar os recursos humanos envolvidos nos serviços próprios ao Sistema de Bibliotecas da UFMG. • Desenvolver projetos para aprimoramento do Sistema de Bibliotecas da UFMG. • Definir interesses coletivos e padrões de procedimentos próprios às bibliotecas da UFMG. • Dimensionar as necessidades de ampliação e atualização dos acervos das bibliotecas da UFMG, de acordo com a expansão prevista no planejamento elaborado para o Reuni. <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e atualizar o acervo do Sistema de Bibliotecas da UFMG, inclusive no que concerne ao exigido para o desenvolvimento do Ensino a Distância. • Ampliar o acesso a bancos de dados diversificados que compõem o SB/UFMG. • Ampliar os recursos disponíveis, no SB/UFMG, para uso e disseminação da informação digital. • Integrar tecnicamente e gerenciar os recursos financeiros de projetos concernentes à melhoria e à ampliação do SB/UFMG. • Desenvolver projetos para a qualificação e capacitação do pessoal que atua no SB/UFMG. • Participar de programas cooperativos promovidos pelas bibliotecas do SB/UFMG.

2.4.2 Laboratórios

A UFMG conta com 861 laboratórios de pesquisa, distribuídos por suas 19 Unidades Acadêmicas, outros órgãos e setores. Construídos, equipados e mantidos com recursos oriundos do Tesouro e de projetos financiados por agências de fomento à pesquisa, esses laboratórios oferecem suporte físico e tecnológico a milhares de pesquisadores, tanto docentes quanto discentes, vinculados às atividades acadêmico-científicas da Instituição. Aproximadamente 80% desses laboratórios vinculam-se às áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde e Engenharias. O percentual complementar distribui-se pelas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas e, também, Linguística, Letras e Artes. O Parque Científico da UFMG, por sua extensão física, pelos equipamentos que abriga e pela relevância e impacto das pesquisas nele realizadas, é considerado um dos maiores e mais importantes do País, equiparando-se, nesses aspectos, ao das melhores Universidades brasileiras e estrangeiras.

O mais expressivo investimento institucional já feito na rede de laboratórios da UFMG refere-se ao projeto Finep-CT-Infra/2003. Foram identificados 245 laboratórios em que se fazia imprescindível a instalação de sistemas locais de geração de energia elétrica, que

pudessem entrar em operação em situações de queda da rede de energia. Nesses laboratórios, vinculados às áreas de Ciências Biológicas e Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, e Ciências da Saúde, são desenvolvidos experimentos em diferentes linhas de pesquisa, em que se mantêm organismos vivos em ambientes padronizados de temperatura e aeração e/ou em que estão instalados aparelhos sensíveis a quedas bruscas de energia. Neles, uma enorme quantidade de *freezers*, com temperaturas reguladas entre -20°C e -80°C, armazena produtos biológicos, químicos, radioquímicos e imunoquímicos termossensíveis, que, em sua maioria, são importados. Outra característica desses laboratórios é a presença de aparelhos de elevada sensibilidade, que operam 24 horas por dia, durante todo o ano. Nesse caso, além de implicar perda imediata do processamento que estiver em execução, qualquer interrupção pode demandar longos períodos para recalibração e implicar um elevado risco de danos irreparáveis. A par disso, muitos desses equipamentos dependem de ambientes climatizados. Assim, a interrupção de energia elétrica, ainda que por tempo relativamente curto, pode significar prejuízos irrecuperáveis. Mesmo quando há chance de reparos, esses procedimentos podem demandar tempo e causar prejuízo científico e financeiro à UFMG e aos cofres públicos. Após a implementação desses sistemas de proteção, todos esses riscos estão agora neutralizados.

A manutenção, o adequado funcionamento e a modernização da complexa rede de laboratórios da UFMG constituem-se, hoje, se não os maiores, talvez os mais importantes desafios para a gestão institucional, dadas a indefinição e a intermitência próprias à liberação de recursos orçamentários destinados a tal finalidade. Agravada, sobremaneira, pela política de remuneração e de reposição dos quadros de pessoal técnico-administrativo em Educação vigente no País, já por vários anos, essa situação tende a comprometer a integridade de um patrimônio público construído com o empenho e o sacrifício de algumas gerações e envolve significativo contingente de pesquisadores e técnicos.

- **Centro de Microscopia**

O Centro de Microscopia é Órgão Suplementar da Instituição, conforme Resolução nº 01 do Conselho Universitário, de 29 de junho de 2006. Seu primeiro Conselho Diretor, nomeado nesse mesmo ano, reflete o caráter multidisciplinar do Centro, pois é composto por oito docentes da UFMG de diferentes áreas do conhecimento – Biologia, Engenharia, Física, Geologia, Medicina, Farmácia, Química e Veterinária.

O Centro de Microscopia tem por missão proporcionar infra-estrutura multiusuária à execução de diversas técnicas de microscopia necessárias ao aprimoramento e à promoção, na UFMG, de pesquisas científicas e tecnológicas de rotina e de ponta, com inserção e complementação nas atividades de ensino e extensão, e sempre aberto a colaborações com o setor privado, como acontece em outros países que possuem centros similares. Desse modo, pretende-se criar ambiente favorável à inovação tecnológica e ao fortalecimento de diversas áreas de pesquisa, sobretudo quando o Parque Tecnológico já estiver implantado

em Belo Horizonte. Outro ponto de suma importância dele decorrente é o fortalecimento da formação de recursos humanos de alta qualificação, para atender às necessidades não só da comunidade científica mas também do setor privado.

O eixo norteador da implantação do Centro de Microscopia na UFMG é a modernização da infra-estrutura de microscopia de alto desempenho na Instituição, com repercussão no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Minas Gerais. A proposta de criação desse Centro foi originalmente apresentada por um grupo multidisciplinar de pesquisadores da Escola de Engenharia, do ICB, do ICEX e do IGC, preocupados com a implementação de estratégias, com vistas a atualizar a infra-estrutura em microscopia eletrônica e iônica no Estado de Minas Gerais. A premência imposta pela carência de microscópios eletrônicos modernos em diferentes Unidades Acadêmicas da UFMG estimulou, em curto tempo, a incorporação, ao grupo de trabalho inicial, de pesquisadores da Escola de Veterinária, da Faculdade de Odontologia, da Escola de Belas Artes, da Faculdade de Farmácia e da Faculdade de Medicina.

O prédio do Centro de Microscopia, construído com recursos advindos do Ministério de Ciência e Tecnologia e de Emendas Parlamentares, conta com ambientes para instalação dos microscópios eletrônicos e iônicos adquiridos com recursos alocados pela Finep (CT-Infra 04/2003) e pela Fapemig. Dotado de laboratórios para processamento de espécimes biológicos e não-biológicos, sala com computadores para tratamento digital de dados e imagens, laboratório fotográfico e secretaria, o projeto arquitetônico contempla, também, a possibilidade de se acolherem equipamentos de microscopia atualmente existentes em quatro Unidades Acadêmicas da UFMG. Adicionalmente, está previsto espaço destinado a futuras ampliações, a fim de acolher outros equipamentos a serem adquiridos mediante dotação orçamentária específica.

2.4.3 Recursos de tecnologia da informação e de comunicação

A UFMG dispõe de sistemas informatizados para viabilizar sua gestão desde os anos 1970. A partir de então, vem investindo na ampliação e adequação desses sistemas às demandas que lhe são apresentadas tanto pela comunidade universitária quanto em razão dos avanços da tecnologia.

Atualmente, os sistemas de informação implantados abrangem áreas de gestão acadêmica da Educação Básica e Profissional e do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação. São igualmente atendidas as áreas de gestão administrativa, patrimonial e de recursos humanos, além da de apoio ao desenvolvimento das atividades-fim – ensino, pesquisa e extensão. Os diversos sistemas estão construídos em plataformas tecnológicas distintas, mas com integração de suas bases. Compreende, ainda, sistemas baseados em *mainframe*, que, gradativamente, estão sendo substituídos por novas versões em ambiente cliente/servidor ou *web*, pela utilização de bases de dados relacionais totalmente integradas.

Todo investimento está sendo feito para que o ambiente *web* se torne padrão, com o objetivo de se disponibilizarem serviços aos interessados, pela *Internet* ou pela rede interna. Dessa forma, construiu-se uma metodologia apropriada para o projeto, o desenvolvimento e a implantação dos novos sistemas e, também, estão sendo capacitados os profissionais do quadro, bem como definidos os serviços profissionais complementares a serem contratados por projeto.

Os sistemas desenvolvidos em ambiente *web* vão permitir o estabelecimento de novos paradigmas de prestação de serviços e informações à comunidade. Para tanto, professores e alunos devem ter portais específicos, em que serão relacionados os diversos serviços à sua disposição, informações úteis para o seu dia-a-dia e novas formas virtuais de relacionamento com suas atividades e atribuições acadêmicas.

Integrados ao Portal *MinhaUFMG* (<http://minha.ufmg.br>)³, um programa institucional para a área de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)⁴, esses novos sistemas vão utilizar, mediante uma tecnologia de padrão aberto, a autenticação única que identifica as pessoas vinculadas à UFMG. A velocidade da implantação desses novos sistemas está sendo ditada por dois fatores – um, a disponibilidade de recursos a serem investidos na composição das equipes técnicas e na contratação de serviços de TIC; e o outro, a estratégia da Instituição na rediscussão dos procedimentos de gestão em cada uma de suas grandes áreas.

O *MinhaUFMG* objetiva aumentar a eficiência da Universidade na realização de suas atividades, pelo uso de tecnologia de informação. Esse programa oferece uma vasta gama de ferramentas a toda a comunidade universitária – correio eletrônico, agenda corporativa, comunicação instantânea, videoconferência, hospedagem de *web sites* pessoais e institucionais, *Intranets*, ensino a distância e vários outros. Tudo isso sob um controle de usuários seguro e unificado. O Portal *MinhaUFMG* oferece registro baseado em dados legados⁵, além de catálogo de usuários pesquisável, bibliotecas para armazenamento e recuperação de qualquer tipo de documento eletrônico, *e-mails* institucionais para pessoas em exercício de cargo administrativo, listas de discussão com acesso pela *web*, direitos de autoria e leitura controlados, sistema de matrículas, diário de classe e ambiente de ensino equipado com *softwares* livres.

Esse universo de sistemas e serviços apóia-se em uma infra-estrutura de rede própria, de alta velocidade – a Rede *Giga*. Viabilizada em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte e custeada com recursos da Finep, do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede *Giga*

³ A implantação do Portal *MinhaUFMG* é parte da consolidação do projeto *Grude*, instituído em 2001, com o objetivo de aglutinar a população universitária em torno de uma mesma ferramenta eletrônica, que garanta segurança e rapidez no armazenamento e na troca de informações.

⁴ As tecnologias da informação e da comunicação oferecem recursos que ampliam a efetividade e a audiência das atividades de ensino da UFMG, não só como complemento aos programas presenciais tradicionais, mas também como contribuição para viabilizar a Educação a Distância, além de propiciar ferramentas que serão gradativamente incorporadas aos projetos de pesquisa e extensão.

⁵ Denominam-se dados legados aqueles recuperados de sistemas anteriormente construídos.

interliga o *Campus* Pampulha, o *Campus* Saúde e as Unidades Acadêmicas localizadas em outros locais da cidade, a saber – a Escola de Arquitetura, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas, além do Conservatório UFMG. Com os recursos de que dispõe, essa Rede já permite a realização de atividades de videoconferência e de transmissão de áudio e vídeo, o que viabiliza a implantação de projetos como o Telemedicina. Também os serviços de transmissão de voz, tanto os de telefonia convencional, quanto as novas tecnologias de *VOIP* (voz pela *Internet*) se beneficiam com custos mais baixos e alternativas de mobilidade e expansão para a comunidade universitária.

A UFMG coordena, ainda, o PingIFES, um projeto nacional para o desenvolvimento de mecanismos de coleta de dados e de padronização das informações provenientes das IFES e de outras instituições, de forma que possam ser disponibilizadas para uma plataforma que as integre e as recupere de forma eficiente. Encomendado à UFMG pela SESU/MEC, esse projeto pode ser caracterizado como inovação tecnológica no processo de coleta e disponibilização dos dados das instituições mencionadas anteriormente, mediante o estabelecimento de comunicação segura e em tempo real entre as IFES e a SESU/MEC, formando uma base de dados para novas formas de gestão das informações integradas em uma única plataforma. O propósito dessa plataforma é auxiliar os dirigentes das IFES e a SESU/MEC no processo de gestão, possibilitando o acompanhamento da evolução das Instituições e a apresentação de informações educacionais aos órgãos responsáveis por este acompanhamento e à sociedade em geral, segundo perfis e controle de acesso. Tal projeto está sendo desenvolvido em parceria com várias IFES, particularmente com um grupo de trabalho formado, no âmbito da Andifes, para a padronização das informações universitárias.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

Objetivos

- Garantir que todos os recursos de tecnologia da informação estejam disponíveis para a comunidade universitária.
- Garantir, mediante contínuas atividades de diagnóstico, prospecção e difusão de novas soluções aplicáveis à UFMG, que os recursos de tecnologia da informação disponíveis estejam sempre em condições de prestar serviços de qualidade.

Metas

- Desenvolver um programa de gestão estratégica de tecnologia da informação, para acompanhar, na UFMG, o orçamento, o planejamento e a execução de despesas e investimentos nessa área.
- Estruturar programas de padronização para implantação, distribuição e uso de recursos de tecnologia da informação, inclusive *softwares* livres de controles autorais.
- Fornecer, com maior agilidade e controle, atendimento à comunidade da UFMG usuária dos serviços de tecnologia da informação, via *Help Desk*.
- Atualizar e expandir a infra-estrutura de telefonia convencional da UFMG.
- Levar serviços de ponta a toda a comunidade universitária, mediante especificação, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação adequados à gestão acadêmica.
- Consolidar a Rede *Giga* na UFMG.
- Consolidar o projeto *MinhaUFMG*.
- Implantar, na UFMG, políticas de organização e gerenciamento dos arquivos de documentos administrativos e acadêmicos.

Ações

- Elevar o número de ramais de telefonia convencional na UFMG, bem como aumentar a cobertura do sistema e a sua evolução tecnológica.
- Levantar os recursos de tecnologia da informação na UFMG – *hardwares* e *softwares*, bem como o pessoal designado para desenvolver atividades na área.
- Apoiar a elaboração e adoção, na UFMG, de programas de treinamento no uso de novas tecnologias que transformem os paradigmas da troca de conhecimento.
- Estruturar serviço de *Help Desk* unificado para a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), com vistas a apoiar os projetos implantados.
- Promover a migração dos sistemas na plataforma *mainframe* para novos ambientes tecnológicos.
- Dotar a gestão administrativa, patrimonial, de recursos humanos e de produção acadêmica da UFMG de maior confiabilidade e racionalidade, mediante especificação, desenvolvimento e implantação de novos sistemas de informação.
- Liberar novos serviços apoiados na infra-estrutura da Rede *Giga* – entre outros, transmissões de vídeo, videoconferências, telefonia convencional, *VOIP* e acesso a sistemas e serviços.

(continua)

- Integrar serviços de voz, via *Internet*, com a telefonia convencional e ampliar a mobilidade do sistema, mediante estudo, implantação e gestão de recursos de *VOIP* voltados a toda a comunidade da UFMG.
- Liberar novos serviços apoiados na infra-estrutura do Projeto *MinhaUFMG*, principalmente a autenticação via *LDAP*⁶ e a ampliação dos serviços de trabalho colaborativo.
- Definir e implantar recursos para apoio à geração de conteúdo de ensino disponível, via *web*, voltado à Educação a Distância, à complementação de atividades acadêmicas presenciais e à gestão do processo de ensino/aprendizagem.
- Reorganizar o serviço de computação científica para maior apoio às atividades acadêmicas da UFMG.
- Avaliar as possibilidades de utilização, na UFMG, de *softwares* científicos multiusuários em rede.

(conclusão)

2.4.4 Recursos multimídia

Em sentido mais amplo, multimídia diz respeito à apresentação de informações por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação em rede (TICs), de forma multissensorial, integrada, intuitiva e interativa. Quando o uso dos recursos de multimídia envolve mais de um dos sentidos humanos, a apresentação da informação exige a utilização de recursos de comunicação, cujo uso, até pouco tempo, não era feito de maneira coordenada – som, fotografia, vídeo, animação e outros. Esses meios de comunicação não podem ser meramente justapostos; ao contrário, pela utilização de TICs, devem formar um todo orgânico.

Criar as condições para a disseminação do uso de TICs como instrumento didático para a construção, a troca e a difusão do conhecimento é uma das missões do Laboratório de Computação Científica (LCC) da UFMG. Com esse objetivo, o LCC oferece aos alunos, professores e funcionários da Instituição um ambiente de ensino na *web*, mediante cursos de capacitação para utilização dessas tecnologias, bem como para suporte e *Help Desk*. O ambiente *Moodle*, escolhido pela comunidade, é um sistema de disponibilização de material didático e de interação desenvolvido em *software* livre. Este ambiente, que tem larga aceitação em todo o mundo, pode ser utilizado para apoiar tanto disciplinas presenciais tradicionais, complementando o uso de TICs – projetor multimídia, simuladores, laboratórios virtuais, e outros –, quanto disciplinas ofertadas em cursos de Educação a Distância.

O LCC também disponibiliza para a comunidade universitária um serviço de videoconferência. Nesse caso, os equipamentos utilizam não só a tecnologia ISDN⁷ mas também a tecnologia IP⁸, que não apresenta custo adicional. Na UFMG, as principais atividades em que se emprega essa estrutura são palestras de especialistas estrangeiros, cursos a distância, reuniões de comunidades científicas e participação remota de Bancas Examinadoras de dissertações e teses.

⁶ LDAP – Protocolo para atualizar e pesquisar diretorias com o objetivo de localizar e gerenciar usuários e recursos na rede, fornecendo também aplicações de autenticação e segurança.

⁷ ISDN – Rede Digital de Serviços Integrados, que permite acesso à *Internet* e baseia-se na troca digital de dados.

⁸ IP – Tecnologia que localiza endereços de equipamentos em rede.

Um dos principais usuários da tecnologia de videoconferência é a área da Saúde, em que se destaca o BHTelemed, projeto de telessaúde desenvolvido em parceria com a PBH, que conta com a participação de vários setores da UFMG – o Hospital das Clínicas, a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Odontologia –, para criar uma rede que interliga mais de 60 Unidades de Saúde dessa Prefeitura. Com a utilização da tecnologia do *Grude*, desenvolvem-se palestras e reuniões técnicas, de que participam especialistas, sobretudo do HC, na discussão de casos clínicos e para fornecimento de segunda opinião médica. No segundo semestre de 2006, entrou em operação a rede de videoconferência e de envio de exames de Eletrocardiografia do projeto Minas Telecárdio, fruto do consórcio de Universidades Públicas mineiras com mais de 70 Prefeituras do Estado de Minas Gerais. Com a implantação do Projeto Nacional de Telessaúde em Minas Gerais, passarão a funcionar, sob orientação de equipes da Faculdade de Medicina e do HC, 100 pólos em todo o Estado. Cada um desses pólos disporá de equipamentos para videoconferência e de eletrocardiógrafo para a realização de consultas, a distância, com especialistas. Para tanto, vão ser produzidos, também, materiais didáticos, em multimídia, em quantidade suficiente para a formação a distância de profissionais de Saúde de diversas áreas.

Do mesmo modo, o Centro de Computação (Cecom) e o LCC prestam apoio ao uso, pela comunidade acadêmica, dos serviços de transmissão de eventos pela *Internet* e serviço de conferência, via *web*, utilizando infra-estrutura da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que permite a realização de reuniões, palestras e eventos, mesmo que em localidades distintas, cujas transmissões ocorrem em tempo real.

O Centro de Convergência de Novas Mídias, por sua vez, é um ambiente multidisciplinar destinado a abrigar pesquisas em, praticamente, todas as áreas do conhecimento. A base de funcionamento desse Centro é o Laboratório Visual de Alto Desempenho da UFMG, provisoriamente instalado no prédio da Unidade Administrativa II, no *Campus Pampulha*. Trata-se de um conjunto de equipamentos, no valor de um milhão de reais, doados à UFMG pela IBM. As máquinas são equipadas com placas de vídeo de alta resolução – entre 8 e 13 *megapixels* –, que permitem a visualização de estruturas microscópicas complexas ou, mesmo, a execução de plantas de aviões e de usinas. A estação de trabalho vai contar com 23 máquinas e nove monitores, que constituirão uma tela de 9 m². Esse conjunto de equipamentos poderá ser utilizado em diversos projetos que necessitam de imagens de alta resolução. Inicialmente, cerca de 60 pesquisadores, responsáveis por 20 projetos de pesquisa da UFMG, vão fazer uso das instalações desse Centro, que também vão ser utilizadas com objetivos didáticos. Entre tais projetos, incluem-se pesquisas para geração de conteúdo multimídia, de planejamentos urbanos e de *bioinformática*.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

RECURSOS MULTIMÍDIA

Objetivo

- Dotar a UFMG de suporte para a Educação a Distância e os ensinamentos de Graduação e de Pós-Graduação, bem como para a realização de programas na área da Saúde e de projetos de pesquisa e extensão em geral.

Metas

- Consolidar sistemas voltados para a melhoria do ensino na UFMG – entre outros, personalização do *Moodle*, utilização do diário de classe eletrônico e acesso ao Portal *MinhaUFMG*.
- Criar e consolidar cursos de treinamento e capacitação voltados à comunidade acadêmica e científica da UFMG, bem como implantar um serviço de *Help Desk* especializado.
- Apoiar investimentos na tecnologia necessária à consolidação do Programa de Telessaúde na UFMG.
- Ampliar as condições tecnológicas que dão suporte à implantação e ao crescimento de cursos de Educação a Distância oferecidos pela UFMG.

Ações

- Reunir todas as ferramentas de TICs desenvolvidas para a comunidade acadêmica da UFMG e disponibilizá-las no Portal *MinhaUFMG*.
- Disponibilizar um ambiente adequado, no Portal *MinhaUFMG*, para a troca de informações entre alunos e professores de cada uma das turmas de disciplinas dos cursos ofertados, semestralmente, pela UFMG.
- Prestar assessoria técnica a equipes da área da Saúde, em especial da Faculdade de Medicina e do HC, na implantação, em Minas Gerais, do Programa Nacional de Telessaúde.
- Garantir o acesso a recursos de projeção multimídia na maioria das salas de aula das Unidades Acadêmicas da UFMG.

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Muitos dos obstáculos que se impõem à gestão planejada da UFMG, assim como à de outras Instituições Federais de Ensino Superior, decorrem, direta ou indiretamente, de dois fatores preponderantes – financiamento insuficiente e falta de autonomia orçamentária e financeira. Um olhar mais atento sobre as IFES – e sobre a UFMG em particular – permite detectar periódicos cenários de instabilidade no que se refere a aspectos como perdas não-recuperadas nos quadros docente e técnico-administrativo; irregularidade na liberação de recursos para cobrir dívidas das próprias IFES e dos Hospitais Universitários; ausência de recursos orçamentários para cobrir programas acadêmicos e científicos que impliquem o cumprimento de metas de expansão quantitativa e qualitativa. É preciso, portanto, definir e assegurar, com urgência, políticas e fontes orçamentárias compatíveis com as atribuições que estão reservadas às IFES. A UFMG espera que, não obstante as medidas de caráter pontual que vêm sendo implantadas pelo atual Governo, isso seja resolvido a contento com a aprovação e implantação do projeto de lei de Reforma da Educação Superior.

A execução orçamentário-financeira da UFMG é realizada pelas Unidades Gestoras de forma descentralizada, cujos ordenadores de despesa agem sob delegação do Reitor, com exceção dos contratos de serviços contínuos de grande porte, cuja execução centralizada fica a cargo da Pró-Reitoria de Administração. Ao Conselho de Curadores cabe pronunciar-se sobre a proposta orçamentária, a prestação de contas e os bens patrimoniais móveis da Instituição.

Nos últimos anos, as Instituições Federais de Ensino Superior sofreram limitações orçamentárias significativas no que se refere às verbas destinadas a Outros Custeios e Capital (OCC). Houve, também, em termos reais, um declínio, dos montantes destinados ao pagamento de pessoal ativo e inativo. Em 2004 e também em 2005, porém, iniciou-se um ainda lento processo de recuperação.

Os dados da Tabela 20 refletem a situação orçamentária de alguns indicadores de qualidade e produtividade da UFMG no período 2000-2006. Pela análise dela, pode-se notar um significativo crescimento no desempenho desses indicadores.

TABELA 20 - Situação orçamentária da UFMG: Orçamento Outros Custeios e Capital *versus* Despesas Básicas, 2000-2006
Em valor real, atualização IGP-DI 2006 = 1 R\$ (em milhares de reais)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
OCC	42.449	39.519	45.411	37.354	41.831	50.879	51.515
Água, energia, telefone	10.881	10.907	11.192	12.174	10.804	11.878	10.822
Vigilância, portaria e limpeza	11.418	11.799	12.934	11.717	14.001	10.525	11.596
Despesa básica	22.300	22.707	24.126	23.892	24.805	22.403	22.418
Despesa básica/Orçamento	52,53%	57,46%	53,13%	63,96%	59,30%	44,03%	43,52%

Obs: Não estão incluídos os dados referentes a Emendas Parlamentares Individuais ou de Bancada feitas ao Orçamento, nem recursos para pagamento de benefícios e de precatórios, ou para contratação de Professores Substitutos.

Para compor a Matriz de Distribuição de Recursos de OCC pelas Unidades Acadêmicas da UFMG, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento criou, em 1993, os conceitos de “matriz dimensão” e “matriz dinâmica”. Em 2003, numa revisão dessa Matriz, introduziram-se, nela, algumas alterações conceituais. A limitação dos recursos liberados pelo Tesouro impediu, contudo, a implementação imediata das mudanças estruturais pretendidas na alocação orçamentária da Instituição. A partir de 2005, porém, a referida Matriz foi efetivamente implantada e seus indicadores passaram a ser recalculados e atualizados a cada ano.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Objetivos

- Garantir o estabelecimento, na UFMG, de diretrizes orçamentárias.
- Garantir a construção colegiada do orçamento da UFMG.

Metas

- Estabelecer, na UFMG, prioridades para os investimentos institucionais.
- Desenvolver, na UFMG, ações de planejamento e de gestão sistêmicas.
- Assegurar o equilíbrio institucional, incentivando a cultura da responsabilidade gerencial dos recursos públicos.

Ações

- Divulgar, discutir e rever, periodicamente, o orçamento da UFMG, inclusive o de suas fundações de apoio.
- Divulgar, discutir e rever, periodicamente, os fundos da UFMG decorrentes de taxas de prestação de serviços, captação ou doação das suas fundações de apoio, bem como os recursos destinados por instâncias do Governo a projetos ou programas.
- Manter diálogo permanente com a comunidade universitária sobre as políticas orçamentárias da UFMG, em particular por intermédio das instâncias de representação da Instituição.
- Otimizar a aplicação de recursos em projetos de manutenção e de desenvolvimento institucional.
- Fortalecer, em todas as instâncias da UFMG, a gestão compartilhada.

3.1 Captação institucional

Para financiamento de projetos especiais de desenvolvimento institucional que apóiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFMG tem captado, com maior vigor nos últimos anos, recursos financeiros de órgãos governamentais, agências de fomento e instituições privadas. Entre as iniciativas assumidas nesse sentido, merecem destaque as dotações de recursos de grande porte, obtidas de órgãos públicos – em especial, CT-Infra, Capes/PROF/UFMG, CT/CNPq/PADCT nos Institutos do Milênio, Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho de Minas Gerais e Centro-Oeste, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia e Emendas de Parlamentares Federais. As empresas privadas e as fundações também têm participado com seu apoio financeiro – Banco Alpha S.A. (Projeto GENCAD), Fundep, CT-PETRO e a Fundação Ford, entre outras.

Esses recursos viabilizaram diversos projetos de infra-estrutura e de apoio a grupos de pesquisa, a Unidades Acadêmicas e outros setores da UFMG. Entre esses projetos, incluem-se os voltados à recomposição de acervos técnicos e bibliográficos e à criação da biblioteca digital; à aquisição de equipamentos e *softwares*; à atualização e expansão da rede de informática, bem como à aquisição de um *cluster* Intel; à implantação de sistemas locais de geração de energia elétrica acionáveis em situações de falha no sistema da Cemig; a projetos

de impacto ambiental; a planos de investimentos no Parque Tecnológico de Belo Horizonte; à construção do Biotério Central; à criação e implantação do Centro de Microscopia; e à TV UFMG.

Além dessas formas de captação de recursos para aplicação em projetos de desenvolvimento institucional feitas em agências, órgãos governamentais e entidades privadas, a UFMG, por intermédio de suas Unidades Acadêmicas, Departamentos e outras instâncias, oferece cursos de Especialização e de Extensão, presta consultorias e participa de várias atividades que lhe geram recursos. Essas formas de arrecadação são reguladas pela Resolução nº 10/95, do Conselho Universitário, e resultam em benefícios para o desenvolvimento institucional.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">CAPTAÇÃO INSTITUCIONAL</p> <p style="text-align: center;">Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none">• Criar novos instrumentos e métodos para otimizar, na UFMG, a captação de recursos, tanto no novo modelo de Ciência, Tecnologia e Inovação, quanto nas áreas social e cultural. <p style="text-align: center;">Meta</p> <ul style="list-style-type: none">• Intensificar ações que visem à captação de recursos para o desenvolvimento de projetos nas áreas educacional, científica, tecnológica, social e cultural. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Promover articulações entre órgãos da Administração Central e das Unidades Acadêmicas, visando à obtenção de recursos para o desenvolvimento de projetos nas áreas educacional, científica, tecnológica, social e cultural.• Atuar em parceria com as fundações de apoio credenciadas pela Instituição, mediante seu acompanhamento e avaliação pelos Conselhos Superiores.• Atuar em parceria com as Bancadas Parlamentares, com vistas à apresentação e à aprovação de Emendas que destinem recursos aos projetos institucionais da UFMG.

3.2 Fundações de apoio

A UFMG celebra contratos e convênios com fundações de apoio, nos termos do Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2005, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e dos demais dispositivos normativos concernentes, o que faculta a essas instituições prestarem apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como de desenvolvimento institucional, estes entendidos como programas, ações, projetos e atividades, inclusive aqueles de natureza infra-estrutural, que levem à melhoria das condições da Instituição e da pesquisa científica e tecnológica, para o cumprimento da sua missão institucional, devidamente consignados em um plano aprovado pelo Órgão Superior da Universidade por eles responsável.

A criação das fundações de apoio, a partir de meados da década de 1970, num momento em que a atuação da Universidade Pública Brasileira começava a se consolidar no campo da

Pós-Graduação, tinha por objetivo conferir a flexibilidade e a agilidade imprescindíveis à etapa que, então, se iniciava. Hoje, após uma longa trajetória, a relação entre as Universidades e as fundações de apoio, em consonância com a regulamentação e a supervisão dos órgãos governamentais, atinge seu almejado estágio de maturidade, legitimidade e legalidade.

De acordo com a Resolução nº 10/2004, de 18 de novembro de 2004, do Conselho Universitário, as fundações de apoio à UFMG deverão submeter-se à fiscalização financeira, contábil, operacional e patrimonial por parte da Auditoria Geral, no que tange a contratos, convênios e ajustes firmados com a Instituição. E, mais, na execução dos contratos celebrados com base na Lei nº 8.958/94, as fundações deverão observar, ainda, o disposto nas Resoluções do Conselho Universitário, especialmente as que regulamentam a prestação de serviços no âmbito da UFMG, bem como aquelas, pertinentes à matéria, aprovadas pelas Congregações das Unidades Acadêmicas. As fundações de apoio deverão, também, constituir um fundo de apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão e/ou ao desenvolvimento institucional, para atendimento às Unidades e, conforme o caso, à UFMG. Desse fundo, as fundações deverão disponibilizar, no mínimo, 30% do resultado operacional líquido anual.

Vinculam-se à UFMG as seguintes fundações de apoio:

- A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) é parceira importante da UFMG no apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Ao longo dos anos, tem consolidado seu papel de interface junto às agências nacionais e internacionais de financiamento e fomento, bem como junto a empresas e organismos públicos e privados, no levantamento de oportunidades, preparação de propostas de projetos e serviços, convênios, contratos e gerenciamento integral dos recursos.

As atividades da Fundep estão abrigadas em núcleos, quais sejam:

- * Núcleo de Atendimento à UFMG – promove a interface da Universidade com as instituições de financiamento e de fomento à pesquisa – públicas e privadas; nacionais e internacionais –, oferecendo suporte para a captação de recursos, buscando conhecer suas políticas de atuação e procedimentos, além de gerenciar os projetos e serviços da UFMG. Atua, também, como interface junto a empresas que necessitam de suporte na busca de produtos científicos, tecnológicos e educacionais da UFMG.
- * Núcleo de Atendimento Externo – criado para atender a uma crescente demanda externa, atua na prestação de consultoria e de serviços técnicos especializados a instituições e empresas públicas e privadas, bem como na organização de concursos e vestibulares de instituições educacionais e do setor público. Sua principal missão é contribuir para o desenvolvimento institucional de entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal, representadas por órgãos da Administração Direta, Autárquica e Vinculada.

* Núcleo de Relações Institucionais e Desenvolvimento de Oportunidades – tem por missão prospectar e desenvolver oportunidades de atuação da Fundep, bem como subsidiar o planejamento estratégico das atividades dessa Fundação e promover relações institucionais produtivas junto aos seus públicos-alvo.

Com a aprovação do seu Conselho Curador, 70% do resultado operacional líquido da Fundep deve ser revertido, anualmente, em programas de incentivo à pesquisa e ao apoio acadêmico da UFMG. Para isso, foram constituídos, em 1986, o Fundo Fundep de Apoio Acadêmico e, em 2000, o Fundo Fundep de Apoio Institucional. O primeiro deles visa a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão da UFMG, em áreas pouco fomentadas pelo apoio governamental ou naquelas de interesse estratégico da Instituição. No período 2000-2006, esse Fundo aplicou na UFMG mais de 10 milhões de reais, enquanto do Fundo Fundep de Apoio Institucional foram destinados a ela, no mesmo período, cerca de 15 milhões de reais.

Desde 1986, quando foi instituída essa política de fundos, todos de grande relevância para a UFMG e para a sociedade, de uma forma geral, cerca de 230 projetos foram implementados com os recursos por ela disponibilizados. Entre eles, destacam-se a construção do novo prédio da Faculdade de Odontologia; o Programa de Auxílio à Pesquisa de Recém-Doutores; o Programa de Apoio a Projetos Estruturantes de Pesquisa; a instalação de Centros de Extensão em Unidades Acadêmicas; o apoio à implementação da infra-estrutura, do treinamento e da gestão de laboratórios do Projeto UFMG Virtual; o apoio a cursos de Pós-Graduação; o apoio ao Programa de Museus da UFMG; o apoio à implementação de infra-estrutura básica de funcionamento de novos cursos de Graduação criados entre 1998 e 2004 – Fonoaudiologia, Agronomia, Artes Cênicas, Turismo e Nutrição; a melhoria e a ampliação das atividades acadêmicas do Observatório Astronômico da UFMG.

- A Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia (FEPMVZ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e está sediada na Escola de Veterinária da UFMG, no *Campus* Pampulha. Entre os objetivos dessa Fundação, destacam-se: o apoio ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão, no exercício de atividades científicas e culturais relacionadas à Medicina Veterinária e à Zootecnia, aberto à possibilidade de concessão de auxílio a projeto e a bolsa, quando pertinente; a prestação de serviços à comunidade no campo da Medicina Veterinária e à Zootecnia; a produção de antígenos, vacinas e outros produtos de uso médico veterinário; a produção de alimentos para uso animal e humano, e a cooperação, na área específica da sua competência, com outras instituições da sociedade. Constituem órgãos dessa Fundação: o Conselho Curador, a Diretoria Executiva, a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho Técnico-Científico e as Assembléias das Coordenações. Além das coordenações das áreas de Clínica, Inspeção, Preventiva e de Zootecnia integram a estrutura dessa Fundação a Coordenação Central, a Coordenação do Centro de Extensão, a Coordenação da Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa e a Coordenação da Fazenda Modelo.

- A Fundação Christiano Ottoni (FCO) foi instituída como entidade de direito privado, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria, por escritura pública, em 25 de março de 1974, e foi registrada em 17 de abril do mesmo ano, no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte. Trata-se de entidade educacional de apoio à UFMG, em especial à Escola de Engenharia, com sede e foro em Belo Horizonte. A FCO tem por finalidade apoiar, técnica e financeiramente, os programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, ligados ao campo de Engenharia; promover e incrementar as atividades de pesquisa e de assessoria técnica e científica realizadas por servidores da UFMG e, em especial, pelos da Escola de Engenharia; exercer atividades técnicas, científicas e culturais; prestar serviços à comunidade. Essa Fundação é administrada por um Conselho Curador, uma Diretoria, um Conselho Fiscal e uma Superintendência Executiva.
- A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) é uma entidade fundacional de apoio à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Constitui ente jurídico de direito privado, sem fins lucrativos e desenvolve atividades de pesquisa aplicada e de extensão, bem como presta consultoria e assessoria à comunidade nas áreas econômica, administrativa, contábil e demográfica. Como fundação de apoio, está registrada e credenciada pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, mediante certificado emitido em 14 de março de 2005. Esse Instituto foi criado em 1948, por iniciativa de professores da FACE, com o apoio de instituições representativas dos segmentos comercial, financeiro e industrial do Estado. Ao completar 55 anos, em 2003, transformou-se em Fundação, adequando-se às exigências do Conselho Universitário da UFMG e do Ministério Público Estadual. Além dessa adequação, a transformação em Fundação possibilitou melhor atendimento às necessidades da comunidade interna, tanto da FACE como da Universidade, facultando-lhe o acesso a novas oportunidades em suas áreas de atuação. Administrado por um Conselho Superior e um Conselho Diretor e por Coordenadorias de Área, o Ipead vem ampliando os serviços prestados à comunidade nos últimos anos, de forma a permitir uma integração efetiva entre a UFMG e a sociedade, visando a desenvolver estudos e pesquisas de impacto em outras atividades, além das de ensino.

As importantes formas de contribuição das Fundações para os projetos de desenvolvimento institucional da UFMG só se tornaram possíveis pelo fato de essa Instituição exercer permanente controle sobre o funcionamento de tais órgãos e o cumprimento dos objetivos finalísticos de cada um deles. A necessidade desse controle foi reforçada em decorrência da aprovação do Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

FUNDAÇÕES DE APOIO

Objetivo

- Redimensionar o papel das fundações de apoio no cenário de autonomia da UFMG.

Meta

- Fomentar, por intermédio das fundações de apoio, ao amparo da lei, relações de parceria benéficas para os projetos institucionais.

Ações

- Selecionar projetos de desenvolvimento institucional da UFMG passíveis de execução em parceria com as fundações de apoio.
- Implementar projetos de interesse da UFMG em parceria com as fundações de apoio, mediante avaliação permanente, à luz dos princípios e parâmetros institucionais.
- Promover ajustes de ordem funcional no papel das fundações de apoio da UFMG.
- Promover os necessários ajustes de ordem jurídica nos contratos firmados com as fundações de apoio da UFMG, em total consonância com a legislação vigente.
- Exercer permanente controle sobre o funcionamento das fundações de apoio da UFMG.

CAPÍTULO 4 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA INOVAÇÃO

A intrínseca relação, que a UFMG sempre buscou fomentar, entre ensino, pesquisa e extensão tem imposto, entre outros, o desafio de se criarem, na Instituição, condições que permitam a interação de diferentes áreas do conhecimento. Nesse cenário, três projetos inovadores merecem destaque: o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT), o Programa Multidisciplinar de Doutorado em Bioinformática e a atuação de algumas Unidades Acadêmicas na área da Educação a Distância.

1. INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS TRANSDISCIPLINARES (IEAT)

Criado, em caráter experimental, em 1999, como um órgão vinculado ao Gabinete do Reitor, o IEAT vem, desde então, atuando no âmbito da pesquisa, com inserções no ensino e na extensão, e tem por missão a promoção da transdisciplinaridade, mediante a aproximação, a articulação e o transpassamento dos campos disciplinares e das áreas tradicionais do conhecimento. Atualmente, esse Instituto está em processo de consolidação, já tendo sido aprovado pelo CEPE/UFMG, formalmente, como órgão da Instituição, vinculado à Reitoria.

A geração de um ambiente propício à realização de estudos transdisciplinares na UFMG, com características de excelência – por excederem o normal e o ordinário –, de ponta – por se voltarem ao novo e ao futuro – e de indução – por interferirem na maneira de se gerar, se organizar e se difundir o saber –, e que abranjam diversas áreas do conhecimento – humanidades, exatas e biológicas –, é objetivo específico do IEAT. Nesse sentido, esse órgão tem buscado, em suas diferentes linhas de atuação, o chamado estado da arte do conhecimento, sem o qual não há pesquisa avançada nem grupos de excelência.

Para alcançar êxito em suas realizações, o IEAT/UFMG busca definir sua identidade na promoção da transdisciplinaridade, articulando contribuições das metodologias disciplinares existentes, cedendo lugar a abordagens fortemente contextualizadas, abarcando artes, ciências

e tecnologias e gerando características novas. Nessa promoção, o *trans* surge na forma de metodologias alternativas, que, com base em conceitos como o de “níveis de realidade”, trabalham no espaço fronteiro das disciplinas e especialidades, procurando decodificar o que as une e o que as ultrapassa. Nesse caso, fronteira é entendida, segundo Mirra (2000)¹, como espaço de troca, e não como barreira – espaço de processos que incitam à migração de conceitos, à freqüentação exploratória de outros territórios, ao diálogo modificador com o diverso e o de outra forma, ou seja, de processos que não se esgotam na partição de um mesmo objeto entre disciplinas diferentes, prisioneiras de pontos de vista singulares, irreduzíveis, estanques, incomunicáveis.

Em consonância com sua natureza de Instituto de Pesquisa, o IEAT atua como órgão articulador interdepartamental e supra-Unidades Acadêmicas, marcando suas atividades pelas características de ineditismo, experimentalismo e transitoriedade. A opção pela transitoriedade, de fundo epistemológico, com base na transdisciplinaridade, estará presente em todas as linhas de ação do IEAT, juntamente com a preocupação de se evitarem a cristalização de interesses e a fixação permanente de grupos no seu âmbito.

Os grupos de pesquisadores, bem como pesquisadores isolados, engajados nos projetos apoiados por esse Instituto, perdem seu vínculo com o órgão à medida que o cronograma de seu(s) projeto(s) é cumprido e as metas nele(s) previstas são atingidas ou, ainda, quando a pesquisa proposta perde o experimentalismo e o ineditismo, aspectos que pautam as atividades do IEAT. Assim, esse Instituto representa, na UFMG, um *locus* privilegiado de idéias inovadoras e de utopia, e, por isso, sua atuação caracteriza-se pelo estímulo à geração e à difusão de uma nova práxis e de um novo ideal do conhecimento. Tem por base experiências coletivas de grupos de especialidades variadas; por instrumento ou meio, a aproximação das disciplinas; e por alvo, a constituição de profissionais com formação de especialista e capacidade para freqüentar mais de uma área do saber. O Instituto apóia a realização de projetos de pesquisa, programas de visitas e conferências nacionais e internacionais, eventos, atividades de ensino, publicações e programas sabáticos, bem como a promoção de encontros transdisciplinares, a constituição de cátedras e de espaços da transdisciplinaridade.

Em 2006, o IEAT lançou o Programa Professor Residente, cujo objetivo precípua é o de ser instrumento para o desenvolvimento de projetos de pesquisas avançadas e transdisciplinares, acolhendo professores e pesquisadores da própria UFMG. Dele, podem participar docentes de reconhecida excelência, produtividade e senioridade na área de pesquisas. Atualmente, o Instituto conta com quatro Professores Residentes.

Nesse mesmo ano, foi lançado, também, o Programa de Cátedras, cujo objetivo é o de favorecer o intercâmbio entre titulares de diferentes segmentos da pesquisa e grupos de pesquisadores da UFMG. Para isso, busca aliar a temas de pesquisa, considerados de ponta em âmbito internacional, abordagens inovadoras e com potencial transdisciplinar. Esse

¹ MIRRA, Evando. *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Programa propicia a permanência na UFMG, por um período máximo de quatro semanas, de pesquisadores experientes – do País ou do exterior –, com sólida formação e carreira disciplinar, para que estimulem e induzam a realização de estudos em interfaces de disciplinas. Nesse caso, ao catedrático são asseguradas, por meio das Instituições patrocinadoras do Programa, as condições de estada e de trabalho na UFMG. Presentemente, estão em funcionamento, no IEAT, três Cátedras Fundep, destinadas, respectivamente, às áreas de Humanidades, Letras e Artes, Ciências da Vida e Ciências da Natureza, sem predefinição de temas, e uma Cátedra Fundação Ford, direcionada à temática “Criminalidade, Violência e Políticas Públicas”, que prioriza a ocupação por pesquisadores estrangeiros. Em parceria com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da UFMG está em andamento a criação de uma Cátedra de Estudos Ibero-Latino-Americanos, cuja consolidação deverá se dar em 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS TRANSDISCIPLINARES</p> <p style="text-align: center;">Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades voltadas à realização, com características de excelência, inovação e indução, de estudos e pesquisas avançadas e transdisciplinares. • Difundir conceitos, abordagens, metodologias e culturas transdisciplinares, no âmbito da UFMG e fora dela. • Promover a interação entre profissionais das diversas áreas da atividade acadêmica na UFMG, com vistas à prática transdisciplinar e à abordagem de problemas complexos e atuais. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a presença e a atuação do IEAT no âmbito da UFMG. • Consolidar a infra-estrutura física e de pessoal requerida para a realização das atividades do IEAT. • Consolidar as Cátedras já em atividade no IEAT e criar outras, com vistas a ampliar a área de atuação desse Instituto. • Expandir e consolidar o Programa Professor Residente do IEAT. • Expandir o volume de publicações geradas pelos programas do IEAT. • Internacionalizar a presença e a atuação do IEAT. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incrementar o estabelecimento de convênios, parcerias e intercâmbios entre a UFMG e Instituições congêneres de todo o mundo – em especial, da América Latina e do Brasil. • Promover a realização de atividades transdisciplinares em colaboração com órgãos da UFMG, atuando como órgão articulador de pesquisas e estudos a serem desenvolvidos entre Departamentos e Unidades Acadêmicas da Instituição. • Estimular a colaboração e o intercâmbio de pesquisadores e docentes, interna e externamente à UFMG, com grupos de pesquisa e intelectuais do país e do exterior. • Estabelecer programas que estimulem a presença na UFMG, por tempo determinado, de pesquisadores, professores e intelectuais de expressão do País e do exterior. • Divulgar amplamente os resultados gerados pelos estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito dos programas do IEAT.

(continua)

- Aprimorar a infra-estrutura física e de pessoal alocado no IEAT para melhor atender aos objetivos desse Instituto.
- Abrigar até sete pesquisadores por ano no Programa Professor Residente do IEAT.
- Criar duas novas Cátedras para incrementar o Programa de Cátedras do IEAT.
- Disponibilizar amplamente, pelo *site* do IEAT, todas as grandes conferências e os principais eventos promovidos por esse Instituto.
- Dar continuidade aos Encontros Transdisciplinares do IEAT e aos Programas de Visitas Nacionais e Internacionais.
- Consolidar o *site* do IEAT na *Internet*.
- Dar continuidade à publicação de livros da Coleção IEAT, em parceria com a Editora UFMG, e iniciar a difusão e publicação, pela mídia eletrônica, dos produtos oriundos dos estudos e pesquisas desenvolvidos nesse Instituto.

(conclusão)

2. PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE DOUTORADO EM BIOINFORMÁTICA

A ciência tem avançado extraordinariamente no âmbito das diversas disciplinas em que se divide o conhecimento humano. O maior desafio, no entanto, é o de realizar pesquisas cujo tema ultrapassa os limites de disciplinas estabelecidas, utilizando abordagens e instrumental de mais de um campo disciplinar. Esse é o caso da Bioinformática, que se fundamenta numa nova forma de enfrentar os constantes desafios da Biologia no mundo contemporâneo. Trata-se de uma nova área do conhecimento que usa metodologias e técnicas de Informática – inclusive Matemática Aplicada e Estatística –, para entender e organizar as informações associadas a moléculas biológicas e a processamento de sinais biológicos.

A dimensão estratégica da Bioinformática para o Brasil reside na sua potencialidade e capacidade de fornecer uma base para predições necessárias ao avanço do conhecimento biológico e à biotecnologia. Trata-se de uma área que depende mais de pessoal que de grandes investimentos. Como o País dispõe de recursos humanos com grande potencial, mesmo diante das limitações financeiras impostas ao cenário científico nacional, há plenas condições de ele competir internacionalmente nessa área, até porque, como se trata de um domínio científico relativamente recente, o conhecimento produzido no Brasil, nessa área, é quase contemporâneo em relação ao bloco industrializado. Esse diagnóstico motivou a Capes a induzir a criação de cursos de bioinformática, dos quais apenas dois lograram aprovação: um proposto pela UFMG, e um desenvolvido pela USP, em consórcio com a Unicamp.

O Programa Multidisciplinar de Doutorado em Bioinformática da UFMG, implantado em dezembro de 2002, foi avaliado, inicialmente, com conceito 5, e conta, atualmente, com alunos procedentes de distintos campos do conhecimento – Computação, Biologia, Engenharias, Medicina, Odontologia e Matemática. Em decorrência de sua natureza multidisciplinar, o corpo docente desse curso é igualmente diversificado, constituindo-se de pesquisadores

oriundos de oito Departamentos da Instituição. Dessa forma, a UFMG contribui significativamente para o avanço da capacidade de pesquisa nessa nova área do conhecimento, induzindo a utilização racional dos dados genômicos disponíveis e preparando o País para uma inserção sistemática na chamada Era Pós-Genômica – ou seja, de transformação da informação genômica em conhecimento científico e tecnológico.

3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Outro eixo de sustentação da política de inovação educacional desenvolvida na UFMG diz respeito à expansão de oportunidades e de programas de qualidade ofertados na Instituição, na modalidade de Educação a Distância (EAD), que envolve cursos de Graduação, Extensão e Pós-Graduação. Além de possibilitar que populações, hoje excluídas da Universidade Pública, nela venham a ingressar, o desenvolvimento dessa modalidade de ensino permitirá que seja ampliado o âmbito da ação educacional da UFMG.

Em nível de Graduação, a Universidade já ministrou, na Faculdade de Educação, um Curso de Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental nessa modalidade, e outros já estão em oferta – um de Licenciatura em Química e um de Licenciatura em Ciências Biológicas, cujos alunos – todos professores em exercício em escolas de Ensino Fundamental da rede estadual – já foram selecionados; bem como um outro de Licenciatura em Química, um outro de Licenciatura em Ciências Biológicas, um Normal Superior e um Bacharelado em Geografia, cujo primeiro concurso Vestibular será realizado em dezembro de 2007. Estes últimos fazem parte do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que, instituído pelo Ministério da Educação, é integrado por um consórcio de nove Instituições de Ensino Superior. Essas ações respondem ao objetivo primordial da UFMG – o de fortalecer sua função social mediante “a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociada entre si e integrados na educação do cidadão...” (*caput* do art. 5º do Estatuto da UFMG). Tanto os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaes), quanto os dos Censos Escolares divulgados nos últimos anos atestam a urgência de ações de formação inicial e continuada dos profissionais para atuarem em escolas de Educação Básica. Pesquisas recentemente desenvolvidas nessa Instituição têm demonstrado os efeitos do aprimoramento da formação docente sobre crianças e jovens dessas escolas.

Assim, no cumprimento de sua função social e do seu compromisso com a qualidade da Educação Básica no País, a UFMG propõe-se investir no desenvolvimento de cursos de Licenciatura a distância capazes de propiciar novos tipos de interação em tempo real entre os docentes em atuação nos sistemas de ensino e os professores/pesquisadores em atuação na Instituição. Objetiva, com isso, a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de competências em torno de questões relativas às tecnologias e à educação, sob um princípio

que envolve pensar, em primeiro lugar, a qualidade da formação ofertada e, subsidiariamente, a apropriação tecnológica adequada.

Por essa via, a UFMG pretende estimular a criação de cursos de Graduação a distância, articulados aos projetos pedagógicos dos cursos presenciais oferecidos em todas as suas Unidades Acadêmicas. E, desse modo, espera otimizar competências e capacidades já instaladas na Instituição e fomentar estudos e pesquisas relacionados às mediações tecnológicas no ensino de Graduação.

A premissa da expansão do atendimento público, em proporções requeridas para o cumprimento das demandas socioeconômicas do País, pela via do ensino presencial, está vinculada a expressivos investimentos em infra-estrutura predial. Optar por investimentos em tecnologias da informação e comunicação para a expansão do atendimento desejado constitui estratégia relevante, no sentido de favorecer a interiorização da Universidade e de propiciar a graduação de jovens nas mais diferentes áreas de conhecimento, pelo domínio de competências básicas requeridas pelos novos processos produtivos.

Outra estratégia a ser efetivada no médio prazo, na UFMG, diz respeito ao *locus* de desenvolvimento da gestão educacional em EAD. Para tanto, já foi criado um Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED), cuja finalidade é a de fomentar a constituição de equipes multidisciplinares de pesquisa, ensino e gestão acadêmica voltadas a essa modalidade; potencializar o surgimento de pólos regionais difusores de conhecimentos e competências necessários à formação profissional de qualidade; e estabelecer um sistema integrado de gestão educacional, capaz de otimizar investimentos e a utilização das tecnologias de informação e comunicação disponíveis na UFMG. Para a consecução desses objetivos e a efetivação da estratégia proposta, essa Universidade está estabelecendo convênios com o Estado de Minas Gerais e vários municípios mineiros, bem como parcerias com entidades sem fins lucrativos, para a interiorização de pólos difusores.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Objetivo

- Ampliar e consolidar os projetos de Educação a Distância da UFMG.

Metas

- Desenvolver sistemas de informação para dar apoio à execução de cursos de Educação a Distância.
- Expandir os pólos de Educação a Distância da UFMG em Minas Gerais, para oferta de cursos em regiões carentes de profissionais especializados.
- Desenvolver modelos de Educação a Distância, em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos na UFMG.
- Produzir recursos instrucionais impressos e de mídia, em consonância com as propostas pedagógicas dos cursos oferecidos na UFMG.
- Divulgar o processo de criação, implantação e avaliação dos cursos oferecidos pela UFMG na modalidade a distância.
- Ampliar parcerias e convênios com o Estado, municípios e entidades de representação pública para a oferta de cursos na modalidade a distância.
- Consolidar o Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED) na estrutura da UFMG.

Ações

- Fortalecer e ampliar a constituição de equipes multidisciplinares voltadas à efetivação da oferta de cursos na modalidade a distância pela UFMG.
- Consolidar um sistema de comunicação voltado à oferta de cursos na modalidade a distância e integrado ao da UFMG.
- Desenvolver e implantar, na UFMG, um sistema de gerenciamento, acompanhamento e avaliação da produção individual e coletiva dos estudantes de cursos oferecidos na modalidade a distância.
- Implantar, na UFMG, um sistema de controle acadêmico específico aos cursos oferecidos na modalidade a distância e compatível com o sistema utilizado no Departamento de Registro e Controle Acadêmico vigente na Instituição.
- Criar bancos de dados para oferecer suporte à avaliação e ao monitoramento de cursos oferecidos na modalidade a distância pela UFMG.
- Implantar e consolidar *sites* para atendimento aos cursos oferecidos na modalidade a distância pela UFMG, dotados de acervo digital.
- Implantar Centros de Apoio para dar suporte aos cursos oferecidos na modalidade a distância pela UFMG nas cidades sedes de pólos.
- Fortalecer a criação de uma Coordenação Multidisciplinar para supervisionar a implantação dos Centros de Apoio aos cursos oferecidos na modalidade a distância pela UFMG.
- Analisar os projetos pedagógicos dos cursos a serem oferecidos na modalidade a distância pela UFMG, considerando-se, em especial, as metas e objetivos propostos, bem como as condições de acesso a tecnologias da informação e de comunicação pela população-alvo.

(continua)

- Constituir Equipes Multidisciplinares para desenvolver sistemas de gestão, produção e distribuição de material didático, de tutoria, de interatividade, de avaliação e de monitoramento dos cursos oferecidos a distância pela UFMG.
- Implantar Coordenações Multidisciplinares para atuar na supervisão da produção de material didático para os cursos oferecidos na modalidade a distância pela UFMG.
- Promover a avaliação do material didático específico, elaborado para os cursos oferecidos na modalidade a distância, por especialistas e mediante pré-testagem com usuários.
- Promover a realização, na UFMG, de seminários sobre o tema da Educação a Distância.
- Divulgar amplamente os resultados obtidos nos cursos oferecidos na modalidade a distância pela UFMG pela página da Cátedra da Unesco e por meio de eventos promovidos por outras Instituições de Ensino Superior.
- Divulgar amplamente, por meio de diferentes veículos de comunicação, tanto internos quanto externos à Instituição, artigos, monografias, dissertações e teses pertinentes aos cursos oferecidos na modalidade a distância pela UFMG.

(conclusão)

4. PRODUÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS

O Estado de Minas Gerais é, hoje, um dos principais pólos brasileiros de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica (CTIT) e, nessa área, compete com demais Estados do Sudeste e do Sul do País. Essa posição de destaque foi-se consolidando em decorrência de um conjunto de fatores determinantes, entre outros, o papel pró-ativo das Universidades Públicas e dos Institutos de Pesquisa, como geradores de conhecimentos e produtos, além de se constituírem formadores de recursos humanos qualificados para a pesquisa básica e aplicada, bem como para o desenvolvimento de tecnologias.

4.1 Coordenação das ações de produção tecnológica, inovação, proteção intelectual e empreendedorismo

Para a consolidação e a atualização permanente de toda sua rede de CTIT, a UFMG tem atuado de maneira destacada, principalmente a partir da criação da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CT&IT), integrada à Pró-Reitoria de Pesquisa. Essa Coordenadoria conta, na sua estrutura, com um setor especializado em redação de relatórios descritivos e no acompanhamento de patentes, um setor voltado à avaliação e à transferência de tecnologia, um terceiro para garantir apoio jurídico aos pesquisadores na obtenção de patentes e com uma incubadora, a Inova-Age/UFMG, com ênfase na incubação e na coordenação do Ensino do Empreendedorismo na UFMG. Nessa área específica, a Universidade vem canalizando investimentos crescentes e, em sua maior parte, oriundos do Setor Público, federal e estadual, destinados à expansão e aperfeiçoamento de infra-estrutura física, à aquisição e manutenção de equipamentos e ao custeio e qualificação de seu quadro de pessoal. As modificações que se espera venham a ocorrer no mundo contemporâneo vão

demandar da Instituição, em âmbito nacional e internacional, novos papéis, novas formas de atuação e de interação com o Setor Público e o Privado. Nesse contexto, como uma afirmação do compromisso da UFMG com o desenvolvimento científico e tecnológico do País, a profissionalização das atividades de inovação torna-se condição essencial para se garantirem a sustentabilidade do desenvolvimento e a soberania nacional.

A) Projetos de inovação tecnológica

O dinamismo da gestão da inovação na UFMG é consequência direta da atuação dos programas de Pós-Graduação, da excelência das pesquisas realizadas e da definição de normas e diretrizes em relação à proteção da utilização da produção científica da Instituição. De tudo isso, decorre um expressivo aumento no número de pedidos de patentes depositados, no Brasil e no exterior, além da assinatura de contratos de transferência de tecnologia para o setor produtivo, o que vai contribuir para o destaque da UFMG entre as Instituições Públicas de Ensino Superior do País.

Nas últimas duas décadas, tem-se observado uma significativa mudança na forma como as Universidades brasileiras encaram seu relacionamento com a indústria, particularmente no que se refere à utilização de novas tecnologias. Essa mudança de percepção é, em grande medida, influenciada pela nova visão de que, no mundo moderno, uma das funções dessas Instituições é garantir que os resultados das pesquisas acadêmicas gerem resultados para a sociedade, em geral, e para a indústria, em particular. A par disso, a drástica contenção de gastos tem asfixiado financeiramente as Universidades Públicas, que se vêem obrigadas a buscar, com frequência, fontes alternativas de financiamento. Finalmente, o segmento industrial tem reconhecido crescentemente que recursos aplicados em pesquisa e desenvolvimento não representam custos, mas investimentos fundamentais à manutenção de sua competitividade.

Usualmente, a transferência de tecnologias da Universidade para o Setor Privado tem-se dado por dois mecanismos: mediante contratos de licenciamento de tecnologias firmados entre a Universidade e a indústria ou por investimento na formação e desenvolvimento, pela comunidade acadêmica, de empresas nascentes inovadoras. No que concerne à colaboração Universidade/ Indústria, o principal desafio, para a primeira, tem sido o de criar e aplicar mecanismos adequados para operar e controlar atividades de cunho comercial, que, na maior parte das vezes, envolvem riscos financeiros e técnicos, com que ela não está acostumada a lidar. Não menos importantes são as questões relacionadas à legislação que rege as responsabilidades sobre profissionais e produtos e a taxação sobre os lucros da comercialização. Assim, a UFMG tem optado pelo fortalecimento de um mecanismo de transferência de tecnologia, que lhe tem permitido, a um só tempo, incorporar o desenvolvimento de tecnologia e sua comercialização às atividades normais da Universidade, sem que isso afete seus objetivos finalísticos – ou seja, ensino, pesquisa e extensão.

Outra estratégia adotada pela Universidade que se tem mostrado efetiva no sentido de promover a transferência de tecnologias tem sido a de estimular a formação e o desenvolvimento de empresas nascentes de alta tecnologia por membros da própria Instituição. Dadas as várias funções assumidas pelo pessoal acadêmico – ensino, pesquisa, extensão, administração e outras – e considerados os vários interesses envolvidos na criação e desenvolvimento de *start-ups* de alta tecnologia, comprova-se um grande potencial para a emergência de conflitos de interesse e para o uso inadequado das facilidades de pesquisa e dos recursos humanos que nela atuam. A maior garantia de que haja equilíbrio entre abertura e liberdade acadêmicas, de um lado, e comercialização dos resultados das pesquisas com todas as suas vantagens e desvantagens, de outro, tem sido a criação de um espaço privilegiado de desenvolvimento desse tipo de negócio. Para tanto, a Instituição deve contar com uma gestão profissionalizada, que lhe permita assumir uma atitude pró-ativa em relação à comercialização e, simultaneamente, preservar a independência da pesquisa acadêmica, a fim de favorecer o financiamento de novos avanços do conhecimento.

B) Proteção intelectual e de patentes

A partir de 1996, a UFMG passou a adotar políticas de indução de patentes, estimulando seus pesquisadores a identificar, entre os resultados de seu trabalho, produtos e processos patenteáveis. Além da criação da CT&IT, foram instituídas, nessa Universidade, normas e diretrizes relacionadas ao tema. Em consequência, a UFMG tornou-se uma das Universidades brasileiras que mais patenteou sua produção científica na última década, tendo-lhe sido concedidas seis patentes nacionais e 11 internacionais. Atualmente, ela é responsável por 212 pedidos de depósitos de patentes nacionais no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e por 71 depósitos internacionais submetidos ao Patent Cooperation Trade (PCT) e a multinacionais. As patentes da UFMG estão distribuídas da seguinte forma: 51% na área de biotecnologia, 21% na de Química e materiais, 17% na de engenharia biomecânica e 11% na de Engenharia Eletroeletrônica, dispositivos e novas energias. Além das patentes, essa Universidade possui o registro de 32 marcas registradas e de 10 registros de *softwares*. Recentemente, deu início, também, à criação de um banco de *know-how*.

Assim, a UFMG, uma das Instituições de Ensino Superior brasileiras que lideram o setor de transferência de tecnologia para o Setor Privado, conta, atualmente, com 15 contratos de transferência de tecnologia, a maioria referente à área de Biotecnologia. Os principais focos de atividade de pesquisa na UFMG situam-se nas áreas de Ciências da Vida – Biotecnologia, Saúde Humana e Animal – e Médico-Hospitalar, Tecnologia da Informação, Tecnologia de Materiais e de Processos e Nanotecnologia.

O maior contrato de transferência de tecnologia realizado pela UFMG, firmado com o laboratório Biolab Sanus, envolve nanobiotecnologia e diz respeito a uma nova formulação para um medicamento contra hipertensão, enfermidade que acomete 20% da população brasileira. A tecnologia desenvolvida, em fase clínica de testes em humanos, reduzirá o

custo da medicação para a população e, por ser esta de longa duração, é absorvida de forma gradual e mais eficaz pelo organismo. Outro contrato de licenciamento de tecnologia firmado com o Consórcio de Indústrias Farmacêuticas de São Paulo (Coinfar) é o de formulações de peptídeos endógenos, que tem atividades múltiplas na área cardiovascular e se encontra na fase inicial dos testes clínicos em humanos. O desenvolvimento desse processo possibilitou o fortalecimento dos laboratórios de pesquisa geradores dessa tecnologia nos departamentos de Fisiologia e Biofísica e de Química, bem como a criação do Laboratório de Desenvolvimento Biofarmacêutico (Labfar) da UFMG.

Entre as áreas de grande destaque, nessa Instituição, ressalta, em termos de tecnologias desenvolvidas em Biotecnologia, a que se volta aos estudos da leishmaniose, doença endêmica em Minas Gerais e em algumas regiões do Brasil, como o Norte e o Nordeste. A UFMG possui tecnologias específicas a toda a cadeia dessa doença, que incluem métodos de diagnóstico, vacinas e métodos terapêuticos, intravenosos ou orais, estes últimos inovadores e competitivos tanto nacional quanto internacionalmente. Nessa área, está sendo concluída outra transferência de *know-how* dessa Universidade, que envolve laboratórios da Faculdade de Farmácia e do Departamento de Bioquímica do ICB, para desenvolvimento de uma vacina contra a leishmânia. O produto dessa pesquisa encontra-se em fase final de lançamento pela empresa Hertape-Calier.

A UFMG, devido a seu grande porte, é capaz de estabelecer sinergias de conhecimento com outras Instituições de Pesquisa locais e de criar um ambiente favorável à interação com empresas voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D). Desse modo, ela preenche todos os requisitos de Instituição Científica âncora, dada sua tradição de pesquisa e formação em Pós-Graduação, que a qualifica, no Brasil, como uma Universidade de pesquisa. Além disso, por qualquer critério de capacitação e formação científica que se considere – indicadores de produção científica, ou de infra-estrutura de pesquisa, ou de formação em Pós-Graduação –, ela se classifica entre as cinco maiores Universidades Públicas do País.

A capacidade de absorção do conhecimento científico aplicado pode, por sua vez, ser definida como a possibilidade de transformar conhecimento científico produzido localmente – pela UFMG e por outras Instituições de Pesquisa locais – e externamente – no Brasil e exterior – em novas tecnologias de produtos e processos. Dois indicadores são, usualmente, utilizados pela literatura como uma medida eficiente, embora grosseira, dessa capacitação local: 1) a participação do pessoal ocupado em atividades ligadas às áreas de formação tecnológica local em relação ao total desse pessoal com formação de nível superior nas demais áreas acadêmicas – Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e outras – também locais; 2) a participação do pessoal ocupado em atividades ligadas às áreas de formação tecnológica local em relação ao total de pessoal ocupado nessas mesmas áreas no País. O primeiro mede o nível da capacitação local e o segundo, a escala local de aglomeração da força de trabalho com formação tecnológica. Pelos dois critérios, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) fica em terceiro lugar no Brasil, abaixo

apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro e acima de Porto Alegre e Curitiba, as duas metrópoles regionais consideradas suas concorrentes diretas.

Um primeiro aspecto a ser destacado concerne ao desequilíbrio entre as produções científica e tecnológica do Brasil. Considerando-se o número de artigos científicos indexados no ISI, em 2005, o País produziu 1,8% da ciência mundial, o que o situa na 17ª posição entre aqueles que produzem conhecimento no mundo, com expectativa de melhora em 2007. Por outro lado, porém, ele produziu somente 0,1% da tecnologia mundial, dado aferido pelo número de patentes depositadas no U.S. Patent and Trade Mark Office (USPTO), situando-se na 13ª posição no *ranking* mundial, segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em 2007. Essa disparidade denota a dificuldade tanto do setor produtivo em utilizar os conhecimentos gerados pela infra-estrutura científica quanto das próprias Instituições de Pesquisa em comercializar os resultados de suas investigações. No caso do Setor Produtivo, essa dificuldade parece resultar do pequeno envolvimento das empresas brasileiras voltadas à P&D, o que, de certo modo, explica sua fraca interação com Universidades e Institutos de Pesquisa para a obtenção de informações. Entre as Instituições de Pesquisa, tal dificuldade parece associar-se não só ao desconhecimento delas a respeito das necessidades industriais, mas também a vários entraves culturais e legais, que se manifestam no relacionamento entre pesquisadores, Institutos de Pesquisa e empresas privadas para o desenvolvimento de novas tecnologias, assim como na comercialização de inovações e na constituição de empresas de *spin-offs* por acadêmicos. Permanece, assim, um grande desafio, para a Universidade, se pretender ajudar o País a encontrar um caminho para assegurar a sustentabilidade e soberania nacionais, pela via do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação.

Há uma tendência mundial em avaliar a excelência da Universidade por sua capacidade de proteção do conhecimento como um fator de desenvolvimento. O patenteamento é entendido, portanto, como a chave que capacita essa Instituição para o progresso tecnológico. Assim orientada, a UFMG tem primado pela busca contínua de padrões crescentes de excelência tanto em ensino e pesquisa como também na proteção da propriedade intelectual, com destaque no cenário nacional. Contudo, um dos desafios que a UFMG vai enfrentar nos próximos anos é o da manutenção e ampliação da cultura da propriedade intelectual, devido à falta de financiamento para pagamento dos custos de pedidos de patente e os relacionados à contratação de pessoal especializado para o exercício de tal função. O referido desafio reside em estender o conceito de proteção à propriedade intelectual para outros mecanismos de proteção ao conhecimento tradicional, às indicações geográficas, ao *know-how* não-patenteável e às tecnologias sociais desenvolvidos na Universidade e em seu entorno, para reafirmar o cumprimento do papel social da UFMG.

Tão importante quanto gerar o conhecimento é aplicá-lo. A transferência de tecnologia estimula a entrada de novos agentes no mercado e impulsiona as economias regional e nacional, a partir da geração de produtos, processos e serviços tecnológicos diferenciados,

resultantes da capacitação existente na Universidade. Por isso, a UFMG busca aumentar significativamente o número de contratos de transferência de tecnologia para o Setor Privado, contribuindo, assim, para a oferta de produtos e serviços que atendam às necessidades da sociedade. Esse mecanismo de interface público/privado permite a obtenção de novos recursos para o investimento em novas tecnologias e para o desenvolvimento institucional da UFMG.

C) Empreendedorismo

As incubadoras de empresas adquirem relevância na dinamização empresarial ao gerar e dar suporte a empresas nascentes, conceito que tem sido aplicado, com sucesso, em todo o mundo. A maior parte delas dispõe de uma infra-estrutura eficiente para promover o negócio, por possuir ligações fortes com os Centros de Pesquisa e Órgãos de Financiamento, que propiciam a capacitação tecnológica essencial para que as empresas incubadas possam melhor gerir seu esforço inovador.

Nessa perspectiva, a UFMG tem disponibilizado espaço físico, serviços básicos, assessorias e consultorias em áreas importantes, visando a auxiliar na identificação de vulnerabilidades e a contribuir para que os empresários consigam proteger seus negócios. Os custos iniciais que as pequenas e as médias empresas podem suportar fora de uma incubadora, aliados às condições adversas das operações a serem realizadas, constituem um fator crítico para o sucesso dos negócios em geral.

• Incubadora de empresas de base tecnológica

Visando a dar apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica e de empresas juniores, a UFMG criou a Inova-Age/UFMG, uma incubadora de empresas vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e à CT&IT. Essa incubadora desenvolve um programa de pré-incubação e incubação de empresas e, pelo envolvimento de membros da Universidade e da comunidade externa, apóia projetos empreendedores de caráter multidisciplinar e inovador. Entre seus objetivos, incluem-se a consolidação da formação empreendedora, pela promoção de um ambiente para a inovação produtiva; o apoio à trajetória de projetos tecnológicos; a viabilização de *start-ups* de negócios inovadores; o estímulo a *spin-offs* no âmbito da UFMG; a assistência às empresas incubadas, com vistas à diminuição de custos na fase inicial; a ampliação da interface entre Universidade e o Mercado; o reforço à competitividade das indústrias da RMBH; e a renovação do tecido empresarial local.

A Inova-Age/UFMG surgiu em decorrência das políticas, adotadas pela UFMG, de incentivo à transformação do conhecimento em benefícios econômicos, por meio da inovação tecnológica. Orientada por essa filosofia, essa incubadora tem atuado como agente intermediário no processo de cooperação Universidade/Empresa, constituindo um centro inovador de idéias e promotor de empreendedorismo.

A interação com o ambiente científico e tecnológico proporcionado pela UFMG é fator relevante para a eficácia do programa de incubação da Inova-Age. O relacionamento

próximo entre a tecnologia moderna, o empreendedorismo e a pesquisa acadêmica prova que a incubadora, ao fazer uma combinação prática entre esses fatores, constitui um espaço ideal para a inovação. O resultado dessa dinâmica interna consiste em graduar empresas sólidas, que produzam impacto favorável no processo de desenvolvimento socioeconômico direto e indireto da região. Apesar de recente, a Inova-Age/UFMG tem apoiado empresas e projetos dotadas de grande potencialidade em termos de transferência de tecnologia e já graduou três empresas, que, atualmente, se integram ao parque industrial de Minas Gerais e do Brasil, gerando novos postos de trabalho e produtos de alto teor tecnológico.

Além dessa atribuição, a Inova-Age/UFMG objetiva assumir a coordenação das atividades de empreendedorismo na UFMG. Com essa finalidade, em 2007, foi introduzido, no âmbito da proposta de flexibilização curricular em andamento na UFMG, um programa de formação complementar em inovação e empreendedorismo, aberto a todos os alunos de Graduação. Coordenado pela CT&IT e por intermédio da Inova-Age/UFMG, esse programa conta com a participação de diferentes Unidades e Departamentos da Universidade e compõe-se de um conjunto de seis disciplinas, cada uma delas constituída de 60 horas/aula, totalizando 360 horas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">PRODUÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS</p> <p style="text-align: center;">Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o fortalecimento das atividades de inovação na UFMG, em condições que assegurem a manutenção da qualidade do padrão acadêmico da Instituição. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incrementar a cultura da inovação tecnológica e da propriedade intelectual na UFMG. • Consolidar a infra-estrutura física e de pessoal requerida para as atividades da CT&IT. • Desenvolver sistemas de informação nas Unidades Acadêmicas da UFMG, para apoio às iniciativas de empreendedorismo e de propriedade intelectual. • Identificar necessidades acadêmicas, jurídicas e de relações internacionais da UFMG, na área de proteção à propriedade intelectual. • Identificar, transferir e proteger competência e <i>know-how</i> desenvolvidos na UFMG. • Prospectar, proteger e transferir tecnologias sociais desenvolvidas na UFMG. • Apoiar os inventores vinculados à UFMG em ações de comercialização e de transferência das tecnologias. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar a Câmara de Assessoramento da CT&IT e sintonizar suas ações com as demandas acadêmicas da UFMG e do setor industrial. • Ampliar e consolidar a equipe jurídica, científica e administrativa da CT&IT. • Estabelecer parcerias e convênios de cooperação com órgãos de proteção à propriedade intelectual, tanto no País quanto no exterior.

(continua)

- Promover seminários, minicursos e implantar cursos sobre propriedade intelectual, empreendedorismo e proteção da informação nas Unidades Acadêmicas da UFMG.
- Constituir, na página da CT&IT, uma biblioteca de artigos e textos que versem sobre propriedade intelectual e empreendedorismo.
- Criar o Fórum Permanente de Inovação da UFMG.
- Instituir o Fórum Permanente de Empreendedorismo da UFMG.
- Criar um banco de dados que retratem o *know-how* desenvolvido na UFMG, bem como as tecnologias já depositadas na CT&IT.
- Incrementar a transferência do *know-how* desenvolvido na UFMG e promover sua avaliação econômica.
- Promover a oferta de cursos de treinamento sobre proteção das tecnologias sociais.
- Incrementar a transferência das tecnologias sociais desenvolvidas na UFMG e promover sua avaliação econômica.
- Garantir a existência, nos contratos de transferência de tecnologia efetuados na UFMG, de cláusula que garanta auditoria para acompanhamento e fiscalização dos *royalties* a serem pagos à Instituição.
- Aprimorar os processos internos de patenteamento nacional e internacional, bem como o acompanhamento dos trâmites que assegurem a proteção desse processo.
- Desenvolver instrumentos que garantam a segurança e a proteção da informação e das inovações tecnológicas depositadas na CT&IT.
- Efetuar parcerias com Órgãos Públicos de Defesa e Segurança Nacional e estabelecer convênios de cooperação com eles e por meio deles.
- Avaliar e valorar as tecnologias já depositadas na CT&IT.
- Intensificar os contatos da UFMG com indústrias, investidores nacionais e estrangeiros e órgãos públicos, visando a promover e a incrementar a transferência de tecnologias desenvolvidas na Instituição.

(conclusão)

4.2 Parque Tecnológico

O projeto do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec) é uma iniciativa da UFMG que, por intermédio de comissão especialmente designada, elaborou proposta aprovada pelo Conselho Universitário. Os parceiros estratégicos desse empreendimento são a Prefeitura de Belo Horizonte, o Governo do Estado de Minas Gerais, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae/MG).

Entre os objetivos visados pela UFMG com a criação do Parque Tecnológico, destacam-se: 1) Aumento da capacidade de treinamento técnico da Instituição pelo desenvolvimento da pesquisa em cooperação e pelo estreitamento de relações com outros segmentos da sociedade e suas demandas; 2) Incremento da transferência tecnológica pela associação da pesquisa básica e aplicada promovida pela Instituição ao desenvolvimento de produtos e processos requeridos pelas empresas, encorajando o empreendedorismo e o aumento da autonomia

tecnológica da RMBH, do Estado e do País; 3) Geração de receitas próprias à Instituição mediante atração de financiamentos a fundo perdido para pesquisas acadêmicas, comercialização de pesquisas desenvolvidas e eventuais ganhos com aluguel; 4) Participação ativa no aumento da produtividade da economia regional e na diversificação da estrutura econômica da RMBH, estimulando novas atividades de negócios e expandindo oportunidades de trabalho qualificado.

A UFMG tem contribuído, significativamente e de maneira ímpar, para o sucesso na implantação do BH-Tec, à medida que tem procurado despertar o potencial de fortes economias de localização, bem como disponibilizar facilidades de laboratórios especializados, consultoria qualificada às empresas e oferta de pessoal técnico qualificado para o mercado em geral.

A proposta da implantação do BH-Tec tem por base a articulação Universidade/Empresa sob dois focos: 1) Apoiar o surgimento e o desenvolvimento de pequenas empresas inovadoras em tecnologias de ponta, em setores já reconhecidos – Biotecnologia, Tecnologia Biomédica, Tecnologias da Informação e Comunicação, novos materiais ou em novas frentes que a pesquisa científica e tecnológica venha a promover, oferecendo mais vantagens às novas “janelas de oportunidade”; 2) Abrigar laboratórios de P&D de empresas inovadoras em tecnologias de ponta, de médio e de grande portes, podendo, excepcionalmente, estender suas operações a atividades manufatureiras; 3) Abrigar empresas de serviços voltadas às demandas do Parque, em que se incluem infra-estrutura hoteleira, um Centro de Convenções, um Centro de Feiras e um Centro de Negócios. Não se trata, pois, de um simples distrito industrial de alta tecnologia, mas de um amplo projeto estratégico voltado a criar economias tecnológicas de aglomeração pela concentração espacial de atividades de P&D no âmbito interno do Parque, com previsão de efeitos de transbordamento sobre o ambiente externo, isto é, sobre o entorno dele.

Dadas sua dimensão e qualidade na formação de alunos de Graduação e Pós-Graduação e na capacidade de pesquisa científica, a UFMG cumpre um papel central na criação do BH-Tec e exerce liderança nesse processo, sem perder de vista que tal empreendimento se caracteriza como de interesse público, embora de natureza privada, e conta com a presença do empresariado como elemento-chave nas decisões de investir e na gestão do empreendimento. É salutar e necessário, portanto, que a liderança de tal processo seja compartilhada com os grandes parceiros do empreendimento – entre eles, o Governo Municipal e o Estadual. O maior benefício desse tipo de empreendimento para a UFMG reside na possibilidade de transformação de conhecimentos científicos gerados internamente, na Instituição, em produtos tecnológicos, ampliando o vínculo Universidade/Empresa, que, no longo prazo, poderá gerar efeitos positivos para o desenvolvimento econômico da RMBH e, por via de consequência, para a melhoria de renda da sociedade local.

De forma recíproca e atendendo ao espírito das parcerias público-privadas, a presença do BH-Tec pode estimular e alavancar a pesquisa científica e tecnológica no âmbito da UFMG, formando um círculo virtuosamente produtivo e benéfico para todas as partes envolvidas no projeto. Além de fonte direta de financiamento para a pesquisa e para os docentes/pesquisadores, esse estreitamento de relações em torno da produção científica e tecnológica local pode se constituir fator de atração de financiamentos oriundos de projetos especiais de agências de fomento – como os fundos para P&D das agências reguladoras, intermediados pelo MCT, e os disponibilizados por empresas privadas, a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos. Por fim, a criação de um ambiente inovador em Belo Horizonte vai realimentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão na RMBH, bem como incrementar a demanda por cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Mestrado Profissional nas redes de Ensino Superior, públicas e privadas, de Minas Gerais e do País.

<p>PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)</p> <p>PARQUE TECNOLÓGICO DE BELO HORIZONTE (BH-TEC)</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar a dinâmica das competências para tecnologia e inovação tecnológica, com base em uma postura pró-ativa, que incorpore práticas típicas da iniciativa privada, mas preserve a natureza pública da UFMG. • Institucionalizar uma política de tecnologia e inovação tecnológica na UFMG. <p>Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar ativamente na implantação do BH-Tec. • Incrementar, inclusive por intermédio do BH-Tec, o número de patentes e de incubadoras de empresas na UFMG. <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um planejamento estratégico de atuação do BH-Tec, de forma que esse Parque se torne um instrumento orientador das ações políticas e operacionais na área de tecnologia e inovação tecnológica da UFMG. • Ampliar a interlocução institucional na área de tecnologia e inovação tecnológica, deslocando-a do nível do pesquisador para o dos Departamentos e das Unidades Acadêmicas da UFMG. • Disseminar a natureza estratégica das políticas de proteção intelectual, empreendedorismo, incubação de empresas, negócios e mercado como base da geração de novos modelos acadêmicos de Universidade Pública. • Definir e institucionalizar parcerias estratégicas com o BH-Tec e seus principais parceiros.



CAPÍTULO 5 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS

1. CULTURA

A cultura encontra-se no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber. Isso tem suscitado, entre outras, as seguintes questões a serem esclarecidas: quem há de garantir o debate e o diálogo públicos que condicionam a criatividade coletiva e a vitalidade cultural; como combinar a universalidade dos direitos com o reconhecimento dos interesses sociais e dos valores culturais particulares; como pensar os direitos culturais e a preservação e consolidação da diversidade cultural como parte inseparável da consolidação dos direitos políticos, econômicos e humanos. Responder a essas questões requer um olhar multifacetado, uma perspectiva que não apenas promova a união de fronteiras do conhecimento, mas também seja capaz de articular um rompimento dessas mesmas fronteiras e de ampliá-las, com vistas a propiciar o diálogo.

Contemporaneamente, os processos de constituição de identidades dão-se por meio de projetos culturais e, em torno eles, as pessoas vêm se organizando sob a forma de redes alternativas, ou de solidariedade social, como forma de se garantirem, num cenário de relações sociais assimétricas, para assumir o controle de sua constituição identitária e o acesso à cidadania. O ponto mais significativo desse processo reside na constituição/construção identitária das pessoas, pela manifesta e premente necessidade de pertencimento e reconhecimento, em relação à comunidade, ou grupo social, em que se inserem. Nesse sentido, a organização com base em projetos comuns – sobretudo os culturais –, que concedem aos indivíduos espaços de compartilhamento do mesmo território, dos mesmos interesses e das mesmas necessidades, propicia a formação de identidades individual e coletiva.

A cultura, que, simultaneamente, exerce as funções de formação e de manifestação da identidade dos indivíduos e das coletividades, desdobra-se em diversas formas de interação

comuns aos grupos e que podem ser pensadas a partir de, pelo menos, três eixos de desenvolvimento – as ações sociocomunitárias, as manifestações artísticas e as atividades de lazer. Cada um desses eixos apresenta-se à comunidade acadêmica interligado ao processo formador do profissional, e seu principal desafio é o de garantir que a passagem da perspectiva de referência social para a tela individual de conhecimento se dê em bases humanistas e promotoras da cidadania do participante. Por outro lado, aspectos como aumento da motivação para o trabalho e a vida ou o estímulo a um melhor relacionamento nos ambientes de produção constituem, também, componentes importantes para a construção identitária dos indivíduos na Universidade.

Projetos culturais têm adotado a forma de redes como meio organizativo de captar e promover interações entre diferentes células, que podem estar interligadas de maneiras distintas. O alcance dos resultados esperados pelo funcionamento das redes depende da configuração destas, a fim de se tornar capaz de produzir a esperada troca de informações e a necessária articulação para a realização de objetivos comuns. A produção cultural em redes colaborativas pode elaborar meios realmente eficazes para garantir a democratização da cultura e dos bens culturais, que, atualmente, estão restritos a uma parcela reduzida da sociedade brasileira. Considerando, sobretudo, a perspectiva das relações colaborativas, a UFMG conta com a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias, que se vincula à Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Nela, incluem-se o Centro de Memória da Engenharia, o Centro de Memória da Medicina, o Centro de Referência em Cartografia Histórica, a Estação Ecológica, o Museu de História Natural e Jardim Botânico, o Museu de Ciências Morfológicas, o Laboratório de História e Educação em Saúde e o Observatório Astronômico Frei Rosário.

Buscar a pluralidade de manifestações que a sociedade engendra, especialmente no que diz respeito àqueles seres situados à margem dos processos interculturais, sociais e políticos, é aspecto fundamental na atualidade. Igualmente importante é enfocar essa diversidade e a criatividade político-cultural, as experiências coletivas que conformam a história das práticas sociais, na busca de estabelecer uma troca com a comunidade e de potencializar a produção cultural e a construção da cidadania, entendida, nesse caso, como um conjunto de direitos e deveres políticos, civis e sociais do indivíduo perante a sociedade. Entre esses direitos sociais, destacam-se os culturais – por exemplo, o direito de acesso à informação, à produção cultural e à memória histórica. Esse conjunto de direitos compõe a noção de cidadania cultural, componente indispensável da plena cidadania.

Não é difícil ver os laços, bastante estreitos, que unem a cultura e a Universidade. Por um lado, esta abriga aquela. Daí, proliferarem cursos e disciplinas que se ocupam da diversidade das culturas, em que se desencadeiam múltiplas e constantes ações igualmente culturais. Resistindo à lógica imediatista do capital, a Universidade propicia as condições do distanciamento gerador da ação cultural. Vista por outro ângulo, a Instituição Universitária é, ela própria, um dado da cultura. Uma sociedade, uma civilização, é resultado de uma aposta cultural, de um sistema de interpretações, que, orientando a ação humana na história,

procura sobrepor, mesmo que provisoriamente, alguma ordem ao caos da existência. Como parte recente do acervo cultural das civilizações, a Universidade singulariza-se pelo livre cultivo da razão e pela permanente reafirmação dos valores capazes de tornar possível a todos uma vida mais humana.

Tais características possibilitam a essa Instituição distinguir-se de uma mera instância de treinamento e constituir-se um espaço de formação. Na acepção mais generosa e legítima da expressão, a educação é a recepção crítica de valores humanísticos e culturais. Assim, orientada por tais princípios e valores, a UFMG tem buscado construir seu projeto acadêmico, sustentando-o em um ideal de cidadania e tornando-o comprometido com a ação sociocultural da própria Instituição e da comunidade universitária.

Sobre esse conjunto de valores, o projeto de ação cultural da UFMG tem como norte, em primeiro lugar, a importância fundamental da valorização da cultura no Setor Público, sobretudo pelos seus grandes aportes sociais, em especial, à democracia e à convivência. Ao mesmo tempo que se reconhece a dificuldade de se atribuir um valor ao retorno social das políticas culturais – ou seja, de se calcular a rentabilidade social da cultura –, sabe-se que as contribuições destas para a realidade social são maiores que aquelas que, em geral, se percebem no universo político.

Em segundo lugar, a preservação das diversas identidades culturais e das muitas formas de expressão de interesse geral depende da intervenção do Estado. Muitas vezes, a lógica do mercado é sedutora, mas, se a política cultural coubesse apenas ao mercado, boa parte dessas formas desapareceria. Se não existem regras claras e universais estabelecidas para o bom desenvolvimento das políticas culturais, uma regra possível consistiria em definir o que é de interesse geral e o que é de interesse do mercado e, ainda, o que é de interesse de ambos.

Outra significativa questão a se considerar é a de que, ao redor de todo o mundo, a cultura está encontrando, nas cidades e nas políticas locais e regionais, novas estratégias sociais para o fomento da diversidade cultural. Graças a essa proximidade de áreas de ação, as políticas culturais nelas desenvolvidas são capazes de fazer emergir a diversidade, que, com frequência, não pode ser observada a partir de políticas mais distantes, centralizadas. Esse exemplo deve ser entendido pela Universidade.

Há, ainda, outras duas situações em que se poderia exercitar o paralelo entre a cidade e a Universidade e, por comparação, estendê-lo para a Universidade e suas unidades. O primeiro: as políticas culturais locais, ultimamente, vêm-se voltando contra os processos de exclusão e têm-se ocupado da luta contra a pobreza, a violência e outros problemas que afrontam a sociedade. Se a cultura não é uma solução para a violência e para a pobreza, sua contribuição para a solução desses problemas tem sido importante, por exemplo, no que concerne à oferta de lazer criativo e construtivo. Mais que isso, as políticas culturais locais fomentam a recuperação das identidades culturais, desenvolvendo, em cada conjunto que constitui a população, a auto-estima e a valorização daquilo de que cada um deles dispõe

em termos de cultura. O segundo: as políticas culturais têm que enfrentar o desafio de se orientar na gestão da dualidade entre a cultura direta e a cultura tecnológica. A cidade é o espaço público em que se dá a cultura ao vivo, que jamais será, devidamente, substituída pela cultura virtual.

Assim, atuando como fundamento da identidade, da democracia, da inclusão, da vitalização e do entendimento dos povos, a cultura é fator universal de desenvolvimento e coexistência. Na Universidade contemporânea, a cultura representa valor essencial para a constituição e promoção da cidadania e deve não só ser considerada um gênero de primeira necessidade, mas também estar comprometida com a transformação da realidade, por ser aglutinadora em todas as suas dimensões. Nesses termos, a cultura é a própria identidade nascida na história, que, ao mesmo tempo, singulariza e eterniza a humanidade. Ela é índice e reconhecimento da diversidade. É o território privilegiado da criação, da transgressão, do diálogo, da crítica, do conflito, da diferença e do entendimento. Revela-se, principalmente, como direito republicano fundamental e como dimensão simbólica e estratégica de uma Universidade Pública de referência no mundo contemporâneo.

1.1 O projeto de ação cultural da UFMG

O escopo das atividades e linguagens várias que compõem o cenário cultural de uma comunidade ampla e diversa como a Universidade contemporânea envolve as artes, as humanidades, as ciências e as tecnologias. Assim, todas as políticas e ações culturais desenvolvidas nessa Instituição devem estar permanentemente interessadas em considerar não apenas as dimensões individuais das linguagens e os suportes específicos de cada uma dessas áreas, mas também suas inter-relações ou suas dimensões transversais. É preciso atentar, também, à enorme diversidade de públicos e estratos sociopolíticos e culturais abrangidos por essas mesmas políticas e ações. Nelas, estão envolvidos tanto os três segmentos que compõem a Universidade quanto a comunidade externa, considerada em todas as suas particularidades étnicas, econômicas, sociais, políticas e de geração.

O projeto de ação cultural orienta-se, pois, pelos seguintes objetivos:

- Promover o sentido humanista e garantir a livre expressão da diversidade cultural na Universidade e na sociedade, com ênfase no caráter de formação que a cultura desempenha numa sociedade.
- Promover as necessárias condições de estímulo e fomento às atividades culturais.
- Salvar, proteger, preservar e divulgar o patrimônio cultural material e imaterial da Universidade.
- Reconhecer e promover o processo de interação dinâmica entre a cultura e a educação.
- Contribuir para a democratização da sociedade e da comunidade universitária por meio de mecanismos transparentes de ação e de informação culturais.
- Promover o uso qualificado dos *campi* universitários.

Na UFMG, tais objetivos orientam um conjunto de ações já em desenvolvimento, bem como outras iniciativas a serem implementadas. No que diz respeito às ações já em desenvolvimento com periodicidade regular, destacam-se, entre as direcionadas à comunidade interna, os projetos Quarta Doze e Trinta e Tarde no *Campus* e, entre as voltadas à comunidade externa, num conjunto diversificado de atividades, os projetos Leitura e Criança, oferecidos no Centro Cultural.

Além dessas ações, merece destaque a realização do Festival de Inverno, que, já em sua 39ª edição anual, se consolidou como o maior e mais tradicional festival de artes do Estado de Minas Gerais e um dos mais importantes do País. Esse evento iniciou sua trajetória em 1967, na cidade de Ouro Preto; passou, também, por Poços de Caldas, Tiradentes e Belo Horizonte e, mais recentemente, vem-se realizando em Diamantina, em que está estabelecendo um rico processo de interação com a cultura do Vale do Jequitinhonha e sua população.

A partir da bem-sucedida experiência acumulada com a realização do Festival de Inverno, a UFMG criou, em 2007, o Festival de Verão, que se desenvolve em Belo Horizonte, cujo objetivo é o de articular, de forma criativa e dinâmica, o binômio Cultura e Educação. Esse Festival oferece à população da capital uma série de oficinas, que abarcam não apenas a área de Letras e Artes, mas também as demais áreas de conhecimento abrigadas pela Instituição.

Paralelamente a essas atividades, a UFMG tem mobilizado esforços no sentido de garantir o estabelecimento de melhores condições estruturais para o desenvolvimento de suas ações culturais. Nesse sentido, decidiu criar e instalar um Conselho Consultivo de Cultura, a exemplo das Câmaras das Pró-Reitorias Acadêmicas. Contando com a participação representativa de membros de todas as áreas do conhecimento e de todos os segmentos da Instituição, esse Conselho viabiliza a formulação de políticas e a concretização de ações culturais, que, por essa via, se tornam fruto de um processo democrático, participativo e descentralizado de gestão. Mais que a materialização de uma convicção e de um princípio político sobre o *modus operandi* de suas instâncias, o Conselho Consultivo de Cultura da UFMG representa o reconhecimento de que a diversidade, mais que uma palavra nos discursos, é uma prática consolidada e cotidiana nos campos do planejamento, da ação e da gestão da cultura.

Ainda no sentido de ampliar o potencial da área de cultura no âmbito de suas atividades, teve início na UFMG, em 2006, um movimento no sentido de dinamizar a atuação da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, cujos fins são exclusivamente culturais. Para tanto, está sendo proposta a criação do *Campus* Avançado de Cultura da UFMG na cidade de Tiradentes/MG, com vistas ao desenvolvimento de ações culturais que promovam uma melhor utilização dos quatro edifícios históricos, localizados nesse município, que pertencem àquela Fundação. Iniciativa pioneira na América Latina, a criação desse *Campus* Avançado da UFMG, específico à área de cultura, significa um considerável avanço na abordagem de questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural material e imaterial do município de Tiradentes e do circuito da Estrada Real. No edifício do Centro de Estudos, serão instalados o Núcleo de Teleconferências e a Biblioteca de Referência em Barroco Mineiro. Na Casa

de Padre Toledo, vai funcionar o Centro de Pesquisas em Novas Tecnologias de Imersão e Comunicação Digital, voltado ao desenvolvimento de trabalhos sobre a cultura mineira, e, na Casa da Câmara, será instalado o Núcleo de Desenvolvimento em Audiovisual. Na Casa de Cadeia, por fim, será instalado o Museu de Arte Sacra, que se constituirá em centro de estudos e em referência para a prática dos alunos do curso de Especialização em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural. Por seu caráter pioneiro na área de Museologia e Gestão de Patrimônio no Estado de Minas Gerais, onde se localiza mais de 65% do patrimônio histórico material tombado do Brasil, esse curso, a ser oferecido em formato semipresencial, a partir do primeiro semestre de 2008, terá grande importância como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de toda a região.

Ainda na área de cultura, outra ação já em curso é a criação do Centro de Memória e Patrimônio Cultural da UFMG. A idéia norteadora desse Centro consiste em estabelecer um núcleo de difusão de conhecimento que viabilize a divulgação dos acervos existentes na Instituição e fomente a criação, a organização e a estruturação de novos conjuntos documentais. Visa, também, a sistematizar as informações contidas nos acervos já constituídos da Universidade, de forma a torná-las disponíveis aos interessados, o que se justifica pelo fato de que, ao longo da trajetória da UFMG, se foram formando diversos conjuntos documentais, que, sobretudo por sua especificidade, merecem tratamento especial. Alguns deles resultaram do trabalho de grupos de pesquisa ou, mesmo, foram produzidos a partir de pesquisas – como o acervo do Movimento Estudantil –, e outros resultaram de doações e representam importantes fontes para a pesquisa acadêmica – como o acervo dos Escritores Mineiros. A criação desse Centro tornará possível estabelecer-se uma política para orientar a constituição desses acervos especiais, viabilizando um tratamento sistemático e orgânico bem adequado a cada um desses acervos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
CULTURA
Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> • Situar a UFMG num patamar diferenciado no que se refere à produção cultural universitária.
Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Promover instâncias de capacitação de recursos humanos, visando ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais da UFMG nas mais diversas áreas de expressão artística e cultural. • Incentivar a criação, instalação e manutenção de entidades de apoio à cultura e de iniciativas similares nas Unidades Acadêmicas da UFMG. • Implantar e desenvolver ações de inventariação e disponibilização de informações sobre acervos, memória e patrimônio da UFMG. • Buscar o estabelecimento de fontes permanentes de apoio financeiro à cultura e desenvolver a capacidade institucional de captação de recursos junto à sociedade.

(continua)

- Incentivar as diversas formas de articulação da cadeia de criação e produção da cultura na UFMG.
- Criar condições para que maiores parcelas da comunidade universitária e da sociedade em geral tenham acesso às mais diversas formas de manifestação cultural.
- Requalificar o uso de museus, bibliotecas e espaços culturais como instrumentos de inclusão social.
- Apoiar os programas culturais permanentes da UFMG.

Ações

- Interagir com as comunidades externas à UFMG.
- Criar um curso de Especialização em Gestão e Produção Cultural, com enfoque transdisciplinar.
- Consolidar o Festival de Verão da UFMG, mediante oferta de atividades centradas no estado da arte de cada área do conhecimento.
- Estimular, no âmbito da flexibilização curricular, a oferta de atividades acadêmicas na área cultural a todas as áreas de formação da UFMG.
- Estimular a criação de Núcleos de Apoio à Cultura em todas as Unidades Acadêmicas, visando organizar e dinamizar as manifestações culturais setoriais.
- Desenvolver um Programa de Bolsas de Ação Cultural voltado aos alunos da Graduação.
- Divulgar e veicular a programação cultural da UFMG e informações, matérias e artigos que promovam a relação dinâmica entre cultura e educação.
- Consolidar e aperfeiçoar o Portal da Cultura/UFMG, tornando-o instrumento ágil de informação, divulgação, difusão e participação da comunidade. Consolidar o Centro de Memória e Patrimônio da UFMG, para promover ações de inventário e, também, o Banco de Dados do Acervo e Patrimônio da UFMG.
- Estimular a criação de novos acervos de memória e patrimônio e caracterizar a criação do Acervo UFMG.
- Instalar uma Assessoria de Projetos para Leis de Incentivo, visando a profissionalizar e a dinamizar a montagem de projetos na UFMG, para a captação de recursos junto à sociedade.
- Reabilitar o uso dos espaços existentes na UFMG para expressão e manifestação cultural.
- Aprimorar a atuação da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, pela criação do *Campus Avançado de Cultura*, em Tiradentes/MG.
- Incentivar o reconhecimento e a criação de novos espaços, horários e veículos de sociabilidade e de manifestação cultural nos *campi* da UFMG. Instituir na UFMG, no âmbito da ação cultural, programas de cooperação com outras Instituições Universitárias, a fim de promover intercâmbio nas áreas de formação, produção e divulgação culturais.

(conclusão)

2. ESPORTES E LAZER

Conforme está registrado no art. 6º do Capítulo II da Constituição Federal, as atividades realizadas em ocasiões de lazer situam-se entre os direitos de cidadania, constituindo-se um direito social. Essas atividades são fundamentais para a promoção e a prevenção da saúde, bem como para o desenvolvimento, pelos indivíduos, de hábitos saudáveis de vida.

Atenta às suas responsabilidades em relação à garantia do acesso ao direito da comunidade acadêmica ao lazer, a UFMG criou e mantém o Centro Esportivo Universitário (CEU). Órgão suplementar da Reitoria, criado em 1971, o CEU tem por finalidade atuar junto às Unidades Acadêmicas e demais Órgãos da UFMG, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão neles desenvolvidas, bem como proporcionar à comunidade universitária oportunidades para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer. Esse Centro ocupa uma área de 191.000 m², em que mantém duas piscinas – uma olímpica e uma semi-olímpica –, um campo de futebol oficial, oito quadras poliesportivas, seis quadras para vôlei e peteca, três quadras de saibro para tênis e um parque infantil – dotado com duas piscinas, *play-ground* e quadra de areia –, destinado a estudantes da Educação Básica da UFMG e a filhos dos usuários. Além de organizar e sediar torneios e campeonatos, o CEU oferece cursos de várias modalidades esportivas.

No CEU, desenvolvem-se os seguintes projetos:

- Projeto Ginástica no CEU - destinado aos servidores, esse Projeto visa a contribuir para aumentar a motivação dos servidores da UFMG em todos os campos de suas vidas e não apenas para o trabalho, buscando modificar hábitos; reduzir níveis de estresse e ansiedade; estimular modificações no relacionamento com colegas de trabalho; melhorar a postura e reduzir o peso corporal. É desenvolvido no horário do almoço e, também, no final da tarde, após a jornada de trabalho regular na UFMG. Para participar desse Projeto, os servidores são submetidos a uma avaliação médica, física e fisioterápica e direcionados à prática de quatro modalidades de atividades físicas, sob orientação de profissionais da área e estagiários. Por se tratar de um programa multidisciplinar, representa também um espaço para estágio de alunos de diversos cursos da UFMG.
- Projeto Escola - disponibiliza espaço para a visita de alunos de escolas externas à UFMG, tanto públicas quanto privadas, com vistas a propiciar-lhes a prática de atividades de lazer e a participação em torneios, campeonatos e olimpíadas.
- Escola de Iniciação em Futebol - criada em 1999, tem como missão proporcionar a crianças e adolescentes que moram em Belo Horizonte e pertencem a camadas sociais menos favorecidas melhor treinamento de suas capacidades físicas, psicológicas e sociais, associado à aprendizagem de técnicas e táticas inerentes à prática do futebol, o que lhes possibilita a melhoria da qualidade de vida, favorecendo, ainda, o desenvolvimento de talentos esportivos. Atualmente, essa Escola abriga mais de 200 alunos, que são orientados por estagiários do curso de Educação Física. Turmas especiais são oferecidas, também, a filhos de servidores da Instituição e a estagiários da Cruz Vermelha – ou seja, um grupo de menores que trabalham na Universidade, mediante convênio firmado entre a UFMG e essa Entidade.
- Projeto Proteus - iniciado em março de 2006 e promovido mediante convênio firmado entre a UFMG, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), esse Projeto visa a prevenir o uso de drogas e a combater a violência entre crianças e jovens. Os participantes são selecionados pela PMMG no Proerd e recebem aulas gratuitas de tênis.

- Olimpíada na UFMG - Iniciativa mais recente do CEU, encontra-se no seu segundo ano de realização. A II Olimpíada UFMG, que ocorreu em outubro de 2007, contou com a participação de mais de mil atletas, que constituíram 197 equipes de várias modalidades esportivas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
ESPORTES E LAZER
Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer à comunidade universitária, bem como a seus dependentes, condições para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer.
Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar o Centro Esportivo Universitário (CEU) como local de convivência e de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMG. • Realizar atividades que congreguem toda a comunidade universitária na prática de modalidades esportivas coletivas e individuais, em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Diretórios Acadêmicos (DAs) das Unidades Acadêmicas da UFMG. • Realizar atividades esportivas que congreguem a comunidade acadêmica da UFMG e das demais Instituições de Ensino Superior de Belo Horizonte e da sua Região Metropolitana. • Promover a interação com os sistemas estadual e municipal de ensino, visando possibilitar o uso da infra-estrutura do CEU, em especial, por alunos de escolas públicas, para a realização de torneios e campeonatos. • Atuar como campo de estágios para cursos e projetos científicos da UFMG.
Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Construir um Ginásio Poliesportivo, com vistas a proporcionar espaço caracterizado por mais qualidades estruturais e físicas, para favorecer a prática de atividades esportivas e a disputa de campeonatos e torneios. • Oferecer cursos gratuitos de várias modalidades esportivas, em especial, para os servidores da UFMG. • Oferecer atividades gratuitas voltadas para a promoção de mais qualidade de vida aos servidores da UFMG. • Tornar as avaliações físicas, fisioterápicas e nutricionais do Laboratório de Atividade Física e Saúde do CEU um pré-requisito para a inscrição em cursos e demais atividades. • Realizar, regularmente e com periodicidade anual, a Olimpíada UFMG. • Realizar, regularmente e com periodicidade anual, torneios universitários de futsal e de tênis. • Desenvolver projetos sociais relacionados ao esporte, como o Proerd e o Proteus, promovidos em parceria com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. • Estender a frequência ao CEU aos familiares dos servidores e aos alunos e ex-alunos da UFMG, bem como a alunos de outras Instituições de Ensino Superior de Belo Horizonte e da sua Região Metropolitana.

3. ASSUNTOS ESTUDANTIS

A criação de uma Diretoria para Assuntos Estudantis na UFMG, em 2006, teve em vista o entendimento de que, na formação universitária, os estudantes devem ser compreendidos como sujeitos críticos, criativos, transformadores e comprometidos com o avanço da cidadania e da justiça social. Nesse sentido, não basta que lhes sejam oferecidos cursos de qualidade, pois para formar profissionais de primeira linha é necessária uma formação tanto técnica quanto no nível pessoal. No conjunto de aspectos relacionados à vida estudantil, há outras questões – a política, a cultura e a assistência estudantil, entre outras –, que merecem a atenção dos gestores e demandam um amplo diálogo entre a Reitoria e os alunos. Anseios diversos dos estudantes, suas ações e respectivos efeitos acabam por gerar o contato e o debate com suas entidades representativas e com outros grupos estudantis já constituídos. Em conseqüência, assume crucial importância a abertura, no âmbito da Administração Central, de um espaço para tratamento dessas questões.

Com o objetivo de fortalecer, de modo permanente, um imprescindível diálogo entre os estudantes e a Administração da UFMG, as ações da DAE se orientam em três direções:

- Contato – buscar contato direto com as entidades estudantis e outros grupos organizados, instituindo formas de diálogo, de escuta, de esclarecimentos e de debate, propondo uma relação em que os estudantes sejam considerados, com sua devida importância, no âmbito da comunidade universitária e possam se expressar livremente e de maneira responsável, com vistas ao desenvolvimento da UFMG.
- Apoio – criar formas de apoiar iniciativas dos estudantes, individualmente ou em grupos, mediante auxílio e subsídio que possibilitem sua participação em eventos acadêmicos e culturais e, também, na organização de eventos locais.
- Iniciativa – propor novas ações e apoiar as já desenvolvidas pelos órgãos da Reitoria ou das Unidades Acadêmicas – a Semana do Estudante, a recepção aos calouros, a realização de festivais, mostras, exposições e outras; organizar cursos livres sobre assuntos de interesse dos estudantes, com possibilidade de incorporação de créditos curriculares, visando a ampliar-lhes a formação; promover campanhas de interesse conjunto da UFMG e de seus alunos – como a de incentivo a um trote em calouros pautado por bom senso e respeito; outras atividades de interesse discente que se identifiquem aos objetivos da DAE.

Na UFMG, a assistência estudantil tem merecido atenção especial. E a participação nas definições das políticas dessa assistência, considerada uma das funções da DAE, procura se fazer, sempre, a partir da escuta de demandas dos próprios estudantes e incluir, também, o acompanhamento da implementação do que for estabelecido.

Assim, no exercício de suas atividades, a DAE disponibiliza tempo e espaço para receber e ouvir, individualmente ou em grupo, os estudantes da Instituição. Essa Diretoria entende

que o diálogo entre a gestão universitária e os estudantes deve ocorrer de modo permanente, embora possa, eventualmente, acontecer num ambiente de maior tensão. Nessas circunstâncias, a DAE faz-se presente, principalmente, para esclarecer as ações da gestão universitária, dando-lhes transparência, e para considerar as críticas e sugestões dos estudantes. No sentido inverso, no âmbito das diversas instâncias da Administração Central da UFMG, essa Diretoria empenha-se no exercício de gestões, de modo a colaborar para que as demandas e/ou questões de interesse dos estudantes, se não puderem ser atendidas, sejam, pelo menos, justificadas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">ASSUNTOS ESTUDANTIS</p> <p style="text-align: center;">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none">• Fortalecer, na UFMG, os canais de diálogo entre a Administração Central e o corpo discente.• Apoiar iniciativas de organização de atividades e eventos pelos estudantes da UFMG.• Contribuir para a formação dos estudantes da UFMG como sujeitos críticos, criativos, transformadores e comprometidos com a construção da cidadania e da justiça social. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none">• Manter relações de respeito mútuo entre a Administração Central da UFMG e seu corpo discente.• Proporcionar condições para uma atuação conjunta das instâncias da Administração Central e do corpo discente da UFMG, em prol do crescimento e do desenvolvimento institucionais. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Manter, na UFMG, canais permanentes para escuta e esclarecimento de questões propostas pelos estudantes.• Propor e organizar, na UFMG, debates, cursos extracurriculares e atividades culturais de interesse dos estudantes da Instituição.• Fomentar a organização de eventos, em geral, por estudantes da UFMG.• Apoiar a participação discente em eventos, sobretudo nos culturais, promovidos na UFMG.• Participar de grupos de trabalho constituídos para definir as políticas de assistência aos estudantes da UFMG, bem como acompanhar a implementação de tais políticas.

4. DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A sociedade contemporânea, também denominada sociedade do conhecimento, ou sociedade da informação, pretende, como uma de suas características fundamentais, o desenvolvimento de formas de produção baseadas no estoque de conhecimento científico disponível. Dessa forma, o acesso a informações e o domínio de tecnologias em que a produção se baseia

ou que a inovam têm sido considerados estratégicos para o progresso dos povos e das nações. Por outro lado, o cotidiano do cidadão comum também tem sido marcado pelo uso de equipamentos de uso variado, que incorporam recursos de natureza tecnológica.

A divulgação científica, tema de grande atualidade, ressalta a importância da ciência e da tecnologia, tratadas, nesse caso, de forma acessível ao público sem formação especializada. Essa relevância resulta da compreensão de que o acesso aos bens e serviços produzidos pela atividade científica impacta a qualidade de vida de amplos segmentos da população e representa um dos direitos fundamentais do mundo contemporâneo.

Ao mesmo tempo, o debate público acerca dos avanços científicos e tecnológicos, presente nos mais diversos veículos de comunicação e em outros espaços sociais, constitui uma forma de compartilhamento do saber produzido e de difusão do conhecimento. Como elemento fundamental da democracia, esse debate qualifica melhor o cidadão para participar, de forma ativa e consciente, dos diferentes processos decisórios relacionados à vida social e política do País.

Embora o conhecimento científico disponível nas Instituições de Ensino e Pesquisa brasileiras já tenha resultado em importantes contribuições para o desenvolvimento do País, verifica-se, no entanto, grande dificuldade em se colocarem à disposição do público leigo, de forma compreensível e correta, informações relativas a esse conhecimento. Sem generalizar ou rotular, as traduções – em texto, som e imagem – da linguagem científica para o discurso ordinário da vida cotidiana comprometem, muitas vezes, a fidelidade da informação, a precisão dos conceitos e a clareza dos dados. A opção por formatos e linguagens próprios aos meios difusores, mas estranhos ao discurso especializado, acaba por resultar em tratamento inadequado da informação científica, com o que se perde a oportunidade de fornecer ao destinatário das mensagens elementos que alterem positivamente seu repertório de conhecimento.

Os problemas enfrentados pelos espaços e meios difusores da divulgação científica são compreensíveis – o discurso, com frequência, hermético dos pesquisadores, no mais das vezes, especialistas nos respectivos conteúdos, dificulta essa tarefa, que se torna ainda mais complexa, quando a ela se acrescenta a necessidade de traduzir tal discurso para um público leigo. Mesmo considerando-se a evolução recente havida na cobertura de temas científicos, a atividade de divulgação científica, no País e, em especial, em Minas Gerais, deixa muito a desejar.

A divulgação científica, por sua vocação de intérprete do discurso especializado, constitui-se numa linguagem dotada de aptidões e de qualidades para a tarefa de narrar, elucidar e comentar os feitos relevantes da Ciência e da Tecnologia. É possível perceber, assim, que o seu papel prioritário é o de capacitar o cidadão comum para apreender e compreender, criticamente, o que está exposto na informação que lhe é oferecida.

A intensa atividade de publicação científica da UFMG divulga, para especialistas, pesquisadores e docentes, o trabalho que é desenvolvido na área de pesquisa e de inovação

tecnológica da Instituição. Entretanto, toda essa comunicação – seja pela natureza da linguagem utilizada, seja, ainda, pela própria definição dos públicos-alvo dos periódicos ou, mesmo, das tiragens das publicações – não é direcionada ao cidadão comum, aos segmentos não-especializados. Ao avaliar sua responsabilidade na realização dessa atividade, a UFMG considera ser necessário lançar mão, cada vez mais e com maior frequência, da diversidade e da competência de instrumentos comunicativos massivos, em larga escala, bem como da criação de mecanismos e espaços destinados a tornar mais disponíveis ao conjunto da sociedade, na área da Ciência e da Tecnologia, informações relevantes e adequadas.

4.1 Espaço do conhecimento

A criação de uma cultura científica para toda a sociedade, por meio dos processos de comunicação pública dos conhecimentos científicos, tem sido tema atual dos debates que apontam os museus e os centros interativos de ciência como instituições e espaços capazes de conectar os avanços e as questões relacionadas aos interesses dos cidadãos. Concebidos como espaços educativos não-formais, os museus desempenham papel social e cultural relevante, ao contribuírem para a concepção das relações, que os seres estabelecem entre si e com os objetos e com o meio, bem como para reflexão sobre estas. Os museus de ciência e tecnologia têm por objetivo desmistificar a visão de ciência como algo complexo e distante e evidenciar sua presença no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, o contexto estritamente escolar não é mais suficiente para a atuação no campo da Educação em Ciências. Por essa razão, o papel da educação não-formal – como a que se produz nesses museus, por exemplo – tem crescido no sentido da alfabetização científica dos indivíduos. Como são locais que possibilitam intensa interação social, associada à exploração ativa e a ricas experiências afetivas, culturais e cognitivas, considera-se pertinente esboçar uma pedagogia que leve em conta as singularidades desses espaços não-formais de Educação Científica.

Os museus e centros interativos de ciências ocupam, atualmente, em todo o mundo, um lugar de grande relevância social. Na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, esses espaços adquirem especial importância na divulgação de temas relacionados às ciências, assim como para a divulgação de temas cuja abordagem é interdisciplinar – por exemplo, a temática da água, explorada em diversos aspectos: energético, controle ambiental, riqueza, cultura, aspectos físico-químicos, diversidade biológica. Dessa forma, tornam-se espaços de visitação pública, que atraem não apenas estudantes mas também, de modo mais geral, pessoas interessadas em conhecer novas possibilidades de interação com o mundo dos conhecimentos científicos.

O Estado de Minas Gerais, que se situa em região rica em minério e conhecida pelos seus mananciais aquíferos, não conta, ainda, com um centro de exposições interativas associado à temática da ciência. O que se comprova, nesse sentido, são esforços pontuais, quase sempre vinculados a espaços universitários – a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias da UFMG e o Espaço de Ciências da UFV, entre outros.

Belo Horizonte, como capital do Estado, exerce grande influência no cenário nacional, inclusive por sua importante contribuição para o desempenho da economia do País. Em 2006, essa cidade, a quinta maior do País, contava com uma população de 2.399.920 habitantes. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), essa capital abriga mais de 500.000 alunos matriculados na Educação Básica e cerca de 118.640 estudantes no Ensino Superior, que ocupam um total de, respectivamente, 853 escolas e de 47 Universidades. Apesar de toda essa estrutura, Belo Horizonte dispõe de um número relativamente pequeno de museus e de espaços de divulgação científica. Na sua quase totalidade, tais espaços encontram-se localizados em Instituições de Ensino Superior – é o caso da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias da UFMG, que recebe, por ano, um público de 250.000 pessoas. A qualidade e o volume do acervo expositivo de grande parte dos museus pertencentes a essa Rede, dadas as limitações dos espaços de que dispõem, esbarram em sérias dificuldades para a ampliação do atendimento ao público, o que acaba prejudicando o objetivo principal dessa atividade, que é promover maior interação com uma crescente demanda.

Nesse contexto, o Espaço do Conhecimento, objeto de uma parceria firmada entre a UFMG, a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e a Operadora TIM, apresenta-se como um espaço dedicado a promover estímulos para o conhecimento, o método científico e a opinião científica, em que a ciência é trabalhada como um processo em construção e é considerada como uma prática social. Situado na Praça da Liberdade, uma região privilegiada de Belo Horizonte, o Espaço do Conhecimento surge como uma oportunidade de romper com a limitação do atendimento, tendo-se em vista a localização de suas instalações, além da possibilidade que oferece para o desenvolvimento de inúmeros trabalhos baseados nas pesquisas de campo e laboratório que ele favorece.

A participação nessa parceria marca o compromisso da UFMG com a alfabetização científica e a socialização dos resultados das pesquisas que acontecem no seu interior, em articulação com o cotidiano e, ao mesmo tempo, com a proposta de debate de questões polêmicas que envolvem a sociedade. O Espaço do Conhecimento foi concebido para apresentar ao público uma narrativa sobre o conhecimento humano que, simultaneamente, permita transmitir um saber, à semelhança das histórias de descobertas, que se destinam, também, a surpreender, a causar impacto, a mostrar o inesperado. Para tanto, no piso superior do prédio, serão instalados um Planetário e um Observatório Astronômico e, nos outros três andares que o compõem, serão montadas exposições. Estas serão exposições periódicas, de forma a caracterizar, de maneira abrangente, a diversidade das áreas de conhecimento trabalhadas na UFMG, num esforço para ampliar a interlocução dos grupos de pesquisa com o grande público.

O Planetário, o primeiro da América do Sul com dois projetores digitais, estará apto a transformar o ambiente em um espaço multimídia. Além de possibilitar a realização de projeções astronômicas, a cúpula, a ser instalada no local, será usada para outros tipos de exposições científicas, culturais, artísticas e educativas. O modelo, de fabricação Weiss, foi lançado no final do ano passado e será um dos primeiros de sua geração a serem instalados em todo o mundo. Com

capacidade para 80 pessoas, prevê-se a realização, nesse ambiente, de seis apresentações diárias. Por seu turno, o Observatório Astronômico, o primeiro a ser instalado na capital mineira, vai empregar a experiência acumulada da UFMG na área.

A exposição inaugural articulará múltiplas viagens, procurando mostrar ao público o conceito que é explorado no Espaço do Conhecimento, com base nas metáforas de dois textos – *Aleph*, de Jorge Luiz Borges, e *A máquina do mundo*, de Carlos Drummond de Andrade. Essas narrativas falam de objetos singulares, que, tendo a esperança como ficção e preconizando a incomensurabilidade da tarefa de qualquer Museu de Ciências, apontam, multiplamente, para todas as coisas e para toda a sabedoria do Universo, de forma concentrada.

Nessa primeira exposição, vão ser trabalhados hipertextos e determinados eventos, explicados a partir de olhares diversos – o científico, o cultural, o político e outros. Dessa forma, pretende-se criar uma interface entre vários temas, de modo que, também, se explique de que modo um evento passado influenciou a condição atual e em que esta resultará, no futuro, em condições previstas. Assim, espaço e tempo não serão mostrados como entidades distintas, mas abordados em um plano único, vão representar três temas: tempo remoto, tempo humano e tempo presente. No tempo remoto, serão tratadas as questões concernentes à origem da vida e à sua diversidade; no tempo humano, os mais vários aspectos do relacionamento do ser humano com o Planeta; no tempo presente, finalmente, as influências desse relacionamento sobre a vida na Terra.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">ESPAÇO DO CONHECIMENTO</p> <p style="text-align: center;">Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none">• Disseminar o conhecimento científico produzido na UFMG, enfatizando, por intermédio do Espaço do Conhecimento, o diálogo multi, inter e transdisciplinar. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none">• Implantar e consolidar projetos de produção de conteúdo científico para os diferentes setores que constituem o Espaço do Conhecimento.• Envolver a comunidade acadêmica da UFMG na produção de projetos para esse Espaço e responsabilizar-se pela geração de conteúdo dos temas propostos.• Contribuir para o desenvolvimento da educação científica de crianças e de jovens. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Promover a difusão do conhecimento científico para a comunidade em geral, em especial a de Belo Horizonte e de Minas Gerais.• Estimular o interesse pela investigação científica, em especial, entre os professores e os alunos da Educação Básica.• Apoiar a realização de feiras, mostras e exposições científicas, sobretudo nas escolas de Educação Básica do Estado de Minas Gerais.• Criar oportunidades para o aprofundamento do debate sobre a natureza da ciência, bem como sobre sua história e epistemologia, com vistas a possibilitar uma compreensão mais ampla dos diferentes paradigmas que orientam a atividade científica no mundo atual.

(continua)

- Reforçar, no entendimento do público em geral, a importância da ciência, a fim de se possibilitar a concretização de uma cidadania mais bem informada e capaz de tomar decisões mais coerentes com a democracia.
- Promover a interdisciplinaridade, incentivando a prática de um diálogo mais aberto e, ao mesmo tempo, mais aprofundado entre ciência, arte e educação.

(conclusão)

4.2 Centro de Difusão da Ciência (CDC)

Foi estruturado em 1999 e institucionalizado no ano seguinte, pela Resolução 03/2000, do Conselho Universitário, sob a denominação UFMG Jovem, um programa de ação continuada, que teve por objetivo promover cursos regulares de atualização de professores, bem como promover a introdução e a formação de estudantes em diversas áreas do conhecimento. Essas ações se concretizavam por meio da realização de oficinas nas escolas da capital mineira e da realização de eventos na RMBH. Em 2006, o programa teve seus objetivos reestruturados e adotou a denominação de Centro de Difusão da Ciência (CDC). Esse Centro, com o objetivo de promover a cultura científica, utiliza-se de diversos recursos – entre outros, o desenvolvimento de programas de divulgação científica e o acesso a experiências de investigação científica por meio de programas interativos promovidos em museus e espaços de ciências e tecnologias da Universidade. Incentiva, também, a prática de ações que objetivem motivar a compreensão das Ciências e estimular o surgimento de vocações científicas e técnicas.

Os processos e os resultados de pesquisas desenvolvidos no âmbito da UFMG, principalmente aqueles que podem interferir diretamente na vida do cidadão comum, precisam ser socializados e discutidos. Nessa perspectiva, o CDC visa a promover a divulgação e a socialização do conhecimento científico gerado na Universidade, de modo a torná-lo acessível à população e propício ao estabelecimento de um diálogo com a sociedade sobre a ciência. Entre os princípios orientadores desse Centro, destaca-se a proposição de ações articuladas com a comunidade acadêmica, a fim de aproximar conhecimento científico e sociedade; de desenvolver o letramento científico mediante experiências que favoreçam a difusão da opinião, do conhecimento e do método científicos; de disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as pesquisas geradas na Universidade para a sociedade.

Em termos operacionais, os projetos do CDC agrupam-se em três núcleos:

- Núcleo Alfa: Espaços Interativos e Museus da Universidade – com sua rica linguagem e metodologia dinâmica, híbrida e interativa, os museus e os centros de ciência objetivam contribuir, de forma eficaz, para a educação científica; interagem com diferentes públicos, em especial com o escolar da Educação Básica; e, associados ao Espaço do Conhecimento, enriquecem o ensino multidisciplinar, oferecendo oportunidade de aquisição de conhecimento científico fora do ambiente escolar.
- Núcleo Beta: UFMG Jovem – esse programa procura estabelecer interação com os sistemas de ensino, buscando oferecer esclarecimentos aos estudantes sobre a importância

do domínio dos conhecimentos e das tecnologias, e ressaltar a importância da autonomia científica para sua formação acadêmica.

- Núcleo Gama: Formação Continuada de Professores – essa formação, desenvolvida em diferentes áreas do conhecimento, permitirá promover a integração entre os diversos espaços interativos de ciência e museus da UFMG, além de estabelecer a interlocução entre experimentos acadêmicos e práticas pedagógicas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p style="text-align: center;">CENTRO DE DIFUSÃO DA CIÊNCIA</p> <p style="text-align: center;">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none">• Promover a divulgação e a socialização do conhecimento científico gerado na UFMG.• Despertar nos cidadãos – em especial nos jovens – o interesse pela ciência e pela cultura.• Estimular vocações para a ciência, por meio de programas e atividades que despertem o espírito científico das crianças. <p style="text-align: center;">Metas</p> <ul style="list-style-type: none">• Propor critérios orientadores para a política de difusão do conhecimento científico gerado na UFMG.• Divulgar o conhecimento científico produzido na UFMG.• Sensibilizar os pesquisadores para a importância da divulgação dos resultados de suas pesquisas no âmbito da UFMG e fora dela.• Estimular os pesquisadores a decodificar seus trabalhos em experimentos, mostras e outros meios, com vistas à socialização dos resultados no âmbito da UFMG e fora dela. <p style="text-align: center;">Ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Articular projetos voltados à formação inicial e continuada de professores das diferentes áreas do conhecimento, utilizando, para tanto, os espaços e museus interativos da UFMG.• Promover, na UFMG, cursos, palestras, encontros e grupos de estudo voltados aos professores da Educação Básica.• Promover a realização de ações e eventos da UFMG Jovem.• Promover a articulação entre a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias da UFMG e o Centro de Difusão da Ciência.• Promover a inserção de alunos da Educação Básica em programas de Iniciação Científica, promovidos e orientados por docentes e estudantes das diversas Unidades Acadêmicas da UFMG.

Esses dois projetos – o Espaço do Conhecimento e o Centro de Difusão da Ciência – buscam ampliar a atuação da UFMG no campo da divulgação científica, tornando mais acessíveis a cidadãos comuns as informações e conhecimentos do campo científico, de modo geral, e, especialmente, a produção de conhecimentos e serviços desenvolvidos na UFMG. Merece destaque, ainda, nesse campo de atuação da Instituição, o papel desempenhado pelos veículos de comunicação de massa operados pelo Centro de Comunicação (Cedecom) da

UFMG. Tais veículos têm comprovado atuação relevante na popularização do conhecimento científico por intermédio de programas radiofônicos e televisivos, da publicação de revistas e do desenvolvimento de outros instrumentos de gestão da informação disponibilizados. Seus receptores – o público leigo, de forma geral e, particularmente, os públicos internos à Instituição – passam a contar, assim, com um conjunto de recursos informacionais relacionados à Ciência e à Tecnologia, em formatos amigáveis, que possibilitam uma maior compreensão das informações e, por isso, atingem maior abrangência de atuação.

5. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Já se tornou lugar comum, no País, a discussão da importância da comunicação nas Instituições Públicas de Educação Superior. Entretanto, nunca é demais lembrar alguns dos argumentos mobilizados nessa discussão, pois é sempre necessário ter em mente a natureza pública do trabalho realizado em tais Instituições e a sua responsabilidade frente aos desafios expressos na sociedade contemporânea.

Assim, caracteriza-se, em primeiro lugar, a exigência de legitimidade política da Instituição, notadamente quando a concepção e o papel do Estado sofrem profundas transformações, com amplas correntes políticas esposando o modelo de Estado Mínimo. Nesse sentido, observa-se, freqüentemente, a prevalência, na vida social, de idéias que valorizam as atividades privadas em detrimento das funções públicas.

Reconstruir a noção do Público e ampliar a legitimidade de sua atuação na sociedade passam a ser preocupações relevantes da atuação das Universidades Públicas. A essas preocupações acrescenta-se a exigência de se prestar contas à sociedade acerca do trabalho que as Instituições Universitárias realizam e, desse modo, de se garantir o controle social sobre a ação institucional e seus resultados. Obviamente, essas são tarefas que devem ser realizadas por toda a Instituição e assumidas por todos os seus membros. Trata-se, a rigor, de uma exigência ética, que se apresenta a cada organização e a todos os indivíduos que exercem atividades de interesse público e usam, na sua ação, recursos de natureza pública.

Entretanto, ainda que se constituam uma responsabilidade institucional coletiva, essas tarefas circunscrevem um campo de atuação organizacional – qual seja o da comunicação institucional. Esta objetiva fomentar, interna e externamente, o conhecimento público da UFMG, de seus projetos, políticas e realizações; contribuir para o desenvolvimento de uma sólida e consistente imagem institucional e garantir o acesso do público a informações sobre a Universidade, de forma a possibilitar a crítica e o controle social sobre as ações realizadas e seus resultados.

Para dar conta de tais finalidades, cabe à Universidade desenvolver ações comunicativas que visem à produção de visibilidade a respeito do trabalho que, nela, se realiza. Assim, torna-se imprescindível que a Instituição Universitária lance mão, cada vez com maior freqüência, diversidade e competência, de instrumentos de comunicação de massa, que, em

larga escala, possam dar, ao conjunto da sociedade, informações relevantes e adequadas a respeito das atividades acadêmicas. Pois é por meio da ação comunicativa de amplo espectro que a contraface da excelência universitária – a relevância social – se constitui no imaginário e na consciência da sociedade.

É necessário reconhecer, no entanto, que há, também, outra dimensão fundamental nessa estratégia comunicativa. Trata-se de formular uma política de comunicação que atue no âmbito interno da Instituição, partindo da constatação de que esta não é um bloco monolítico. Pelo contrário, a Universidade é um organismo vivo, com suas diferenças, suas contradições, seus vícios e suas virtudes, apresentando diversas comunidades de discurso e de recepção, cuja convivência postula, para expressar-se, uma multiplicidade de linguagens e de instrumentos.

É, pois, no entrelaçamento entre as duas dimensões da comunicação institucional – a interna e a externa à Universidade – que se estruturam as políticas adequadas, a fim de permitir a visibilidade desejada às atividades acadêmicas. Por essa via – que se sabe importante, mas não é certamente a única –, é que se dá a obtenção de legitimidade política para suas pretensões, bem como a garantia do direito à informação acerca da vida universitária a todos os segmentos que nela atuam ou dela se servem.

No que concerne à UFMG, as estratégias de comunicação, a rigor, se estruturam a partir de três eixos de sentido. O primeiro deles exige que as ações de comunicação busquem a produção de visibilidade pública das realizações da Universidade nas suas várias áreas de atuação. Essa visibilidade de feitos e resultados deve ser garantida tanto ao público interno quanto à comunidade externa à Instituição. Ao público interno, o acesso às informações deve possibilitar maior participação na vida universitária, envolvimento no trabalho cotidiano e busca de mais qualidade nas relações humanas no ambiente profissional; à comunidade externa, as informações sobre a UFMG podem garantir o acesso ao conhecimento e aos serviços nela produzidos, bem como ampliar o controle social sobre a Instituição.

O segundo eixo estabelece que todas as atividades da comunicação institucional devem incorporar, também, a dimensão acadêmica, oferecendo aos docentes e servidores técnico-administrativos em educação da Instituição oportunidades de aperfeiçoamento e atualização profissional em diferentes áreas de Especialização. Aos estudantes, a comunicação institucional deve disponibilizar, por meio de estágios acadêmicos articulados com os Colegiados de Curso, espaços de vivência profissional complementar.

E, finalmente, o terceiro eixo indica que a produção da comunicação institucional, especificamente aquela realizada por meio de veículos de massa de amplo espectro – a Rádio UFMG Educativa, a TV UFMG e a Revista *Diversa* e, mesmo o sítio na *Internet* – deve oferecer uma programação editorial alternativa às produções midiáticas existentes, especialmente as de natureza comercial. Em outras palavras, deve oferecer ao receptor informação, cultura, educação, lazer e entretenimento, por intermédio de uma programação que privilegie temas, sujeitos e produtos não disponíveis em outros meios de comunicação.

No que tange aos veículos de comunicação de massa e às ferramentas de gestão de informações operados pelo Centro de Comunicação (Cedecom), cumpre destacar os seguintes:

Boletim UFMG - o mais antigo produto do Cedecom, é tido, há 30 anos, como a mais regular publicação jornalística editada numa Universidade Federal Brasileira. Considerado órgão oficial da UFMG, o *Boletim* tem-se destacado como um importante veículo de divulgação da produção científica da Instituição – a ponto de pautar, com frequência, a grande imprensa – e de debate das relevantes questões universitárias. Atualmente, é distribuído a Diretores e Editores de Educação e Cultura de todos os principais meios de comunicação das capitais brasileiras e do interior de Minas. A comunidade universitária, as Instituições de Ensino e Pesquisa e autoridades federais, estaduais e municipais, em geral, são as principais categorias que compõem o *mailing* dessa publicação. Da tiragem de oito mil exemplares, 25% são direcionados ao público externo. O *Boletim* também está disponível *on-line*, pelo endereço www.ufmg.br/boletim.

Revista *Diversa* - em circulação desde setembro de 2002, a Revista *Diversa* busca apresentar um retrato da UFMG, abordando aspectos diversificados da Instituição. São três edições anuais: a cada semestre, é lançada uma edição, de 15 mil exemplares, com perfil editorial temático, além de uma edição especial, voltada ao Vestibular, abordando, de forma singular, a diversidade de cursos oferecidos na UFMG, e cuja tiragem é de 120 mil exemplares. No total, a Revista *Diversa* tem uma tiragem anual de 150 mil exemplares e destina-se não só aos vestibulandos mas também a outros segmentos – imprensa, órgãos públicos, escolas de Ensino Médio e formadores de opinião. O objetivo é preencher lacunas de informações e divulgar a produção científica e acadêmica. A Revista *Diversa* pode, também, ser acessada virtualmente pelo endereço www.ufmg.br/online/diversa.

Sítio da UFMG na *Internet* - desde 2003, o sítio www.ufmg.br vem passando por revitalização, expressa na implementação de sua versão trilingüe – português, inglês e espanhol –, na criação de uma dinâmica página de notícias e na manutenção de *hot sites* de eventos específicos à UFMG. Atualmente, esse sítio conta com excelente acesso – média de 900 mil por mês, com mais de cinco milhões de páginas vistas –, o que demonstra sua capacidade de dar visibilidade às informações da Instituição, bem como acessibilidade aos serviços nela existentes e aos projetos nela desenvolvidos. O apoio aos sítios específicos às Unidades Acadêmicas e aos órgãos da Administração Central tem possibilitado divulgar conhecimentos e serviços produzidos na UFMG, além de, por meio de serviços variados – por exemplo, consultas *on-line* às bibliotecas e matrículas nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação –, tornar mais acessíveis os diferentes produtos oferecidos pela Instituição.

Quem Sabe - Catálogo de especialistas e especialidades da UFMG - tem por objetivo democratizar o acesso ao acervo de conhecimentos produzidos na Instituição, ao longo dos anos. Identifica, em diversos bancos de dados da Universidade, informações sobre os trabalhos desenvolvidos por seus professores, relacionando-os aos autores. Por meio dessa ferramenta de gestão de informações, cada professor da UFMG pode ser identificado

em sua especialidade e localizado na Instituição, o que lhe permite fornecer informações, prestar consultorias, subsidiar pontos de vista e dissertar sobre temas de que tem domínio. Órgãos de imprensa, Instituições de Ensino e Pesquisa, Organismos Governamentais e Não-Governamentais, empresas e instituições privadas e, ainda, movimentos sociais são alguns dos usuários potenciais dessa ferramenta, o que possibilita maior interação entre outros segmentos da sociedade e a Universidade e a divulgação do conhecimento produzido na UFMG.

Canal Aberto - Relacionamento com a mídia - diariamente, dezenas de jornalistas de diferentes veículos e localidades estabelecem contato com a UFMG. Maior Instituição Pública de Ensino Superior do Estado, a UFMG é fonte permanente de consulta por parte dos profissionais de imprensa e pólo gerador de informações para os veículos de comunicação. Da análise da presença da Instituição na mídia depreende-se mais que conclusões corriqueiras sobre sua boa *performance*; ela sinaliza a riqueza do relacionamento entre instituições que definem sua identidade a partir do interesse público – são naturezas convergentes e radicalmente distintas que dialogam em movimentos contínuos de atração e de afastamento. No entanto, como instituições que incorporam alguns dos mais caros valores sociais e que se complementam na concretização de seus objetivos, torna-se relevante aprimorar a qualidade de seu relacionamento. Em *Canal Aberto*, publicação destinada à comunidade da UFMG, são apresentados conceitos e fornecidas orientações sobre condutas que podem subsidiar o contato entre integrantes da comunidade universitária e profissionais de comunicação.

Rádio UFMG Educativa - depois de longos anos de tentativas e negociações, a UFMG conquistou, em janeiro de 2004, permissão para operar um canal de rádio educativa (FM), mediante convênio com a Radiobras. Em 2005, em caráter experimental, tiveram início as atividades de transmissão da emissora, que abrange a região de Belo Horizonte e Contagem. A UFMG Educativa, 104.5, o Canal do Conhecimento, é um serviço destinado à divulgação de programas educativo-culturais, que englobam trabalhos de divulgação acadêmica e científica. Tem, ainda, como finalidade divulgar as diversas atividades oferecidas à comunidade acadêmica e ao público externo, dar visibilidade à UFMG e possibilitar uma formação educacional complementar aos alunos e professores da Instituição, proporcionando ao público mineiro uma alternativa de programação radiofônica, em formato e linguagem diversos, adequados ao conteúdo educativo por ela proposto.

TV UFMG – um grande marco na história da Instituição foi a oficialização do consórcio que criou a TV Universitária – canal 12 da Net e 14 da Way TV –, mediante parceria entre a UFMG, a PUC-MG, o UNI-BH e a UEMG. A participação da UFMG na TV Universitária vem sendo marcada, dentre outros programas de qualidade, pela divulgação científica. Em 2002, organizou-se um núcleo básico para produção permanente da TV, por sua inclusão em programas de fomento de projetos de Graduação e Pós-Graduação. A emissora também veicula programas produzidos por alunos e professores do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Em funcionamento desde 1998, presentemente, ela integra o *pool* de

Instituições Universitárias já mencionadas, responsáveis pela transmissão de uma série de programas, que cada uma delas produz independentemente. A Universidade, por meio da TV UFMG, busca democratizar conhecimentos produzidos na Instituição e multiplica-se como espaço formador para estudantes de diversas áreas.

Atualmente, são produzidos, na UFMG, sete programas de exibição variada – diária, semanal, quinzenal, mensal e bimensal –, com destaque para a qualidade da produção – em aspectos relativos a formato, linguagem, imagem e conteúdo informativo e educativo –, e para o programa Circuito UFMG, que coloca no ar, diariamente, às 21 horas, informações de interesse da Instituição e da sociedade. Apresentado, em 2004, com duração de cinco minutos, esse programa teve sua duração ampliada para 15 minutos, com uma reprise, também diária, às 23 horas. A TV UFMG conta, hoje, com a veiculação de cerca de cinco horas semanais de produção inédita, que, juntamente com as reprises, totaliza 15 horas semanais de veiculação sob a assinatura da Instituição em cada um dos canais supramencionados. A TV UFMG também pode ser acessada, *on-line*, no endereço www.ufmg.br/online/tv.

A TV UFMG integra a Rede Nacional de Televisão dos Canais Universitários das Instituições de Ensino Superior (Redeifes), a primeira rede de distribuição nacional de programas para televisão sem uso de satélites, totalmente digital e sem imposição do conceito *head end*. A fase atual é de testes e alguns programas, já disponíveis pela *Internet* (www.redeifes.ufpr.br), podem ser exibidos pelos canais universitários participantes da Redeifes. Fazem parte dos objetivos dessa iniciativa integrar os canais de televisão das IFES, no Brasil e em demais países interessados em integrar essa rede de distribuição gratuita, e possibilitar que os canais universitários que, na atualidade, funcionam com déficit de programação, ocupem sua grade de exibição com programas de outras Instituições.

A par dessas iniciativas, duas outras merecem prioridade. Em primeiro lugar, a premência de melhoria das condições de infra-estrutura e de recursos técnicos para a produção televisiva. Mediante concessão de recursos do Fundo Fundep e obtenção de recursos extra-orçamentários da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC, foi construído um estúdio de televisão, inaugurado em 2006, que oferece condições adequadas à TV UFMG. Contudo, faz-se, ainda, necessário melhorar as condições dos equipamentos de produção, viabilizadas pela conclusão do estúdio, o que vai permitir a aquisição de mais câmeras e ilhas de edição. Em segundo lugar, a participação das Universidades no canal universitário é desigual e, em comparação com as outras Instituições parceiras, a da UFMG é menor. Assim sendo, ainda se impõe incrementar a presença dessa Universidade na grade de programação dos dois canais referidos, de forma a garantir participação mais relevante dos projetos e serviços que ela desenvolve e oferece, bem como, por essa via, assegurar ao telespectador maior acessibilidade à produção da UFMG.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivos

- Zelar pela imagem da UFMG em face dos públicos interno e externo, a fim de fortalecer sua natureza de Instituição Pública dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão.
- Criar, fortalecer e aprimorar os instrumentos, ações e meios de comunicação da UFMG, com vistas a ampliar sua interlocução com as comunidades interna e externa.
- Contribuir para a criação de redes de divulgação do conhecimento científico, em especial, do gerado na UFMG.

Metas

- Estimular e ampliar a exposição da UFMG por meio de estratégias que visem à mídia de abrangência e à circulação nacional.
- Fomentar, pela implementação de ações objetivas, a divulgação científica na e a partir da UFMG.
- Criar e desenvolver estratégias e procedimentos que garantam uma ação integrada dos núcleos de produção que compõem o Centro de Comunicação (Cedecom) da UFMG.
- Buscar a integração das ações de comunicação pulverizadas pelas diversas Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFMG, a fim de unificar seu discurso e de compatibilizar sua atuação, com vistas à estratégia institucional nesse campo.
- Consolidar a Rádio UFMG Educativa e a TV UFMG, ambas vinculadas ao Cedecom, garantindo-lhes as condições operacionais necessárias ao aprimoramento da interlocução com a sociedade e à divulgação de projetos e ações desenvolvidos na UFMG.
- Estruturar um Núcleo de Produção Videográfica, vinculado ao Cedecom, para se responsabilizar pela produção de vídeos institucionais, instrucionais, educacionais e publicitários concernentes a projetos e ações desenvolvidos na UFMG.
- Consolidar o Núcleo de Comunicação Interna, vinculado ao Cedecom, e aprimorar a busca de melhores processos e alternativas de comunicação com os diversos públicos da UFMG.
- Consolidar o Núcleo de Apoio à Divulgação Científica, vinculado ao Cedecom, para garantir maior visibilidade aos projetos e pesquisas desenvolvidos na UFMG, bem como a popularização de conhecimentos científicos, e apoiar os pesquisadores interessados em desenvolver projetos de divulgação científica.
- Desenvolver estratégias de acessibilidade do sistema midiático às fontes de produção de conhecimento e aos serviços oferecidos pela UFMG.

Ações

- Consolidar e aperfeiçoar a publicação do *Boletim UFMG*, bem como o uso do portal eletrônico, a fim de aumentar a amplitude de, respectivamente, sua circulação e seu acesso, e de torná-los mais ágeis na disseminação de informações acadêmicas e institucionais.
- Criar ferramentas de gestão de informações e de aperfeiçoamento das ações de Assessoria de Imprensa da UFMG.
- Disseminar uma “consciência comunicacional” entre os membros da comunidade universitária e contribuir, por meio de constante mediação, para uma colaboração mais estreita e amigável da UFMG com as diversas mídias.

(continua)

- Incrementar, na UFMG, a produção de campanhas institucionais e a criação de peças gráficas a elas relacionadas.
- Apoiar as atividades de produção de material de divulgação científica, em especial a criação de formatos mais adequados às estratégias de popularização de conhecimentos científicos.
- Apoiar, na UFMG, desenvolvimento da divulgação científica em geral e, em particular, do jornalismo científico na comunidade acadêmica.

(conclusão)

6. EDITORA UFMG

Criada em 1985, a Editora UFMG representa importante vertente institucional voltada à política de publicação e divulgação científicas na UFMG. Atua, de maneira ímpar, no contexto institucional e conta com reconhecimento e projeção nos cenários nacional e internacional. Uma linha editorial bem definida e a reformulação gráfica de suas publicações têm-se constituído fatores decisivos para o êxito do trabalho nela desenvolvido. Tem por missão editar obras de valor científico e cultural, que expressem as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, bem como obras de autores nacionais e estrangeiros, que se articulam com a produção acadêmica da Instituição. A Editora UFMG integra a Associação Brasileira de Editoras Universitárias e a Câmara Mineira do Livro e publica, anualmente, cerca de 60 novos títulos de diversas áreas do conhecimento, além de reedições e reimpressões.

Além de apoiar os projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão da UFMG, essa Editora presta relevantes serviços à divulgação científica, visando a promover o avanço disciplinar e transdisciplinar em diversas áreas da produção de conhecimento da Universidade. A Editora UFMG promove a divulgação do resultado de pesquisas por meio de sua publicação em livro; realiza co-edições em parceria com Departamentos da Universidade, garantindo padrão de qualidade editorial às obras publicadas; distribui e vende, regularmente, livros publicados no circuito universitário nacional; distribui e vende, regularmente, obras publicadas no circuito comercial, procurando atender a todas as regiões do País; divulga, por meio de distintos veículos de comunicação – *Internet*, televisão, rádio, jornais e revistas –, os livros que edita; participa de feiras e bienais de livros nacionais e internacionais.

Sua linha editorial contempla, entre outras, as seguintes coleções:

- Humanitas - voltada à produção ensaística, nacional e estrangeira, das áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes, é dirigida à comunidade acadêmica e ao público em geral. Essa coleção contém a série Humanitas Pocket, que reúne textos sobre temas atuais dirigidos, principalmente, a estudantes de Graduação e Pós-Graduação.
- Inéditos & Esparsos - orienta-se para a publicação de material produzido, sobretudo, por grupos de pesquisa e de edições críticas e anotadas, que reúnem textos literários inéditos ou anteriormente publicados de maneira esparsa, com ênfase em escritores mineiros.

- Origem - abriga a produção ensaística de jovens autores, com base em resultados de pesquisas desenvolvidas nas áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes.
- Ingenium - criada pela Escola de Engenharia da UFMG, em parceria com a Editora UFMG, visa à publicação de textos que possam contribuir para o avanço de pesquisas e para a formação de profissionais na área de Engenharia.
- Travessias - criada pelo Departamento de Filosofia da UFMG, em parceria com a Editora UFMG, publica traduções de pequenas obras de grandes pensadores, precedidas por uma breve introdução e acompanhadas de notas de esclarecimento sobre o texto.
- População & Economia - em co-edição, possibilitada por parceria entre o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) e a Editora UFMG, essa coleção tem por objetivo divulgar as pesquisas e trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e alunos desse Centro, com o objetivo de promover a consolidação da área de Demografia Econômica e Mercado de Trabalho.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
<p>EDITORA UFMG</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar, interna e externamente, o conhecimento público da UFMG e de sua produção apresentada no formato de livro, em suas diversas mídias. • Contribuir para a divulgação do nome da UFMG e o fortalecimento de sua imagem institucional. <p>Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os vínculos da Editora UFMG com os diferentes segmentos e Unidades Acadêmicas da Universidade. • Contribuir, no que lhe é específico, para o sucesso dos projetos de interesse da UFMG. • Zelar pela qualidade do material publicado em nome ou com a marca da UFMG. • Atuar como representante da UFMG em todos os eventos e locais em que se fizer presente. • Proporcionar os meios para a consolidação e ampliação da Editora UFMG no que diz respeito a espaço físico, recursos gerenciais, captação de recursos e abertura de novas áreas de atuação. • Institucionalizar e estruturar ações já existentes e implantar outras atividades que se mostrem necessárias ao melhor funcionamento da Editora UFMG. <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o Catálogo da Editora UFMG, com inclusão de novos nomes e títulos, tanto nacionais quanto internacionais. • Articular publicações e parcerias em áreas ainda não abrangidas pelo Catálogo da Editora UFMG. • Consolidar e ampliar as parcerias em áreas já abrangidas pelo Catálogo da Editora UFMG.

(continua)

- Resgatar e preservar a memória da UFMG e de suas Unidades Acadêmicas, pelo incentivo ao sistema de parceria.
- Ampliar a participação da Editora UFMG em projetos institucionais – entre outros, o da Educação a Distância.
- Criar, na Editora UFMG, novas linhas de edição, com vistas a explorar mais as potencialidades da Instituição nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.
- Renovar e ampliar as parcerias já firmadas com outras Universidades, Órgãos Públicos e Editoras Privadas.
- Realizar estudos visando a apoiar a publicação de livros resultantes de teses de Doutorado produzidas na UFMG.
- Concretizar parceria para publicação e venda de obras da Coleção *Archivos*, escritas em português.
- Implementar parceria para publicação, em português, de autores latino-americanos, bem como editar autores do Catálogo da Editora UFMG em países da América do Sul.
- Ampliar a participação da Editora UFMG em eventos realizados nos *campi* da Universidade.
- Organizar o fornecimento de *kit* promocional de obras da Editora UFMG, para ser distribuído nas feiras de livros e eventos científicos.
- Aprofundar o relacionamento da Editora UFMG com os veículos de comunicação da Universidade.
- Planejar e desenvolver projetos arquitetônicos e de negócios, com vistas a ampliar a rede de livrarias da Editora UFMG.
- Ampliar a rede de distribuidores do Catálogo da Editora UFMG.
- Ampliar a participação da Editora UFMG em feiras e eventos científicos, tanto nacionais quanto internacionais.
- Aprimorar, na Editora UFMG, o sistema de acompanhamento e cobrança de contratos em vigor.
- Aprimorar e atualizar, tecnologicamente, o *site* da Editora UFMG como ferramenta de relacionamento com seus públicos.
- Renovar a logomarca da editora UFMG, com vistas a aprimorar seu *design* e eficácia de comunicação.
- Desenvolver, no médio prazo, um Setor de Identificação de Oportunidades, com vistas a ampliar as vendas e as publicações da Editora UFMG.
- Formular um plano de aprimoramento profissional específico, com vistas a atender às necessidades técnicas e gerenciais da Editora UFMG.
- Promover visitas técnicas a outras editoras universitárias, a fim de aprimorar e otimizar o processo de trabalho adotado na Editora UFMG.
- Desenvolver estratégias que visem ao aumento e à diversificação do perfil dos estudantes que buscam formação complementar na Editora UFMG.

(conclusão)

7. COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

As Instituições Universitárias constituem, talvez, entre todas as demais Instituições de grande porte nas sociedades modernas, as instâncias com maior potencial de cooperação, dado que o conhecimento, a cuja produção e difusão elas se dedicam, tem, por sua própria natureza, uma dimensão não apenas nacional mas também transnacional. A cooperação defendida pela UFMG, num processo em constante aperfeiçoamento, visa tanto à qualificação crescente de cada uma das Instituições ou empresas cooperadas, quanto ao incremento da qualidade de sua produção científica, tecnológica e cultural, no âmbito da Universidade.

Objetivando ampliar e aprofundar articulações com outros segmentos da sociedade, a UFMG conta com a Diretoria de Cooperação Institucional (COPI), órgão de assessoria da Administração Central. A COPI propicia a interação entre a UFMG e a sociedade, atuando em três eixos – ações intra-institucionais; institucionalização de parcerias e cooperação com Instituições Públicas e Privadas e associações civis. Com base nessa compreensão, a UFMG vem procurando estabelecer uma agenda múltipla, que envolva cada Instituição ou empresa nos níveis que lhe forem próprios, de forma que todos os parceiros envolvidos nos processos colaborativos possam realizar, nas respectivas missões institucionais, os avanços desejados.

O ponto de partida dessa cooperação situa-se no entendimento de que a melhor forma de socializar a qualidade consiste em criá-la onde ela ainda não existe, em consolidá-la onde ela é, ainda, uma experiência emergente e protegê-la onde ela já é efetiva. A variedade e diversidade das experiências institucionais desejáveis nesses casos enriquecem e dão densidade à cooperação. As parcerias devem sempre contemplar, prioritariamente, o ganho acadêmico, com reflexos positivos no ensino e na pesquisa. Na área da Educação e da Saúde, em que é mais presente, a cooperação com o Estado, além de ser estabelecida em bases equilibradas, está sendo cada vez mais fortalecida, considerando-se, a par do ganho acadêmico, a relevância social das ações que podem advir desse crescer conjunto.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo

- Ampliar e aprofundar a articulação da UFMG com a sociedade em geral.

Metas

- Assegurar o fluxo adequado de recursos advindos do Setor Público destinados às atividades do ensino de Graduação, nas áreas de Educação e da Saúde.
- Institucionalizar as ações relativas à responsabilidade social, com foco no empresariado e em empresas.

Ações

- Promover articulações, tanto interna quanto externamente à UFMG, para garantir o cumprimento das metas institucionais.
- Mapear as ações da UFMG no setor da Cooperação Institucional.
- Investir na manutenção e na consolidação de convênios de Cooperação Institucional vigentes na UFMG.
- Captar assinaturas de novos convênios de Cooperação Institucional com a UFMG.

CAPÍTULO 6 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional da Universidade tem por objetivo a busca permanente da melhoria da qualidade acadêmica, científica e cultural da Instituição, a fim de contribuir para ampliar e diversificar sua inserção nos âmbitos regional, nacional e internacional, bem como para atingir critérios elevados de desempenho. Por meio dessa avaliação, é possível identificar estratégias, instrumentos e ações institucionais necessários à formulação de políticas acadêmicas de mais largo alcance e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para a indispensável prestação de contas à sociedade. Nesse sentido, a avaliação institucional é um processo pelo qual a Universidade não só se conhece, mas também se torna conhecida por outros setores da sociedade.

A participação dos membros da comunidade acadêmica é componente importante desse processo. Do mesmo modo, é imprescindível que se promova uma articulação entre avaliação, planejamento e processo de tomada de decisões que torne possível à avaliação institucional atuar, efetivamente, como instrumento de mudança e correção de rumos.

1. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Ao longo da trajetória da UFMG, nos mais diversos mecanismos instaurados para acompanhamento e avaliação do desempenho institucional, a participação da comunidade acadêmica tem sido uma constante. Essa participação tem-se dado quer sob a forma representativa, em comissões e órgãos, quer de uma maneira mais ampla, nas avaliações semestrais de disciplinas por parte dos discentes, por exemplo. Contudo, a efetiva instalação de uma cultura de avaliação que permeie todas as atividades das Unidades Acadêmicas e de outras esferas da Universidade ainda necessita de estímulos permanentes. A criação da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), em 2003, representou um passo significativo para que tal processo se integre, de modo mais completo, ao cotidiano da UFMG.

1.1 Processos de acompanhamento e avaliação

O acompanhamento e a avaliação do desempenho institucional da UFMG, embora realizados sob a forma de procedimentos parciais, tanto internos quanto externos, têm-se constituído

atividades sempre presentes na trajetória da Instituição. Alguns desses procedimentos podem ser considerados como de caráter permanente na vida da Universidade, enquanto outros são instituídos para responder, mais diretamente, a demandas que se apresentam no processo de gestão universitária.

No primeiro caso, destacam-se os seguintes procedimentos:

- O acompanhamento e a avaliação do desempenho docente compreendem o estabelecimento de critérios para a realização de Concursos Públicos e para a elaboração de relatórios diversificados, destinados à avaliação de estágios probatórios, à aprovação e renovação do regime de Dedicção Exclusiva e à avaliação anual das atividades docentes. Estes últimos são analisados pelas Câmaras Departamentais e constituem-se uma fonte primária para a elaboração de outras modalidades de relatórios. O desempenho dos docentes é avaliado, ainda, por ocasião dos processos de credenciamento e reconhecimento que os habilitam a atuar na Pós-Graduação. Aspectos parciais desse desempenho têm sido objeto de estudos mais específicos por parte da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), principalmente aqueles relacionados à produção de conhecimento.
- Outra prática avaliativa regular consiste nos Relatórios Departamentais Anuais. Eles são produzidos com base nos Relatórios Individuais dos docentes e não só contribuem para o delineamento de objetivos e metas dos Departamentos e das Unidades Acadêmicas, como também constituem-se peças fundamentais, para a CPPD e para o CEPE, no processo de alocação de vagas docentes.
- Com sua integração ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), na década de 1990, a UFMG deu início à estruturação da avaliação do ensino de Graduação. Entre as atividades que vêm sendo realizadas desde então, destaca-se a avaliação semestral, feita pelos alunos, das atividades acadêmicas/disciplinas cursadas e dos docentes que as ministraram, e que tem tornado possível acompanhar o desempenho das disciplinas/atividades, dos professores responsáveis por elas, dos cursos e dos Departamentos. Outro momento importante da participação dos alunos no processo de avaliação ocorre quando do preenchimento do questionário de formandos, oportunidade em que os estudantes concluintes podem fazer uma apreciação da formação recebida ao longo do curso.
- A vinculação da UFMG ao Paiub resultou, também, na realização de uma etapa de avaliação interna do ensino de Graduação, que envolveu a produção de dados sobre diversos aspectos que o caracterizam, a que se seguiu um diagnóstico mais amplo. Concluída essa etapa, no período compreendido entre 1997 e 1999, a UFMG empreendeu a avaliação externa de 37 dos seus cursos de Graduação, a partir da contratação de Comissões compostas por representantes de entidades científicas e por profissionais da respectiva área de conhecimento de cada um. Foram excluídos desse processo apenas os cursos de criação mais recente e que ainda não ofereciam, à época, a formação completa prevista no currículo. Nessa avaliação, analisaram-se itens concernentes a currículo, corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e infra-estrutura de cada curso, ocasião em que foram ouvidos professores, alunos e funcionários. Posteriormente, a Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação (CPA) analisou os

relatórios produzidos pelas Comissões de Avaliação Externa e procedeu à atribuição de conceitos – Insatisfatório, Médio e Bom – aos cursos, de acordo com o conteúdo de cada item avaliado. Na ocasião, essa Comissão avaliou, também, a qualidade do trabalho das Comissões Externas. Isso feito, o Pró-Reitor de Graduação visitou todas as Unidades Acadêmicas responsáveis pelos cursos avaliados, a fim de discutir as críticas e recomendações apresentadas pelas Comissões de Avaliação Externa diretamente com as diversas instâncias envolvidas na oferta deles, bem como de estabelecer prazos para que os cursos apresentassem propostas, visando a solucionar os problemas então identificados. Quando necessário, essa Pró-Reitoria comprometeu-se a atuar no sentido de obter os recursos financeiros necessários para a viabilização das propostas formuladas.

- No que se refere às avaliações originadas de agências externas, a UFMG tem-se submetido aos processos de avaliação da Graduação conduzidos pelo MEC e todos os cursos de Pós-Graduação, ao processo de avaliação da Capes. Durante a vigência do Exame Nacional de Cursos, 23 cursos de Graduação da UFMG dele participaram, tendo a grande maioria obtido os conceitos mais elevados, A e B. Os cursos que passaram pelo processo de Avaliação das Condições de Ensino, também obtiveram os conceitos mais elevados, CMB e CB. A partir de 2004, a UFMG encontra-se integrada ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e, nesse mesmo ano, deu início à auto-avaliação institucional. Para tanto, foi constituída a Comissão Permanente de Avaliação Institucional (Copai), que se responsabilizou pela condução do processo, com base na proposta de auto-avaliação por ela formulada e já aprovada pelo Conselho Universitário. Da primeira edição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), participaram, em 2004 e em 2005, alunos de 31 cursos, dos quais 77% obtiveram conceito A. Em 7 de dezembro de 2006, o CEPE aprovou a Resolução nº 05/2006, que extinguiu a Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação, e, ao mesmo tempo, criou e regulamentou o funcionamento de nova comissão, denominada Comissão Própria de Avaliação (CPA), em substituição à Copai. A auto-avaliação institucional, concluída em agosto de 2007, será seguida por uma avaliação externa, após a qual, ocorrerá a avaliação dos cursos, conforme cronogramas a serem estabelecidos pelo INEP.

Entre os procedimentos que decorrem de demandas específicas, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão universitária, destacam-se:

- Avaliação do Programa de Apoio à Pesquisa dos Recém-Doutores, instituído, em 1999, com recursos do Fundo Fundep. Esse Programa aplica os recursos mediante Edital Público aberto a pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, titulados há, no máximo, cinco anos. O estudo, depois de comparar, nesse caso, docentes agraciados e não-agraciados, concluiu que o Programa proporcionou um diferencial acadêmico favorável aos contemplados em relação aos não-contemplados, possibilitando-lhes maior acesso a Bolsas de Produtividade do CNPq e maior índice de publicação em veículos nacionais e estrangeiros. Indicou, ainda, a necessidade de se ampliar esse Programa, bem como de dotá-lo de maior volume de recursos, para poder abranger maior número de docentes. Também recomendou a vinculação de Bolsas de Iniciação Científica aos recém-doutores apoiados pelo Programa e a introdução de melhorias no processo de

gestão deste, quanto à utilização dos recursos financeiros, e procedimentos mais ágeis de julgamento dos projetos propostos.

- Na segunda metade da década de 1990, com recursos do Fundo Fundep de Apoio Acadêmico, realizou-se uma pesquisa para avaliar a evasão nos cursos de Graduação, em que se contemplaram os alunos que ingressaram na UFMG por Concurso Vestibular e os que foram admitidos por procedimentos utilizados, na Instituição, para aproveitamento de vagas remanescentes em decorrência de evasão. Como a utilização desses procedimentos de ingresso não é comum a todas as Universidades, esse segundo grupo de estudantes não tinha sido incluído no estudo da avaliação interna anterior, já mencionado, realizado com recursos do Paiub. A evasão, analisada em um grupo de 13 cursos de três diferentes áreas do conhecimento, evidenciou, entre outros aspectos, uma forte vinculação entre a reprovação nos períodos iniciais dos cursos e a frequência do fenômeno em estudo. Os resultados dessa pesquisa foram apresentados à Pró-Reitoria de Graduação e aos Coordenadores de Colegiados de Curso, juntamente com a recomendação de adoção de algumas ações corretivas – a promoção de alterações curriculares, por exemplo –, principalmente nos casos em que a evasão havia atingido patamares elevados.
- Um debate gerado no CEPE sobre a concessão de vagas docentes para os cursos que ofereciam os ensinos Fundamental, Médio e Técnico na UFMG, evidenciou a necessidade de um aprofundamento da análise de vários aspectos relacionados à existência desses níveis de ensino na Universidade. No final da década de 1990, foi constituída Comissão Especial para desenvolver estudos sobre o assunto. Nessa ocasião, a Comissão analisou os projetos institucionais das escolas em que se trabalhava com esses níveis de ensino, avaliando os tipos de cursos disponibilizados e as vagas oferecidas, bem como os respectivos processos seletivos, a inserção dos alunos no Registro Acadêmico da Universidade e o perfil do corpo docente responsável por esses cursos, entre outros pontos. A par da avaliação desses aspectos, o estudo desenvolvido compreendeu, também, uma proposta de se modificar a vinculação dessas modalidades de ensino na UFMG, considerando-se, sobretudo, sua condição de campo de experimentação dos cursos de Licenciatura da Universidade. Após a apresentação do Relatório dessa Comissão Especial, a UFMG deu início à formulação de uma nova política para a oferta dessas modalidades de ensino, voltada a aspectos pedagógicos e administrativos e a princípios da política acadêmica de modo mais amplo. Ainda se encontra em andamento a implantação dessa nova política.
- A primeira avaliação da Pós-Graduação na UFMG ocorreu em 1981 e 1982, com o objetivo de promover um diagnóstico do desenvolvimento desse nível de estudos, a fim de se apontarem perspectivas para o futuro deles. Uma Comissão designada pelo Conselho de Pós-Graduação analisou os indicadores relativos ao corpo docente e aos discentes, bem como à articulação entre Pós-Graduação e Graduação, à infra-estrutura e à produção acadêmica dos Departamentos a que se vinculavam os Programas estudados. Em 1986, novo estudo apontou indicadores para a avaliação desses cursos e promoveu uma análise mais específica do desempenho comprovado por eles nas avaliações feitas, pela Capes, no período de 1976 a 1984. Entre 1987 e 1989, nova avaliação empreendida distinguiu-se das anteriores por sua abrangência e profundidade. Esse estudo envolveu três etapas – a discussão de dossiês com os Colegiados de Cursos, a auto-avaliação e a

análise dos dados obtidos por Comissão *ad hoc*, designada para esse fim. A realização desses processos avaliativos tem-se constituído instrumento importante para o desenvolvimento da Pós-Graduação na UFMG. Na década de 1990, houve um crescimento da ordem de 70% nos cursos de Mestrado e de duas vezes e meia para os de Doutorado, ao mesmo tempo que a manutenção de um investimento permanente da UFMG nessa área resultara na intensificação do volume de cursos que obtiveram os conceitos mais elevados na avaliação da Capes. Tendo-se em vista a aplicação dos recursos do PROF, outras ações vêm sendo implementadas, na UFMG, como conseqüência de processos avaliativos mais específicos – entre elas, a implantação de mecanismos mais eficazes na definição de critérios e procedimentos para a alocação de bolsas de estudo; a promoção de reuniões periódicas com os Coordenadores de Programas ainda não-consolidados, com vistas a identificar e a induzir medidas de ajuste necessárias; a acentuação da participação de docentes e discentes em grupos de pesquisa internacionais; a indução da elaboração de projetos para melhoria e manutenção de laboratórios de pesquisa; o acompanhamento do desempenho dos cursos novos e dos cursos com conceito 5 na avaliação, de modo a promover sua ascensão qualitativa. Nova etapa de avaliação interna foi realizada no período 2005-2006, buscando-se identificar pontos fortes e fracos do projeto de cada um dos 62 programas de Pós-Graduação em andamento, bem como de seu desempenho, de sua infra-estrutura, de seus financiamentos e de seu estágio de desenvolvimento.

- Em 2003, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação procedeu à realização do Diagnóstico da Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização, para avaliar sua dimensão na UFMG, identificar tendências de expansão dessa modalidade, registrar as características do seu financiamento e a relação que mantém com a Pós-Graduação *stricto sensu*. Esse estudo permitiu identificar a necessidade de estruturação de mecanismos de gestão adequados, para fazer frente a um cenário de crescimento descontínuo e desordenado, acompanhado por um índice relativamente baixo de conclusões. Outras características desse crescimento que têm implicado certo impacto para a gestão da Pós-Graduação residem na concentração de cursos e matrículas em áreas específicas e na demanda crescente de cursos para atender a políticas públicas. Com base na verificação de que a maioria dos cursos de Especialização não é gratuita, o estudo evidenciou, também, a necessidade de introdução de medidas destinadas a aprimorar sua gestão acadêmica e administrativo-financeira deles, a definição de parâmetros para o acompanhamento da qualidade acadêmica de cada um deles e a busca de maior equilíbrio na sua oferta, em relação à da Graduação e da Pós-Graduação *stricto sensu*.
- A partir de 2002, a Pró-Reitoria de Extensão deu início à avaliação do seu Programa de Bolsas de Extensão. Como já explicitado no Capítulo 2, essas bolsas são concedidas com recursos orçamentários da Universidade, após julgamento, pela Câmara de Extensão, de programas e projetos que respondem à chamada de Edital. Além de contribuir para o aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados para a concessão dessas bolsas, a avaliação empreendida, então, permitiu estudar as ações apoiadas pelo Programa, de modo a viabilizar, em diferentes áreas do conhecimento, uma articulação entre a Extensão, o Ensino e a Pesquisa.

- Em 2003, preocupada com a continuidade da publicação dos periódicos editados na UFMG, bem como com seu elevado grau de dependência dos recursos orçamentários da Instituição, a Pró-Reitoria de Pesquisa promoveu um estudo específico sobre o tema. Analisando 26 periódicos editados por Unidades Acadêmicas, Programas de Pós-Graduação e Núcleos de Pesquisa da UFMG, esse estudo avaliou sua qualidade como veículo de comunicação científica. Como resultado, alguns desses periódicos foram extintos e, no final do ano, foi lançado um Programa de Auxílio para a Editoração de Periódicos Científicos, destinado a promover a melhoria da qualidade das publicações da UFMG e a dar maior visibilidade aos periódicos mantidos e editados por Unidades Acadêmicas da Instituição.
- Em 2002, tendo em vista problemas identificados no funcionamento da Biblioteca Universitária, a Reitoria da UFMG constituiu Comissão, integrada por professores, bibliotecários e pela Diretora de Avaliação Institucional, para analisar o funcionamento do Sistema de Bibliotecas da UFMG e propor uma alternativa de gestão, a fim de otimizar a qualidade do atendimento. A proposta de reestruturação do Sistema de Bibliotecas da UFMG apresentada, então, envolveu os seguintes itens: estrutura organizacional, base tecnológica, dimensão técnica e acadêmica, recursos financeiros e de pessoal. Aprovada pelo Conselho Universitário, essa proposta encontra-se em processo de implementação.
- A necessidade de se conhecerem as condições em que se faz o exercício profissional dos egressos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, bem como dos de Educação Básica e Profissional que a Instituição oferece, tem-se mostrado uma preocupação presente em toda a Universidade. Esse tema vem sendo objeto de teses, dissertações e outros tipos de estudos, que revelam diferenças metodológicas importantes. Uma linha de estudos mais sistemática sobre a matéria teve início em 2001, financiada pela Pró-Reitoria de Graduação. De início, realizou-se um estudo dos egressos dos cursos de Engenharia, analisando-se cinco turmas de graduados nas décadas de 1980 e 1990. Para isso, os itens considerados foram a inserção no mercado de trabalho, o papel do curso para o bom desempenho nessa inserção e a apreciação do curso de modo mais abrangente. Na seqüência desse estudo, estão sendo analisados egressos graduados nos cursos de Medicina, Direito, Geografia, Ciências Biológicas e Ciências Sociais. A análise de grupos de concluintes dos cursos de Engenharia, a partir da década de 1980, já foi concluída e está em andamento a segunda fase de execução do projeto piloto, para fundamentar uma proposta de análise do conjunto dos cursos de Graduação da UFMG. Concluída essa etapa, dar-se-á início a um projeto mais amplo, que abrangerá todos os egressos dos demais cursos de Graduação da UFMG. Nessa mesma área, a Pró-Reitoria de Pesquisa, por sua vez, já está avaliando o impacto das Bolsas de Iniciação Científica na formação acadêmica e profissional dos egressos dos cursos de Graduação da UFMG.
- No cenário atual, a par das atividades registradas, bem como do acompanhamento e da avaliação, interna e externamente à UFMG, acima descritos, também vêm sendo realizados estudos regulares para análise das questões relacionadas à inclusão social na Universidade, considerando-se, especialmente, a necessidade de que a Instituição desempenhe papel de relevo na ampliação do acesso aos seus cursos de estudantes provenientes de

camadas socioeconômicas mais desfavorecidas da população. Outros estudos, igualmente em realização, voltam-se, por sua vez, à caracterização do perfil do corpo discente da UFMG. Os resultados, em ambos os casos, têm-se revelado importantes instrumentos para a definição de medidas tanto na área acadêmica quanto na de promoção da inclusão social na Universidade.

Uma resultante desse conjunto diversificado de ações traduz-se em um volume substancial de dados sobre diversos aspectos da Universidade, disponível para análises e estudos na DAI. A auto-avaliação institucional, iniciada em 2004 no âmbito do Sinaes, constitui-se um momento importante para uma apreciação integrada de tais dados.

2. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A inserção da avaliação no processo de planejamento e gestão da UFMG vem-se dando, até o momento, sem uma articulação explícita com a instância diretamente responsável por esse processo – ou seja, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Como ficou demonstrado no detalhamento dos diversos aspectos dos processos de avaliação e de acompanhamento promovidos na Instituição, embora, muitas vezes, esses processos tenham dado origem à formulação de ações de política acadêmica, isso ainda não se faz de modo sistemático e iluminado pela visão geral do planejamento da Universidade.

Por sua vez, a busca de realização de uma avaliação institucional não-fragmentada é ainda muito recente na UFMG, já que iniciada apenas em 2003, com a constituição da DAI. Além de conduzir processos avaliativos de diversas ordens, a ação dessa Diretoria visa a promover uma articulação entre diversos setores responsáveis por processos permanentes de avaliação. Visa, ainda, à sistematização dos diversos bancos de dados já produzidos na Universidade, de modo que se constituam em fonte importante de estudos sobre a Instituição e, por essa via, contribuam para a instauração de um processo efetivo de planejamento institucional.

3. IMPACTOS DA AVALIAÇÃO PARA A REVISÃO DO PDI

O sucesso obtido na construção e na realização da avaliação institucional vai, certamente, produzir subsídios para a proposição do próximo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG. O conhecimento mais aprofundado da realidade que ele proporcionou, associado aos desafios que a sociedade vem apresentando às Instituições de Ensino Superior para que possam atingir sua missão institucional, possibilitará o estabelecimento de novos objetivos, metas e ações voltadas à busca permanente de aperfeiçoamento, em termos de excelência acadêmica e relevância social.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo

- Aperfeiçoar a política de avaliação da UFMG.

Metas

- Consolidar a avaliação institucional como atividade permanente na UFMG.
- Acompanhar e avaliar a implementação das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG.
- Acompanhar e avaliar a implementação das metas estabelecidas pela UFMG para a implantação do Reuni.
- Contribuir para a integração dos resultados da avaliação institucional às ações de planejamento da UFMG.
- Implantar um sistema de avaliação dos cursos de Graduação da UFMG, inclusive dos oferecidos na modalidade a distância.
- Implantar um sistema regular de avaliação dos currículos dos cursos de Graduação da UFMG.
- Constituir, na Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), um núcleo de estudos sobre a UFMG.

Ações

- Fornecer subsídios para o acompanhamento e a atualização de análises sobre os diversos processos avaliativos já promovidos na UFMG, bem como para a instrumentalização do processo de planejamento da Instituição.
- Estimular experiências de avaliação institucional a serem desenvolvidas nas Unidades Acadêmicas e demais órgãos da UFMG.
- Estimular a realização, por iniciativa da própria UFMG, de processos de avaliação externa das atividades desenvolvidas na Instituição.
- Estimular a realização de estudos sobre egressos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, bem como sobre a evasão nos seus cursos de Graduação.
- Estimular a criação, na UFMG, de um programa institucional voltado à avaliação de currículos, a ser desenvolvido juntamente com a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação.
- Coordenar estudos sobre a infra-estrutura dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, no que concerne à adequação deles ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, bem como à sua adaptação a estudantes portadores de necessidades especiais e que apresentam carência na área de inclusão digital.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Objetivo

Aperfeiçoar, de modo permanente, a política de formação discente, mediante a avaliação do perfil acadêmico e profissional do formando de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, bem como do perfil da demanda de formação nas diversas instâncias da sociedade.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Expandir as matrículas, na Graduação e na Pós-Graduação, em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.					
Efetivar plenamente, na UFMG, o projeto pedagógico de flexibilização curricular.					
Ampliar as possibilidades de participação do estudante da UFMG em ações que contribuam para sua formação com relevância acadêmica e social.					
Intensificar as relações de cada curso oferecido pela UFMG com a respectiva área do conhecimento e de atuação profissional, com o objetivo de introduzir práticas mais adequadas à formação discente.					
Superar, de modo criativo e articulado, as dificuldades que se interponham à efetivação, na UFMG, do projeto pedagógico de flexibilização curricular.					

ENSINO DE GRADUAÇÃO

Objetivo

Alcançar patamares superiores de qualidade nos cursos de Graduação da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Implantar, efetivamente, o projeto pedagógico de flexibilização curricular nos cursos de Graduação da UFMG.					
Proporcionar aos Colegiados de Curso infra-estrutura adequada ao perfil de atuação demandado pelo projeto pedagógico de flexibilização curricular da UFMG.					
Implementar um sistema de gestão e de acompanhamento adequado ao projeto pedagógico de flexibilização curricular da UFMG.					
Expandir as matrículas em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.					
Garantir a qualidade das instalações físicas e laboratoriais dos cursos de Graduação da UFMG, especialmente daqueles criados ou expandidos a partir do planejamento feito para o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).					

PRÁTICAS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Objetivo

Estruturar e estimular a realização de práticas acadêmico-profissionais na UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Constituir centrais de estágios nas Unidades Acadêmicas da UFMG em que elas se fizerem necessárias.					
Desenvolver um sistema informatizado de Banco de Oportunidades acessível a alunos da UFMG e a empresas.					
Criar e consolidar, na UFMG, estruturas adequadas à realização de práticas acadêmico-profissionais.					

AVALIAÇÃO DO ENSINO DA GRADUAÇÃO

Objetivo

Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação da qualidade do ensino de Graduação na UFMG, nas modalidades presencial e a distância.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Implementar estratégias e instrumentos permanentes de avaliação da qualidade do ensino de Graduação da UFMG.					
Estabelecer, a partir da análise das avaliações realizadas, processos ágeis de gestão, com vistas ao aprimoramento dos cursos de Graduação da UFMG.					
Intensificar, na UFMG, o aproveitamento das informações contidas nos resultados dos processos da avaliação de ensino e aprendizagem e nos resultados da avaliação de disciplinas feitas pelos estudantes.					

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Objetivo

Alcançar patamares superiores de qualidade nos cursos de Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Contribuir para diminuição da assimetria do sistema de Pós-Graduação no País e em Minas Gerais.					
Melhorar os indicadores de inserção internacional dos programas de Pós-Graduação da UFMG.					
Priorizar o estágio pós-doutoral no exterior para docentes da UFMG que se titularem no Brasil.					
Incrementar a produção intelectual qualificada dos programas de Pós-Graduação da UFMG.					
Assegurar proporção adequada de bolsas de estudo para os alunos da Pós-Graduação da UFMG, observando, inclusive, os parâmetros estabelecidos no planejamento elaborado para o Reuni.					
Ampliar a admissão, na Pós-Graduação da UFMG, de alunos provenientes de outros países.					
Intensificar intercâmbios internacionais de docentes e de discentes da Pós-Graduação da UFMG.					
Expandir, na UFMG, as matrículas em áreas que possam contribuir para a implementação do projeto pedagógico institucional, inclusive das propostas formuladas no planejamento elaborado para o Reuni.					

(continua)

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Garantir a oferta continuada, na UFMG, dos cursos de Especialização que apresentam demanda relevante, têm potencial para gerar impacto social e são avaliados por melhores indicadores de qualidade.					
Estabelecer parâmetros que favoreçam, no âmbito da UFMG, a articulação entre a oferta e a qualidade dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação, nas modalidades <i>stricto</i> e <i>lato sensu</i> .					

(conclusão)

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Objetivo

Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação da qualidade dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Implementar estratégias e instrumentos permanentes de avaliação da qualidade dos cursos de Pós-Graduação da UFMG, nas modalidades <i>stricto</i> e <i>lato sensu</i> .					
Intensificar o aproveitamento das informações contidas nos resultados das avaliações externas do programas de Pós-Graduação da UFMG, na modalidade <i>stricto sensu</i> .					

AVALIAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Objetivos

Tornar a Educação Básica e Profissional da UFMG referência para esse nível da Educação em Minas Gerais.

Alcançar patamares superiores de qualidade nos cursos de Educação Básica e Profissional da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Promover, no âmbito da UFMG, a integração entre a formação de professores para a Educação Básica e Profissional e os cursos desse nível de ensino.					
Recompor o quadro de pessoal docente da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG.					
Aprimorar a qualidade do ensino oferecido pelos cursos de Educação Básica e Profissional da UFMG.					

PESQUISA

Objetivos

Intensificar a produção científica e tecnológica da UFMG, bem como ressaltar seu papel de Instituição produtora de conhecimento.

Melhorar, nacional e internacionalmente, a visibilidade da produção científica e tecnológica da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Aumentar o volume de trabalhos publicados por pesquisadores da UFMG em revistas indexadas internacionalmente.					
Otimizar a captação de recursos destinados às atividades de pesquisa na UFMG.					
Ampliar a infra-estrutura multiusuária de pesquisa, para permitir o acesso dos docentes da UFMG a equipamentos de pesquisa mais sofisticados.					
Aumentar o intercâmbio entre a UFMG e Universidades e Centros de Pesquisa nacionais e internacionais.					
Intensificar, nacional e internacionalmente, a divulgação dos produtos da atividade acadêmica da UFMG.					

EXTENSÃO

Objetivos

Aproximar a UFMG da sociedade em geral, numa perspectiva transdisciplinar apoiada no compromisso com o saber, o fazer e o criar, em constante diálogo com os saberes científicos e não-científicos.

Estimular a interlocução da UFMG com diferentes atores sociais, com vistas à difusão e à disseminação do conhecimento e da informação, a fim de torná-los mais acessíveis à sociedade em geral.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Identificar, criar e disseminar metodologias participativas e colaborativas que favoreçam o diálogo entre categorias de pesquisa, com o objetivo de ampliar a produção de conhecimentos na UFMG.					
Priorizar, na UFMG, práticas voltadas às necessidades sociais emergentes.					

(continua)

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Consolidar o Sistema de Informação da Extensão Universitária, a fim de fortalecer seu reconhecimento no conjunto das atividades acadêmicas da UFMG.					
Intensificar, na UFMG, a criação de programas de extensão interinstitucionais voltados ao intercâmbio e à solidariedade na produção do conhecimento.					

(conclusão)

PROGRAMAS ACADÊMICOS INTERNACIONAIS

Objetivos

Promover a inserção internacional de alunos da UFMG, de forma comprometida com as finalidades de uma Instituição Federal de Ensino Superior e com as novas demandas da sociedade.

Proporcionar aos alunos da UFMG a interação com outras culturas e oportunidades para desenvolver o respeito pela diversidade.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Apoiar e implementar, na UFMG, ações que visem à instauração do equilíbrio de condições entre alunos de Instituições de Ensino e Pesquisa brasileiras e estrangeiras.					
Incentivar e apoiar, na UFMG, a criação de redes e parcerias interinstitucionais de âmbito internacional, com base nos princípios da reciprocidade e do equilíbrio e com vistas à promoção da participação ativa dos discentes.					
Oferecer ao aluno da UFMG a oportunidade de vivenciar uma experiência internacional, a fim de contribuir para sua formação pessoal, acadêmica e profissional.					

AMPLIAÇÃO AO ACESSO

Objetivos

Ampliar as condições de acesso aos cursos de Graduação da UFMG a estudantes de condição socioeconômica precária.

Aumentar o número de vagas ofertadas em cursos de Graduação da UFMG, em especial no turno noturno.

Otimizar a infra-estrutura dos cursos de Graduação da UFMG, bem como o pessoal técnico-administrativo em Educação e docente lotado nas Unidades Acadêmicas responsáveis pela oferta desses cursos.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Rever a natureza dos exames de seleção para os cursos da UFMG.					
Reduzir a seletividade social dos mecanismos de seleção vigentes na UFMG.					

ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES

Objetivos

Proporcionar assistência aos estudantes de condição socioeconômica precária, a fim de lhes garantir os meios e as condições materiais necessários à sua permanência na UFMG.

Aperfeiçoar e ampliar os programas de assistência estudantil praticados na UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Criar condições para a ampliação do atendimento a alunos de condição socioeconômica precária, a fim de lhes garantir a permanência na UFMG, em condições favoráveis ao bom desempenho acadêmico.					
Aperfeiçoar os mecanismos de acolhimento dos alunos, para que todos se sintam como sujeitos-agentes do contexto acadêmico.					
Diligenciar para que todos os alunos da UFMG que participam de atividades acadêmicas nas quais há risco de contágio tenham cobertura de vacinação adequada.					

ASSISTÊNCIA A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Objetivos

Criar, na UFMG, mecanismos que garantam a plena acessibilidade a portadores de necessidades especiais.

Assegurar a aplicação, na UFMG, das políticas públicas voltadas a portadores de necessidades especiais.

Democratizar, na UFMG, o acesso à informação, à leitura e à cultura a portadores de necessidades especiais.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Ampliar e implementar, na UFMG, medidas que permitam consolidar e expandir o atendimento e a permanência de portadores de necessidades especiais.					
Ampliar o acesso de portadores de necessidades especiais à rede de informações e aos espaços virtuais da UFMG.					
Adequar instalações, equipamentos e espaços físicos da UFMG aos parâmetros de atuação próprios a uma Universidade aberta e diversa.					
Criar condições de acessibilidade física a todos os prédios dos <i>campi</i> da UFMG.					
Estruturar e implementar um projeto de capacitação de docentes para atuar no ensino para portadores de necessidades especiais.					

POLÍTICA DE PESSOAL

Objetivos

Contribuir para o desenvolvimento técnico e pessoal dos servidores da UFMG, promovendo as potencialidades do quadro de pessoal da Instituição em todas as suas dimensões.

Aperfeiçoar as políticas de gestão, capacitação, dimensionamento e avaliação de recursos humanos voltadas aos quadros docente e técnico-administrativo em Educação da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Utilizar a concessão de vagas de pessoal como instrumento propulsor, ou incentivador, do processo de democratização do acesso à UFMG pela expansão de vagas em cursos noturnos.					
Reavaliar os parâmetros tradicionais de alocação de vagas de pessoal na UFMG e implantar novos critérios para tanto, considerando-se, especialmente, as propostas contidas no planejamento elaborado para o Reuni.					

(continua)

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Implementar e aperfeiçoar os programas de dimensionamento de necessidades, capacitação, aperfeiçoamento e avaliação do desempenho dos servidores da UFMG, com especial atenção às propostas contidas no planejamento elaborado para o Reuni.					
Recompôr os quadros de pessoal da UFMG em atendimento às necessidades tanto de reposição de docentes e de servidores técnico-administrativos em Educação quanto de expansão qualificada das atividades acadêmicas da Instituição.					
Promover a melhoria contínua dos indicadores de qualidade do desempenho acadêmico e institucional.					

(conclusão)

AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Objetivo

Dotar os *campi* da UFMG de infra-estrutura adequada à realização das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Concluir o Projeto <i>Campus 2000</i> .					
Executar as obras de infra-estrutura física necessárias à realização do planejamento elaborado para o Reuni.					
Executar as demais obras que se fizerem necessárias à realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMG.					

GESTÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E LOGÍSTICA

Objetivo

Modernizar a gestão dos serviços de apoio e logística, de modo a adequá-los à complexidade inerente ao funcionamento da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Dotar a UFMG de estrutura gerencial adequada à realização das atividades previstas no planejamento elaborado para o Reuni.					
Normatizar e padronizar, na UFMG, os procedimentos utilizados nos serviços de apoio e logística.					
Capacitar o pessoal da UFMG, com vistas à melhoria da gestão dos serviços de apoio e logística.					

GESTÃO AMBIENTAL

Objetivo

Executar uma política correta no tratamento da questão ambiental na UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Aprovar e implementar, na UFMG, os Planos de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde e de Resíduos Químicos Aproveitáveis.					
Aprovar e implementar, na UFMG, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais, destinado à elaboração e à implementação dos planos globais de coleta seletiva e do descarte de lâmpadas fluorescentes e de outros materiais caracterizados como especiais.					

SISTEMA DE BIBLIOTECAS

Objetivo

Atingir patamares de qualidade mais elevados nos serviços próprios ao Sistema de Bibliotecas da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Aprimorar os recursos humanos envolvidos nos serviços próprios ao Sistema de Bibliotecas da UFMG.					
Desenvolver projetos para aprimoramento do Sistema de Bibliotecas da UFMG.					
Definir interesses coletivos e padrões de procedimentos próprios às bibliotecas da UFMG.					
Dimensionar as necessidades de ampliação e atualização dos acervos das bibliotecas da UFMG, de acordo com a expansão prevista no planejamento elaborado para o Reuni.					

RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

Objetivos

Garantir que todos os recursos de tecnologia da informação estejam disponíveis para a comunidade universitária.

Garantir, mediante contínuas atividades de diagnóstico, prospecção e difusão de novas soluções aplicáveis à UFMG, que os recursos de tecnologia da informação disponíveis estejam sempre em condições de prestar serviços de qualidade.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Desenvolver um programa de gestão estratégica de tecnologia da informação, para acompanhar, na UFMG, o orçamento, o planejamento e a execução de despesas e investimentos nessa área.					
Estruturar programas de padronização para implantação, distribuição e uso de recursos de tecnologia da informação, inclusive de <i>softwares</i> livres de controles autorais.					
Fornecer, com maior agilidade e controle, atendimento à comunidade da UFMG usuária dos serviços de tecnologia da informação, via <i>Help Desk</i> .					
Atualizar e expandir a infra-estrutura de telefonia convencional da UFMG.					
Levar serviços de ponta a toda a comunidade universitária, mediante especificação, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação adequados à gestão acadêmica.					
Consolidar a Rede <i>Giga</i> na UFMG.					
Consolidar o projeto <i>MinhaUFMG</i> .					
Implantar, na UFMG, políticas de organização e gerenciamento dos arquivos de documentos administrativos e acadêmicos.					

RECURSOS MULTIMÍDIA

Objetivo

Dotar a UFMG de suporte para a Educação a Distância e os ensinos de Graduação e de Pós-Graduação, bem como para a realização de programas na área de Saúde e de projetos de pesquisa e extensão em geral.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Consolidar sistemas voltados para a melhoria do ensino na UFMG – entre outros, personalização do Moodle, utilização do diário de classe eletrônico e acesso ao Portal <i>MinhaUFMG</i> .					
Criar e consolidar cursos de treinamento e capacitação voltados à comunidade acadêmica e científica da UFMG, bem como implantar um serviço de <i>Help Desk</i> especializado.					
Apoiar investimentos na tecnologia necessária à consolidação do Programa de Telessaúde na UFMG.					
Ampliar as condições tecnológicas que dão suporte à implantação e ao crescimento de cursos de Educação a Distância oferecidos pela UFMG.					

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Objetivos

Garantir o estabelecimento, na UFMG, de diretrizes orçamentárias.

Garantir a construção colegiada do orçamento da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Estabelecer, na UFMG, prioridades para os investimentos institucionais.					
Desenvolver, na UFMG, ações de planejamento e de gestão sistêmicas.					
Assegurar o equilíbrio institucional, incentivando a cultura da responsabilidade gerencial dos recursos públicos.					

CAPTAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo

Criar novos instrumentos e métodos para otimizar, na UFMG, a captação de recursos, tanto no novo modelo de Ciência, Tecnologia e Inovação, quanto nas áreas social e cultural.

Meta	2008	2009	2010	2011	2012
Intensificar ações que visem à captação de recursos para o desenvolvimento de projetos nas áreas educacional, científica, tecnológica, social e cultural.					

FUNDAÇÕES DE APOIO

Objetivo

Redimensionar o papel das fundações de apoio no cenário de autonomia da UFMG.

Meta	2008	2009	2010	2011	2012
Fomentar, por intermédio das fundações de apoio, ao amparo da lei, relações de parceria benéficas para os projetos institucionais.					

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS TRANSDISCIPLINARES (IEAT)

Objetivos

Desenvolver atividades voltadas à realização, com características de excelência, inovação e indução, de estudos e pesquisas avançadas e transdisciplinares.

Difundir conceitos, abordagens, metodologias e culturas transdisciplinares, no âmbito da UFMG e fora dela.

Promover a interação entre profissionais das diversas áreas de atividade acadêmica na UFMG, com vistas à prática transdisciplinar e à abordagem de problemas complexos e atuais.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Consolidar a presença e a atuação do IEAT no âmbito da UFMG.					
Consolidar a infra-estrutura física e de pessoal requerida para a realização das atividades do IEAT.					
Consolidar as Cátedras já em atividade no IEAT e criar outras, com vistas a ampliar a área de atuação desse Instituto.					
Expandir e consolidar o Programa Professor Residente do IEAT.					
Expandir o volume de publicações geradas pelos programas do IEAT.					
Internacionalizar a presença e a atuação do IEAT.					

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Objetivo

Ampliar e consolidar os projetos de Educação a Distância da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Desenvolver sistemas de informação para dar apoio à execução de cursos de Educação a Distância.					
Expandir os pólos de Educação a Distância da UFMG em Minas Gerais, para oferta de cursos em regiões carentes de profissionais especializados.					
Desenvolver modelos de Educação a Distância, em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos na UFMG.					
Produzir recursos instrucionais impressos e de mídia, em consonância com as propostas pedagógicas dos cursos oferecidos na UFMG.					
Divulgar o processo de criação, implantação e avaliação dos cursos oferecidos pela UFMG na modalidade a distância.					
Ampliar parcerias e convênios com o Estado, municípios e entidades de representação pública para a oferta de cursos na modalidade a distância.					
Consolidar o Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED) na estrutura da UFMG.					

PRODUÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS

Objetivo

Promover o fortalecimento das atividades de inovação na UFMG, em condições que assegurem a manutenção da qualidade do padrão acadêmico da Instituição.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Incrementar a cultura da inovação tecnológica e da propriedade intelectual na UFMG.					
Consolidar a infra-estrutura física e de pessoal requerida para as atividades da CT&IT.					
Desenvolver sistemas de informação, nas Unidades Acadêmicas da UFMG, para apoio às iniciativas de empreendedorismo e de propriedade intelectual.					
Identificar necessidades acadêmicas, jurídicas e de relações internacionais da UFMG, na área de proteção à propriedade intelectual.					

(continua)

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Identificar, transferir e proteger competência e <i>know-how</i> desenvolvidos na UFMG.					
Prospectar, proteger e transferir tecnologias sociais desenvolvidas na UFMG.					
Apoiar os inventores vinculados à UFMG em ações de comercialização e de transferência de tecnologias.					

(conclusão)

PARQUE TECNOLÓGICO DE BELO HORIZONTE (BH-TEC)

Objetivos

Trabalhar a dinâmica das competências para tecnologia e inovação tecnológica, com base em uma postura pró-ativa, que incorpore práticas típicas da iniciativa privada, mas preserve a natureza pública da UFMG.

Institucionalizar uma política de tecnologia e inovação tecnológica na UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Atuar ativamente na implantação do BH-Tec.					
Incrementar, inclusive por intermédio do BH-Tec, o número de patentes e de incubadoras de empresas na UFMG.					

CULTURA

Objetivo

Situar a UFMG num patamar diferenciado no que se refere à produção cultural universitária.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Promover instâncias de capacitação de recursos humanos, visando ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais da UFMG nas mais diversas áreas de expressão artística e cultural.					
Incentivar a criação, instalação e manutenção de entidades de apoio à cultura e de iniciativas similares nas Unidades Acadêmicas da UFMG.					
Implantar e desenvolver ações de inventariação e disponibilização de informações sobre acervos, memória e patrimônio da UFMG.					
Buscar o estabelecimento de fontes permanentes de apoio financeiro à cultura e desenvolver a capacidade institucional de captação de recursos junto à sociedade.					

(continua)

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Incentivar as diversas formas de articulação da cadeia de criação e produção da cultura na UFMG.					
Criar condições para que maiores parcelas da comunidade universitária e da sociedade em geral tenham acesso às mais diversas formas de manifestação cultural.					
Requalificar o uso de museus, bibliotecas e espaços culturais como instrumentos de inclusão social.					
Apoiar os programas culturais permanentes da UFMG.					

(conclusão)

ESPORTES E LAZER

Objetivo

Oferecer à comunidade universitária, bem como a seus dependentes, condições para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Consolidar o Centro Esportivo Universitário (CEU) como local de convivência e de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMG.					
Realizar atividades que congreguem toda a comunidade universitária na prática de modalidades esportivas coletivas e individuais, em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Diretórios Acadêmicos (DAs) das Unidades Acadêmicas da UFMG.					
Realizar atividades esportivas que congreguem a comunidade acadêmica da UFMG e das demais Instituições de Ensino Superior de Belo Horizonte e da sua Região Metropolitana.					
Promover a interação com os sistemas estadual e municipal de ensino, visando possibilitar o uso da infra-estrutura do CEU, em especial por escolas públicas, para a realização de torneios e campeonatos esportivos.					
Atuar como campo de estágios para cursos e projetos científicos da UFMG.					

ASSUNTOS ESTUDANTIS

Objetivos

Fortalecer, na UFMG, os canais de diálogo entre a Administração Central e o corpo discente.

Apoiar iniciativas de organização de atividades e eventos pelos estudantes da UFMG.

Contribuir para a formação dos estudantes da UFMG como sujeitos críticos, criativos, transformadores e comprometidos com a construção da cidadania e da justiça social.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Manter relações de respeito mútuo entre a Administração Central da UFMG e seu corpo discente.					
Proporcionar condições para uma atuação conjunta das instâncias da Administração Central e do corpo discente da UFMG, em prol do crescimento e do desenvolvimento institucionais.					

ESPAÇO DO CONHECIMENTO

Objetivo

Disseminar o conhecimento científico produzido na UFMG, enfatizando, por intermédio do Espaço do Conhecimento, o diálogo multi, inter e transdisciplinar.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Implantar e consolidar projetos de produção de conteúdo científico para os diferentes setores que constituem o Espaço do Conhecimento.					
Envolver a comunidade acadêmica da UFMG na produção de projetos para esse Espaço e responsabilizar-se pela geração de conteúdo dos temas propostos.					
Contribuir para o desenvolvimento da educação científica de crianças e de jovens.					

CENTRO DE DIFUSÃO DA CIÊNCIA

Objetivos

Promover a divulgação e a socialização do conhecimento científico gerado na UFMG.
Despertar nos cidadãos – em especial nos jovens – o interesse pela ciência e pela cultura.
Estimular vocações para a ciência, por meio de programas e atividades que despertem o espírito científico das crianças.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Propor critérios orientadores para a política de difusão do conhecimento científico gerado na UFMG.					
Divulgar o conhecimento científico produzido na UFMG.					
Sensibilizar os pesquisadores para a importância da divulgação dos resultados de suas pesquisas no âmbito da UFMG e fora dela.					
Estimular os pesquisadores a decodificar seus trabalhos em experimentos, mostras e outros meios, com vistas à socialização dos resultados no âmbito da UFMG e fora dela.					

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivos

Zelar pela imagem da UFMG em face dos públicos interno e externo, a fim de fortalecer sua natureza de Instituição Pública dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Criar, fortalecer e aprimorar os instrumentos, ações e meios de comunicação da UFMG, com vistas a ampliar sua interlocução com as comunidades interna e externa.

Contribuir para a criação de redes de divulgação do conhecimento científico, em especial, do gerado na UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Estimular e ampliar a exposição da UFMG por meio de estratégias que visem à mídia de abrangência e à circulação nacional.					
Fomentar, pela implementação de ações objetivas, a divulgação científica na e a partir da UFMG.					
Criar e desenvolver estratégias e procedimentos que garantam uma ação integrada dos núcleos de produção que compõem o Centro de Comunicação (Cedecom) da UFMG.					

(continua)

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Buscar a integração das ações de comunicação pulverizadas pelas diversas Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFMG, a fim de unificar seu discurso e de compatibilizar sua atuação, com vistas à estratégia institucional nesse campo.					
Consolidar a Rádio UFMG Educativa e a TV UFMG, ambas vinculadas ao Cedecom, garantindo-lhes as condições operacionais necessárias ao aprimoramento da interlocução com a sociedade e à divulgação de projetos e ações desenvolvidos na UFMG.					
Estruturar um Núcleo de Produção Videográfica, vinculado ao Cedecom, para se responsabilizar pela produção de vídeos institucionais, instrucionais, educacionais e publicitários concernentes a projetos e ações desenvolvidos na UFMG.					
Consolidar o Núcleo de Comunicação Interna, vinculado ao Cedecom, e aprimorar a busca de melhores processos e alternativas de comunicação com os diversos públicos da UFMG.					
Consolidar o Núcleo de Apoio à Divulgação Científica, vinculado ao Cedecom, para garantir maior visibilidade aos projetos e pesquisas desenvolvidos na UFMG, bem como a popularização de conhecimentos científicos, e apoiar os pesquisadores interessados em desenvolver projetos de divulgação científica.					
Desenvolver estratégias de acessibilidade do sistema midiático às fontes de produção de conhecimento e aos serviços oferecidos pela UFMG.					

(conclusão)

EDITORA UFMG

Objetivos

Ampliar, interna e externamente, o conhecimento público da UFMG e de sua produção apresentada no formato de livro, em suas diversas mídias.

Contribuir para a divulgação do nome da UFMG e para o fortalecimento de sua imagem institucional.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Reforçar os vínculos da Editora UFMG com os diferentes segmentos e Unidades Acadêmicas da Universidade.					
Contribuir, no que lhe é específico, para o sucesso dos projetos de interesse da UFMG.					
Zelar pela qualidade do material publicado em nome ou com a marca da UFMG.					
Atuar como representante da UFMG em todos os eventos e locais em que se fizer presente.					
Proporcionar os meios para a consolidação e ampliação da Editora UFMG no que diz respeito a espaço físico, recursos gerenciais, captação de recursos e abertura de novas áreas de atuação.					
Institucionalizar e estruturar ações já existentes e implantar outras atividades que se mostrem necessárias ao melhor funcionamento da Editora UFMG.					

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo

Ampliar e aprofundar a articulação da UFMG com a sociedade em geral.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Assegurar o fluxo adequado de recursos advindos do Setor Público destinados às atividades do ensino de Graduação nas áreas da Educação e da Saúde.					
Institucionalizar as ações relativas à responsabilidade social, com foco no empresariado e em empresas.					

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo

Aperfeiçoar a política de avaliação da UFMG.

Metas	2008	2009	2010	2011	2012
Consolidar a avaliação institucional como atividade permanente na UFMG.					
Acompanhar e avaliar a implementação das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG.					
Acompanhar e avaliar a implementação das metas estabelecidas pela UFMG para a implantação do Reuni.					
Contribuir para a integração dos resultados da avaliação institucional às ações de planejamento da UFMG.					
Implantar um sistema de avaliação dos cursos de Graduação da UFMG, inclusive dos oferecidos na modalidade a distância.					
Implantar um sistema regular de avaliação dos currículos dos cursos de Graduação da UFMG.					
Constituir, na Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), um núcleo de estudos sobre a UFMG.					

Projeto Gráfico, formatação e capa:
Diego Oliveira

Revisão de provas:
Beatriz Trindade e Márcia Romano

